PALMAS / TO

Primeiros traços, passos e laços

ARQUITETO EDISON ELOY DE SOUZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Edison Eloy de
Palmas/TO : primeiros traços, passos e laços [livro eletrônico] / Edison Eloy de Souza. -- São Paulo : Ed. do Autor, 2026.
HTML5

ISBN 978-65-02-17738-9

1. Arquitetura 2. Tocantins (TO) - História I. Título.

26-370125.0 CDD-720.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura : Brasil : História 720.981

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

PALMAS / TO - Primeiros traços, passos e laços.

Nesta reunião de guardados, apontamentos e observações procuramos apresentar, preferencialmente em linguagem descontraída, no jogo poético de palavras do título, como se deu o nascimento da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, em termos urbanos.

Os *traços* se referem aos primeiros croquis e desenhos que precederam e definiram seu projeto urbanístico, com seu traçado definitivo, organizando o uso do solo, o sistema viário, a infraestrutura, as superquadras e demais áreas urbanas.

Os *passos* procuram revelar as etapas e fases da caminhada inicial da sua implantação, tanto do ponto de vista físico, quanto institucional e de outros aspectos.

Os *laços* dizem respeito aos liames e ligações sociais estabelecidos, de trabalho, de amizade, primeiro entre os bravos pioneiros, que para lá acorreram em busca de trabalho e oportunidades, e depois entre seus primeiros habitantes.

O Titulo de Palmas, To, pelo sufixo torna inconfundível a capital do Estado da qual se fala; Estabelecendo esse complemento rimado ao titulo, de ***traços, passos e laços*** procuramos sintetizar de maneira poética o sonho que representou o planejamento, o projeto e a implantação de uma nova cidade.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é uma homenagem à cidade de Palmas, capital do Estado do Estado do Tocantins e a todos aqueles que contribuíram, participaram da sua construção e daqueles que garantem a sua consolidação e desenvolvimento.

Que cada seu habitante ou visitante da cidade consiga as oportunidades, a felicidade, o prazer e a alegria de vivê-la, como nos foram dados conquistar e usufruir.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à todos aqueles que contribuíram para esta publicação.

À Diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Tocantins, 2006-2007, presidida por Gilmar Scaravonatti pela homenagem a nós prestadas, quando dos seus 15 anos, que nos animaram a retomar este trabalho.

Aos colegas arquitetos, engenheiros e outros profissionais que forneceram dados técnicos, material gráfico e fotográfico: Elizeu Oliveira, Francisco O. Amaral, Francisco Ubirajara, Karina Diniz Araujo, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Manoel Balbino de Carvalho Neto, Marli Noleto, Newton Massafumi, Nilza Scatena, Pedro Lopes Jr, Sergio Jardim, Sergio Henrique Paranhos, Patricia Orfila, Sergio Teperman, Walfredo Antunes de Oliveira Neto, Wilson França.

À Prefeitura de Palmas pelo apoio a esta iniciativa.
Particularmente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e sua equipe de arquitetos, Secretario Eduardo Manzano, Diretores Luís Hildebrando Paz, Pedro Lopes. Jr, Marli Noleto, Gilberto Köbler Corrêa, Riknelson Pluz, Cesar de Santis pela cessão das imagens de satélite e outros dados urbanísticos da cidade

Às empresas que cederam material dos seus arquivos:
Grupo Quatro, Investco, Infraero, Correios, Planorcom.

APRESENTAÇÃO

Motivados pela homenagem que recebemos em dezembro de 2006, quando das comemorações dos 15 anos do IAB-Tocantins e pelo calor e receptividade dos colegas arquitetos, resolvemos reunir neste trabalho alguns dados e guardados, nestas memórias do período de 7 anos que participamos da implantação e construção de Palmas, no seu nascimento.

São alguns projetos que participamos, dados, fotos da cidade, de alguns amigos e colegas, que conseguimos juntar e organizar; A eles acrescentamos outros trabalhos mais recentes da Arquitetura e do Urbanismo da cidade, para enriquecê-lo.

Por ser uma experiência profissional e de vida raras e extraordinárias, e consciente que esses apontamentos podem ser úteis para a contagem de sua história e de seu constante aperfeiçoamento, é que nos aventuramos a registrar aqui alguns desses momentos, já com o devido distanciamento, para torná-los menos apaixonados e isentos.

A linguagem adotada é bastante diversificada, ora sentimental, ora técnico profissional, às vezes política, outras didático-pedagógica, com o objetivo de atingir, de forma abrangente, o maior número de público, no interesse da divulgação da Arquitetura e do Planejamento Urbano.
Não é um trabalho acadêmico, apesar da procura do rigor em indicar as fontes de onde são retiradas as informações e opiniões.

Acompanho com carinho e interesse seu crescimento e desenvolvimento desde então. Procuro ir a Palmas quando posso para acompanhá-los, ver sua arquitetura, seu desempenho urbano, analisar seus problemas e discutir soluções.

Nesse sentido é que, ao longo do texto, são feitas algumas reflexões e emitidas opiniões com o objetivo de contribuir para que ela seja cada vez melhor como cidade, em benefício de seus habitantes.

Chegamos inclusive a preparar um projeto de pesquisa acadêmica, em nível de Doutorado sobre o assunto, mas preferimos discorrer agora de forma mais livre e descontraída, para facilitar a leitura.

Palmas completou agora em Maio seus dezoito anos, de uma curta vida em termos históricos, mas muito tenaz como emancipação de cidade, promovendo a revisão de seu plano diretor urbanístico. Acredito ser um momento oportuno para o lançamento destes apontamentos, que objetivam contribuir para o resgate de sua história recente e para participar do debate sobre seu futuro.

Quero estender aquela minha homenagem a todos os profissionais e cidadãos que permaneceram em Palmas tocando esse sonho.

Arquiteto Edison Eloy de Souza
Agosto de 2007.

PREFÁCIO

É rara a oportunidade de viver as primeiras horas, os primeiros dias e os primeiros anos de uma cidade concebida para ser capital do mais novo Estado brasileiro. Mais que isso, raro também é participar diretamente da implantação do projeto urbanístico assim como da construção dos primeiros edifícios institucionais do Estado e da Prefeitura que se instalavam na então denominada Palmas do Tocantins.

O Arquiteto e Urbanista Edison Eloy de Souza viveu essa "aventura" epopeica intensamente. Exemplarmente! E sou testemunha da relevância de seu trabalho. Em 1990, eu residia e trabalhava em São Paulo e recebi uma ligação do Eloy, em Palmas, para conversar acerca de um sistema construtivo para atender uma demanda urgente. Poucos dias depois, reunimo-nos em São Paulo, quando ele mostrou-me várias fotos da "nova capital" e expôs seus desafios. Alguns até poderiam se desanimar com aquelas fotos: construções provisórias, alguns poucos edifícios em construção, muitas dificuldades, pavimentação inexistente e muitíssima poeira. Mas meu entusiasmo foi imediato. Meses depois eu deixaria o conforto e a certeza de São Paulo para compartilhar aqueles desafios no centro de nosso país.

E para não passar uma dimensão reduzida da participação de Eloy nesse processo histórico, há que se destacar que sua atuação foi bem mais extensa que suas atribuições pelo Grupo Quatro, escritório de Goiânia autor do projeto urbanístico de Palmas, ao qual estava vinculado naqueles primeiros anos. Tornou-se uma referência profissional e encabeçou o processo de formação do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Tocantins, do qual tive a honra de participar desde sua fundação, tendo sido um dos presidentes. Eloy é de fato o patrono do IAB-TO.

Eloy oferece um legado profissional incomum. Sua produção arquitetônica é exemplar. Não posso deixar de citar o Centro de Ensino Médio de Palmas, exemplo de boa arquitetura, sobre o qual dediquei um artigo em meu mestrado na Universidade de Brasília, pelas admiráveis soluções de implantação, iluminação e ventilação naturais, conforto visual nas salas de aula e espaços de convivência e recreação.

A riqueza da produção arquitetônica do Eloy, certamente, só não supera toda sorte de situações inusitadas que viveu, perante as quais foram necessárias soluções criativas e decisões rápidas e assertivas em contexto difícil, inusitado, caracterizado pelas dificuldades logísticas, escassez de insumos, entre tantas outras. Essa experiência ímpar nos retrata um momento político, econômico e social que ajuda a compor um cenário com peças que poucos podem nos oferecer.

Eloy respirou os primeiros ares, enfrentou desafios de toda sorte, físicos, tecnológicos, humanos, entre tantos outros. Esta obra traz à luz não apenas informações singulares e extremamente interessantes para profissionais de arquitetura e urbanismo, mas também para profissionais de diversas áreas que almejam enriquecer seus conhecimentos a partir de uma experiência profissional e pessoal riquíssima, cujos traços iniciais, gravados na malha urbana e na vida da cidade, revelam registros importantes de nossa História.

Arquiteto Francisco Otaviano Merli do Amaral

SUMÁRIO

- Prólogo
- Dedicatória
- Agradecimentos
- Apresentação
- Prefácio
- Sumário
- Introdução
- Planejamento Urbano
Introdução
Plano Diretor Urbanístico
Princípios e Diretrizes
Zoneamento
Sistema viário
As áreas Urbanas: Central, Residenciais, Comerciais e Serviços, Lazer e Cultura, Equipamentos.
Projetos de Infraestrutura
O nascimento da cidade
As questões físicas e ambientais
A questão fundiária
As questões sociais
As cidades de apoio
Os pioneiros e seus desafios

Implantação da cidade
Abertura das vias
Construções provisórias
Primeiras construções definitivas
Infraestrutura
A gestão inicial
Arcabouço Jurídico

Evolução Urbana

Situação Urbana atual
A Represa e o Lago
Projeto Orla
Periferia de Palmas

Urbanismo
introdução
Micro parcelamento das áreas e quadras
Área central / Quadras Residenciais Quadras Comerciais e de Serviços
Paisagismo
Comunicação visual
Projeto de Sinalização Urbana
Mobiliário urbano

Arquitetura
Introdução
Linguagem arquitetônica
Projetos e Obras
Edifícios Institucionais
Edifícios Públicos
Edifícios Particulares
Outros Projetos
Projetos não realizados

Conclusões / Considerações finais

Anexos
Equipes Técnicas do Plano Diretor, do Urbanismo e
dos projetos de arquitetura
Autoridades constituídas: Governadores, Prefeitos e parlamentares
Legislação Geral e Urbana

Referências Bibliográficas
Publicações
Sites da internet

Créditos: Documentação iconográfica
Mini Currículo
Índice

PLANEJAMENTO URBANO

Introdução

O Estado do Tocantins foi criado pela Constituição de 1988[1] e instalado em 1º de janeiro de 1989, depois de uma longa disputa política para sua separação da parte norte do Estado de Goiás.

Essa luta remonta aos fins de século 19, tendo como personagens Lysias Rodrigues, Teotônio Segurado e outros, culminando com a participação do Deputado Federal José Wilson Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembléia Nacional Constituinte, que apresentou emenda, reunindo todas as demais propostas, entre elas emenda popular com 100.000 assinaturas, destinadas à criação do Estado do Tocantins.

Assim, a emenda constitucional criando o Estado do Tocantins foi apresentada e aprovada em 15 de novembro de 1988.

A eleição dos primeiros representantes tocantinenses foi realizada em 15 de novembro de 1988 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, junto com a eleição dos prefeitos municipais. Além da nomeação do governador e seu vice, foram escolhidos os senadores, deputados federais e estaduais. [2]

Os nomes escolhidos, nessa ocasião, foram: Governador José Wilson Siqueira Campos; vice Darci Martins Coelho; os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antonio Luiz Maya; deputados federais e 24 deputados estaduais.

O Estado foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989, sendo escolhida a cidade de Miracema do Norte como sua capital.
No dia 5 de outubro de 1989 foi promulgada a primeira constituição do Estado, nos moldes da Constituição Federal.
Nessa ocasião foram criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes.

[1] Artigo 13 das Disposições Transitórias em 5 de outubro 1988.
[2] Ver nomes nos anexos finais

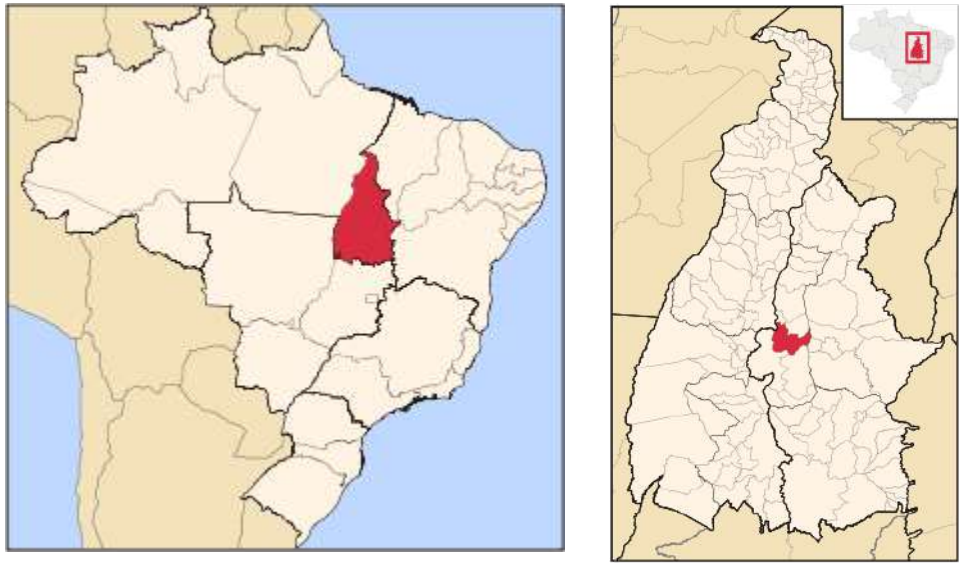


Fig. 1 e 2 / Inserção geográfica do Estado e da Capital

O Estado do Tocantins está localizado no centro geográfico do país e inserido na região norte do Brasil, juntamente com outros seis estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima.

Acredita-se que essa inserção na região norte, na chamada Amazônia legal, deveu-se à razões estratégicas de segurança nacional e econômicas vividas pelo momento político excepcional, possibilitados pelos vários programas de incentivos fiscais destinados à região.

O Estado tem um território de 278.420,7 quilômetros quadrados e uma população estimada em 1.155.221 habitantes em 2006.

O Estado do Tocantins, do ponto de vista físico, tem uma vegetação variada, onde prevalece o cerrado brasileiro e os campos e áreas de florestas tropicais ao norte, num relevo pertencente ao planalto central brasileiro, sob um clima tropical, caracterizado por uma estação chuvosa (de outubro a abril) e outra seca (de maio a setembro). Sua hidrografia principal é composta pelos caudalosos rios Araguaia a oeste e pelo Rio Tocantins, a leste, que correm de sul para norte, paralelos à Rodovia Federal Belém-Brasília.

Economicamente o Estado vive da pecuária, do comércio, da agricultura, do turismo; Ele tem grandes reservas minerais de calcáreo, gipsita, quartzo, turmalina, diamante, pedras preciosas, ouro e outros minerais. Nos tempos coloniais foi muito procurado para a exploração de ouro.

Sua população original era composta de mestiços (pardos), brancos, negros e de população indígena formada pelos grupos Karajá, Xerente, Xambioá, Javaé, Apinagé e Krahô.

As cidades mais importantes do Estado, além da sua capital Palmas, são Araguaina, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso e Araguatins, grande parte delas à Beira da Rodovia Belém-Brasília.

Em termos de desenvolvimento regional do país, aliás, é oportuno registrar a importância da criação do Estado do Tocantins e de sua capital localizada em Palmas.

Criado pela Constituição de 1988 após intensa luta política e pressão social, o Estado serviu perfeitamente ao propósitos estratégicos vigentes para aplicar a doutrina de segurança nacional de colonização da amazônica, encurtando sua distância do centro-sul do pais por via terrestre. Dentro dessa ideologia, a região foi inundada de inúmeros projetos, financiados por governo brasileiro e grupos estrangeiros, como a Rodovia Transamazônica, Hidrovia Tocantins-Araguaia, Ferrovia norte-sul, Sivam, Calhanorte e outros através da Sudam e da Sudene. (1).

Porém, a constituição federal deixou em aberto a escolha da sede da capital, transferindo-a para o executivo estadual. Assim coube ao governador empossado a definição da sede provisória e da definitiva.

A escolha da sede da capital foi fruto de outra disputa política entre os grupos oligárquicos do novo estado; Estavam no páreo as cidades-polo mais importantes: Araguaína, Porto Nacional e Gurupi.

1- Lira, Elizeu Ribeiro: A Gênese de Palmas – Tocantins. Dissertação de Mestrado, Unesp 1995

Araguaina, ao norte e próxima ao Maranhão e Pará, sofria forte influencia da classe dos fazendeiros locais. Porto Nacional cidade histórica de forte tradição cultural e da luta pela emancipação do Estado fez enorme pressão para ser a escolhida; Gurupi, na parte mais central do estado, economicamente mais estruturada atuava fortemente pela mídia.

Apesar desses fortes grupos de pressão, surpreendentemente foi escolhida a cidade de Miracema do Norte, como capital provisória do novo Estado do Tocantins, passando a se chamar Miracema do Tocantins. Essa escolha foi feita pelo governador Siqueira Campos e pelo Presidente da República, José Sarney.

Miracema era uma pequena cidade do lado esquerdo do Rio Tocantins, com 6 mil habitantes, sem infra-estrutura e com problemas de alagamento nas enchentes do Rio.

Miracema, cujo prefeito era Sebastião Borba, viveu seu sonho de capital somente durante o ano de 1989. Sofreu um processo de inchaço repentino voltando à condição de cidade-fantasma após a mudança da capital para a região definitiva. (1).

A mudança para a área definitiva da região do Canela se deu em 1 de Janeiro de 1990.

1.Lira. Elizeu Ribeiro. A Gênese de Palmas. Dissertação de Mestrado, Unesp, 1995.

PALMAS

Escolha do Sítio (1)

A escolha física do sitio para a implantação de Palmas foi precedida de um estudo da localização ideal; Primeiro foi definido um quadrilátero de 90km x 90km no centro geográfico do Estado, baseado em estudos do IBGE.; Em seguida foi efetuado um estudo para selecionar a melhor área dentro desse quadrilátero. Esse trabalho foi feito uma equipe técnica, liderada pelo Grupo Quatro. (2)

Dentro desse quadrilátero foram selecionadas quatro sub-áreas geográficas para a implantação da capital: Santa Luzia, Mangues, Carmo e Canela.

Por um critério ponderado de pontuação das vantagens e problemas dessas sub-áreas, foi se estabelecendo a seleção da área escolhida baseada nos seguintes parâmetros: população a ser atingida, relevo, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, geotécnica; solos e aptidão agrícola, recursos paisagísticos e ambientais; intervenções humanas.

Eliminadas as subáreas de Santa Luzia e Carmo, restaram Canela e Mangues.

Na verdade a área do Canela, afinal escolhida para a sede da capital, não foi a melhor ponteada tecnicamente; Ela ficou atrás da subárea de Mangues, compreendida pelo ribeirão Mangues ao Sul o Santa Luzia, ao Norte, e limitada pelo Rio Tocantins a leste e da Serra das Cordilheiras a oeste.

Porém o que prevaleceu afinal foi claramente o critério geo-político; a constatação técnica só veio convalidar aquilo que já estava previamente definido: queria-se a capital do lado direito do Rio Tocantins, como uma nova fronteira de desenvolvimento econômico com as consequentes oportunidades de enriquecimento e de controle da região. Coincidentemente era a mais atrasada do Estado.

E assim foi feito.

1.Lira. Elizeu Ribeiro. A Gênese de Palmas. Dissertação de Mestrado, Unesp, 1995.

2 Ver equipe nos anexos finais

Palmas está localizada a aproximadamente 1.000 quilômetros de distância de outras capitais brasileiras, em qualquer direção que se volte o olhar. Para Belém, ao norte, pela Rodovia Belém-Brasilia; para Goiânia ou Brasília na direção sul; para leste, se existisse uma rodovia direta em direção de Salvador e de Cuiabá para sudoeste.

A simples existência de Palmas pode contribuir para aliviar o grande êxodo migratório do norte e nordeste do país, que fatalmente se dirigiria a outras capitais do sudeste, por exemplo, em busca de melhores e justas condições de vida para si e seus filhos.

Esse fato revela como o Brasil ainda padece de uma verdadeira política de ocupação e desenvolvimento do seu território, para uma melhor distribuição urbana, seguida de novas oportunidades econômicas, para a melhoria da renda e da justiça social de seus habitantes.

Palmas é uma cidade planejada desde o seu início, última capital brasileira projetada com tal finalidade, a partir da seleção do seu local de implantação, da definição do seu plano diretor urbanístico, dos edifícios iniciais com a aplicação de princípios ambientais e urbanos modernos e contemporâneos, com o objetivo de um harmônico desenvolvimento e a satisfação de seus habitantes.

Um folheto de apresentação e divulgação da cidade, do governo do Estado assim dizia:

“Palmas é cidade carregada de modernidade, ambientada a uma filosofia ecológica e humanística. É pólo de integração econômica e social. E é pólo de irradiação de progresso.
Nesse espaço integrado com a natureza através de um traçado simples e lógico, os habitantes deverão viver em harmonia consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza”.

Palmas, capital do Estado do Tocantins está localizada no seu centro geográfico, à margem direita do Rio Tocantins, na latitude de 10º27’36S e longitude 47o47’32” Wgr, a uma distancia de 1.000 km ao norte de Brasília e de outras capitais mais próximas, como Belém e Goiânia.

Ela está situada num grande planície entre a Serra do Lajeado e o Lago formado pelo represamento do Rio Tocantins para a construção da Usina Hidroelétrica do Lajeado.

O nome de Palmas está ligado à sede da comarca de São João de Palma, primeiro núcleo separatista do Estado e também pela grande quantidade da palmeira-buriti existente na região.

A escolha do sitio para a implantação da nova capital se iniciou, por princípio, com a eliminação de outras cidades já existentes, culminando com a eleição do lugar, num quadrilátero central de 90km x 90km, na região central do estado do Município de Canelas.

Com topografia relativamente plana, numa altitude média de 232 metros, com vegetação típica do cerrado brasileiro, nascentes de água potável oriundas da Serra do Lajeado e percorrida por riachos com matas ciliares, era uma região bastante pobre do estado goiano e constituída de algumas fazendas improdutivas.

De clima quente durante todo o ano, com temperaturas variando de 27 a 37 graus Celsius no verão (maio a setembro), totalmente seco e de 22o a 28o no inverno (outubro a abril), extremamente chuvoso.

A área urbana destinada à implantação inicial da cidade foi de 11.000 hectares, com previsão para áreas de expansão de 4.625 ha ao norte e 4.869 ha ao sul.

O traçado urbano proposto pelo Plano Diretor foi desenvolvido através de uma malha viária, que organiza o zoneamento da cidade em diversas áreas e quadras da cidade, tendo como origem a área central, dividida por dois grandes eixos, que têm as orientações norte-sul e leste-oeste e que disciplinam o desenvolvimento físico da cidade.

O eixo maior, paralelo à serra do Carmo, está na direção norte-sul e foi batizado de Avenida Teotônio Segurado, (pioneiro do Estado) e outro menor, ortogonal àquele, na direção leste-oeste, chamado Avenida Juscelino Kubitschek, ligando o Lago costeiro à Serra.

O Plano Diretor urbanístico de organização física da cidade está detalhado no item seguinte.

Plano Diretor Urbanístico

Preliminarmente, apresentamos alguns trechos da profissão de fé nos desígnios da cidade de Palmas, divulgados num folheto de apresentação e divulgação do projeto, pelo Governo do Estado.

"Palmas é cidade carregada de modernidade, ambientada a uma filosofia ecológica e humanística. É polo de integração econômica e social. E é polo de irradiação de progresso".
Nesse espaço integrado com a natureza através de um traçado simples e lógico, os habitantes deverão viver em harmonia consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza.

Esta consciência social e ecológica deve refletir-se em ruas tranquilas e praças arborizadas. O casario há que ser variado, personalizando cada esquina.

Os transportes coletivos e individuais têm que fluir nas ruas bem pensadas, com rótulas nos cruzamentos principais, dimensionadas com previsão de futuro movimento, onde a educação será uma tônica, visto quase inexistirem os conflitos de trânsito.

O homem viverá assim, em harmonia com sua cidade, respeitando a natureza e os outros cidadãos.

Toda concepção urbanística dever ser precedida de um ideal.

Sonhar uma cidade é um ato necessário para que a realidade futura contenha fatores positivos que atendam as aspirações do homem em coletividade.

Os vapores das nascentes da sinuosa Serra do Lajeado e do curso do Rio Tocantins se fundem em nuvens, emanadas das águas correntes, com a massa calma das águas da futura represa do Lajeado.

Nesse plano de paz e harmonia destaca-se a área onde está sendo construída a futura capital do Estado do Tocantins.

Eis porque Palmas ".

Princípios e Diretrizes

O plano diretor foi concebido para definir e organizar a ocupação das áreas urbanas da nova capital, tais como a localização das moradias, do comercio e serviços, demais equipamentos urbanos, o traçado do sistema viário, a infra-estrutura, as áreas de preservação ambiental, de lazer e recreação.

Ele se consubstancia num conjunto de informações técnicas, sociais e econômicas, instrumento de lei, básico para orientar a implantação da cidade, seu crescimento e desenvolvimento.

O Plano Diretor foi elaborado no final de 1989, pelo Grupo Quatro, escritório goiano, liderado pelos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho e grande equipe de profissionais[1].

Este Plano diretor foi concebido a partir da análise de vários fatores, dos quais podemos destacar: as condições ambientais e climáticas da região, avaliando a topografia, os ventos, a vegetação; as condições econômicas de implantação e manutenção da infra-estrutura urbana; o caráter da cidade, como capital política e administrativa de um novo estado; o desempenho correto, humano e agradável da cidade.

É de se ressaltar que, em face da premência de tempo e pressões políticas, o plano diretor foi concebido e elaborado, no exíguo prazo de 6 meses, no ano de 1989, por demandas típicas da chamada realidade política brasileira.

É inevitável observar as influências exercidas no traçado de Palmas, à partir de outras cidades brasileiras projetadas, como Brasília – 30 anos antes, Goiânia – terra dos autores do plano diretor, bem como do ideário da Carta de Atenas, expressando os ensinamentos teóricos do Movimento Moderno, em Arquitetura e Urbanismo, que estabeleciam os princípios gerais de uma nova cidade, aberta e democrática.

Irmã mais nova de Brasília, Palmas guarda certas similaridades com ela, bem como diferenças, face as suas origens políticas e características urbanas peculiares.

[1] Ver equipe completa nos anexos finais

Na questão das semelhanças conceituais e físicas podemos destacar:

A concepção geral segue os princípios modernistas, de uma cidade aberta e democrática; O poder público como único detentor das áreas urbanas; o processo inicial de gestão concentrada em órgãos públicos, criados especialmente para tal fim; O sitio topográfico característico de planalto e serrado; cidade geograficamente de interior do território nacional;

Os dois eixos principais que originam o traçado das cidades; o traçado viário ortogonal, de amplas avenidas definindo grandes superquadras urbanas; uma praça central reunindo os três poderes; a presença de um grande lago costeando as duas cidades; A rapidez na elaboração dos projetos e da implantação inicial das cidades;

As oportunidades criadas para a ascensão social, o sucesso profissional e comercial dos seus agentes, públicos e privados, bem como os decorrentes abusos possíveis;

Até os desvios fundiários ocorridos como a separação social da população, entre os privilegiados habitantes do Plano piloto original e as massas operárias marginalizadas nas Cidades satélites periféricas.

Quanto a algumas diferenças de Palmas em relação à Brasília, podemos apontar:

O intervalo de 30 anos separando as duas implantações, com realidades políticas, sociais e econômicas bastante diferentes; O caráter de capital de Estado e não do país; As preocupações ecológicas e de meio ambiente iniciais do Plano Diretor de Palmas, expressas pela presença da Serra do Carmo com as reservas potáveis, os riachos e matas ciliares que cortam a cidade; o não zoneamento de áreas de usos específicos por setores, como hoteleiro, lazer; a não de terminação de um plano de massas para as quadras residenciais; etc.

Zoneamento / Uso do Solo

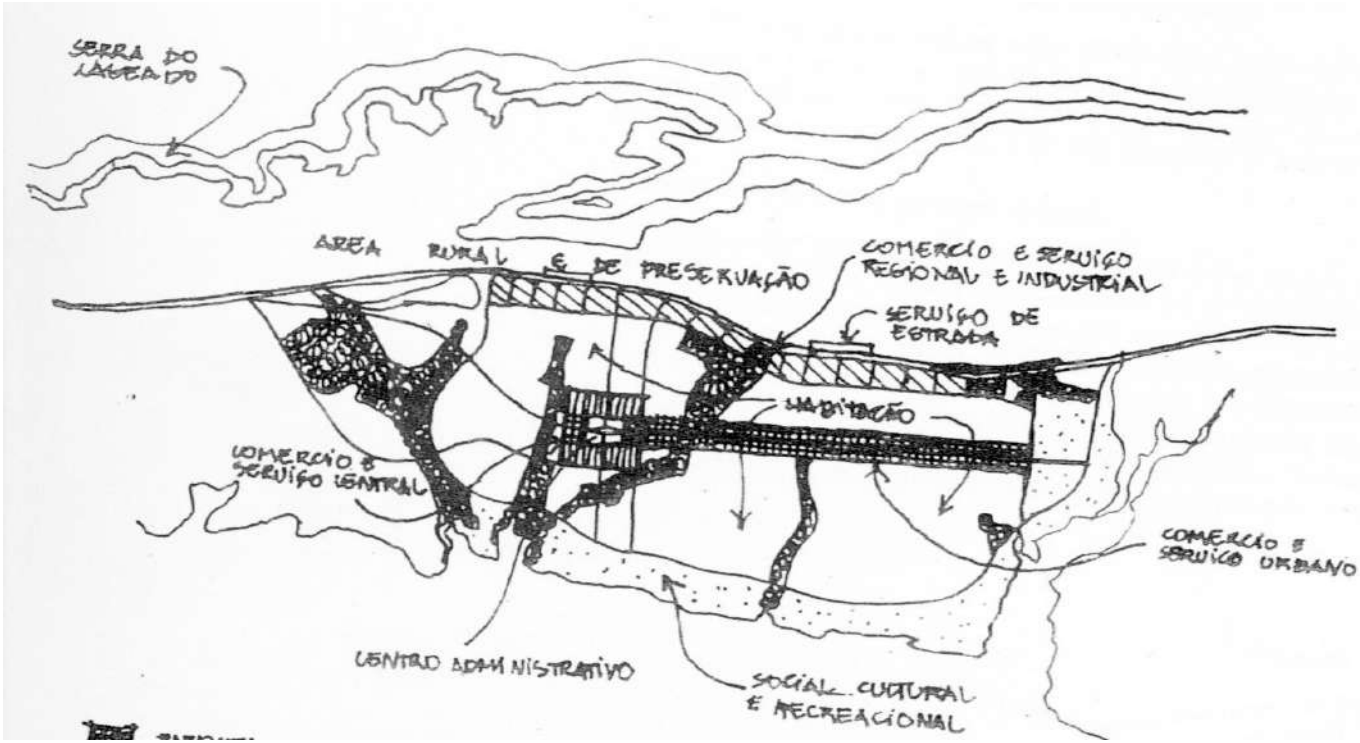


Fig. 3 / Esquema do Zoneamento

Nesta ilustração do zoneamento geral da cidade, pode-se ver a macro-distribuição das suas áreas com a delimitação da sua área urbana e a definição de seus usos.

Distribuição do Uso do Solo

Essa divisão das áreas, no perímetro urbano inicial da cidade pode ser assim resumida, de forma aproximada, segundo o Plano Diretor básico.

Áreas Residenciais (AR)	4.080,49 Ha	36,81%
Áreas Verdes de preservação (AV)	2.631,50 Ha	23,74%
Áreas Sociais, Culturais e Recreacionais(ALC)	1.363,80 Ha	12,30%
Sistema viário	1.210,50 Ha	10,90%
Áreas Institucionais	528,40 Ha	4,77%
Áreas de comércio e serviços urbanos (ACSU)	465,84 Ha	4,20%
Áreas de comercio e serviços regionais(ASR)	425,37 Ha	3,84%
Áreas de comercio e serviços central (AC)	289,19 Ha	2,61%
Áreas da Administração governamental (AA)	89,38 Ha	0,81%
Perímetro Urbano total	11.084,93 Ha	100,00 %

Sistema viário

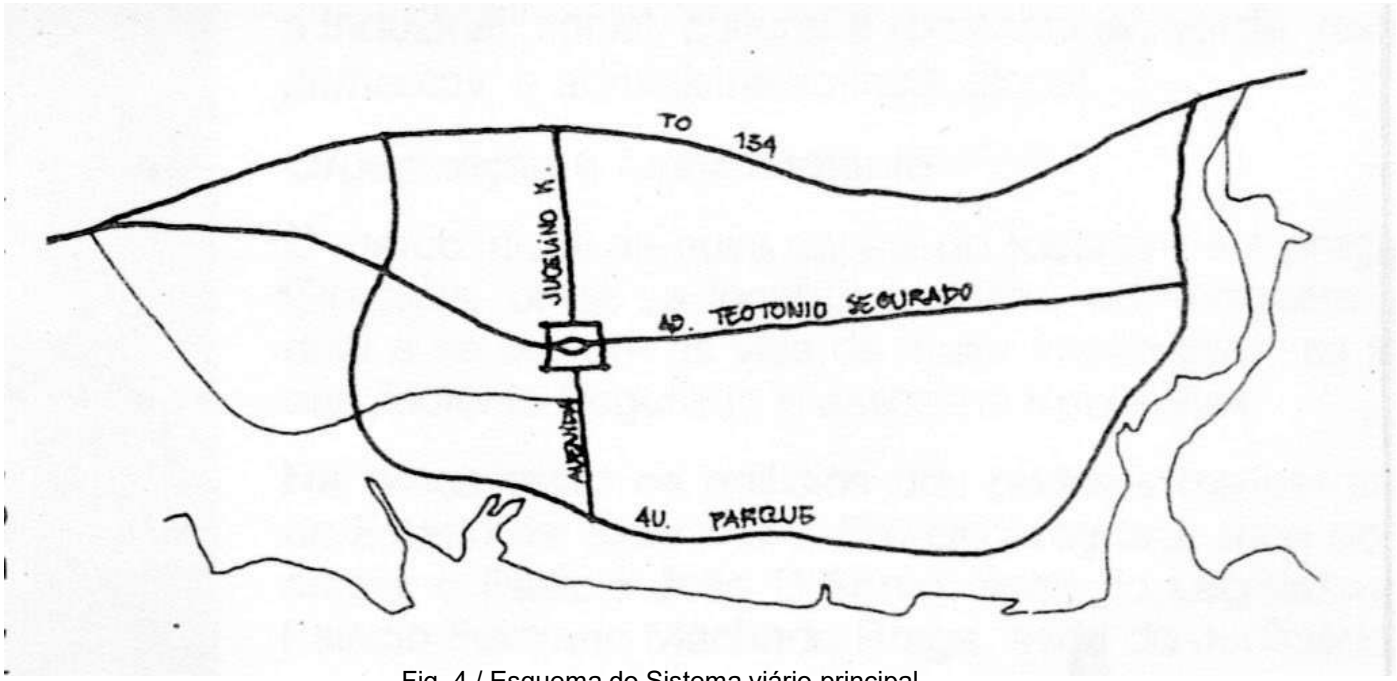


Fig. 4 / Esquema do Sistema viário principal

Inicialmente vemos o sistema viário, como elemento disciplinador do funcionamento da cidade e o organizador da divisão de suas áreas e atividades, constando de:
Dois eixos ortogonais principais: Avenida Teotônio Segurado (direção norte-sul), Avenida Juscelino Kubitschek (JK) (sentido Leste-Oeste e duas Avenidas perimetrais, TO-134 e Avenida Parque.

Segundo o Plano Diretor o sistema viário de Palmas foi planejado para atender cinco objetivos básicos: a segurança do pedestre, a eficiência da circulação de pessoas e mercadorias, o custo econômico da infraestrutura urbana, a ventilação das edificações e a preservação das matas ciliares ao longo dos ribeirões que cortam a área urbana.

A estrutura principal da cidade se dá pelo traçado do seu sistema viário que é composto por três vias principais no sentido norte-sul da cidade –antiga TO-134, (hoje TO-010 E TO-050), no pé da serra, Avenida Teotônio Segurado e Avenida Parque – e uma no sentido Leste-Oeste que é a Avenida Juscelino Kubitschek (JK). Entre elas, em ambos os sentidos, outras avenidas, espaçadas numa distância em torno de 700 m, formam a malha viária urbana, dividindo a cidade em grandes quadras, destinadas à diversas ocupações e finalidades. No interior dessas quadras estão as vias secundárias e locais, que completam a hierarquia do sistema viário, com as vias de pedestres, as ruas e alamedas.

As quatro vias principais têm funções fundamentais e bem específicas:
A TO 134 foi substituída e subdividida em TO-010, com inicio no eixo da Avenida JK e vai em direção norte para o município de Lajeado e pela T0-050, também com inicio no eixo da avenida JK e vai no sentido oposto em direção ao município de Porto Nacional; esta rodovia faz a ligação da capital com as demais cidades do Estado.

A Avenida Teotônio Segurado, com 150m de largura e mais de 20 quilômetros de extensão, é o grande eixo estrutural da cidade, sendo sua via principal.

A Avenida Parque acompanha o contorno do lago da represa, articulando as áreas de esportes, recreação e lazer.

A Avenida Juscelino Kubitschek, que corta a cidade transversalmente no sentido Leste-Oeste, faz a ligação da rodovia estadual com a Avenida Parque, atravessando o Lago através de uma ponte, se estendendo até o município de Paraíso pelo TO-080.
.
As vias secundárias, que situam no interior das quadras, foram pensadas e dimensionadas para dar acesso exclusivamente às residências e aos equipamentos urbanos ai instalados.

Os cruzamentos das vias principais da malha viária são providos de praças de rotação, sistema técnico que elimina semáforos e diminui consideravelmente o número de acidentes na cidade.

Esse tipo de planejamento viário mais espaçado e aberto, dividindo a cidade em grandes áreas urbanas, diminui consideravelmente a sua extensão e metragem, além de reduzir o custo de implantação e manutenção da infra-estrutura urbana, constituída dos sistemas e redes de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e ainda facilitar a ventilação natural urbana

As áreas Urbanas

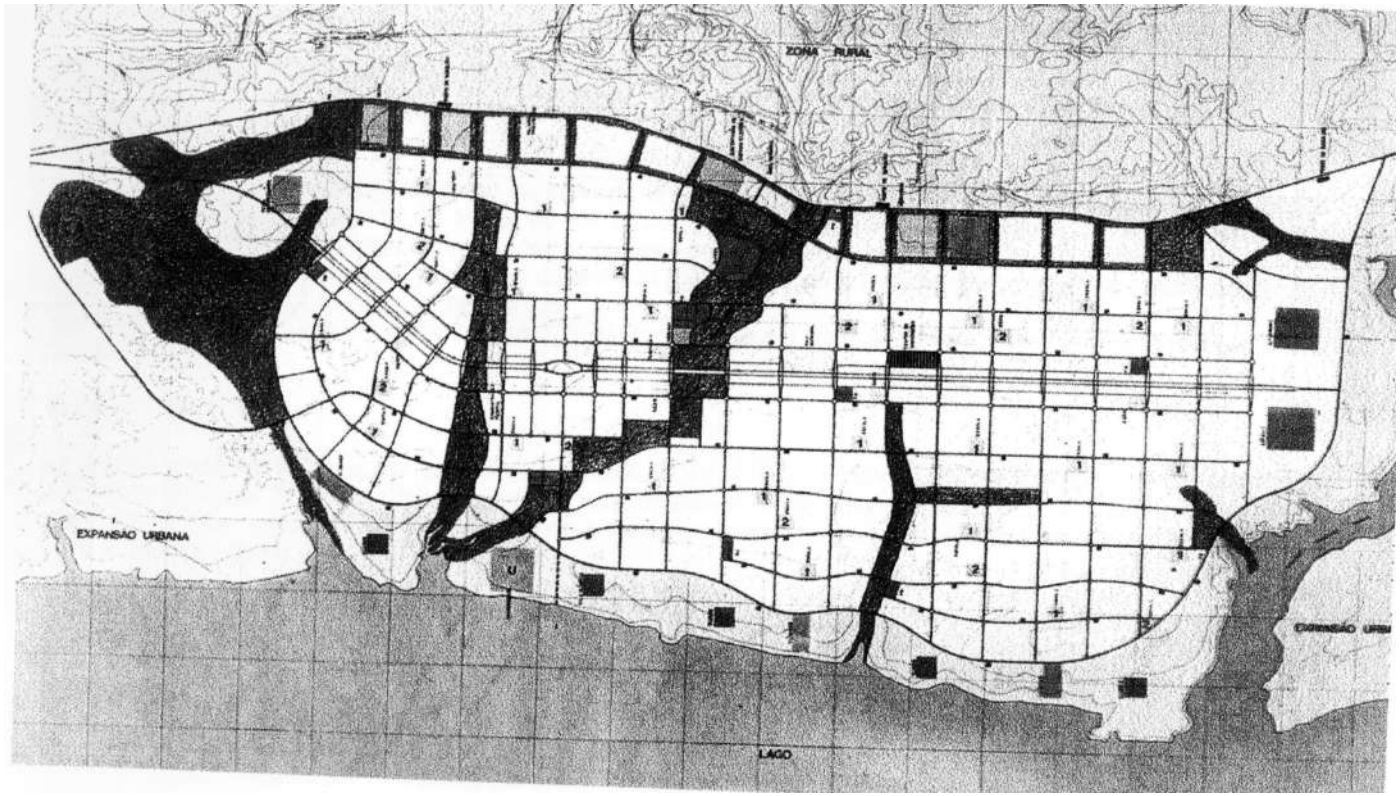


Fig. 5 / Traçado geral do Plano diretor Urbanístico

Pelo Plano Diretor básico as áreas urbanas de Palmas estão distribuídas através de um zoneamento, que prevê grandes áreas ou superquadras, contendo outras menores, destinadas a várias funções e delimitadas por uma malha de vias principais, espaçadas de aproximadamente 700 metros, a partir dos dois grandes eixos viários, a Avenida Teotônio Segurado (eixo norte-sul) e Avenida Juscelino Kubitschek (eixo Leste-Oeste).

Essas grandes áreas definem a área central, as quadras residenciais, de comércio e serviços, institucionais, de preservação ambiental, de lazer, etc. nos seus quatro quadrantes NE, NO, SE e SO, definidos por esses dois eixos cartesianos

Área Central da cidade

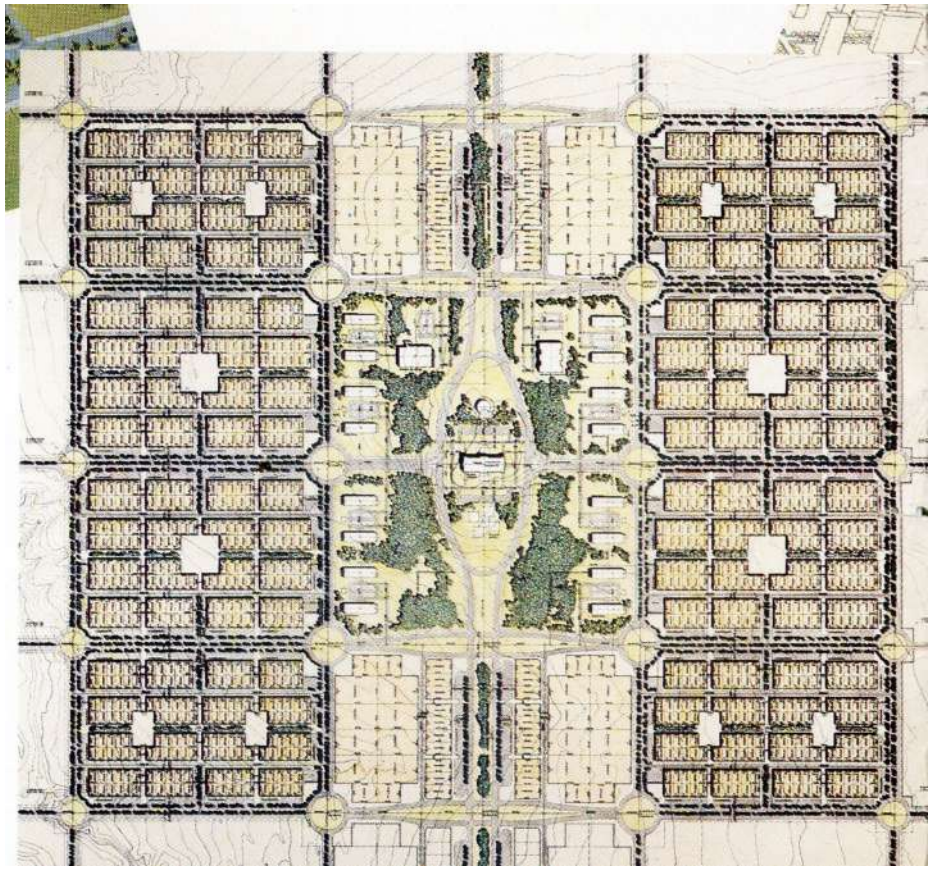


Fig. 6 / Projeto da Área Central

Na ilustração vê-se o projeto da área central da cidade, formada pela Praça dos Girassóis, sede da administração estadual, apresentando a distribuição dos edifícios do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e do Palácio da Justiça e das Secretarias de Estado; as oito quadras comerciais centrais, 4 à esquerda e 4 à direita e as quatro quadras de serviços urbanos, duas superiores e duas inferiores, junto ao eixo norte-sul.

Praça dos Girassóis



Fig. 7 / Projeto da Praça dos Girassóis

No cruzamento dos dois eixos principais, criou-se uma enorme praça, a Praça dos Girassóis, (flor símbolo do Estado), dentro da qual e no seu entorno imediato estão reunidos os edifícios dos poderes constituídos e administrativos do novo Estado.

No centro, num pequeno promontório, isolado dos demais por uma elipse viária foi localizado o Palácio Araguaia, sede do poder executivo; ao seu redor e abaixo estão localizados o Palácio da Justiça, a Assembleia Legislativa; na parte superior a Catedral e Museu do Estado; Nos quatro cantos da periferia ficam os 16 edifícios previstos para as várias secretarias de Estado.

No capitulo 2, que trata do Urbanismo, esses setores da cidade estarão melhor detalhados.

Áreas Residenciais

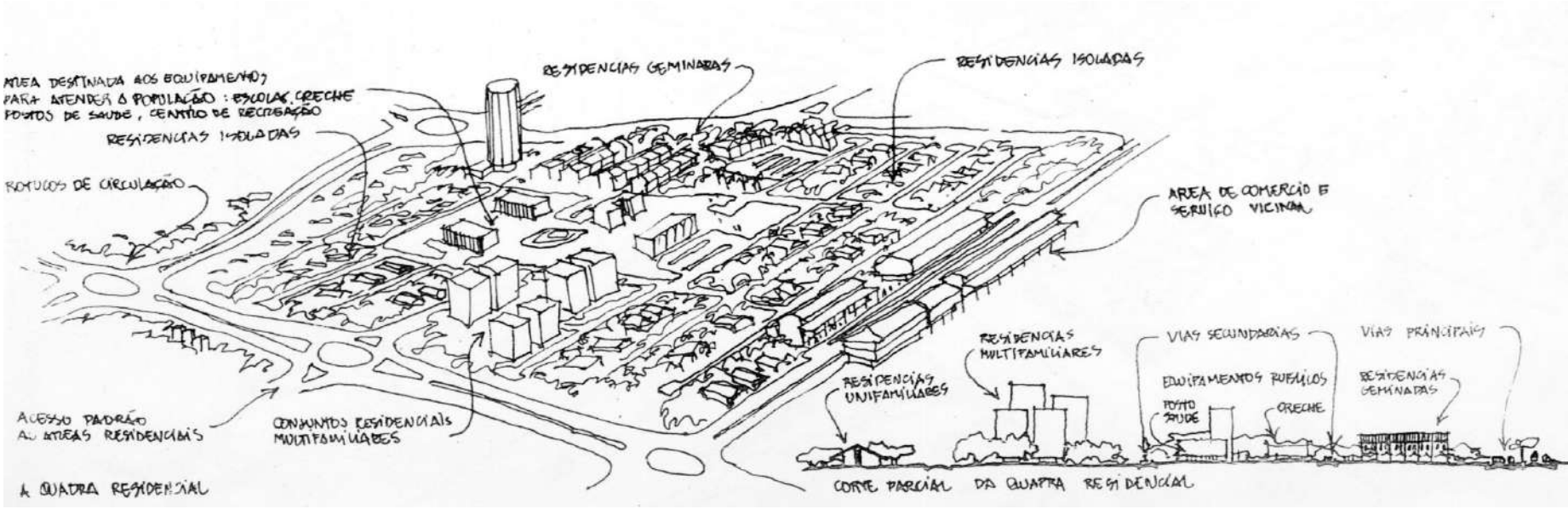


Fig. 8 / Simulação de quadra residencial

Áreas Residenciais

Às áreas residenciais estão distribuídas por toda a cidade, constituindo sua maior extensão, através das quadras residenciais, designadas pela sigla AR seguida da sua posição geográfica nos quadrantes da cidade, complementada pela numeração feita a partir do marco zero da cidade, cruzamento dos dois eixos cardeais, que é a praça dos Girassóis.

Assim, por exemplo, a quadra ARNE 12 é a primeira quadra residencial situada no quadrante nordeste a partir dos eixos principais.

É uma nomenclatura racional, fácil de localizar e memorizar, e que evita malabarismos verbais ou oportunismo político para se encontrar nomes de personalidades, nem sempre importantes, para os diversos logradouros da cidade.

Para o projeto urbanístico das quadras residenciais não foi fixado, pelo Plano Diretor, nenhum modelo ou sugestão volumétrica, mas sim regras e diretrizes a serem obedecidas para a sua elaboração.

Essas quadras têm em média 40 hectares, podendo abrigar em torno de 12.000 habitantes cada.

Preliminarmente era desejo dos autores do plano que cada quadra residencial fosse projetada por um arquiteto convidado, para com isso garantir uma variedade de linguagem e interpretação volumétrica diferenciada dessas diretrizes.

Para a Urbanização das Quadras Residenciais foram fixados, pelo Plano Diretor, alguns critérios e premissas gerais que permitiam liberdade na sua organização física. Os parâmetros a serem obedecidos foram: a densidade de 300 habitantes por hectare, através do uso misto de habitações individuais e coletivas; Essa densidade, considerada média, se baseou em parâmetros econômicos de custo x benefício da implantação e manutenção da infra-estrutura urbana (1); os lotes das habitações individuais eram fixados em 360 m2, (12m x 30m); áreas destinadas aos equipamentos como comércio local, escolas, aos templos e ao lazer; estabelecer um arruamento que previsse velocidades baixas e não tivesse ligação direta entre as vias do sistema viário principal.

Foram fixados os dois acessos à malha viária principal, bem como a posição do comercio vicinal entre quadras, distribuído em lotes moduladores de 12m x 12m = 144 m2.

1. Juan L. Mascaró – Custos de infra-estrutura, tese de doutorado, Fauusp, 1979

Áreas Comerciais e de Serviços

As áreas comerciais e de prestação de serviços foram divididas pela cidade de forma organizada de acordo com as características específicas para atender a população. Essas áreas foram assim distribuídas:

Área de Comercio e Serviço Central

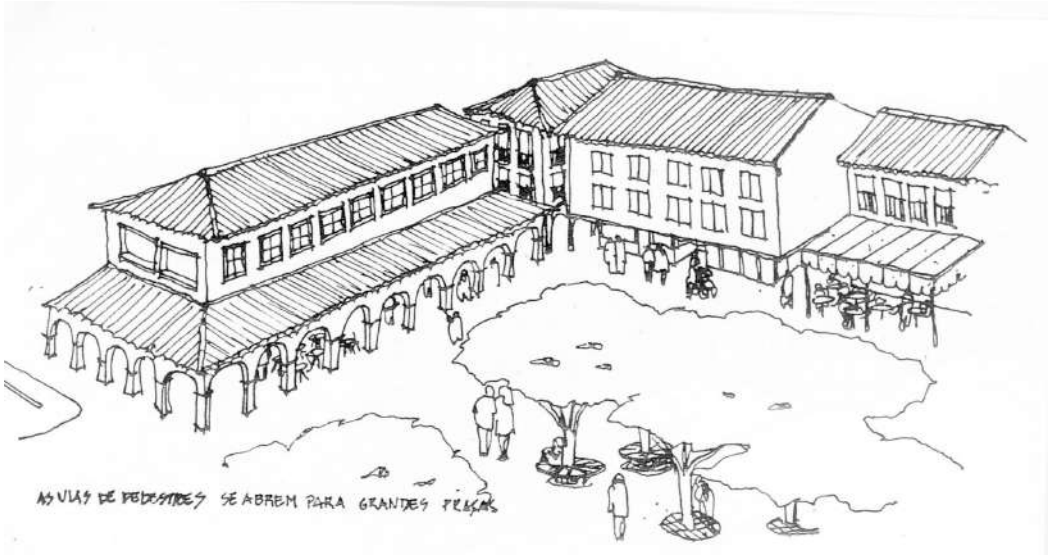


Fig. 9 / Croqui de possível ocupação Comercio Central

Esta área é aquela que envolve a Praça dos Girassóis e tem as características de um centro de cidade tradicional; aqui estarão reunidos os bancos, as lojas, escritórios, cinemas, restaurantes, clinicas, etc, permitindo residências nos andares superiores.

A característica marcante, prevista nesta área central, são as vias de pedestres que se abrem para grandes praças, livres de automóveis e cercadas por galerias de uso público nas edificações lindeiras.
Igualmente os edifícios construídos nos lotes normais dessa área serão providos de marquises ou balanços para a proteção dos pedestres.
Nota-se nessas duas determinações o cuidado com o sombreamento e a proteção dos pedestres dos rigores do clima.

Área de Comércio Vicinal

Constituída pelo comercio local, como açougue, padaria, mercearia, quitanda, etc, estas áreas estão localizadas na vizinhança das quadras residenciais. Elas também podem ter moradia no andar superior. Estão reunidas em conjuntos de 8 lotes agrupados de 12 m x 12m, nos dois lados das avenidas, que divide duas quadras e são providos de amplos estacionamentos próprios.

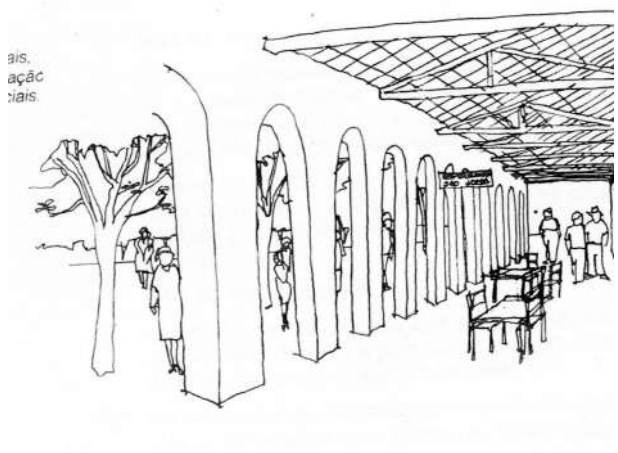


Fig. 10 / Croqui de Comercio Vicinal

Área de comercio, serviço regional e industrial



Fig. 11 / Croqui de área de serviço regional

As quadras de comercio e serviço regional, de grande porte, bem como para industrias não poluentes estão localizadas junto à rodovia TO 134 para facilitar sua ligação com outras cidades do Estado e também restringir o tráfego pesado na malha urbana.

Seus lotes são mais generosos que os normais da cidade e são separados por uma extensa área verde de proteção sonora e visual.

Áreas de Lazer e Cultura

Estas áreas estão localizadas no limite oeste da cidade, entre o lago e a Avenida Parque e permite o amplo acesso da população ao lago. Nela estão as praias, os parques públicos, os clubes, o centro olímpico, as universidades, as áreas de esportes, escolas especiais, clinicas de repouso.

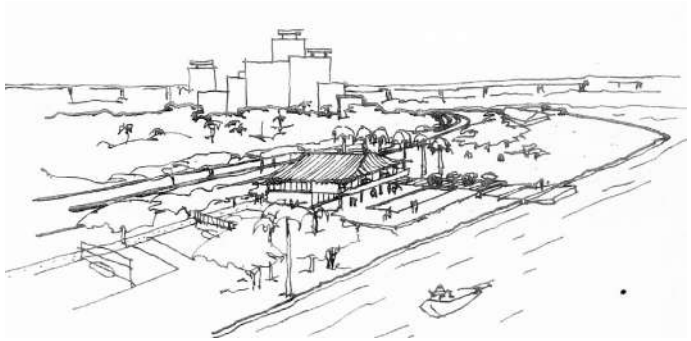


Fig. 12 / Croqui área lazer e cultura

Áreas dos Equipamentos Urbanos

A localização dos equipamentos urbanos está prevista em três áreas distintas, em função de importância e capacidade de atendimento à população: os regionais, os urbanos e os vicinais.

Os equipamentos regionais, que atendem a população da capital e cidades mais próximas, estão localizados ao longo das três vias principais que cortam a cidade na direção norte-sul. São o centro administrativo, o centro de convenções, os hospitais, o estádio, o autódromo, a feira agro-pecuária, ao longo da Avenida Teotônio Segurado;

As universidades e o centro olímpico ao longo da Avenida Parque;

Os terminais de carga e os acessos à cidade, ao longo da rodovia TO-134;

O Aeroporto, por suas características especiais, fica fora da malha urbana.

Os equipamentos urbanos são destinados somente à população de Palmas. São as escolas, o mercado, os centros de saúde, os postos de gasolina, a policia, o paço municipal, entre outros. Eles estão distribuídos estrategicamente pela cidade. O cemitério, também enquadrado nesta categoria, estará fora da malha urbana.

Os equipamentos vicinais são aqueles ligados ao dia a dia dos moradores e se encontram junto às suas moradias. São as creches, os postos de saúde, o posto policial, os locais de culto, os centros comunitários.

Projetos de Infra Estrutura

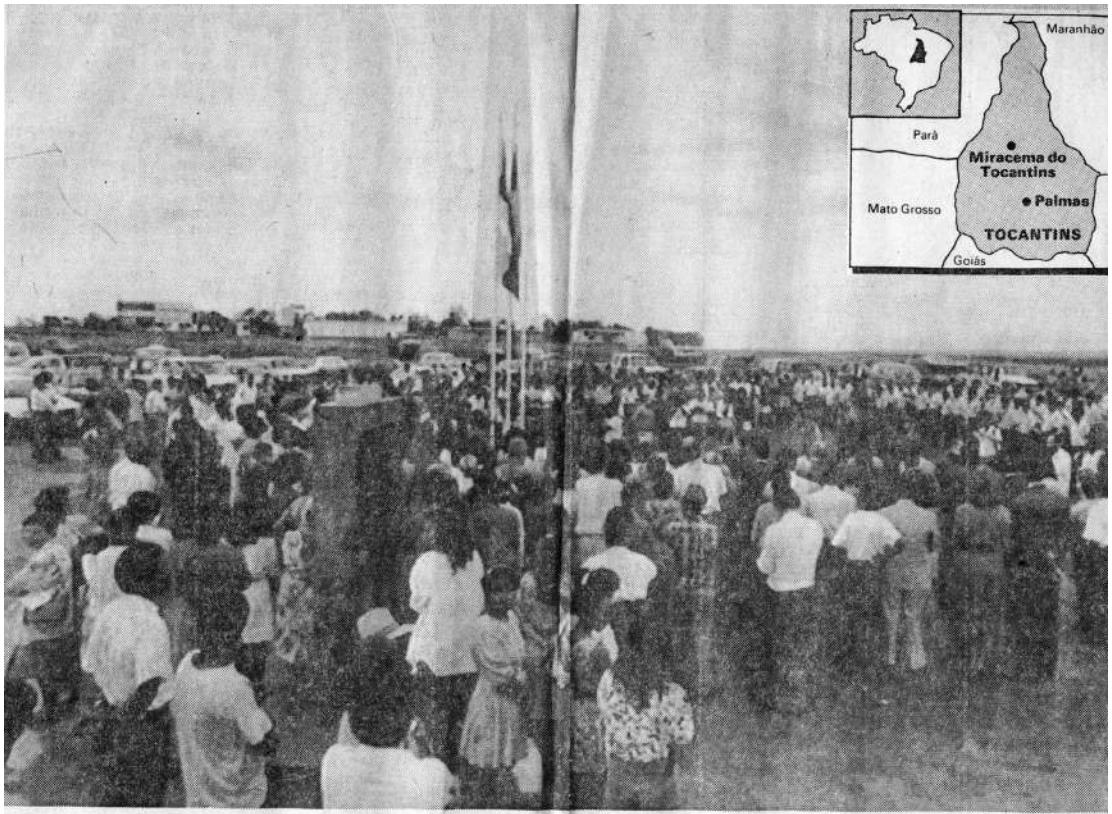
Os projetos de infra-estrutura urbana, complementares ao plano diretor, e fundamentais para a implantação, o correto funcionamento e manutenção da cidade, são aqueles ligados à locação da cidade, ao dimensionamento e detalhamento do sistema viário, da definição das redes das águas pluviais, de água potável, de esgoto sanitário, do fornecimento de energia, da iluminação pública, da telefonia e comunicações.

Esses projetos foram executados por empresas especializadas, sob a coordenação da equipe responsável pelo plano diretor.
Mais detalhes sobre a infra-estrutura serão fornecidos mais adiante quando tratarmos da implantação da cidade.

A equipe técnica completa responsável pelo Plano Diretor de Palmas, incluindo o Planejamento Urbano, a coordenação do projeto, bem como os projetos da infra-estrutura, as consultorias necessárias, os projetos de arquitetura dos primeiros edifícios institucionais e do urbanismo das quadras residenciais iniciais, estão relacionados nos anexos finais deste trabalho.

O NASCIMENTO DA CIDADE

O NASCIMENTO DA CIDADE



Palmas: festa com muita lama e clima de aventura marca inauguração da nova capital do Estado de Tocantins

Marcos Fernandes

Fig. 13 / Festa de Inauguração de Palmas (1/1/1990)

Aspectos históricos

O nascimento oficial da cidade se deu em 1º de janeiro de 1990 * com grande festa, hasteamento de bandeiras, culto ecumênico, desfile de tropas, muitos discursos, fogos de artifício, execução de hinos por banda militar, churrasco; tudo sob chuva e muita lama, num clima de aventura e esperança.

Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, que noticiou a inauguração e do qual extraímos a imagem da fig. 13, a futura cidade tinha oito casas de madeira dois alojamentos de operários, quatro canteiros de obras e uma casa de tijolos – a Suçuapara, da antiga fazenda Triângulo, de Paulo Guimarães, que serviu de primeira sede oficial da Prefeitura e do Governo do Estado.

O nascimento de Palmas foi precedido de intensas disputas políticas, discussões jurídicas e soluções engenhosas, de esperteza política.

O prefeito de Miracema, a capital provisória, Sebastião Borba opunha forte resistência à mudança e procurou politicamente dificultar as coisas;

* O aniversário da cidade de Palmas também é comemorado a partir de 20/05/1989, data do lançamento da sua pedra fundamental.

a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) argüiu inconstitucionalidade do dispositivo que dava poderes ao governador de nomear o primeiro prefeito da capital.

A saída para desarmar as armadilhas políticas e jurídicas criadas deu-se com uma ardilosa manobra política.
O governador Siqueira Campos convenceu o prefeito e os nove vereadores de Taquarussu do Porto, pequeno município rural vizinho, a incorporar sua cidade ao Município de Palmas, transferindo sua sede para a nova capital. Em seguida, por força de maioria que tinha na Assembléia Legislativa, aprovou uma emenda à Constituição estadual modificando o dispositivo considerado inconstitucional, pela OAB.

Assim, da noite para o dia, Taquarussu virou distrito de Palmas, e seu Prefeito, o fazendeiro Fenelon Barbosa Sales, e os seus nove vereadores se sentiram promovidos, pois passaram a exercer os mandatos na capital do Estado. Afirmam que o único que discordou e preferiu renunciar ao mandato foi o Presidente da Câmara Municipal de Taquarussu, Sr. Tarcisio Machado.

As Questões ambientais

O Plano diretor de Palmas foi elaborado a partir da análise do meio ambiente e clima da região, verificando as condições de solo, de topografia, das nascentes de água potável mais adequadas para a implantação da cidade.
Igualmente buscou-se um melhor aproveitamento das brisas existentes, da paisagem e do traçado da infra-estrutura urbana.

Foram descartadas áreas muito inclinadas, sujeitas a inundações e erosões.
Assim, o traçado proposto para a cidade ocupou a extensa planície entre a Serra do Carmo e o Rio Tocantins e incorporou os riachos da Água Fria e Taguarussu, com suas matas ciliares.

Essas preocupações revelam o cuidado em respeitar o meio ambiente e a natureza local, procurando garantir a sustentabilidade ambiental da nova cidade, numa atitude pioneira para esse tipo de trabalho, de escala urbana.

Nesse sentido foi elaborado, já na fase do Plano Diretor, um estudo de impacto ambiental em relação à construção da cidade.
Por toda essa atenção às questões ambientais, a cidade de Palmas foi considerada, desde o seu inicio, como a Capital Ecológica.

No início da cidade era muito pó espalhado no ar; Uma poeira vermelha provocada pela abertura das vias, das construções das obras e muita movimentação dos veículos.

Mas, e antes do pó, provocado pelo homem pioneiro, como era o lugar?

Havia uma planície do serrado brasileiro, composta por algumas fazendas improdutivas, limitadas pela Serra do Carmo por um lado e o Rio Tocantins do outro, entre os ribeirões Água Fria e Taguarussu, na região do Canela, no centro do novo Estado do Tocantins.

O Sítio





Fig. 14 e 15 / Vistas da paisagem natural de Palmas



Fig. 16 / O rio Tocantins



Fig. 17 / Vista da Serra do Carmo

O Sítio

Era constituído por uma paisagem tranquila e bucólica, formada por pequizeiros, cajueiros, palmeiras-buriti nas áreas úmidas, emas, seriemas, calangos, sobre um cascalho marrom-avermelhado; o Rio Tocantins ao lado, caudaloso e veloz, límpido e de águas frias, pouco piscoso; a Serra do Carmo, verde-azul ada ao fundo, riachos tranquilos com suas matas ciliares cortando a área, um forte calor tropical, algum gado nelore, população rarefeita, quase ninguém; Todo esse cenário abrigado por um imenso céu azul, límpido e acolhedor.

Esses eram os elementos físicos básicos e os ingredientes naturais deste vasto cerrado, grande planície do Brasil central, selecionado para a implantação da nova capital do Estado do Tocantins.

Escolhido o lugar, entre outras opções de localização já povoadas, conforme expusemos e desapropriadas as poucas fazendas improdutivas existentes, estavam criadas as condições básicas necessárias, para o desenvolvimento do plano diretor e a implantação da cidade.

A Questão Fundiária original

De certa maneira a questão fundiária na área de Palmas era relativamente tranquila, pois a região era formada por umas poucas fazendas improdutivas, que foram desapropriadas pelo governo do Estado, sem maiores conflitos pela posse da terra, sejam de agricultores ou indígenas remanescentes que viviam nas proximidades.

Claro que subjacente a essa tranquilidade, fortes interesses fundiários estavam envolvidos pela supervalorização das terras locais, que da noite para o dia apresentavam uma grande possibilidade de altos lucros.

Essa operação de desapropriação das terras, pelo Governo do Estado, resultou num grande negócio imobiliário, pois a sua compra se efetuou em hectares de área bruta e a venda posterior se deu em metros quadrados, de área urbanizada.

Com isso o Governo do Estado ficou sendo proprietário de toda a área necessária para a implantação e desenvolvimento da cidade, numa situação rara e privilegiada, de controle, exploração e gestão do solo.

No item sobre a Gestão Inicial tratamos um pouco mais detalhadamente deste assunto.

As Questões sociais

Semelhante à situação fundiária descrita, composta por fazendas improdutivas, não havia, na área de Palmas, maiores conflitos sociais a serem enfrentados, pela rarefeita e pacata população rural existente. Os maiores problemas estavam em outras regiões do estado, como o bico do papagaio e de algumas reservas indígenas.

O afloramento dos problemas sociais, típicos brasileiros, só surgiram justamente em decorrência da implantação da Capital, que criou expectativas de melhores oportunidades de vida para aqueles que ai acorreram, nem sempre correspondidos ou frustrados.

Aliás, nessa questão, Palmas representou uma oportunidade mais próxima de melhorar a qualidade de vida da enorme quantidade de migrantes nordestinos e nortistas, que fatalmente iriam se deslocar para o “sul- maravilha” em busca de dias melhores.

Também nesse sentido, Palmas coloca a nu, mais uma vez de maneira flagrante, a questão de ocupação territorial e econômica desigual do nosso vasto território.

Mostra ainda que, nos falta uma política abrangente de ocupação do território brasileiro, estruturalmente estratégica, não errática, improvisada, ligadas aos interesses meramente econômico-financeiros, especulativos, demagógicos ou paternalistas.

As Cidades de Apoio

Como não havia nada construído no lugar e tudo precisava ser feito desde o início, os pioneiros que iam chegando foram se alojando, inicialmente, nas cidades mais próximas, como Miracema e Porto Nacional, junto ao Rio Tocantins, distantes aproximadamente 60 km de Palmas, em sentidos opostos.

Miracema, ao norte, como já aventado, funcionou como capital provisória, pelo período de um ano, durante 1989, na implantação do Estado; e Porto Nacional, ao sul, cidade histórica, que possuía a única ponte rodoviária sobre o Rio Tocantins, ligava às demais cidades do Estado e do país.

Miracema uma pequena cidade antiga, do lado esquerdo do Rio Tocantins, dedicada à pecuária e extrativismo mineral, foi uma das cidades de apoio de implantação da capital, alojando material e mão de obra de quem vinha do norte do país.
Ela ficava do lado esquerdo do rio, oposto ao lado de Palmas, o que obrigava a travessia por balsas.



Fig. 18 / Travessia do Tio Tocantins por balsa

Atravessava-se o Rio Tocantins por balsas-chatas, desprovidas de motor próprio; elas eram empurradas lateralmente por um barco a motor, responsável pelas manobras de travessia e atracação, de forma lenta e arriscada.

Esse rudimentar sistema de balsas era conhecido por Pipes, abreviatura do construtor e dono das embarcações, um sujeito simples, chamado Pedro Pereira Iran do Espírito Santo, que dizem, ficou milionário com a concessão dessas travessias.

Porto Nacional

Porto Nacional é uma cidade colonial, com tradição cultural, fundada em 1859 e que foi baluarte na luta para criação do Estado; Pequena, mas simpática e bem estruturada; Situada no mesmo lado direito do Rio Tocantins, como Palmas, mas com a única ligação rodoviária, por ponte, na ocasião, para a Rodovia Belém Brasília, que liga a capital ao Estado e ao resto do país.

Essa situação estratégica possibilitou um grande apoio na implantação de Palmas, ao permitir a chegada de materiais, equipamentos e pessoal, por via terrestre. Conta também com um aeroporto, com grande pista de pouso e controle, que inclusive auxilia o tráfego aéreo da região amazônica.

Está provida de bela Catedral (herança dos padres dominicanos), mercado, comercio, escolas, serviços diversos, inclusive hotel, praia, durante o verão, equipamentos que serviram de posto avançado, minimizando as dificuldades para as operações de construção de Palmas.

Porto representava, para os pioneiros, um oásis de fim de semana na dura e empoeirada jornada diária em Palmas. Os “guerreiros” empreiteiros repousavam no conforto e limpeza no Hotel Meridional, do seu Jaime, com direito à piscina, bebendo infinitas cervejas geladas e confraternizando no seu bar e restaurante.

Em matéria de lazer de fim de semana, também era famosa a beira-rio, com praia ou sem, no Restaurante e Bar da Tia Julia, onde se bebia embaixo de frondosas figueiras e se via e mergulhava nas curvas do Rio Tocantins.
Havia também a alta temporada de julho, em pleno verão local, com as varias praias formadas pela baixa do Rio Tocantins.

De Porto Nacional ia-se diariamente a Palmas, por estrada de serviço, ou nela voltava-se no final de semana, para o merecido descanso, depois de se acampar precariamente, durante a toda a semana nos canteiros de obra.

Algumas imagens, apresentadas à seguir, dão uma noção de como era a cidade de Porto Nacional nessa época.

Porto Nacional



Fig. 19 / Catedral N.S. das Mercês. 1894



Fig. 20 / Colégio Coração de Jesus, 1904





Fig. 21 e 22 / Casas coloniais do centro histórico (Rua do Cabaçaco à esquerda)

Porto Nacional



Fig. 23/ Paço Municipal, 1922



Fig. 24 Casas da região do Aeroporto



Fig. 25 / Hotel do Seu Jaime



Fig. 26 / Ponte sobre o Rio Tocantins, construída em 1979

Porto Nacional / Nova Praça do Centenário, 1990



Fig. 27 / Praça Centenário / Palco para eventos



Fig. 28 / Anfiteatro aberto



Fig. 29 / Quiosque sorveteria

Com a construção da capital em Palmas o cenário urbano e econômico de Porto Nacional se alterou, com a incorporação de melhorias e novas urbanizações, como recuperação da sua praça central, (do Centenário), avenida Beira Lago, nova praia, natural incremento do comercio e outras atividades de serviço

Porto Nacional, 2003



Fig. 30 / Avenida Beira Lago



Fig. 31 / Lago da Represa

Nestas imagens vemos os melhoramentos advindos da construção da capital como a urbanização da avenida Beira Lago, a represa da Usina do Lajeado, que se estende até Porto, propiciando novas atividades de lazer e novas praias e o conseqüente e natural incremento das atividades cultuais, comerciais e outras ligadas aos setores de turismo e serviço.

O Pioneirismo

Impossível falar do nascimento e da implantação de Palmas sem falar nos seus homens, mulheres e crianças que para lá se dirigiram, alguns cumprindo compromissos profissionais, outros, de “mala, cuia e cachorro”, em busca de novas oportunidades de vida.

Todos imbuídos desse espírito pioneiro, solidário, desbravador e corajoso dispostos a enfrentar condições precárias, toscas, sacrificadas e arriscadas de trabalho e de vida. Sozinhos, ou com a família, eles se aventuraram nesse novo sonho apresentado por uma nova cidade.

Jovens de idade e espírito, gente de todos os cantos do Brasil, movidos por um projeto, um sonho, uma idéia forte, onde foram participar, com entusiasmo, da construção de uma nova cidade, capital de um novo Estado brasileiro.

Fomos bater em Palmas graças ao convite feito pelo Luiz Fernando do GrupoQuatro, numa tarde chuvosa, no escritório paulistano do Valandro Keating, nosso amigo comum, grande artista plástico. Convite despretensioso, que acabamos levando a sério, apesar dos desafios e mudanças envolvidas.

Sobre essa decisão escrevemos um texto (1) que saiu publicado na revista Projeto 146, em 1992, juntamente com uma longa e boa matéria (das poucas) sobre Palmas, elaborada pelo nosso colega Hugo Segawa.

No início de Palmas a vida era voltada prioritariamente para o trabalho, desprovida de conforto, de maiores facilidades humanas, numa difícil sobrevivência física e mental.

Isso não quer dizer que não havia diversão, entretenimento, lazer; Pelo contrário. Nas horas de folga, à noite, fins de semana era uma enfiada de festas, comemorações, onde se bebia desbragadamente de tudo (apesar da lei seca imposta pelo governador); muita cerveja, cachaça, whyski, rum, tudo o que fosse líquido.

1- Ver reprodução do texto nos anexos finais





32 e 33 / Festa na casa do GrupoQuatro em Porto Nacional, 1990



Fig. 34 / Festa 50 anos Eloy



35 / Lazer na piscina do Hotel do seu Jaime

Os Pioneiros

Bebia-se por qualquer pretexto; para matar a sede, com a desculpa do calor, para comemorar, para matar a saudade, para não ficar louco; tudo era motivo para “bebemorar” e festejar.
Era um tempo das “drogas saudáveis”, só bebidas e cigarros comuns.
Festas com muita gente, de todos os níveis e grupos sociais, congraçados numa fraternidade impressionante.
Rolava todo tipo de música, de cada canto do país, feita ao vivo ou em gravação;
Igualmente tinha muita comida, principalmente peixe de água doce, como tucunaré, pacu; ou churrasco de carne de gado nelore, com farinha de puba e aipim; ou ainda a famosa galinhada com pequi, feita pelos goianos; particularmente eu sentia falta de salada verde, legumes e da variedade de frutas encontradas em “Sampa”.
Esses produtos quando chegavam, vindos do Sul, além de caros, estavam em estado lamentável, praticamente cozidos e emprestáveis.

Rolava também, como seria previsível e natural, muito sexo, pela necessidade, facilidade, pelo calor ou sabe-se lá o que mais. Não havia ainda a divulgação do problema da aids.

Temporada de Praia

Havia também a temporada de verão, que lá ocorre de maio a setembro, oposto do sul e sudeste, quando o Rio Tocantins baixava suas águas formando diversas praias de areias brancas. Neste caso estavam as praias em Porto Real e a da Graciosa na margem oposta de Palmas. Era um tempo de sol escaldante, barracas de bebidas e comidas, som nas alturas, barracas de dormir e transar.

Era praticamente todo o mês de julho,das férias escolares, com picos de fim de semana de muita música, cerveja, o corpo bronzeado, saudável e satisfeito.

Era tempo também das loucas e perigosas travessias nas lanchas-voadeiras de alumínio, nem sempre confiáveis, pelo excesso de álcool reinante. O Rio Tocantins, diferente do Araguaia, era, nesse trecho, um rio encaixado, de pedras, muito veloz e perigoso. Para proteger as crianças da correnteza e eventualmente de piranhas, fazia-se um cercado de tela metálica junto a margem.
Não havia ainda o grande lago da represa, margeando a cidade.





Fig. 36, 37 e 38 / Praia da Graciosa de Palmas, junto ao Rio Tocantins



Além das festas e praias, havia ainda os infalíveis rodeios agropecuários, de peão e boiadeiro, verdadeiros carnavais sertanejos, típicos em todos os lugares onde essas atividades rurais são fortes. Aliados a isso havia também os monumentais shows sertanejos, com astros do momento, como Chitaozinho e Chororó, Zezé de Camargo e Luciano, Leandro e Leonardo e duplas do gênero.

Era muita festa, mas se trabalhava bastante. Era muito bom, produtivo, saudável e fraterno.

Outro aspecto interessante desse pessoal pioneiro era a sua constante movimentação, tanto pelo território do próprio Estado, como também para os outros Estados da federação. Eram viagens de trabalho, curiosidade ou lazer; quase sempre extensas e longas viagens de carro, por rodovias, arremedos de estrada e até campos de cultivo agrícola. Elas talvez fossem uma justificativa para compensar o isolamento ou matar as saudades de casa.

Assim se aproveitava para conhecer os lugares turísticos do Estado, como a Lagoa da Confusão, a Ilha do Bananal, o Jalapão, as praias do rio Araguaia, Araguacema, Araguaina, Gurupi, Paraíso, Natividade, Pedro Afonso, e tantos outros sítios bastante aprazíveis.

Igualmente tivemos alguns (Eloy, Bira e o Darci) a oportunidade de irmos ao Piauí, aonde vimos Terezina, Sete cidades chegando até S.Luiz do Maranhão; com o Pedro Lopes e Walfredo fomos à reunião do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil a Maceió em janeiro de 92. Em agosto do mesmo ano fomos (Eu e Pedro) ao Cosu de Curitiba; Repetimos o feito para Salvador em Abril de 94.

A ida e volta à Goiânia (1.800 km) pela malfadada Belém-Brasilia, era freqüente, às vezes para passar o fim de semana ou simplesmente para ver as luzes e o agito de uma cidade grande.

As idas à São Paulo também eram freqüentes, com chuva ou sol, aproximadamente à cada 90 dias, para ver a família e me “reabastecer” da poluição do sul-maravilha; eram dois dias de viagem, num, de 900km, vencido de Palmas a Goiânia, onde dormíamos no casa do nosso amigo Déo, dentista, corintiano e petista fanático, que morava no setor Jaó; No outro dia percorríamos os restantes 900 km do trecho de Goiânia a S.Paulo, atravessando o triangulo mineiro.

Todas essas viagens eram feitas de carro, queimando petróleo e energia física, às vezes com sustos, mas sem maiores reclamações.

Para S.Paulo, a viagem ia ficando cada vez melhor, pela infra-estrutura viária oferecida; Na Rodovia Belém-Brasilía, deserta, monótona e de longos trechos retos, quase sempre esburacada e praticamente nenhuma sinalização; em Goiás, de tradição rodoviária, em condições melhores; em Minas Gerais, tirando as proximidades de Uberlândia ou Uberaba, os trechos eram uma lástima, acrescidos de uma fiscalização corrupta e doentia; parece bairrismo, mas quando se atravessava a ponte do Rio Grande e se adentrava o Estado de S.Paulo era uma covardia; estrada impecável e segura, extremamente sinalizada, mas também pedagiadamente cara; eram (são) mais de 600 km perfeitos, até a capital paulista.

Quanto a perfeita sinalização rodoviária paulista, ficava a pensar, quando a trafegava, que todas as suas placas, desse trecho da via Anhanguera, dariam para sinalizar todo o trajeto feito anteriormente, pelas várias outras estradas percorridas.

Recordo da ansiedade em chegar, rever a família, os amigos, sorver algumas manifestações culturais, matar a saudade.

Enfim os pioneiros, esse grande grupo de pessoas fortes, que conviveram por algum tempo, de forma intensa e fraterna e que se tornaram amigos queridos, merecem o nosso devido reconhecimento e respeito. Em geral era mão de obra não qualificada dos estados do nordeste, comerciantes do sudeste e sul com algum capital, técnicos e profissionais de todo o pais, que foram contribuir para a construção de Palmas, em pleno cerrado central brasileiro.

Lembramos aqui para o justo registro, sem nenhuma ordem de importância, alguns desses personagens, com nomes ou apelidos, que ficaram retidos na memória, a quem houve o privilégio de conviver nestes tempos pioneiros.
Acrescento algumas fotos, bastante misturadas, (infelizmente não há registro de todos) que conseguimos reunir e que fazem parte deste momento inicial da cidade.

Alguns em caráter permanente, outros que iam e vinham regularmente, mas todos muito queridos.



Fig. 39 / Os pioneiros



Fig. 40 / Os pioneiros

Alguns Pioneiros

Arquitetos: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira (Shibiu), Walfredo Antunes (Fredo), Luiz Ceguinho, Eduardo Manzano Filho, Paulo Gomes, Pedro Lopes Jr, Manoel Balbino, Maria Luci, Ernani Vilela, Mônica Avelino, Riknelson Plus, Gilberto Köbler, Alfredo Gilberto, Borba, Aládio, Alejandro, Raul Filó, Fernando, Miranda, Laudelino, Marcônio Porto, Marisete, Maria Goreti, Paulo Kelerman. Desenhistas: Elizeu, Elias.

Engenheiros: Tristão, Bira, Ivanildo, Sales da Enger, Paulo Daher , Montandon, Marcio (albino), Arno, Teatini, Sebastião e Waldomiro, (SOS), Osmar Warre, Eduardo da Ecen, Delano (Ona), Nicanor (Estacon), Paulo, José Henrique (Warre), Clovis, Colombo, Mauro, Fauze, Gui Basevi, Ramis, Garcia (CPBO), Darci, Jorge (Camargo Correa), Limirio, Sergio Taveira, Alziro, Helio (Esteio), Gustavo, Alemão, Armandinho, Jamil, Darci.

Da saúde: Dra. Tânia, Dra. Terezinha, Dentista Jany, Jodi da Apae, Anísio.

Amigos vários: Nicanor (da Skol), Rodolfo (Alquimia), Grego da churrascaria, William (Banco Bamerindus), Najma, Jôse, Margarida, Luciano Varjão, Vander, Cris, Emilson da Gurufer, Toninho da Brilho, Val, Marcio di Peietro, Marlene,Ramis, Maria Eugênia, Leonardo Fregonezzi, Zezé, Ieda, Marcos contador, Kátia, Isa, Ieda, Graça, Peo, Jesus, Iberê, Adelmo, Israel do cartório, Raimundão, Cicero o despachante da Brasil Central, Valente, Ana do Nicanor, Eliana, Divina, Lutero, Cabrito, Josino Guerra, Sergio Cosson, Paulo encanel, Dorival, Braga do Hotel, Tia Julia da Beira Rio, Helinho do King Air, Roberto Factory, Sheila, Edson Hermes, o jornalista Salomão, Gaguim, Galego, Sonia do Restaurante los Pampas, Paulo Guimarães, Pagano.

A turma da música: Eloy, Ester, Aruanã, Malba, Budu, Bandeirinha, Genésio Tocantins, Julio Cesar, Dalva.

Esse era um pessoal não só ligado às empreiteiras e prestadores de serviço na nossa área profissional, mas também seus familiares e afins.

Havia também aqueles pioneiros ligados ao governo, autoridades, secretários e funcionários onde, também foi estabelecido estreito contato, nem sempre muito amistoso, motivado pelas relações contratuais, mas sempre respeitoso e profícuo.

Nesse caso estão os governadores Siqueira Campos, considerado pioneiro dos pioneiros, fundador de fato, político incansável na criação e consolidação do Estado; o sucessor governador Moisés Avelino, Paulo Sidnei (vice-governador e arquiteto); o primeiro prefeito Fenelon Barbosa, José Alves, Ronaldo Japiassu, o prefeito eleito Eduardo Siqueira Campos, Da. Aureny, os secretários Rubens Guerra, Renato Campelo, Marcos Faria, João Francisco, José Francisco, Professor Ruy Rodrigues, Antonio Guerra, o prefeito Vicentinho de Porto, Portelinha, Silvio Leão, Mauricio da Naturatins, Eng. Roxane, o Gilson da Codetins, Marco Antonio, os deputados Eudoro Pedrosa, e Derval de Paiva, Liberato Póvoa, José Ribamar, Cajazeira, Lucy, Adjair Lima, Pastor Amarildo, Wagner Praxedes, René Pompeu e tantos outros.

A esses personagens devem ser acrescidos os milhares de pioneiros anônimos, comerciantes, os peões e as diversas famílias participantes dessa epopéia inicial e que foram em busca de melhores condições de vida.

Essa turma propiciou uma série de estórias curiosas, algumas tristes e casos notáveis, dadas a essas circunstâncias excepcionais de trabalho e reunião.

À seguir, lembramos algumas delas.

Estórias Pioneiras

- O enorme chinês, Sr Sato, dono do Hotel S.Paulo, morreu e deixou expresso o desejo de ser enterrado em Palmas, cidade que o acolheu. Acontece que ainda não havia cemitério. Foi aquele corre-corre para resolver o problema, ao inverso que houve na novela do Sinhozinho Malta, que tinha cemitério e ninguém para inaugurá-lo.
Depois de muita confusão foi determinado seu sepultamento na área prevista para o local do futuro cemitério, e que acabou sendo desenvolvido, posteriormente, a partir do seu jazigo pioneiro.



Fig. 41 / Primeiro jazigo de Palmas

- Felicidade era conseguir embarcar nos aviões Bandeirantes, e somente 12 lugares, da Brasil Central em Porto Nacional, única linha regular, e que demoravam duas horas e quarenta minutos para chegar em Brasília, batendo asas, quando o tempo estava bom. O agente Cícero sofria, fazia milagre, sorteio e sempre sobrava gente. Esses vôos eram verdadeiros pau-de-arara, pois além dos passageiros trazia da “civilização” toda sorte de comida e bebida mais saudosas, objetos de uso pessoal, e outras coisas bastante extravagantes. Levavam caju, doces e pequis e traziam até vasos sanitários.

- Aliás, por falar em tráfego aéreo, forçaram a barra prematuramente para trazer os aviões comerciais para Palmas, numa pista improvisada ocupando uma enorme faixa da Avenida LO-09. Num dos pousos do Boeing da Vasp, avião grande e inadequado para a operação, além dos pneus estourados, a aeronave ficou encalhada num enorme buraco da pista, provocado pelo necessário taxiamento, na área destinada essas manobras. Foi terrível ver um sofisticado trem de pouso afundado na terra e pranchas de madeira escorando-o para a sua liberação.

Estórias Pioneiras

- As viagens entre Miracema e Palmas eram vencidas inicialmente pela travessia do Rio Tocantins pelas arriscadas chatas, rebocadas por barcos a motor do Pipes; em seguida já no lado de Palmas pela transposição de uma infinidade de arriscadas pontes de madeira, sobre ribeirões transbordantes, nas estradas de serviço em construção.

-As viagens diárias feitas entre Porto Nacional e Palmas pelas estradas de serviço eram sempre outra epopéia; quando tinha sol, a poeira impedia de se avistar qualquer coisa na frente; quando chovia, o barro transformava a travessia num maluco “rallye” onde as improvisadas pontes de madeira não resistiam e obrigava a gente a fazer baldeação de carros para poder chegar; isto é, atravessava a pé o riacho transbordado, usando os carros que permaneciam nos lados opostos, não importando na troca momentânea da propriedade de cada um.

Claro que nessas difíceis condições de tráfego, os acidentes eram freqüentes, alguns bastante graves. Nestes casos, os acidentados eram levados, pelos próprios companheiros, emergencialmente para Porto Nacional e posteriormente, algum avião particular amigo os removia para Goiânia. Não havia nenhum sistema de resgate médico profissional para ajudar os feridos.

-Outra estória curiosa dessa travessia Palmas-Porto. No início não havia nenhum estabelecimento bancário em Palmas. O governo deu uma concessão de operação para o Banco Bandeirantes, que montou um posto avançado no centro da cidade. Esse posto bancário consistia de um pequeno trailer, gerenciado pelo amigo William. Todo dia, ao encerrar o expediente, todo o numerário, os documentos, cheques, etc precisavam ser processados e transmitidos. Palmas não tinha recursos para isso, e o William saia em desabalada carreira para chegar em Porto Nacional, a tempo de enviar a compensação. Ele gastava menos de 15 minutos para fazer esse percurso, numa D-20 marrom; era o terror da estrada. Sem falar que o William era baixinho e tinha um defeito na perna. Era uma loucura e um milagre diário.

Estórias pioneiras

-Nessas ligações Miracema-Palmas e Porto Nacional-Palmas, havia de cada lado de entrada da capital, estrategicamente colocada junto aos córregos de divisa, uma guarita militar de madeira, que a pretexto de fiscalizar o tráfego, destinava-se principalmente a impedir migrantes invasores no plano diretor da capital, que eram encaminhados para Taquaralto e periferia.

-Dois engenheiros Marcio e Arno, eram figuras diferenciadas, vindas do sul; o Marcio era alto, forte e albino; estava sempre cor de rosa, daí seu apelido de boto cor de rosa; o Arno era quieto, gordo e baixo. Uma vez voltavam de uma festa, bem calibrados, numa caminhonete, com o Arno ao volante e o Marcio na carroceria. Chegaram ao hotel de Porto, sem o Marcio, que havia caído numa das curvas do caminho, sem que ninguém se desse conta. Mais tarde, de volta ao hotel, o Marcio todo ralado, e ensangüentado, dizia: - Arno você quis me matar, desgraçado. E todos riam a valer.

-É sabido que o plano diretor foi feito em prazo muito curto, por pressão política para implantar rapidamente a cidade e o Estado. Nas discussões com a equipe do plano diretor, o governador Siqueira Campos, dava palpites, sugeria e até impunha certas decisões. Foi o caso da localização do Palácio Araguaia, na parte mais alta do sitio da capital; igualmente na localização do Palacinho, o palácio de despachos provisório; também igualmente foi a dimensão da largura da Avenida Teotônio Segurado de 150 metros, que ele desejava que fosse o dobro.

- No início, o fornecimento de energia elétrica era muito irregular, vindo do sistema nacional ligado à Tucurui e Furnas. Não havia ainda as usinas próprias da Celtins.
Em algumas oportunidades os comerciantes e habitantes eram pegos por um apagão energético, que durava até dias, fazendo com que muitos serviços ficassem prejudicados e principalmente artigos e mantimentos perecíveis ficavam perdidos, acarretando a falência de muitos comerciantes pioneiros.

Estórias Pioneiras

-Com relação à água potável, o abastecimento era feito no velho sistema dos caminhões pipa, que traziam a água até umas caixas colocadas improvisamente na entrada do lote; através de muita mangueira preta era bombeada para outra caixa superior para o uso doméstico. Os banhos em casa (frio claro) eram tomados também na velha forma do chuveiro acoplado a um tamborzinho de 20 litros, içado com corda e carretilha, preso no alto.

-Triste, mas mais revoltante ainda, foi ver as grandes fogueiras, numa determinada noite, de fim de governo, provocadas pela queima de documentos e arquivos, para não passar informações ao novo governo eleito, claro que da oposição.Parece ser uma prática "democrática" brasileira.

- Tenso, mas divertido, era assistir e participar da dura prova de receber o pagamento pelos serviços profissionais prestados. A gente percebia quando chegava o dinheiro, pois havia literalmente uma revoada de aviões, no dia anterior dos executivos das empreiteiras e das demais prestadoras de serviço na tentativa de receber a sua parte. Acontece que o dinheiro não dava para todos.
Era uma espera angustiante nos hotéis, regada a muito wiskie, e nos bancos de madeira das Secretarias da Infra-Estrutura e da Fazenda para conseguir o seu quinhão.
-

Nessa questão do recebimento pelos serviços prestados tem a história de uma arquiteta que recebeu o cheque devido, mas deixou-o para descontar dias depois; coitada, ficou a ver navios, pois na mudança do governo e dos secretários, seu cheque foi sustado e nunca mais foi autorizado.

Algumas estórias com envolvimento pessoal.

Na residência do Grupo-Quatro em Porto Nacional, patrimônio histórico que alugamos e recuperamos, foram encontradas, várias vezes, cobras no banheiro, escorpião na cama, ratazanas passando pelo telhado exposto. Por outro lado, também tive a grata surpresa de encontrar a estrutura de uma bicicleta, quando limpava o mato na beira-rio; devia ser desova de algum furto. Recuperei-a, batizei-a de Catarina e saia alegre e lampeiro para me exercitar e fazer compras pelas ladeiras de Porto.

- Logo no começo fomos incumbidos de projetar as escolas públicas da cidade, pela Secretaria da Infra-estrutura, nas áreas destinadas a elas, nas quadras residenciais já projetadas. Ao perguntarmos se havia um projeto pedagógico a ser seguido, com diretrizes, objetivos etc, foi me respondido, pelo poderoso Secretário da Infra-estrutura de então, que eu parasse de frescuras desnecessárias (não foi bem esse o termo de baixo calão usado) e projetasse tantas salas de aula quantas fossem possíveis dentro do custo estipulado. Fim de papo.

Estórias Pioneiras

Um acidente rodoviário feio comigo, marcou nossa permanência no Tocantins.

Foi o acidente automobilístico que tive na rodovia Belém-Brasília, entre Goiás e Tocantins.
Voltava de Goiânia na caminhonete Saveiro do Grupo-Quatro, bastante carregada de coisas para obras, como aparelho de ar condicionado, alimentos e bebidas para minha festa de aniversário, que seria dois dias depois.
Num daqueles longos trechos retos, em aclive fui ultrapassar um caminhão-tanque, daqueles cilindros horizontais compridos e altos. Era dia claro e quente.
Não deu pra ultrapassar, pois vinha outro veiculo em sentido contrário em alta velocidade. No desespero fiz uma loucura, indo para o acostamento à esquerda; felizmente o veiculo no sentido contrário não fez o mesmo e passou com uma bala por mim, que tentava controlar a Saveiro no acostamento rebaixado de terra. Ainda em choque fiz outra burrice; tentei voltar à pista de asfalto. Consegui, mas com o carro desgovernado, fui jogado para baixo do caminhão-tanque, que continuava a subida. Por sorte bati num pneu estepe que ficava abaixo do tanque e que me jogou de volta à pista, mas já capotando. Fui parar de novo no acostamento à esquerda, de cabeça pra baixo, completamente tonto, sem noção de ferimentos ou avarias, mas vivo.

Ouvia um barulho de gás vazando e um cheiro forte de gasolina; eram os vazamentos do aparelho de ar condicionado e do tanque de combustível. Assustado e com muito medo consegui sair do carro sozinho, pois a rodovia estava deserta. O veiculo do sentido contrário não parou, talvez de susto. Quem parou e veio ver o que tenha acontecido foi o motorista do caminhão-tanque, que disse que foi acordado pelo choque no seu pneu-estepe, pois estava dormindo ao volante naquele momento.

Fora a perda total do auto, aquele sufoco para conseguir socorro, registrar a ocorrência, guinchar o carro, avisar o pessoal do Grupo-Quatro e a família, todo o dia se passou, pois o posto da Polícia Rodoviária era longe e a viatura não tinha gasolina, o guincho idem e o posto de abastecimento para onde conseguimos levar o auto também. Dormi neste posto, refeito do susto e com curativos nas escoriações, que só foram leves, graças a Deus. Foi uma canseira para tirar o carro de lá, levar para Goiânia e levou um certo tempo para refazer do susto completamente.

A festa de aniversário de 50 anos, feita dois dias depois, foi um sucesso e compensou aquele acidente.

-Outro caso curioso, mais leve, aconteceu quando dois arquitetos em Porto Nacional, que para melhorar a sobrevivência, resolveram montar uma pizzaria, com sistema delivery, inédito por lá. Recuperaram um belo casarão perto da Catedral, com uma ampla área fora, inclusive com play-ground para crianças. O fato singelo, porém curioso, foi que numa das entregas, houve a devolução da pizza encomendada, pois o cliente alegou que as azeitonas que estavam sobre a mussarela estavam queimadas.; Ele nunca tinha visto azeitonas pretas.

Poderia me alongar muito nestes casos pitorescos, mas essa amostragem é suficiente para ilustrar um pouco aquele momento, do ponto de visto humano.

Claro que com este conjunto heterogêneo, de figuras humanas de várias procedências, condições e formação, daria por si só, um excelente caldo de cultura, para um belo estudo sociológico, que infelizmente não nos julgamos capazes de aprofundar, mas apenas manifestar alguns sentimentos e observações pessoais.

Esse convívio pioneiro, com as pessoas mais diversas, foi responsável por um período bastante marcante na nossa vida pessoal e profissional. Nele pudemos testar e comprovar valores humanos autênticos, que às vezes ficam ocultos ou deturpados quando vivemos numa estrutura social mais consolidada e sofisticada.

Refiro-me aos valores éticos e morais, a uma ideologia condutora e saudável, à solidariedade, ao desprendimento, ao orgulho autêntico, à coragem, ao enfrentamento da solidão, praticados pelos pioneiros, com algumas raras exceções.

É importante registrar que tudo isso se passava sem a necessidade de um controle social repressivo, exercido por força policial institucional, através de seus agentes ou prepostos.
Apesar da ideologia inicial reinante de priorizar a formação de um contingente militar expressivo, onde até as crianças eram uniformizadas como guardas-mirins, não se notava, nesse momento a sua presença ostensiva..

Era quase uma sociedade democrática ideal, de muitos puros, quase ingênuos, e claro, alguns outros nem tanto, que se aproveitavam dessa ingenuidade ou desprendimento da maioria e das oportunidades para levar vantagem ou mesmo lucrar e até enricar.

Muitos desses pioneiros se fixaram em Palmas, se transformando em seus atuais dirigentes, colaboradores e defensores, participando ativamente de suas atividades profissionais, sociais e políticas.

Desafios

Essas estórias revelam alguns dos desafios enfrentados pelos pioneiros da cidade, que se aventuraram no sonho de seu projeto e construção.

A eles devemos acrescentar outros fatores que dificultavam a realização de suas tarefas e vivência.

São problemas lógicos decorrentes da condição de implantação inicial de um núcleo urbano, desprovido das coisas mais básicas e elementares para a convivência humana de forma digna.

O principal desafio profissional era realizar as obras necessárias à implantação da cidade; sua marcação, a abertura das vias, seus edifícios públicos, residências, comercio,etc, básicos para o o seu funcionamento inicial.

Tarefas que deveriam ser executadas dentro de exíguo prazo político, determinado pelo governo, que tinha como lema: “fazer 20 anos em 2”, numa paródia do plano de J.K. “50 anos em 5”, quando da construção de Brasília, ignorando prazos corretos para a execução da boa técnica.

Lembrando que todos os insumos e materiais necessários para as obras, básicos ou de acabamento, vinham de fora, como cimento, ferro, madeira, tijolo, pisos, forros, esquadrias, etc.

Lembrando ainda as adversas condições de tempo, ora com um calor abrasador, ora sob chuvas torrenciais.

Ora era a imensa poeira vermelha gerada pelas obras que impregnava a roupa, todo o corpo, as mesas de trabalho, os ambientes, tudo enfim; ora era a chuva torrencial que transformava tudo em lama e barro, dificultando a circulação, o andamento dos trabalhos, aumentando os riscos de acidentes e problemas diversos.

O excessivo calor trazia um torpor geral, acompanhado de riscos de escorpiões e cobras escondidos em recônditos lugares aquecidos, como botas, pilhas de madeira,etc.

O Rio Tocantins era um lenitivo para esse calor, pelos banhos tomados no seu leito; porém esse leito era de forte correnteza e representava sempre um perigo para os nadadores; igualmente arriscado era a sua travessia com carga pelas precárias balsas existentes ou ainda pelas lanchas de alumínio, as voadeiras manobradas por intrépidos pilotos.

A infraestrutura da cidade era praticamente inexistente no seu início; Vale dizer que a água potável era abastecida por caminhões pipa diretamente das nascentes ou do rio, a energia era precária e insuficiente, funcionando intermitentemente, com “apagões” constantes; as comunicações eram muito difíceis; as notícias chegavam com atraso; o abastecimento de produtos alimentícios bastante irregular e deficiente em quantidade e qualidade; o comércio incipiente; cultura geral, nem pensar, só a local; dormia-se ou ficava-se em alojamentos ou nos escritórios dos canteiros de obras em condições bastante desconfortáveis e higiene precária.

Se houvesse um problema sério de saúde ou caso de acidente, (que era frequente) dá pra imaginar o sufoco e o risco envolvido para resolver a situação, já que apesar de alguns abnegados médicos, não havia instalações adequadas para o correto atendimento.
Quando o caso era grave dependia-se da solidariedade de algum dono de avião monomotor de fazenda que o emprestava e removia a pessoa para centros mais próximos como Goiânia ou Brasília, para os devidos cuidados médicos.

Desafios que eram vencidos com muita garra, coragem, desprendimento, solidariedade e humor.

A IMPLANTAÇÃO DA CIDADE

Abertura das vias, 1990





Fig. 42 e 43/ Abertura inicial das vias no cerrado





Fig. 44 e 45 / Primeiros movimentos de terra

Com sol ou chuva as máquinas abriam as vias principais da cidade para o início da sua implantação. No geral não exigiam muita movimentação de terra, mas toda a devida preparação técnica. Remoção da vegetação e preparação da base para a pavimentação asfáltica final.

A frota circulante do veículos usados nos serviços, que conseguia resistir a essas condições desfavoráveis de poeira e barro, se limitava a alguns tipos de autos mais adaptados e valentes, como o Gol, usado pela maioria dos técnicos, jeeps e D-20 para as autoridades e fazendeiros.

Era uma satisfação acompanhar a marcação das vias, seu balizamento de pequenas estacas brancas, as máquinas regularizando-as milimétricamente, as seqüências do lastro e da base e finalmente o asfalto, que ficava um tempo recoberto com troncos das árvores retorcidas da margem, enquanto não era terminado e liberado todo o trecho.



Fig. 46 / Abertura Avenida Teotônio Segurado



Fig. 47/ Abertura de avenida JK leste-oeste

As Primeiras Construções provisórias, 1989-1990

A seguir apresentamos algumas imagens das construções provisórias do centro da cidade, feitas de madeira bruta ou aparelhada, compensada, cobertas com lonas pretas, chão batido ou cimentado rústico, muita mangueira preta e gambiarras, numa situação precária e emergencial, transformando-a quase num grande acampamento, aonde o conforto e as condições de trabalho e moradia eram bastante precários.

Foram erguidos e construídos inicialmente o Cruzeiro (18/05/1989),onde foi rezada a 1a. Missa na capital e lançada a pedra fundamental em 20/05/1989 (1); o Palacinho, construção de madeira feita para os primeiros despachos governamentais; Além deles foram edificados vários alojamentos para os funcionários públicos, separados por sexo, secretarias provisórias, muitos quiosques de comida e bebida, o hospital e a rodoviária provisórios, e algumas residências e comercio improvisado.

1 – Data que se comemora o aniversário de cidade.

Na ânsia de afirmação do Estado e buscando a devida identidade, todas essas edificações oficiais, já ostentavam o sufixo “TINS”, nos seus respectivos nomes, para se diferenciar daquele “GO”, originário ainda do Estado de Goiás.

Tal associação dos nomes desses órgãos com o sufixo “tins” gerava certas palavras engraçadas, como Casetins, Funatins, Ruraltins, Itertins, Codetins, etc., propícias a associações nem sempre pronunciáveis.

Os erros de português nos devidos letreiros eram freqüentes e feriam os olhos mais sensíveis ao correto vernáculo.

Construções Provisórias,1990



Fig. 48 / Avenida Teotônio Segurado



Fig. 49 / Áreas das secretarias e alojamentos



Fig. 50 / Comercio



Fig. 51 / Secretarias provisórias

Construções Provisórias, 1990



Fig. 52 / Estação Rodoviária



Fig. 53 / Casas de pau roliço, barro e sapé



Fig. 54 / o Palacinho, 1989

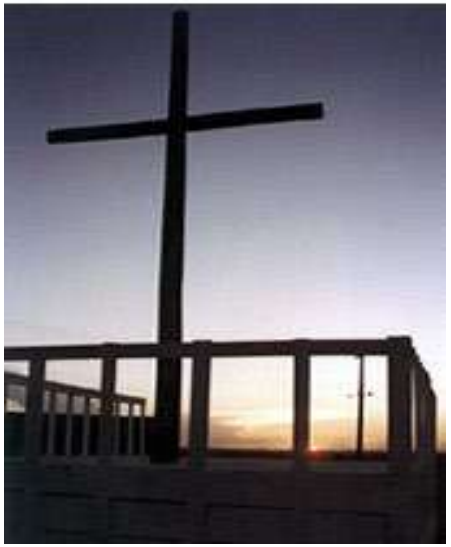


Fig. 55 / o Cruzeiro, 1989

Construções Provisórias, 1990



Fig. 56 / Centro Comercial



Fig. 57 / Central informações / Hotel S.Paulo



Fig. 58 / Central de Propaganda



Fig. 59 / 1ª.Capela

Construções Provisórias, 1990



Fig. 60 / Residência Grupo-Quatro

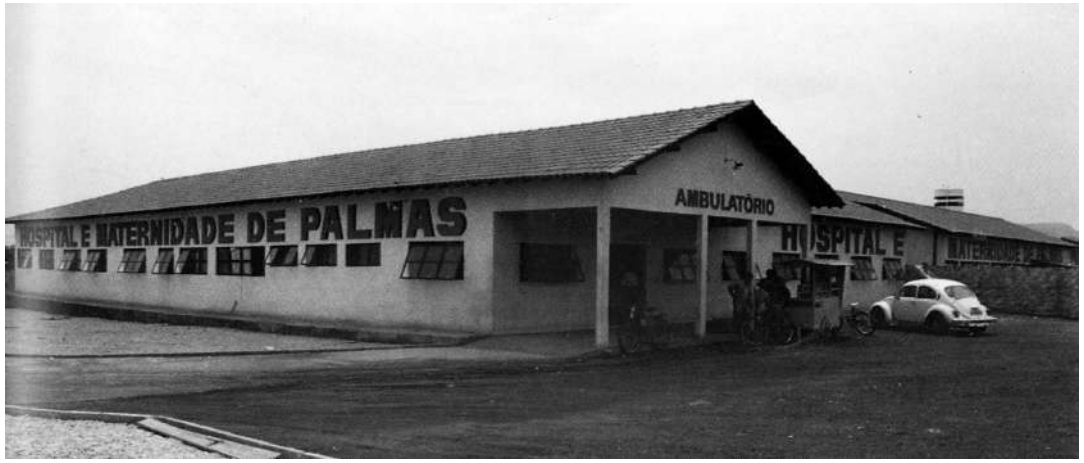


Fig. 61 / Hospital e Maternidade na ARSO 51

Primeiros Projetos e Construções Definitivas

As primeiras construções definitivas foram algumas institucionais como o Palácio Araguaia, duas Secretarias e a Prefeitura Municipal, seguidos de algum comércio, restaurantes, as residências da Quadra ARSE 14, chamada Vila dos deputados, para abrigar as autoridades, além de algumas poucas escolas e igrejas.

Palácio Araguaia / Grupo Quatro, 1990



Fig. 62 Palácio em Obras



Fig. 63 / Palácio Araguaia



Fig. 64 / Inauguração Palácio Araguaia

Secretarias de Estado / Grupo Quatro, 1990



Fig. 65 / Secretaria de Estado



Fig. 66 / Primeiras Secretarias: Infra-estrutura e Fazenda

Prefeitura Municipal / GrupoQuatro, 1990



Fig. 67 / Edifício da Prefeitura Municipal

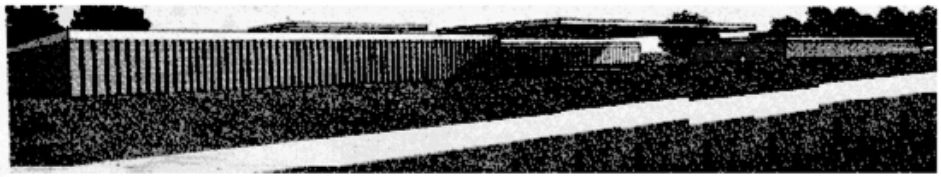


Fig. 68 / Perspectiva do Paço Municipal

O projeto da Prefeitura devia fazer parte do Paço Municipal completo, também constituído pelos edifícios da Câmara dos Vereadores e do Fórum, reunindo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário municipais, próximos aos edifícios das Secretarias Municipais, e articulados por grande marquise. Do paço completo inicialmente previsto, somente o edifício da Prefeitura foi construído. Os demais foram construídos separados e em outros locais da cidade.

Primeiras construções, 1991





Fig. 69 e 70 / Escolas públicas



Fig. 71 / Edifício de escritório



Fig. 72 / Edifício Comercial

Primeiras construções,1991

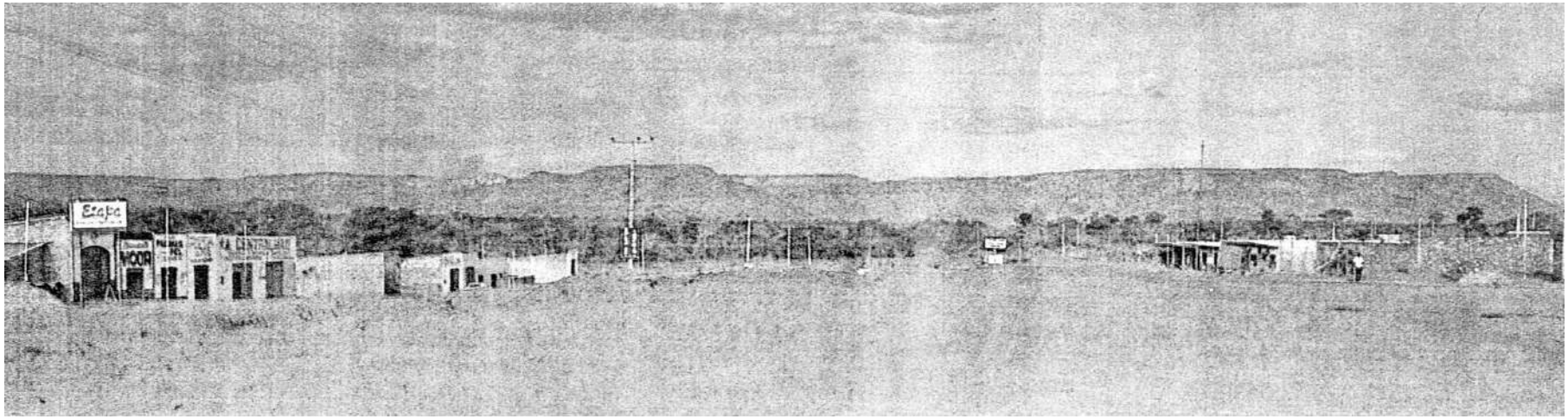


Fig. 73 / Abertura de Avenida Leste-Oeste com as primeiras construções, com a Serra ao fundo.

Além desses prédios, outras edificações gerais, comuns da cidade, começaram a ser construídas como residências, edifícios de escritórios e comercio e depósitos, destinados àqueles que tinham definido ou precisavam fixar residência na capital, como muitas famílias dos engenheiros, das autoridades, comerciantes, etc.

Apresentamos, à seguir, alguns exemplos dessas edificações, constantes do nosso acervo.

Outras construções privadas iniciais, 1992/1993



Fig. 74 / Edifício de escritórios



Fig. 75 / Galpão industrial





Fig. 76 e 77 / Residências

Infra-Estrutura

A infra-estrutura urbana é aquela que permite o correto funcionamento e desempenho da cidade, no que diz respeito ao abastecimento e distribuição de água potável, a coleta e tratamento de seu esgoto e efluentes, à geração e distribuição de energia elétrica, a rede de distribuição das comunicações de telefonia, a coleta do lixo, etc. São seus órgãos vitais.

A implantação e operação desses serviços essenciais se deram por empresas e órgãos diferentes, alguns de abrangência estadual, que também servem a capital, os quais vamos identificar e procurar expor suas diretrizes e pontos essenciais de interesse do projeto urbanístico da capital.

Meio Ambiente

Pela importância dada às questões do meio ambiente do Estado, desde o início do Plano Diretor de Palmas, foram criados organismos próprios para cuidar da questão: primeiro a Fundação Natureza do Tocantins[1], sucedida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins[2], autarquia pública do Estado, responsável pela execução da política ambiental do Estado, com poderes de monitoramento, fiscalização e controle.

[1] Lei no 029 de 21/4/1989 [2] Lei no 858 de 26/7/1996

Água Potável

A captação e a rede de distribuição da água potável foi iniciada pela Saneatins [1], (Companhia de Saneamento do Tocantins), empresa de capital misto, privado e público, que ainda segue operando, que capta a água potável nas reservas da Serra do Carmo e do Ribeirão Taguarussu, e distribui em rede, para 96% do município.

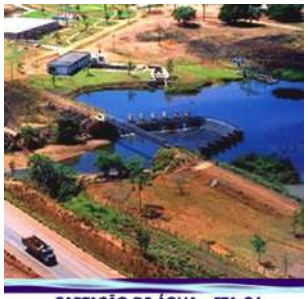




Fig. 78, 79 / Captação água potável



Fig. 80 / Rede de esgoto

As redes de escoamento das águas pluviais e esgoto também foram instaladas pela Saneatins.

[1] Decreto 33 em 25/04/1989.

Energia Elétrica

A geração e a distribuição da energia elétrica, da cidade e do Estado, é feita pela empresa Celtins [1], (Centrais Elétricas do Tocantins), pertencente ao grupo Rede, totalmente privado, que tem a empresa Investco, como holding e que foi responsável pela construção da usina hidrelétrica do Lajeado, que supre a cidade, o Estado e exporta excedentes.

O consequente enchimento do Lago dessa represa, já previsto no projeto do Plano Diretor, margeia toda a cidade de Palmas, criando condições ambientais e de lazer de grande qualidade para a região.

Nas ilustrações, a seguir, podemos ver a primeira usina hidrelétrica Isamu Ikeda, construída próxima à capital e a Usina Hidrelétrica do Lajeado.

Comunicações

As comunicações de telefonia passaram por aquela grande transformação ocorrida em todo o país, com a privatização geral desses serviços, em 1988, no governo Fernando Henrique *; na ocasião os serviços eram administrados pela Telegoiás; Hoje são fornecidos pela Brasil Telecom e supervisionados pela Superintendência de Informática do governo do Estado.

Lixo

A coleta de lixo e a manutenção das praças, das áreas verdes são de responsabilidade da Prefeitura, pela Agencia de serviços públicos municipais (Agesp).

* Emenda no 8 à Constituição em 8-5-1995.

[1] Criada em agosto de 1989 e privatizada em Setembro de 1989

Geração de Energia

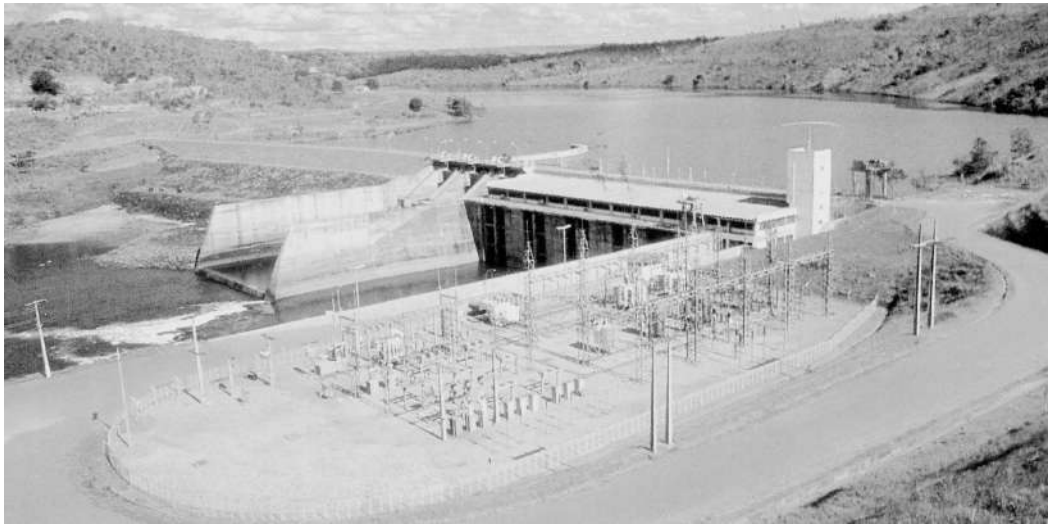


Fig. 81 / Usina Hidrelétrica Isamu Ikeda



Fig. 82 / Usina Hidrelétrica do Lajeado

A GESTÃO INICIAL

A Gestão da cidade de Palmas, como processo, passou por várias etapas e circunstâncias.

Inicialmente uma comissão, chamada Novatins, foi formada em 1989, para a implantação da nova capital. Era constituída dos seguintes nomes: Presidente: Eduardo Siqueira Campos; vice-presidente: Raimundo Nonato Pires dos Santos; diretor executivo: Rubens Vieira Guerra; Diretor Financeiro: René Pompeu de Pina; Diretor de Obras: Ronaldo Alves Japiassu.

No inicio, a gestão da cidade era exercida diretamente pelo governo do Estado, já que ela coincidia praticamente com todo seu processo de construção e implantação. Isso era exercido de fato, através de algumas poucas autoridades, de forma centralizada, seja diretamente pelo primeiro governador, Siqueira Campos, e uns poucos secretários muito próximos, como Rubens Guerra da Infra-estrutura e René Pompeu da Fazenda e uns poucos auxiliares próximos, paus pra toda obra, como Adjair Lima, Cajazeira, Jesus., com grande poder de decisão e persuasão.

Essa equipe inicial lembra aquela existente na construção de Brasília, Capital Federal, que por coincidência, território também desmembrado do Estado de Goiás, 30 anos antes, formada diretamente pelo Presidente Juscelino Kubistchek, Bernardo Sayão, Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Ernesto Silva, criando a Novacap, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

O objetivo, “slogan” e a meta do governo inicial do Estado do Tocantins (1) era realizar “20 anos em 2”, duração do 1º mandato, como que, para recuperar o tempo perdido, desde o sonho de implantação do Estado em idos tempos.

A Secretaria da Infra-estrutura do Estado, inicialmente chamada SEVOP, Secretaria de Viação e Obras Públicas, era o órgão que centralizava todas as obras do recém criado Estado, bem como, e principalmente de Palmas, sua capital.

1 - Ver relação dos governadores do Estado nos anexos finai).

A maioria dos projetos eram feitos fora dos quadros oficiais internos, de forma terceirizada, bem como as obras licitadas entre as empreiteiras conhecidas, pois a estrutura desta Secretaria era embrionária em termos físicos e humanos.

A Secretaria da Fazenda centralizava a captação de recursos e efetuava todos os pagamentos dos funcionários, das obras e dos serviços.
Os dois homens fortes do momento eram o Secretario da Infra-estrutura e da Fazenda, evidentemente controlados diretamente pelo governador em exercício, que de fato exercia o poder com mãos de ferro.

Pelo poder que detinham, esses secretários, além, é claro, do governador, eram mais disputados que qualquer pessoa ou coisa no Estado. A peregrinação dos empreiteiros e demais prestadores de serviços era constante, principalmente quando se prenunciavam os pagamentos. Nestes momentos havia uma verdadeira revoada dos diretores das empreiteiras de Goiânia e outros cantos do país para Palmas, pois nem sempre o dinheiro dava para todos. A cidade ficava mais movimentada e divertida.

Nesse período inicial foi criada a CODETINS [1] – Cia de Desenvolvimento do Tocantins, em 1989, órgão da administração indireta, que ficou responsável pela distribuição, comercialização e regularização dos lotes da cidade, providenciando o micro-parcelamento das quadras urbanas da cidade.

É preciso lembrar que o governo do Estado, quando da sua criação, desapropriou as fazendas existentes em Palmas, como área rural, em hectares, ou alqueires, forçando uma baixa nos preços correntes ou especulativos, se tornando seu único proprietário, numa condição excepcional, rara e ideal para a sua distribuição, ordenamento e controle do solo.

O valor da comercialização dos lotes urbanos, após o parcelamento do solo, foram fixados em metros quadrados; isso representou um lucro extraordinário e um grande volume de recursos para ajudar a custear a implantação da cidade, já que a compra inicial se deu em hectares de área bruta e a venda em áreas urbanizadas.

Foi por isso que no início, por deter todo o controle da terra da cidade, o governo pode praticar diversos expedientes e mecanismos de transferência de posse ou uso, no sentido de estimular e agilizar a ocupação da cidade; mais tarde (e até hoje), essa política geraria uma série de desvios indevidos e problemas fundiários para o desenvolvimento racional da cidade.

[1] Lei Estadual 006 de 23/01/1989

Assim é que, foram dados e regularizados muitos lotes residenciais e comerciais em *comodato,* figura que era uma cessão de direitos e posse, destinado a agilização da ocupação cidade, desde que o proprietário construísse em determinado período de tempo.

Muita gente ligada ao poder se beneficiou desse expediente, até acumulando irregularmente vários lotes em lugares privilegiados da cidade.

Porém, aqueles pioneiros mais humildes, que não tinham influencia ou transito político, praticamente acabaram sendo impedidos de se fixar dentro dos limites do plano diretor e sendo expulsos da sua área urbana, invadindo ou ganhando lotes de graça nas áreas periféricas.

Foi assim que surgiram as Vilas Aurenys e similares e que se ocupou Taquaralto.
Nesse circulo-vicioso e pernicioso, sabe-se que em seguida o governo tem que ir atrás para regularizar essas áreas, criar a infra-estrutura,etc. a reboque dos fatos e na contramão de um planejamento prévio e controlado.

Esse fenômeno urbano foi também o que aconteceu em Brasília e muitas outras cidades brasileiras, num perverso processo histórico de especulação imobiliária, excludente e desumano socialmente, característico da urbanização brasileira.

No caso de Palmas, bastante agravado, pois propiciado pelo próprio poder público, detentor e controlador único e exclusivo das terras, que funcionou como um verdadeiro especulador imobiliário.

Agravando o quadro da ocupação irracional do solo urbano, muitas áreas centrais também foram dadas como *dação em pagamento,* como contrapartida à realização de alguma obra ou serviço. Até hoje, grandes áreas centrais estão vazias aguardando valorização e comprometendo o desenvolvimento correto da cidade.

Igualmente num grave erro estratégico, o Governo do Estado resolveu esparramar a cidade, não respeitando a diretriz do Plano Diretor, que pregava o crescimento gradual da cidade, por faixas perpendiculares ao eixo maior, como ondas a partir do centro, de modo a garantir sua evolução e manutenção de forma econômica e progressiva. Quando o Governo tomou essa atitude, ele se transformou num verdadeiro especulador imobiliário, semelhante ao privado, ao estender a cidade, criando imensos vazios para serem valorizados, e tendo também que estender também toda a infra-estrutura necessária, passando obrigatoriamente por esses vazios, valorizando-os comercialmente.

Foi assim, por exemplo, com a implantação da ARSO 51 para a construção das residências de funcionários, chegando inclusive a ocupar uma área verde prevista inicialmente, para a construção do Hospital e Maternidade provisórios.

Igualmente o governo foi tolerante com os loteamentos clandestinos ou até facilitador desse processo irregular, fornecendo projetos de loteamentos periféricos, como as Vilas Aurenys, etc. Coibiu, é verdade, mas de forma truculenta, algumas invasões no lado norte, talvez, por estarem mais próximas ao centro e ao Palácio do governo.
Assim, a passagem da gestão e do controle da cidade para seus órgãos municipais, legítimos e legais, conforme é de praxe constitucional, foi paulatina à medida que iam se criando as estruturas de poder, que pudessem exercer essas atividades de forma institucional.

Enquanto isso se dava, a gestão da cidade foi sendo compartilhada por vários órgãos públicos estaduais e municipais de forma simultânea, e às vezes exercida de maneira ambígua ou contraditória, em função de seus objetivos políticos. Não podemos esquecer que Palmas é a capital do Estado, obrigatoriamente com todos os seus órgãos diretivos ai instalados e representados.

Aliás, sobre esta questão é oportuno lembrar o permanente clima de disputa política no estado, fruto da influencia de caciques ou correntes antagônicas, que se digladiam na obtenção e manutenção do poder.

Essa contínua peleja, que faz parte da cultura política brasileira, exacerbada e coberta de radicalismos, transforma adversários políticos em inimigos que devem ser abatidos, impede uma negociação saudável e a interlocução conseqüente com os contrários, em beneficio da comunidade e da democracia.

Fontes de Recursos

Muitas fontes de recursos, que mobilizaram uma soma respeitável de dinheiro, foram utilizadas para a construção inicial de Palmas.

Além dos recursos gerados pela venda dos lotes, as verbas necessárias para a implantação e manutenção inicial da cidade vinham de outras fontes, como as federais, do Fundo de participação dos municípios, verbas constitucionais destinadas à implantação do Estado, empréstimos internacionais e investimentos privados, já que neste início, não era gerado nenhuma arrecadação oriunda de impostos na cidade, quer fossem de natureza fiscal ou tributária.

A venda dos lotes, através da Codetins, tornou-se um grande negócio para o governo, pois instaurou-se uma febre especulativa onde a procura superava a oferta.

Por outro lado a Assembléia Legislativa autorizou o Executivo Estadual, através das Leis 10, 11 e 12 de 16/02/1989 a contrair empréstimos de US 600.000.000,00 (Seiscentos milhões de dólares americanos) para investir na infra-estrutura do Estado (saneamento, saúde, educação, rodovias).

Calcula-se que grande parte desses recursos foram destinados à construção da capital, já que ela era prioritária para o governo do Estado.

Estima-se que os investimentos iniciais somente em projetos, estudos de solo, ambientais, alojamentos provisórios, mudanças, inicio das construções do Palácio Araguaia e duas Secretarias chegaram ao equivalente a 15 milhões de dólares americanos.

Arcabouço jurídico

Como era de se esperar, numa situação de implantação de um novo Estado e sua capital, a trajetória legal percorrida não é absolutamente linear, seguindo caminhos tortuosos, com percalços e artimanhas políticas, oposições e obstáculos, inerentes a essa condição de coisa nova, movimentando muitos e fortes interesses.

Inicialmente o Município de Miracema funcionou como a capital provisória do Estado do Tocantins, durante todo o ano de 1989. As principais sedes e lideranças de seus poderes foram ai instaladas de forma provisória e precária. Nessa cidade estavam os gabinetes do governador com seus poucos auxiliares e uma assembléia estadual, com poderes constituintes, que foram os principais órgãos responsáveis pelo inicio da estruturação formal do Estado, recém criado, nos finais de 1988.

É preciso ressaltar que, nessa época, todas as decisões políticas eram emanadas do poder executivo, apreciadas, validadas e transformadas em leis pela Assembléia Estadual Constituinte, em face da completa inexistência de marcos legais e regulatórios específicos para o Estado e sua capital.

Com a criação oficial dos principais órgãos públicos, estaduais e municipais, a gestão e o controle da cidade de Palmas foram sendo transferidos, paulatinamente, de Miracema, a capital provisória, durante o ano de 1989, para Palmas a partir de 1º de janeiro de 1990.

O início oficial de Palmas foi marcado pela criação do Município de Palmas, desmembrado dos municípios de Porto Nacional e Taquarussu do Porto. (1)

Taquarussu do Porto era um pequeno vilarejo, que através de plebiscito se separou de Porto Nacional e se emancipou em 16/3/1989 realizando eleições e com posse do prefeito e vereadores em 1/6/1989.

Nessa época, a cidade de Palmas funcionava como um distrito do Município de Taquarussu do Porto, recém elevado a essa categoria, desmembrando-se do distrito de Porto Nacional.

1 – Decreto municipal 11 de 21/12/89

Em 1/1/1990 a sede do Município de Taquarussu do Porto, numa esperta manobra política, passou a ser em Palmas, da qual aquele município rural passou a ser um distrito da nova capital.
Assim é que o primeiro prefeito de Palmas foi o Senhor Fenelon Barbosa Sales, [1] eleito anteriormente para ser o prefeito de Taquarussu do Porto.

Nessa ocasião foram empossados,em Palmas, além do Prefeito Fenelon Barbosa, Ronaldo Japiassu para a Secretaria de Obras, Wagner Praxedes para a Secretaria do Governo, José Alves para as Finanças, Dr. Oliveira para a Saúde e Da. Maria Rosa para a Educação.

Evidentemente, os órgãos municipais do pequeno município rural de Taquarussu do Porto, eram absolutamente incompatíveis com suas novas funções da capital.

Nesse momento da evolução da cidade, toda a construção e gestão da capital eram feitas pelo governo do Estado, através das suas secretarias, da Codetins e demais órgãos.

Para ilustrar a evolução legal do Município de Palmas vamos apresentar algumas leis de caráter geral e outras específicas, sobre a organização do uso do solo e das edificações. *

-Lei Estadual 09 de 23/01/1989 desapropria área para a construção da capital.
-Lei estadual 070 de 26/7/1989 cria o Município de Palmas, revogada pela Lei 106 de 19/12/1989.
- Decreto Municipal 11 de 21/12/1989 transfere a sede do Município de Taquarussu do Porto para Palmas.
- Constituição do Município, sua Lei Orgânica, foi elaborada em 5/4/90 por uma Câmara Municipal com poderes constituintes, presidida por Euclides Correia Costa. Ela foi modificada por várias emendas em 30/11/94 e 11/4/2002.

Paralelamente a essa institucionalização política foi sendo preparada e aprovada toda a legislação urbanística específica para sua implementação e construção.

Esse conjunto de normas e leis urbanísticas era destinado a organizar a ocupação do território da capital nos seus aspectos físicos e urbanos.

[1] Ver a relação dos prefeitos de Palmas nos anexos finais.

* Ver relação mais detalhada nos anexos finais

Assim foram promulgadas as seguintes leis principais, bem como outros códigos e regulamentos:

-Lei 14 de.... Dispõe sobre a política urbana do município.
- Lei Municipal 31 de 7/12/1989 estabelece Código Municipal de Obras, modificada por outra em 1990.
- Lei 371/92 estabelece o Código de Posturas e Edificações.
-Lei 386/93 dispõe sobre a divisão da área urbana da sede do município de Palmas em zonas de uso.
-Lei 468 de 6/1/94 aprova o Plano Diretor Urbanístico de Palmas e dispões sobre a divisão do solo do município.regulando o zoneamento da cidade, as taxas de ocupação, os coeficientes de aproveitamento.
-LC 58 de 16/9/2002 institui o Macro Zoneamento Territorial do Município de Palmas; alterada pelas leis complementares LC 067 de 5/5/2003, LC 92 de 15/09/2004.

Projeto de Lei complementar no 14 de 7/11/2006 que dispõe sobre a política urbana do Município, alterando os dispositivos vigentes de uso e ocupação do solo.

É preciso ressaltar que essa legislação era preparada e votada, na época inicial, sem maiores discussões políticas, por poucas pessoas e muito rapidamente, pois as instituições eram inexistentes ou precárias. Isso evidentemente centralizava as decisões aumentando a responsabilidade pessoal, mas também costumava apresentar riscos de desvios de conduta, com a prática de atos indevidos e autoritários, coisas que aconteciam freqüentemente.

Havia pouca ou nenhum transparência nas decisões políticas Era um tempo que podemos chamar de democracia relativa, onde os fins justificavam os meios, onde as normas constitucionais, amiúde, eram atropeladas.

Somente a partir da posse do prefeito eleito em 1991, Eduardo Siqueira Campos, é que começaram a se estruturar, de direito, os órgãos públicos dirigentes da capital, como a Prefeitura e suas secretarias, Câmara dos Vereadores, etc.
Nesta época era governador do Estado, Moisés Avelino [1], de partido de oposição ao Prefeito.

Claro que toda essa evolução institucional não ocorreu linearmente, mas sim através de processo político bastante tumultuado, típico do início de um projeto dessa envergadura, onde correntes opostas lutam permanentemente para conquistar e deter o poder. Nesse processo político afloraram toda sorte de articulações com direito a truques e artimanhas, até as mais condenáveis, na ânsia de conquistar os espaços de dominação e controle.

Bem, em que pese o jogo político ser permanente, a situação hoje é diferente, mais institucionalizada, com a divisão de poderes e responsabilidades constitucionais legalmente melhor definidos.

Porém, sobre isso devemos nos deter um pouco mais no final, ao abordar a Situação Urbana atual.

[1] ver lista governadores do Estado nos anexos finais

EVOLUÇÃO URBANA

Etapas da Evolução Urbana de Palmas / 1990-2010



Fig. 83 / Primeiros dois primeiros anos = 30.000 hab.

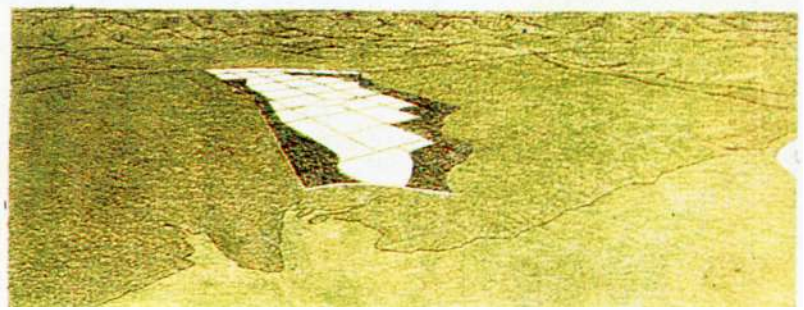


Fig. 84 / 1a. Etapa : 1990- 1995 = 100.00 hab.



Fig. 85/ 2a. Etapa: 1995/2000 = 200.000 hab.

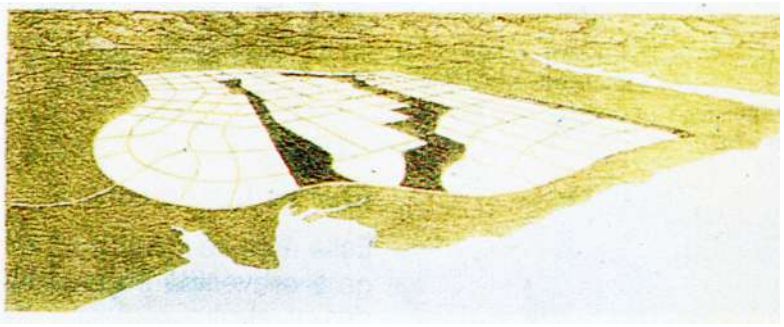


Fig. 86 / 3a. Etapa: 2000/2005 = 700.000 hab.

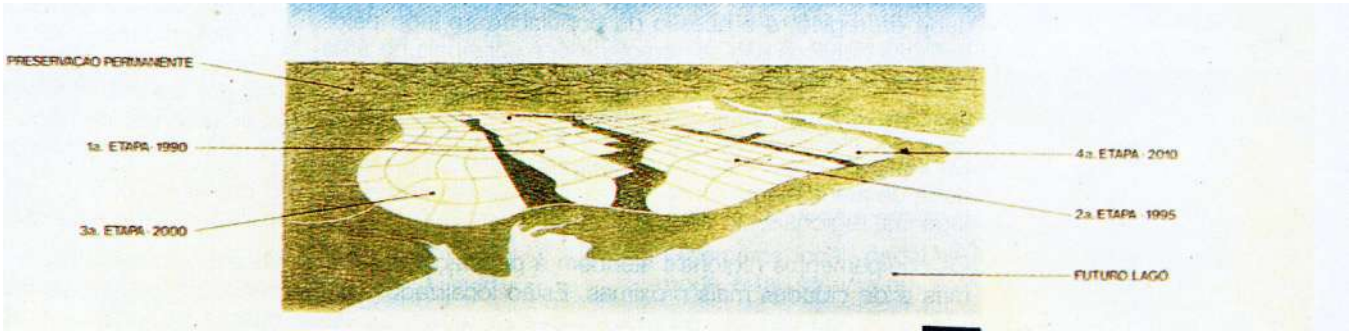


Fig. 87 / 4a. Etapa: 2005/2010 = 1 milhão habitantes

Projeção Palmas Anos 2000

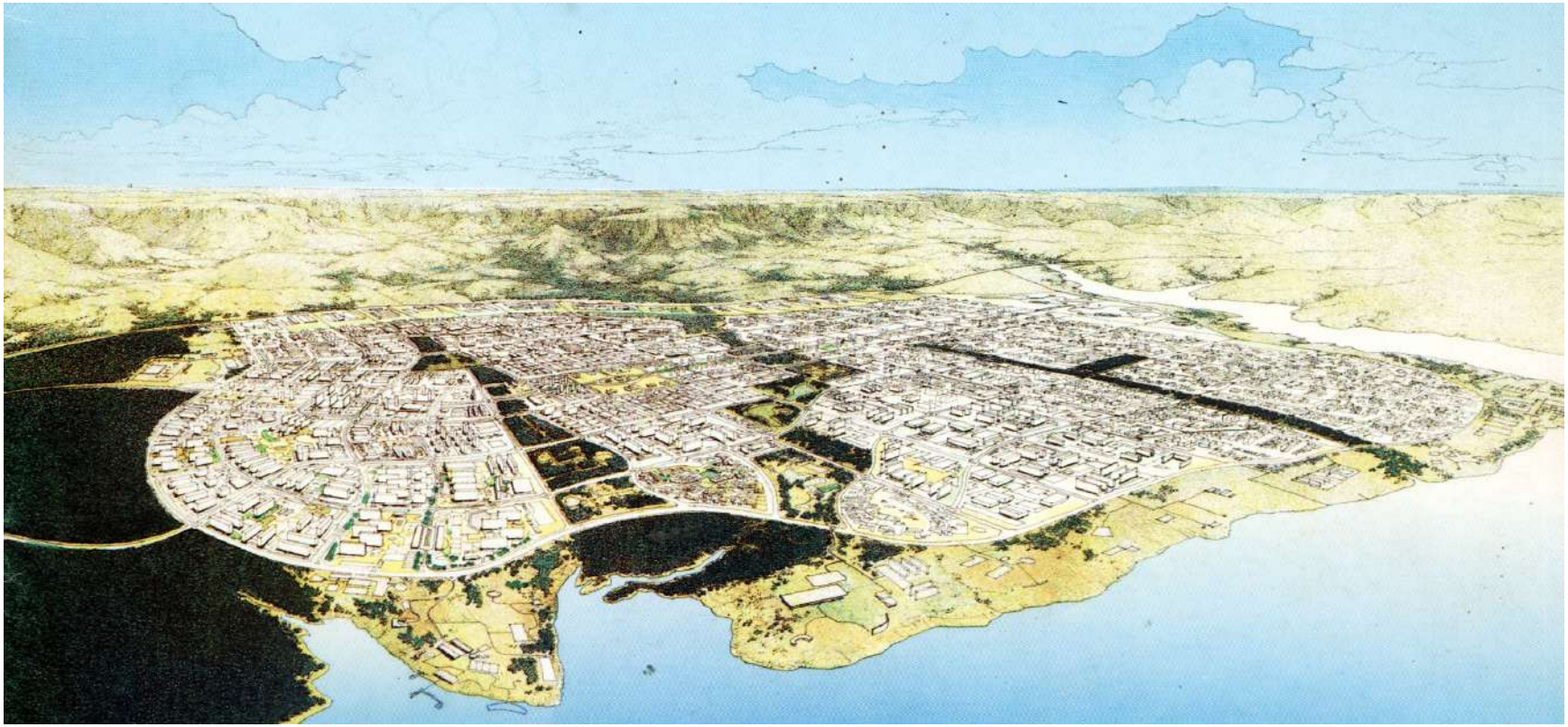


Fig. 88 / Perspectiva Palmas Ano 2000 (Valandro Keating)

No Memorial do Plano Diretor, podem-se observar os seguintes dados e projeções, em termos populacionais e de ocupação do território.

Nos dois primeiros anos, prevê-se uma população de 30.000 habitantes.
Nos cinco primeiros anos, deverão estão implantados cerca de 1.000 ha de área para habitação, abrigando até 100.000 habitantes.

Completando-se a primeira etapa, 1990-1995, com área total de 2.500 ha e 875 há brutos para habitação, a cidade abrigará 200.000 pessoas.

A segunda etapa, de 1995-2000, com ampliação para o sul, com aproximadamente mais 1.600 ha, admitirá mais 100.000 habitantes, distribuídos em 560 há brutos destinados a moradias.

Na terceira etapa, de 2000-2010, com a ampliação para o norte, previa-se ocupar mais 6.900 ha, com 2.400 para habitação, comportando ao redor de 700.000 moradores.

Uma vez completo o plano diretor, a cidade poderá abrigar até 1 milhão de habitantes, ou em torno de 200.000 famílias, distribuídas em cerca de 4.000 ha de área habitacional.

Vamos verificar, de fato, como ficaram essas previsões em termos de população, segundo dados do IBGE, registrados nos censos de 1991 e 2.000 e contagem em 1996 e da Prefeitura Municipal.

Em 1991 a população total (urbana e rural) era de 24.334.
Em 1996 a população total era de 86.116 habitantes.
Em 2000 a população era de 137.355.
Em 2004 a estimativa pelo repasse FPM do IBGE era de 187.639.
Em 2005 a população estimada pela Prefeitura foi de 208.165 habitantes.
Em 2006 a projeção da Prefeitura para a população foi de 220.888.

Por esses números, em que pese o crescimento acelerado no início e o aumento da área ocupada, o número de habitantes de Palmas está abaixo das previsões do Plano. Para chegar aos 700.000 habitantes previstos para o ano de 2.010, teria que aumentar 479.112 habitantes, em apenas quatro anos, meta dificilmente alcançável.

Em termos físicos a previsão do plano diretor era o crescimento por faixas de áreas no sentido leste-oeste a partir do centro, como já nos referimos.

Sabe-se que não foi isso o aconteceu, mas sim a pulverização da ocupação em inúmeras áreas dispersas, principalmente no extremo sul, acarretando também grandes vazios nas áreas centrais.

Esses desvios políticos estratégicos na implantação de Palmas causaram graves problemas fundiários e de gestão, que perduram atualmente e que serão analisados no item seguinte da Situação Urbana Atual.

SITUAÇÃO URBANA ATUAL (2007)

Com relação à situação urbana atual é conveniente fazer uma breve análise, tentando traçar um diagnóstico, mesmo que superficial e incompleto, nos seus aspectos gerais, mas focalizando principalmente os seus aspectos físicos, que é o objeto deste trabalho.

Nos seus aspectos gerais da vida social urbana pode-se observar um avanço considerável em relação aos seus tempos iniciais. Nota-se um atividade normal do cotidiano das pessoas que correm para o trabalho, vão ao banco, enfrentam o trânsito, almoçam em casa, mas também freqüentam bares e restaurantes, fazem a “happy-hour” nos pontos de encontros diários, conversam sobre os problemas da hora, atendem as atividades burocráticas do dia; as pessoas já podem se vestir melhor pois há menos poeira; o calor continua, mas há mais ar condicionado; no geral há mais civilidade e menos rusticidade: celulares e lap-tops são comuns. Há ainda mais encontros e fraternidade, que desaparecem nas cidades grandes.

Convive-se mais de perto com aqueles que estão no poder, sejam secretários, parlamentares, diretores de órgãos públicos, jornalistas.

A vida cultural não tem a exuberância dos grandes centros, mas é cultivada com seus valores locais e a busca do intercâmbio necessário.

Continua, porém, a ostentação de riqueza através de caminhonetes luxuosas, ao lado de uma profusão de bicicletas e carrinhos improvisados; conversa-se muito sobre política nos pontos de encontro de grupos (em geral postos de abastecimento de combustíveis, onde haja lojas de conveniência, com todos os produtos e marcas e principalmente cerveja gelada); Já se encontra praticamente todos os produtos e mercadorias, mas diga-se de passagem que os seus preços continuam bastante altos, em relação aos grandes centros de produção e distribuição, tendo em vista principalmente à sua distância dos mesmos.

A cidade de Palmas vive hoje, aos 18 anos de vida, uma situação urbana de crescimento, que busca consolidar as diretrizes do seu plano diretor inicial, aperfeiçoando soluções, corrigindo distorções e problemas decorrentes, neste pequeno período histórico de tempo.

Dentro dessa ótica, há vários aspectos positivos e relevantes a serem destacados ao lado de problemas ocorridos e desafios a serem enfrentados.

Dentre os vários aspectos positivos podemos destacar, de forma resumida:

A área do Plano diretor original possui uma infra-estrutura urbana bastante razoável, em termos dos seguintes elementos e componentes:

- Um sistema viário praticamente todo traçado e aberto, com grande área asfaltada, guias e sarjetas.
- A geração e rede de energia elétrica abundante, extensa e confiável;
- A captação e distribuição de água potável em praticamente todos os imóveis (95%)
- O Saneamento de esgoto sanitário em implantação, com 30% coletado e tratado;
-Rede de galerias de águas pluviais nos eixos e avenidas principais;
- Rede de comunicações telefônicas, vários canais de televisão e jornais;
- Muitas quadras residenciais e comerciais já projetadas e em face de implantação;
- Paisagismo geral da cidade implantado e conservado, com áreas de preservação;

-O imenso e belo lago, da usina hidrelétrica do Lajeado, que veio dar uma nova condição ambiental, de lazer e ao abrir uma nova fronteira de desenvolvimento da cidade, cujas imagens podemos ver no item seguinte.

-Os terminais viários, como o aeroporto e o rodoviário, permitindo ligações áreas e rodoviárias livres e freqüentes para todos os lugares, cujas imagens podemos ver na seção específica de Arquitetura.

- Equipamentos Urbanos básicos já implantados e em operação como o Hospital Geral, Universidades, o Cemitério, Centros Culturais, Parques Públicos, Estádio, Kartódromo.

-Um **Hospital Geral público** com 200 leitos, 6 salas cirúrgicas, UTI e diversas clinicas especializadas.



Figs. 89, 90 / Hospital Geral, 2007

-**Um cemitério-parque**, o Jardim das Acácias, privado, com área de 60 ha, previsto para atender a demanda pelos próximos 10 anos.



Figs. 91, 92/ Cemitério Jardim das Acácias / 2007

-Bons equipamentos de ensino, nos seus três níveis, contando inclusive com três universidades: uma federal, duas particulares a **FACTO e Ulbra**, oferecendo uma variedade de cursos em praticamente todas as áreas do conhecimento;



Fig 93. / Facto, 2007



Fig. 94 / Ceulp / Ulbra,2007

- Uma boa oferta cultural, com uma Fundação estadual atuante, um moderno Espaço Cultural, oferecendo concorridos eventos;
-Na área do lazer, a área da orla do lago oferece inúmeros atrativos ligados ao esporte, recreação, com suas praias, decks, marinas, bares, restaurantes e chácaras de recreio;

-Existe um comercio varejista diversificado, incluindo shopping-center e uma rede de serviços urbanos eficientes e em crescimento.
-Os serviços urbanos como coleta de lixo, transportes coletivos vêm funcionando regularmente.
-A cidade já conta com vários hotéis, bares e restaurantes que oferecem hospedagem com conforto e alimentação de vários tipos e níveis;

A cidade de Palmas também é a receptora natural dos visitantes que vêm conhecer os pontos turísticos do Estado, como o Jalapão e outros.

Já há um estádio de futebol, Nilton Santos, com capacidade para 12.000 espectadores, ginásios de esportes e um kartódromo, Rubens Barichello para os amantes desse esporte.



Fig. 95 / Estádio Nilton Santos, 2006

Enfim, a cidade já possui, diferentemente do seu início, todas as condições estruturais para responder aos desafios urbanos presentes, em beneficio de seus habitantes e visitantes.

A Represa do Lajeado e o Lago

O Lago resultante do represamento do Rio Tocantins, para a geração de energia elétrica, por representar mais do que um equipamento urbano e sim um componente ambiental de extrema importância para a vida da cidade merece uma exposição um pouco mais detalhada.

A construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado, chamada de Luís Eduardo Magalhães é um dos projetos estruturadores mais importantes para a cidade de Palmas. Além de garantir a geração de energia para as suas atividades, o lago decorrente da represa cria condições ambientais mais favoráveis para a cidade e gera uma série de benefícios econômicos, culturais e de lazer.

A usina foi construída em apenas 39 meses, pela iniciativa privada, através do consórcio Investco, composto das empresas do Grupo Rede, EDP, CEB, CMS Energy, no Município de Lajeado, distante aproximadamente 60 quilômetros de Palmas, no seu sentido norte.

Ela terá capacidade total de geração de 902,5 MW, quando todas as quatro turbinas geradoras estiverem funcionando, ultrapassando a necessidade do Estado e exportando o excedente para o Sistema Integrado Nacional.

Alguns dados, colhidos junto ao Grupo Rede, dão uma idéia da grandiosidade do projeto:
A área total do lago formado é de 630 quilômetros quadrados, na cota 212, abrangendo 6 (seis) municípios: Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Brejinho do Nazaré e Ipueiras, numa extensão de 170 quilômetros, numa profundidade média de 3 metros.

A represa está distante 1.030 quilômetros da foz do Rio Tocantins, que está situada no Estado de Goiás. O Rio Tocantins é considerado genuinamente brasileiro, tendo uma extensão de 2.600 quilômetros e banha os Estados do Maranhão e do Pará, indo desembocar na foz do Rio Amazonas.

O comprimento total da barragem é de 2.100 metros, a altura máxima é de 74 metros e a queda d'água é de 29 metros. O número de vãos do vertedouro é de 14 com 17 comportas de 23,50 metros.

O valor total do empreendimento, segundo fontes do Ministério do Planejamento foi de R$1,3 bilhão de Reais, construída num tempo recorde de 39 meses e começando a operar em 2001.

Usina Hidrelétrica do Lajeado, 2001





Fig. 96 e 97 / Vistas aéreas: em construção





Fig. 98 / Vista área da barragem Fig. 99 / Instalação de primeira turbina

Usina Hidrelétrica do Lajeado, 2001



Fig. 100 / Usina Hidrelétrica do Lajeado

Usina Hidrelétrica do Lajeado, 2001







Fig. 101/ Tanque de descanso na subida dos peixes Fig. 102 / Escada dos peixes de 800 m de extensão
Fig. 103 / Visores internos de controle da subida dos peixes

Toda a construção teve extremo cuidado com as questões ambientais, a começar pela elaboração dos Estudos de Impacto Ambientais, obedecidos integralmente.
Detalhes importantes e pioneiros na construção da usina, como a preservação do núcleo urbano, o volumoso desmonte das rochas por explosões, as aldeias xerentes existentes na área e até e a preservação das espécies animais e vegetais, completando um total de 34 programas ambientais.

Outro cuidado particular foi tomado no repovoamento e na preservação dos peixes, com a construção de escadas para a subida dos mesmos, vencendo o desnível de 29m da barragem, quando do fenômeno da piracema.
Imagens desse belo trabalho, também fornecidas pela Investco, podemos ver nas ilustrações:

A Regularização Fundiária

A regularização fundiária, esta permanente mazela territorial brasileira, talvez seja o maior desafio atual para o seu correto planejamento e administração da cidade.

Todos os governos estaduais e municipais têm se debruçado sobre esta questão estrutural, verdadeira equação social, de difícil solução: como garantir o direito e a posse da terra a a habitação digna em geral e particularmente para as classes menos favorecidas, as chamadas habitações de interesse social.

O problema, do ponto de vista institucional, se torna mais complexo, pela interveniência simultânea dos dois poderes envolvidos no encaminhamento da questão: o Estado e o Município, através das seus respectivas Secretarias e os vários órgãos específicos, além é claro, da obediência da legislação federal referente ao tema.

Em Palmas, inicialmente esta questão esteve sob a responsabilidade da Codetins * – Cia. de Desenvolvimento do Tocantins, empresa mista, criada em 1989 e que tinha amplos objetivos sociais de abrangência estadual.

Com o processo de liquidação da Codetins, iniciado em 1976 ** a questão foi transferida para a AD – Agência de Desenvolvimento do Tocantins e posteriormente, a partir de 2007, ficou a cargo das Secretarias de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado e do Município.

A magnitude do problema fundiário e habitacional de Palmas pode ser aferida pelos números da Agencia de Desenvolvimento, divulgados em 01/01/2007, pela sua atuação nos últimos quatro anos, através do site do jornalista Cleber Macedo, que reproduzimos:

-Projetos de parcelamentos iniciados ou concluídos em Palmas: 43 (Quarenta e três) Quadras, ou seja somente*** 16,6% (Dezeseis virgula seis por cento) do Plano Diretor da Capital.
-- Redução de 40% para 20% a inadimplência dos imóveis da capital.
-- Expedidas 1,5 mil autorizações de escritura e registro.
-- 853 lotes foram escriturados
-- 114 contratos emitidos após negociações de dívidas.

*Lei 006 de 23/01/1989 ** Lei 895 de 28/02/1997

*** Grifo nosso

Projeto Orla

A Codetins que era a Companhia de Desenvolvimento do Estado, no seu início, e que cuidou da implementação e da comercialização dos lotes na cidade de Palmas, cumpriu o seu papel e entrou em processo de liquidação, a partir de 1997.*

O projeto Orla [1] surgiu como uma iniciativa do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura e de empresas privadas, com o objetivo de promover e disciplinar a ocupação e o uso nas áreas às margens do Lago formado pelo represamento das águas do Rio Tocantins, para a construção da hidrelétrica do Lajeado.

O governo do Tocantins percebeu, desde o início, que sozinho não poderia assumir todas as responsabilidades financeiras destinadas à construção do novo Estado, dividindo-as com a iniciativa privada. Ele adotou, desde logo o lema de “Tocantins – o Estado da Livre iniciativa”

Independente de qualquer ideologia, vai longe o tempo que qualquer governo resolvia diretamente estas questões ,pela administração direta; a abrangência e magnitude das demandas sociais associadas à crescente limitação dos recursos públicos os obrigaram a uma postura diferente.

Foi o que aconteceu neste caso, com resultados bastante positivos, apesar da possibilidade de desvios de conduta e eventuais favorecimentos.

O Projeto Orla é um extenso plano urbanístico que abrange vários municípios que tocam o lago, como Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Brejinho do Nazaré e Ipueiras.

Só nas franjas de Palmas, na faixa da orla que vai da sua linha de inundação e a avenida Parque ele contém 24 quilômetros, para serem urbanizados e comercializados.

Nesta faixa oeste da cidade estão incluídas as praias - da Graciosa, do Prata, das Arnos, a Universidade Federal do Tocantins, decks, marinas, quiosques, bares e inúmeras chácaras de recreio e lazer.

Algumas imagens desse projeto podem dar uma idéia da ocupação já existente na área.

* Lei Estadual 845 de 28/2/1997

[1] Lei Estadual 1.128 de 1º de Fevereiro de 2000.





Fig. 104 e 105 / Vistas da Orla do Lago, 2007





Fig. 106 e 107 / Vistas da Orla do Lago



Fig. 108 / Edifícios da Escola Técnica Federal



Fig. 109 / Por do sol no lago



Fig. 110 / Universidade Federal do Tocantins



Fig. 111 / Hotel em construção

PROBLEMAS E DESAFIOS

Problemas e Desafios

Como tudo não são flores, vale a pena abordar alguns problemas e conflitos que são verdadeiros desafios que devem ser enfrentados na estruturação e administração urbana de Palmas.

Há questões gerais de gestão e administração que toda vez que muda o prefeito, através das eleições, muda-se a equipe, não só dos cargos políticos, mas também os cargos técnicos, criando uma grande descontinuidade ou interrupção, nos programas e projetos em andamento.

Um caso exemplar nesse sentido, na área urbana apresentada, aconteceu com o IPUP – Instituto de Planejamento Urbano de Palmas.
O IPUP foi criado através da lei 1123 em 27/06/2002 com várias atribuições ligadas ao planejamento urbano da cidade.
Em 1/03/2005, ou seja menos de 3 anos de vida, ele foi extinto pela lei 1365, transferindo suas responsabilidades e atribuições para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
Não se trata de mera reformulação administrativa. O IPUP tem caráter e funções diferenciadas de uma Secretaria executiva. A ele cabe pensar a política urbana a médio e longo prazos, coisa que a Secretaria executiva não consegue, tal a demanda de problemas de varejo que tem que administrar e resolver; Ainda mais nessa área que abrange a Habitação e Planejamento Urbano. Historicamente esses Institutos, em nível nacional têm origem no sucesso do IPUCC, da cidade de Curitiba nas administrações Jaime Lerner, que transformaram a cidade, melhorando sua qualidade de vida para níveis de primeiro mundo e dando exemplos de gestão urbana que foram copiados por vários cidades estrangeiras. O segredo é um trabalho de base científica, contínuo e independente do calendário eleitoral.

Outros problemas específicos são apresentados à seguir.

De uma maneira geral, infelizmente, a cidade encontra-se dividida entre centro e periferia, entre a área do plano diretor original e sua ampliação descontrolada, características encontradas em outras cidades brasileiras, tanto projetadas como não planejadas.

Em Palmas há uma maior concentração de habitações na periferia, habitações populares e loteamentos irregulares; Isso obriga o poder público e gastar recursos e esforços em primeiro lugar para regularização as áreas e inseri-las na formalidade; em segundo para suprir as necessidades básicas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, como sistema viário, energia, transporte, escolas, etc, onerando a cidade como um todo.

Áreas Centrais do Plano Diretor

Vários problemas e conflitos estão presentes, especialmente na área central, que chamam atenção e reclamam encaminhamento para a devida solução. Vamos nos deter em alguns deles, que consideramos mais importantes.

Vazios Urbanos x infra-estrutura ociosa

Nas áreas centrais do Plano Diretor, saltam à vista os enormes vazios urbanos, com lotes totalmente desocupados, que já deveriam ter recebido edificações, passados esses 18 anos, desde o início da cidade. São áreas que continuam sendo deixadas, como reserva de valor ou especulação futura.

Esses vazios tornam ociosa a cara infra-estrutura urbana, representada pelas vias asfaltadas, transporte coletivo, iluminação pública, redes de água e saneamento, manutenção do paisagismo, onerando todos os impostos e tributos da cidade, pagos por todos.

Isso ocorreu, em parte, por não ter sido seguida a orientação do plano diretor do crescimento da cidade em faixas contínuas, a partir do centro e ainda pelo processo de dação em pagamento por serviços prestados com escolhas dirigidas de lotes.

É preciso fazer um esforço para aumentar a densidade populacional da cidade de maneira uniforme e harmônica. Aumentar a densidade significa construir em altura, onde permitido. Os índices técnicos do coeficiente de aproveitamento e taxas de ocupação, que regulam a quantidade de edificação sobre o território, devem ser usados a favor dessa diretriz.

A densidade de 300 habitantes por hectare proposta no plano original permite atingir uma maior população na cidade, desde que distribuída mais uniformemente.

É preciso ocupar essas áreas vazias com construções, altas e densas de preferência, para aumentar a sua densidade populacional; Sem uma densidade mínima os custos da manutenção da cidade ficam sufocantes para seus poucos ocupantes.

Mecanismos de política urbana precisam ser adotados rapidamente para corrigir essas graves distorções. Só medidas punitivas de progressão tributária, como IPTU progressivo talvez não bastem para encaminhar a questão; Vale a pena buscar soluções mais criativas de incentivos que estimulem e comprometam seus proprietários com uma ocupação mais rápida e eficiente para a cidade.

Sistema viário x Mobilidade

Outros problemas ou conflitos urbanos recentes estão ligados à fruição do movimento através do sistema viário. Alguns exemplos podem ser apontados: È a ameaça da interrupção da duplicação da Avenida Teotônio Segurado por um loteamento privado, junto a área do Aeroporto; é a interrupção da Avenida Parque por clubes ou chácaras particulares; são os terminais de ônibus urbanos colocados dentro das vias de circulação; são as ciclovias descontinuas, inseguras e desprotegidas do clima.

Privatização de Áreas Públicas

O que se assiste em Palmas com relação à apropriação, concessão e privatização de áreas públicas é um caso assustador de transferência e usurpação do espaço público pelo interesse privado.

Sabe-se que uma das regras óbvias de convivência social numa cidade, desde as mais remotas épocas, é de que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse individual, acima de todas as demais prerrogativas.

Havia, desde o início um projeto desenvolvido para esses edifícios, como foi feito em relação aos edifícios estaduais reunidos na Praça dos Girassóis. Outros projetos individualizados foram elaborados, com desperdício de dinheiro público.
Hoje essa imensa área é ocupada por uma pastelaria, duas agencias de banco e uma feira de artesanato eventual, o gabinete da Prefeitura está no Parque Vivamar, as Secretarias esparramadas pela cidade, A Câmara Municipal e o Forum em lugares distantes.

Igualmente incompreensível e inaceitável é ver o bonito e grandioso projeto do Parque do Povo, inacabado, por incúria ou revanchismo político, enquanto eventos são realizados em lugares improvisados ou locados à terceiros.

Outros próprios como o Centro de Ensino Médio, o Estádio de Futebol e o Kartódromo são sub-utilizados para uso público.

Patrimônio Público edificado

A essas questões apresentadas se soma à preservação e conservação do patrimônio público edificado.

Há habitantes e governantes que acham que o patrimônio público lhes pertence, como coisa ou propriedade particular, praticando toda sorte de extravagâncias e exageros que desfiguram ou descaracterizam o bem público. Isso quando, simplesmente, não subtraem ou incorporam áreas públicas às suas áreas particulares, em flagrantes casos de improbidade administrativa.

É preciso zelar pelo patrimônio público já edificado; Respeitando seus projetos originais, não caindo na tentação de enfeitar essas edificações, nem pintar suas fachadas com letras garrafais ou ainda ocupar os vazios paisagísticos desnecessariamente.
O exemplo mais flagrante e exemplar dessa situação se encontra justamente no Palácio Araguaia, sede do governo estadual e na Praça dos Girassóis, edifício e espaço símbolos da cidade de Palmas, desfigurados conforme podemos ver nas ilustrações apresentadas à seguir.

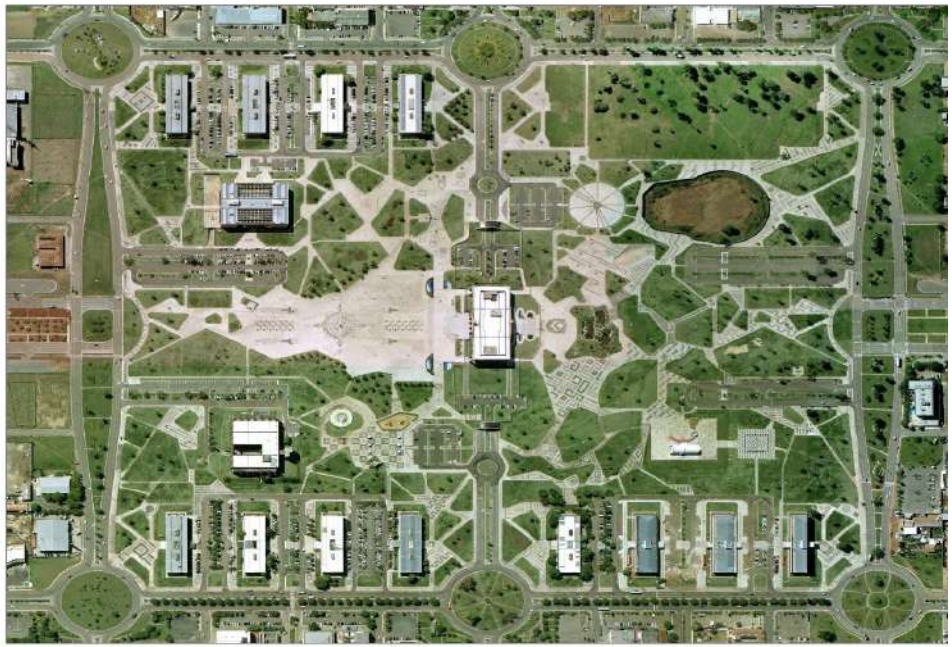


Fig. 112 / Praça dos Girassóis

A **Praça dos Girassóis**, essa imensa área de cerca de 63 ha, com 852.00m no sentido NS e 742.00m no Leste-Oeste, apesar de incompleta, foi desfigurada em vários aspectos:

Perdeu seu sistema viário interno, na forma ovalada de suas avenidas de ligação norte-sul e que destacava o promontório natural do Palácio;Perdeu seu projeto paisagístico aglutinador; Ganhou duas feias guaritas de controle militar, ganhou o Memorial da Coluna Prestes e o Monumento contíguo não previsto inicialmente; não ganhou ainda a Catedral; Mas acima de tudo virou do ponto de vista urbanístico, uma grande colcha de retalhos, de caminhos desconexos, de pequenos adereços sem nenhuma unidade ou força espacial.

É urgente e importante a retomada de um projeto aglutinador de reformulação urbana, que devolva a qualidade espacial de sua importância simbólica para a cidade.

Em Palmas assiste-se um festival de desrespeito e essa elementar regra de civilidade que compromete o espaço urbano, inclusive no seu desempenho funcional.

Os exemplos são inúmeros:

Vão desde a ocupação de áreas verdes; Áreas públicas destinadas a equipamentos como escolas, creches, postos de saúde, doadas à instituições de duvidoso interesse social comprometendo à viabilização desses equipamentos necessários à vida da cidade; A doação e ampliação das áreas para uma infinidade de igrejas e templos religiosos em áreas destinadas a outros fins, como que disputassem a primazia pela pregação da palavra divina;

são a apropriação de áreas de estacionamentos públicos como pátio de frotas de locadoras; quiosques, precários ou não competindo lado a alado com o comercio formal, simples passeios tratados como prolongamento da propriedade privada impedindo a continuidade do livre caminhar; Muros e acessos ilegais em avenidas de maior tráfego; construções ilegais nas vicinais invadindo recuos, acima do permitido.

Sabemos da origem desse festival de irregularidades que passam por questões culturais do nosso povo, de querer levar vantagem sempre, até leviandades políticas de prejudicar adversários quando se perde uma eleição, comprometendo orçamentos ou tentando inviabilizar programas de interesse público. Isso quando o interesse não é meramente aquele ligado à corrupção, pura a simplesmente.

Essas atitudes e comportamento, algumas de visível má fé e até criminosas prejudicam seriamente o interesse coletivo, o aspecto visual da cidade, bem como seu desempenho urbano.

Prédios e Equipamentos Públicos ineficientes.

Outro aspecto que chama atenção atualmente em Palmas é o desperdício de dinheiro público e da eficiência administrativa, com relação aos edifícios institucionais e aos equipamentos destinados ao uso da população.
É difícil entender, por exemplo, a dispersão dos prédios municipais pela cidade, quando havia sido prevista, pelo Plano Diretor, uma grande área destinada à concentração deles, formando um Paço Municipal, incluindo as sedes do Executivo, da Câmara Municipal e do fórum, e ainda todas as secretarias municipais. Tudo muito próximo e eficiente.



Fig. 113, 114 e 115 / Acréscimos prejudiciais ao Palácio Araguaia e seu entorno





Fig. 114 e 115

Igualmente o entorno do Palácio Araguaia sofreu várias intervenções e violências que macularam e violaram sua força arquitetônica e a sua simbologia inerentes.

Esses fatos denigrem e desqualificam a cidade e também suas autoridades que deviam zelar pelo seu patrimônio construído. Quando é atacado um símbolo da maior autoridade do Estado e representativo da cidade, como o Palácio Araguaia, está-se criando um exemplo negativo de educação para a população.

Igrejas e Templos Demais

Outro detalhe curioso que aconteceu, já mencionado, mas que vale o reforço, em relação ao desvirtuamento do plano original e que salta aos olhos do visitante. Refiro-me à enorme quantidade de igrejas e templos existentes na cidade. Nada contra as religiões. Mas, parece que aqueles pequenos terrenos deixados para singelos locais de culto, nas áreas residenciais, aumentaram consideravelmente de tamanho e os templos ganharam uma presença física exagerada, sem nenhuma qualidade arquitetônica, visíveis nas várias bordas das quadras, como a disputar, ostensivamente, a primazia na pregação da palavra divina.

A Nomenclatura da cidade

Embora não seja propriamente um problema a nomenclatura da cidade que foi simplificada para melhor memorização, vem causando confusões e transtornos na população.

Algumas pessoas estavam acostumadas à antiga (e que permanece oficialmente nos cartórios) se atrapalham com a nova. Talvez uma campanha publicitária, didática de esclarecimento possa resolver a questão.

Outras pequenas irregularidades existentes, como ajustar o passeio em frente da sua casa, para melhor estacionar o carro na garagem, não se importando com o eventual degrau resultante, dificultando a continuidade da caminhada sobre o passeio.

Ora, o passeio, que é público, deve acompanhar o meio fio da rua, para o seu livre trânsito de pedestres, velhos e crianças, inclusive os portadores de necessidades especiais.

Para combater desvios e desmandos desse tipo, creio que é oportuna a efetiva aplicação do Código de Posturas da cidade, onde estão estabelecidas as regras de conduta, segundo as quais, seus cidadãos e seus poderes públicos ficam responsáveis por zelar pelo seu patrimônio físico, natural e construído, cultural, ético e moral, no qual fique claramente expresso que o bem comum deve prevalecer sobre o interesse individual.

Todos esses problemas e desafios levantados têm somente o sentido de uma vez levantados e diagnosticados permitir uma atuação política, principalmente dos poderes públicos, no sentido de resolvê-los.

Nesse sentido acreditamos que se deve estabelecer, em conseqüência, uma espécie de política de tolerância zero, onde não só as grandes irregularidades urbanas sejam fiscalizadas e coibidas, mas também as pequenas infrações.

Essa fiscalização deve ser exercida, além dos órgãos públicos responsáveis, por todos os cidadãos e entidades da sociedade civil, numa espécie de atitude guerrilheira em benefício da qualidade física e de vida da cidade.

Talvez só assim poderemos manter uma qualidade urbana digna desse nome.

Palmas é uma cidade nova e ainda é tempo. Basta consciência política e cidadania de sua população e capacidade gerencial e espírito público de seus dirigentes.

A Periferia de Palmas

“ Não se pode dividir a cidade em bairros ricos x bairros pobres, em centro x periferia, em plano diretor x satélites; é preciso mesclar os vários tipos de habitações dentro da cidade para a totalidade da população, disseminando habitações econômicas dentro do plano piloto.
Habitações econômicas entendidas não em termos de áreas mínimas, mas de tecnologia e instalações adequadas, acabamentos diferenciados e sempre coletivas.

Os loteamentos periféricos, com habitações isoladas são equivocados em termos econômicos e sociais, pois oneram a infra-estrutura urbana, com transportes, aberturas de novas vias, redes de energia elétrica, água, esgoto, telefonia, sobrecarregando também os custos urbanos pela baixa densidade populacional.

*Sabemos que a posse do imóvel é o sonho e a obsessão do nosso povo, porém quando privilegiamos a posse e não o uso, desvirtuamos o problema, tendemos à favelização, agravamos sua solução.” **

* Trechos extraídos do texto de Lucio Costa sobre o problema da habitação de Brasilia de 1961, pags. 339/340 do Livro Lucio Costa: sobre arquitetura.

Como já nos referimos atrás, a divisão da cidade entre área central e periferia acarreta problemas em ambas, mas claro que, de forma mais aguda, a exclusão da população para a periferia está associada também a outras causas sociais.
A solução dos problemas da periferia talvez seja o maior desafio urbano a ser enfrentado na cidade, cuja solução não está restrita às questões de uso do solo ou fundiário.

Percorrendo Taquaralto, os Jardins Aurenys vemos que atualmente eles já se encontram em situação urbana melhor do que no inicio, que não passavam de grande dormitório da capital.
Hoje já lugares com alguma estrutura, equipamentos e melhoramentos urbanos; Não na totalidade, mas lugares com ruas asfaltadas, energia elétrica, água potável e inúmeros equipamentos urbanos como escolas, local de inclusão digital, unidades do sesc, quadras esportivas, etc.
Provavelmente essa incompleta estrutura seja fruto de pressão política dos moradores que detém a maioria do poder de voto da capital.
Mas independente disso é preciso seu enfrentamento de maneira profunda e duradoura;

Não é fácil pois seu equacionamento passa por questões econômicas e sociais, mais complexas e abrangentes, voltadas a gerar e garantir emprego e conseqüente distribuição de renda; Sem o costumeiro paternalismo político que só adia e agrava os problemas.

Nesse sentido, Palmas padece desde o início da falta de uma política clara de desenvolvimento econômico, com atividades compatíveis com sua condição de capital; ela não pode ser exclusivamente uma cidade burocrática, dependendo somente de suas funções inerentes à administração pública do Estado e da cidade, com o comércio e os serviços gravitando somente em torno dessas atividades administrativas.

A cidade não pode viver somente em função dos holerites mensais dos funcionários públicos, onde o comércio só se anima nessas ocasiões.

Palmas é uma cidade economicamente cara para uma série de razões, entre elas: sua distância dos grandes centros, sua generosa infra-estrutura, concentração dos donos de imóveis, baixa densidade populacional, seus grandes vazios urbanos, mão de obra pouco qualificada, etc.





Fig. 116 e 117 / Loteamentos irregulares (Imagens de satélite do arquivo da Prefeitura)
Exemplos da improvisação e deterioração urbana precoce da periferia de Palmas.

È preciso, em caráter de urgência, buscar alternativas destinadas a suprir a cidade de atividades econômico-financeiras, complementares à sua vocação administrativa e compatíveis com sua proposta ambiental, que venham em direção à solução desta grave questão, talvez a mais básica de todas.

Como esse não é um problema exclusivo de Palmas, mas um problema geral das cidades brasileiras, é preciso buscar experiências bem sucedidas naquelas que já conseguiram resultados positivos. O isolamento e a presunção são inimigos das boas idéias e soluções; Intercâmbios, simpósios, seminários, fóruns, visitas a outros centros são mecanismos bastante eficazes nesse sentido.

Claro que paralelamente a essas questões estruturais é preciso atacar os problemas urbanos com as armas técnicas que se dispõe, de forma profissional e competente, sempre dentro da legalidade.

Nos limites do Plano diretor original a situação urbana, apesar de alguns dos problemas apontados, está sob controle.

Porém esta situação não acontece somente na periferia e no entorno da cidade, muito pelo contrário. É grave a situação fundiária nessa região,como já apontamos..

O encaminhamento do problema foi Iniciado, erroneamente, já na implantação da cidade, com a expulsão da população de menor poder aquisitivo para a periferia e Taquaralto; problema que se agravou ao longo do tempo, nas várias administrações.

No inicio foram as Vilas Aurenys, I, II, III (nome dado em homenagem à mulher do governador da época), com o fornecimento de lotes de graça, em parcelamentos desprovidos da correta técnica e da infra-estrutura e equipamentos mínimos.

Posteriormente já foram feitas varias etapas de Taquaralto, I, II, II, as diversas vilas, Janaina, Santa Helena, Santa Fé, Morada do Sol etc., que se tornaram verdadeiros aglomerados dormitórios, em loteamentos de péssimo traçado, sem a infra-estrutura urbana, para uma vida minimamente digna, agravando o problema habitacional e social.

Igualmente aproveitamos a oportunidade para chamar a atenção, também, para os necessários cuidados na ocupação da orla do lago, a fim de que os usos previstos não sejam desvirtuados e ela não se transforme em loteamentos irregulares, com graves riscos para sua situação ambiental da cidade como um todo. Esse fenômeno já aconteceu em outras cidades brasileiras.

Sabemos que às pessoas não basta garantir um teto seguro e confortável; o conceito de habitação é muito mais amplo; ela deve ser entendida de forma integral para garantir, além da devida titularidade, os serviços essenciais do fornecimento de água, energia elétrica, transporte, iluminação, pavimentação, segurança, etc.

Igualmente temos consciência de que sem ocupação e emprego, sem o exercício de uma atividade econômica socialmente justa, não pode haver garantia de geração da renda e da conseqüente satisfação das necessidades básicas do homem, como saúde, educação, segurança, lazer.

O plano diretor procurava criar oportunidades nesse sentido, ao propor um elenco de atividades de comercio, serviços, industrias de pequeno porte, que, aliadas à garantia de moradia integral, pudesse atender as necessidades econômicas, bem os demais anseios de seus habitantes.

Medidas urgentes e corajosas precisam ser tomadas, de forma democrática, no sentido de corrigir essas distorções, para a realização dos objetivos propostos.

Se houve distorções é preciso corrigi-las com todos os instrumentos políticos disponíveis, revendo o plano, fazendo um grande mutirão nessa direção.

Revisão do Plano Diretor

A proposta de lei destinada à revisão do Plano Diretor está em discussão na Câmara Municipal.

Parece que de uma maneira geral as propostas estão na direção certa ao incluir a revisão do perímetro urbano, o IPTU progressivo sobre áreas vazias de especulação, o adensamento populacional junto a áreas de infra-estrutura completa e ociosa, readequação e democratização do acesso à orla do lago, etc. Lança mão, inclusive de novos e atuais mecanismos de administração e gestão, como o planejamento ambiental com relatórios prévios de impacto, de acessibilidade geral para as pessoas, Operações Urbanas, Direito de Preempção, do Conselho de Desenvolvimento Urbano, e outros mecanismos previstos no Estatuto das Cidades.*

São evidentes avanços institucionais, porém mais fáceis de declarar intenções do que conseguir implementá-los de fato, face às necessárias e difíceis negociações políticas entre os diversos agentes sociais envolvidos, geralmente com interesses conflitantes.

Sua implementação exige muita habilidade política, e visão crítica, pois vários desses mecanismos, já aplicados em muitas cidades brasileiras, não se mostraram plenamente eficazes, face as resistências políticas e técnicas advindas.

Achamos, também, que devem se tomar algum cuidado com a definição de áreas especiais de uso, (ZEIS)propostas para habitação de interesse social para não generalizar a idéia de que qualquer uso é especial, enquistando certas áreas da cidade ou ainda fragmentando e pulverizando a configuração geral da cidade, em detrimento de sua harmonia e configuração urbana.

Igualmente temos restrições com relação à banalização do termo participativo no titulo do plano diretor, por se tornar redundante, já que ele pressupõe a participação de todos os envolvidos no processo;

* Lei Federal 10.257 de 10/7/2001

Muitos dos problemas apontados nesta exposição independem de medidas de profundidade como a revisão do plano diretor; Basta determinação e competência na gestão pública.

Não devemos correr o risco político da aplicação de uma espécie de populismo ou democratismo, com excesso de discussões destinadas a transferir responsabilidades à população, que não lhes são próprias e que cabem às autoridades eleitas e seus técnicos solucionar.

Audiências públicas democráticas não podem servir de pretexto para convalidar soluções emanadas das cúpulas ou para tratar de questões pontuais e periféricas.

È preciso assumir as responsabilidades sociais inerentes ao mandato adquirido e aos cargos técnicos envolvidos, com seriedade, honestidade, mas acima de tudo com qualificação e com competência profissional .

Não basta somente a participação popular, mesmo que peça importante no processo. Quanto mais gente qualificada e comprometida com as soluções da cidade participar deste debate, sem discriminações ou partidarismos, melhor será a garantia do resultado para a vida na cidade.

Sabemos que pode haver contradições ou manipulações entre a participação direta dos movimentos sociais organizados e aqueles da participação representativa ou até daqueles grupos de menor expressão e organização.

A permeabilidade das políticas públicas às demandas dos movimentos organizados apresenta também o risco de aproximação com políticas clientelistas tão características dos políticos conservadores ou oportunistas, que tanto se opõe a consciência e a vida democrática com ética e espírito público.

Iniciativas como os Seminários públicos realizados pela Organização Jaime Câmara, dividindo as várias áreas da cidade e discutindo seus diversos problemas de forma independente, com pesquisa científica de campo, diagnóstico e conclusões podem contribuir decisivamente para o encaminhamento das soluções, de forma democrática e conseqüente.

Devemos evitar a todo custo a transformação a construção da cidade e seus bens de raiz em meras mercadorias, com caráter eminentemente financeiro, em detrimento de seu valor social, cultural e simbólico.

URBANISMO

Introdução

Pelo Plano Diretor básico as áreas urbanas de Palmas estão distribuídas através de um zoneamento, que prevê grandes áreas (superquadras) destinadas a várias funções, delimitadas por uma malha de vias principais, espaçadas de 700 metros, a partir dos dois grandes eixos viários, a Avenida Teotônio Segurado (eixo norte-sul) e Avenida Juscelino Kubitschek (eixo Leste-Oeste).

Essas grandes áreas definem as superquadras com usos residenciais, de comércio, serviços, institucionais, verde e de lazer. nos seus quatros quadrantes NE, NO, SE e SO, definidos por esses dois eixos cartesianos.

Essa divisão das quadras, no período urbano inicial da cidade, pode ser assim resumida, em termos de áreas e percentuais, segundo Plano Diretor básico, do Grupo-Quatro:

Perímetro Urbano:	11.084,93 Ha	100,00 %
Áreas Residenciais (AR) = 118 Quadras	4.080,49 Ha	36,81%
Áreas Verdes preservação = 45 Quadras	2.631,50 Ha	23,74%
Áreas Sociais, Culturais e Recreacionais	1.363,80 Ha	12,30%
Sistema viário	1.210,50 Ha	10,90%
Áreas Institucionais	528,40 Ha	4,77%
Áreas de comércio e serviços urbanos (29)	465,84 Ha	4,20%
Áreas de comercio serviços regionais (16)	425,00 Ha	3,84%
Áreas de comercio e serviços central	289,19 Ha	2,61%
Áreas da Administração governamental	89,38 Ha	0,81%

Certamente com a expansão da cidade, nesses 18 anos, principalmente para o sul, incluindo os Jardins Aurenys, Taquaralto, Taquari, esses números devem ter sido muito ultrapassados e alterados.
O processo de implantação dessa divisão territorial se deu pela abertura do sistema viário principal e central, acompanhado do processo de projeto e implantação gradativa das diversas quadras da cidade.

Micro parcelamento das áreas e quadras

Definido o sistema viário principal composto das duas vias periféricas, dos dois eixos principais e a malha ortogonal de distribuição, formada pelas avenidas no sentido norte-sul e leste oeste, espaçadas de 700 m, aproximadamente, estavam definidas as diversas quadras a serem micro-parceladas, loteadas e ocupadas.

O micro-parcelamento de cada quadra, residencial ou não, consistiu em dividir essas grandes áreas, em lotes individualizados destinados às construções, bem como organizar seu sistema viário local, prevendo inclusive áreas para os equipamentos diários como escola, creche, comercio vicinal, posto policial, posto de saúde, áreas verdes, etc.

O Micro parcelamento ou a divisão em lotes urbanos foi feito levando em conta as necessidades de cada área específica, definida pelo zoneamento da cidade; Assim os lotes destinados ao comercio central, por exemplo, tinham tamanhos diferentes dos lotes do comercio vicinal. Idem para os lotes industriais, de serviços, ou dos equipamentos urbanos.

A nomenclatura das quadras em geral, residenciais ou não, é baseada nos pontos cardeais; o nome da quadra é dado pelo quadrante em que ela está localizada, em relação ao marco zero de cruzamento entre os eixos norte sul (Avenida Teotônio Segurado) e leste-oeste (Avenida Juscelino Kubitschek).

Assim, as quadras superiores à direita dos eixos são batizadas de NE seguidas da numeração à partir do centro; As superiores à esquerda são as NO também seguidas da numeração; Aquelas situadas no quadrante inferior direito são as batizadas com SE + numeração; Por fim as inferiores à esquerda são aquelas denominadas de SO + numeração.
Foram inclusive, no projeto de sinalização visual, adotadas cores diferentes para cada quadrante para facilitar sua identificação.

Trata-se de um sistema racional e lógico, fácil de compreender e localizar, diferente daquele usual nas das cidades brasileiras, afeito a homenagear datas e personagens nem sempre memoráveis ou ligados à cidade, que só confundem sua localização.

Os projetos dos micro-parcelamentos das Quadras Residenciais poderia ter um desenho bastante livre, porém devia obedecer a determinados parâmetros gerais fixados pelo plano diretor, tais como: a densidade habitacional de 300 hab/ha, a amarração viária à malha geral da cidade, lotes residenciais com tamanhos determinados (12m x 30m = 360 m2) e serem projetadas pelo maior número de profissionais possível, com o objetivo de diversificar o desenho da cidade. As quadras residenciais deveriam funcionar como células-autônomas do dia-dia cotidiano, quase como um bairro.

À seguir reproduzimos primeiro o mapa geral da cidade, com a localização das quadras que serão mostradas detalhadamente através do seu projeto urbanístico e da sua implantação inicial.

Mostraremos assim os diversos projetos de micro-parcelamento de quadras comerciais e residenciais elaborados quando do início da cidade, acrescidos de seus autores e datas de elaboração. É um volume razoável de projetos e planos feitos por diversos profissionais num curto espaço de tempo.

Projetos que foram elaborados à moda antiga, isto é, desenhados e ilustrados à mão, com o rigor, precisão e paciência dos melhores desenhos técnicos arquitetônicos, em papel vegetal ou poliéster e normografados letra a letra. Desses desenhos originais eram tiradas cópias heliográficas para uso no canteiro da obra.

Posteriormente esses desenhos foram digitalizados para facilitar sua consulta e divulgação.
Os projetos digitalizados das quadras, bem como as fotos aéreas de 2005 da fase de implantação foram extraídas do site da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura de Palmas, sigpalmas.

Esta apresentação das diversas quadras serve, inclusive, para observarmos as modificações, alterações e desvirtuamentos havidos ao longo do tempo, entre o projeto inicial e a sua implantação posterior.

A cidade foi dividida e está orientada por dois eixos principais: o maior na direção norte-sul é Avenida Teotônio Segurado e o menor na direção Leste-Oeste é Avenida Juscelino Kubitschek.

Desses eixos são formados quatro quadrantes ou setores : NO, NE, SE, e SO, definidos por cores diferentes, que simbolizam fenômenos geográficos locais.

Vermelho para o quadrante NO simboliza o pôr- do sol; NE amarelo do nascer do sol; verde para o SE representando suas matas e azul para o SO que representa as águas do lago.

Cabe esclarecer que toda a nomenclatura apresentada à seguir refere-se àquela original quando do traçado do Plano Diretor.



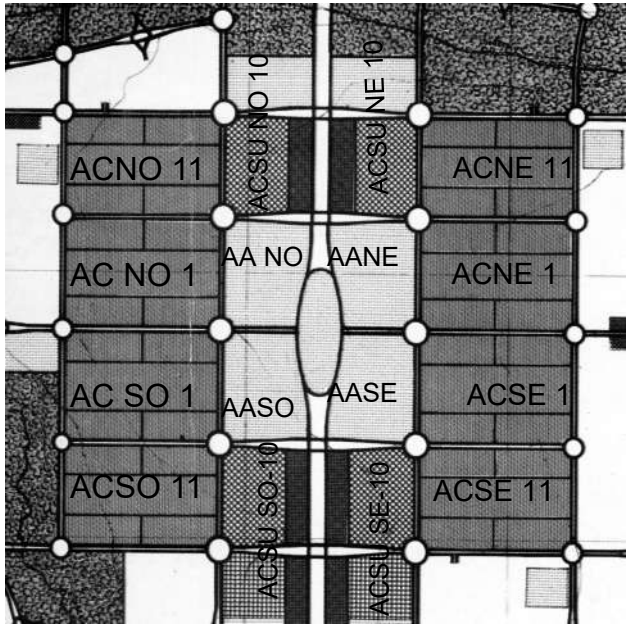
Fig. 1 / Mapa geral das Quadras de Palmas / Simbologia pictórica

Área Central / Grupo Quatro / 1989

Inicialmente foi definida e projetada a área central da cidade, com a grande Praça dos Girassóis, origem dos eixos ortogonais da cidade, baseados nos quatro pontos cardeais, Norte, Sul, Leste e Oeste, conforme esquema abaixo.
A Nomenclatura apresentada para todas as quadras, comerciais e residenciais obedece ao projeto original, que é o oficial em termos de registro no Cartório de Imóveis.

NORTE

OESTE



LESTE

SUL

Fig. 2/ Esquema cardinal de orientação da cidade

Praça dos Girassóis



Fig. 3 / Maquete da Praça dos Girasssóis original (1989)

Nas figuras acima e anterior vemos o esquema do traçado original da área central, com a Praça dos Girassóis (ASG) em forma oval, no cruzamento dos eixos norte-sul e leste-este, rodeada das quatro quadras institucionais (AANE, AANO, AASE, AASO), que abrigariam os demais poderes legislativo e judiciário e as 16 secretarias de estado previstas

À sua volta as 8 quadras (AC NE I,ACNE II, ACSE I, ACSE II, AC NO I, AC NO II, ACSO I, AC SO II), para o comercio central. Nas pontas verticais, ao sul e ao norte as 4 quadras (ACSU NE 10, ACSU NO 10, ACSE 10, AC SO 10)destinadas aos serviços urbanos.

Praça dos Girassóis

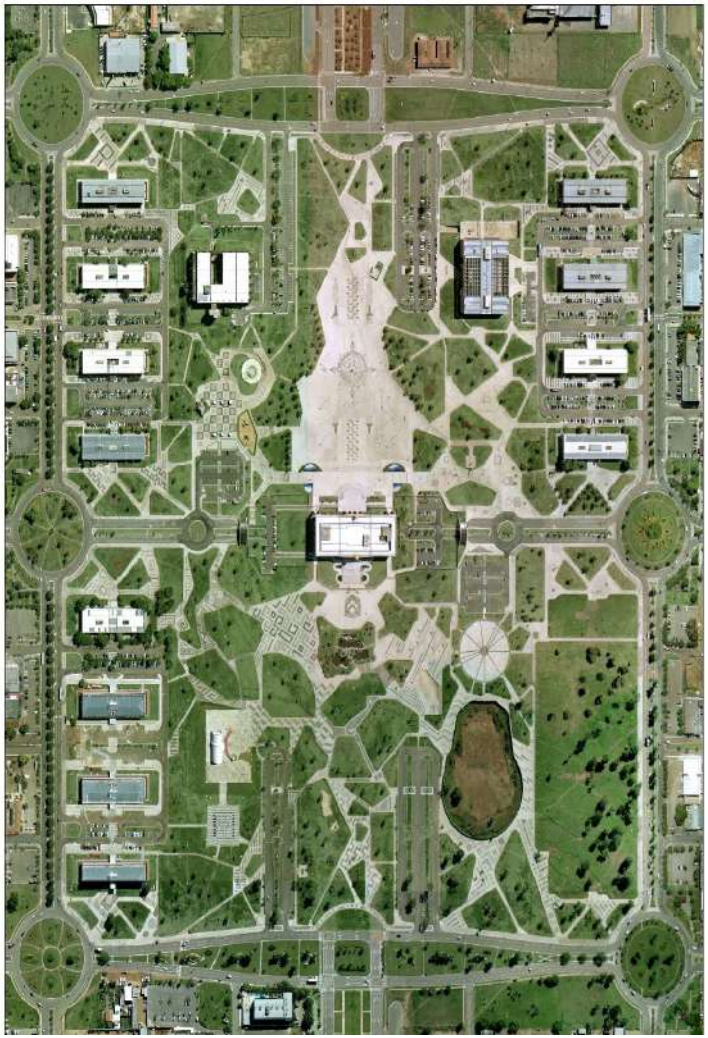


Fig. 4 / Implantação atual da Praça dos Girassóis(2005)

Pela sua importância para o desenvolvimento da cidade, vamos apresentar à seguir imagens da implantação da área central, vistas de satélite em Fevereiro de 2005, em arquivos fornecidos pela Prefeitura e disponibilizados na Internet no site sigpalmas da SEDUH.

Inicialmente a Praça dos Girassóis (Fig. 3) já modificada, mas englobando a ASG original e as quadras institucionais lindeiras, que formam o centro do poder administrativo estadual e origem da marcação cidade; em seguida as Quadras de Serviços Urbanos imediatamente contíguas e após as quadras comerciais centrais.

Para facilitar a compreensão as quadras serão apresentadas no sentido horário, à partir de cima, na seguinte sequência: NO, NE,SE,SO.

Áreas Centrais de Serviços Urbanos (ACSU)

Nas pontas verticais da Praça dos Girassóis, ao sul e ao norte, estão as 4 quadras (ACSU NO 10, ACSU NE 10, ACSE 10, AC SO 10) destinadas aos serviços urbanos, que mostramos detalhadamente à seguir, em imagens comparativas entre os seus projetos e suas reais implantações em fevereiro de 2005.

Quadra ACSU NO-10

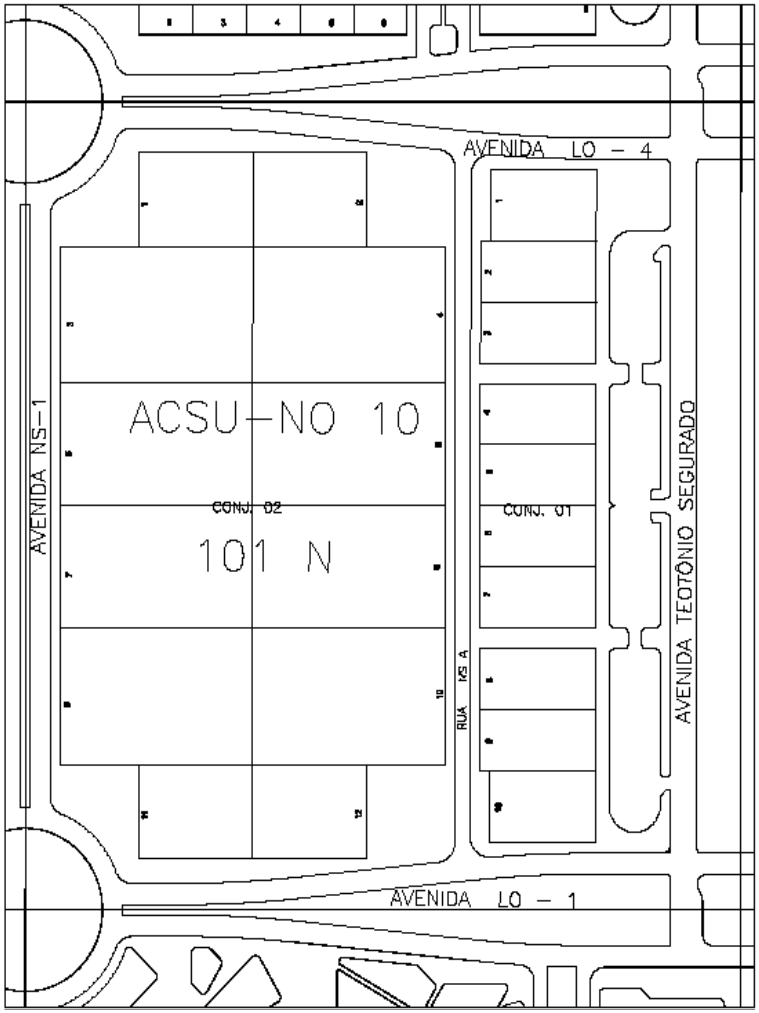




Fig. 5 e 6 / Projeto e implantação Quadra ACSU-NO 10

Quadra ACSU NE-10

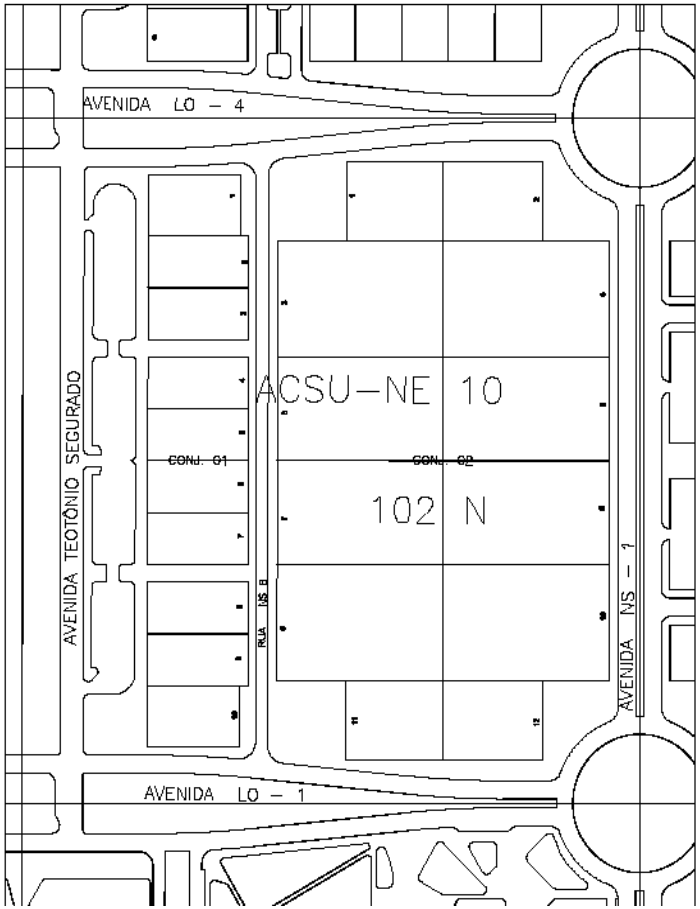




Fig 7 e 8 / Projeto e Implantação Quadra ACSU-NE 10

Quadra ACSU SE-10

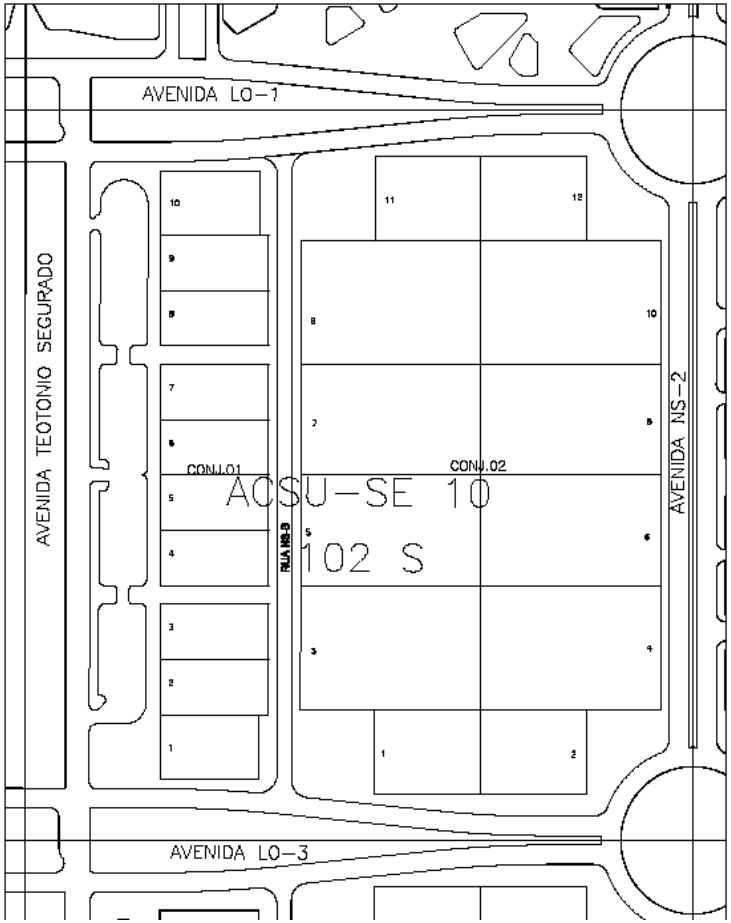




Fig. 9 e 10/ Projeto e Implantação Quadra ACSU SE 10

Quadra ACSU SO-10

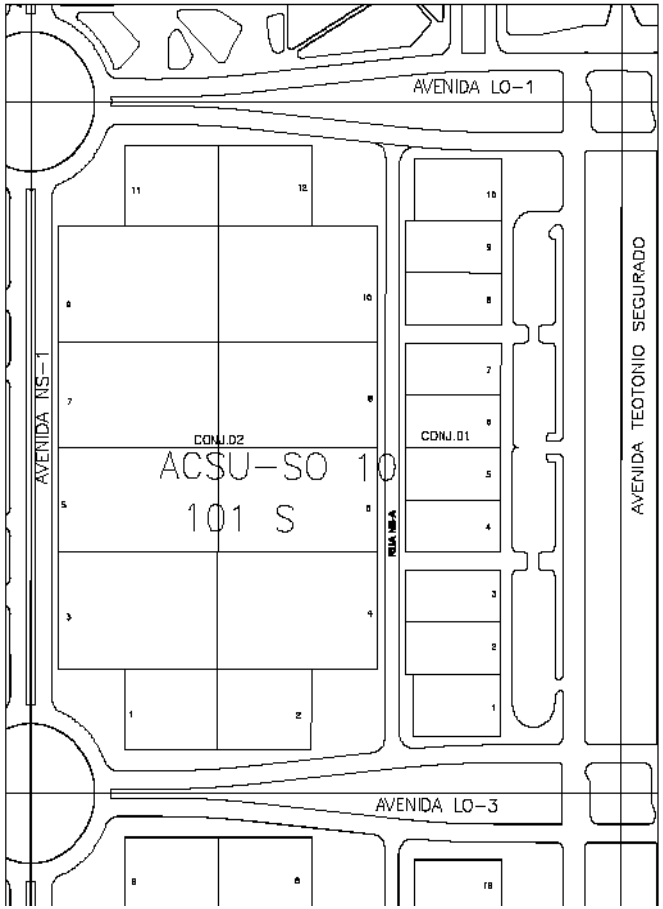




Fig. 11 e 12 / Projeto e Implantação Quadra ACSU SO 10

Áreas Comerciais Centrais (AC)

À volta da Praça dos Girassóis, da fig. 1, estão as 8 quadras (AC NO I, ACNO II, ACNE I, ACNE II, AC SE I, AC SE II, ACSO I, AC SO II), destinadas para o comercio central da cidade, apresentadas a seguir, comparadas entre o Projeto e sua implantação parcial em fevereiro de 2005.

Quadras ACNO 1 e ACNO 11

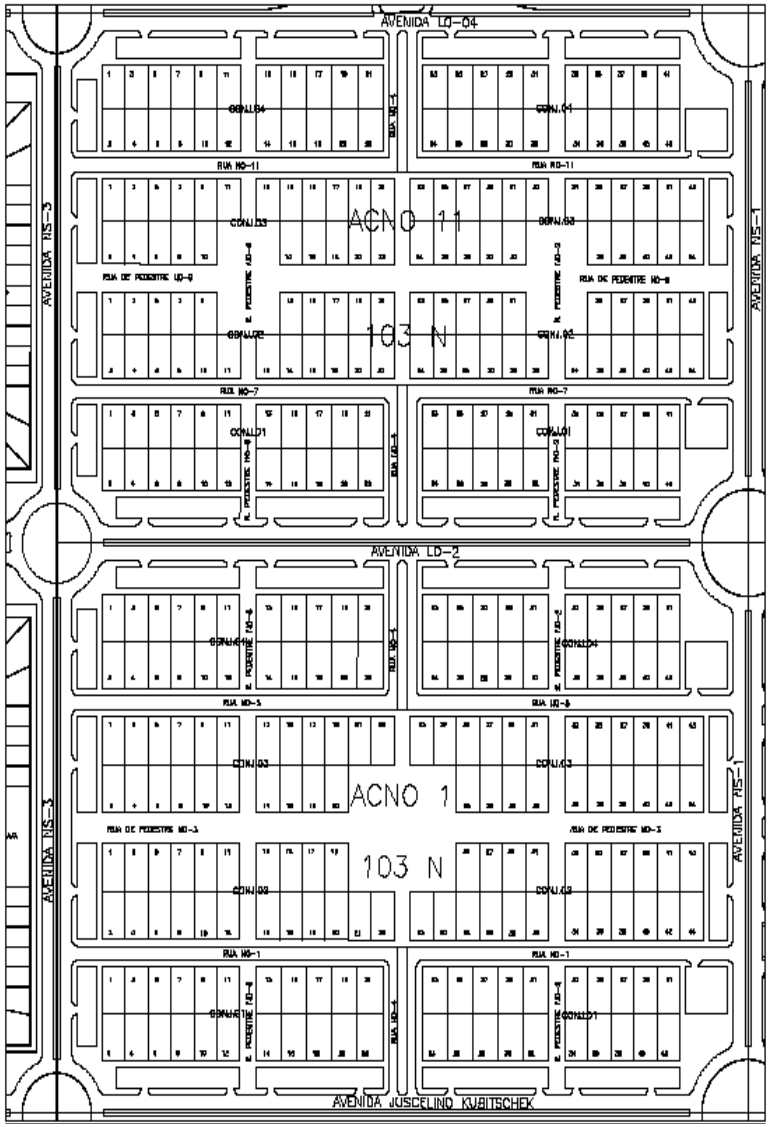


Fig. 13 / Projeto das Quadras ACNO 1 e ACNO 11



Fig. 14 / Implantação Quadra ACNO 11



Fig. 15 / Implantação Quadra ACNO 1

Quadras ACNE 1 e ACNE 11

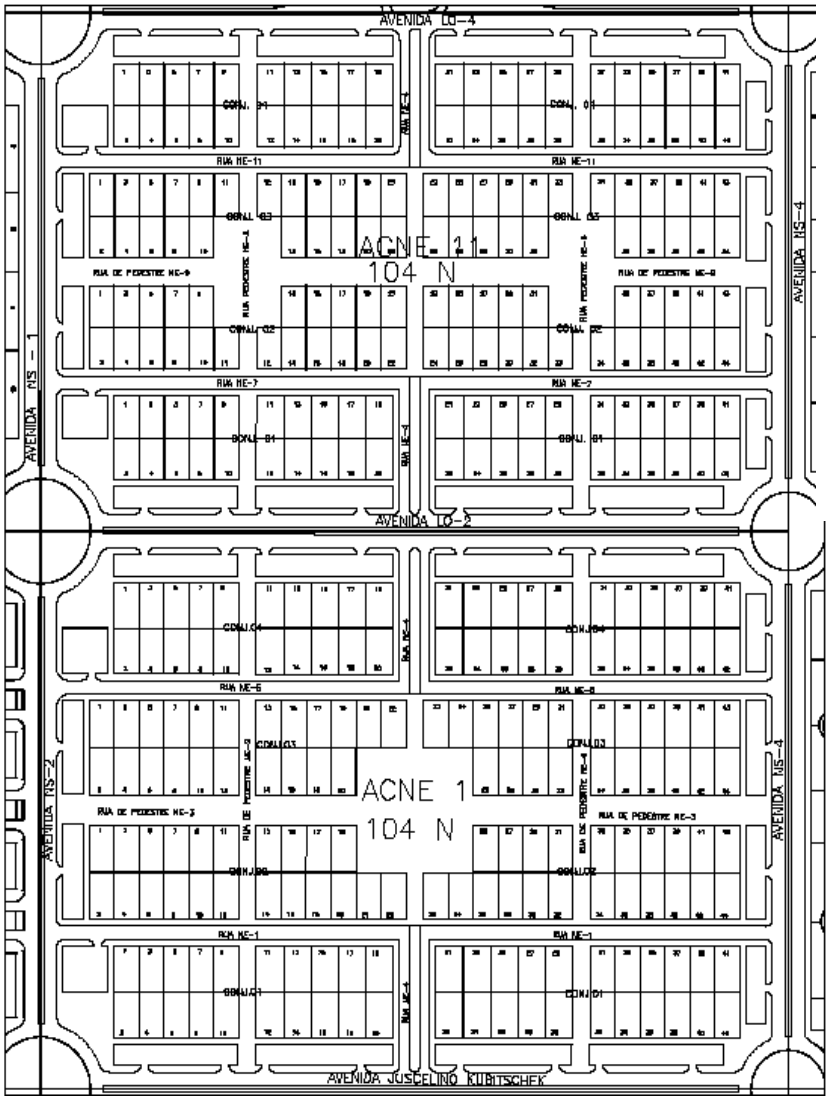


Fig. 16 / Projeto Quadras ACNE 1 e ACNE 11



Fig. 17 / Implantação Quadra ACNE 11



Fig. 18 / Implantação Quadra ACNE 1

Quadras AC SE 1 e AC SE 11

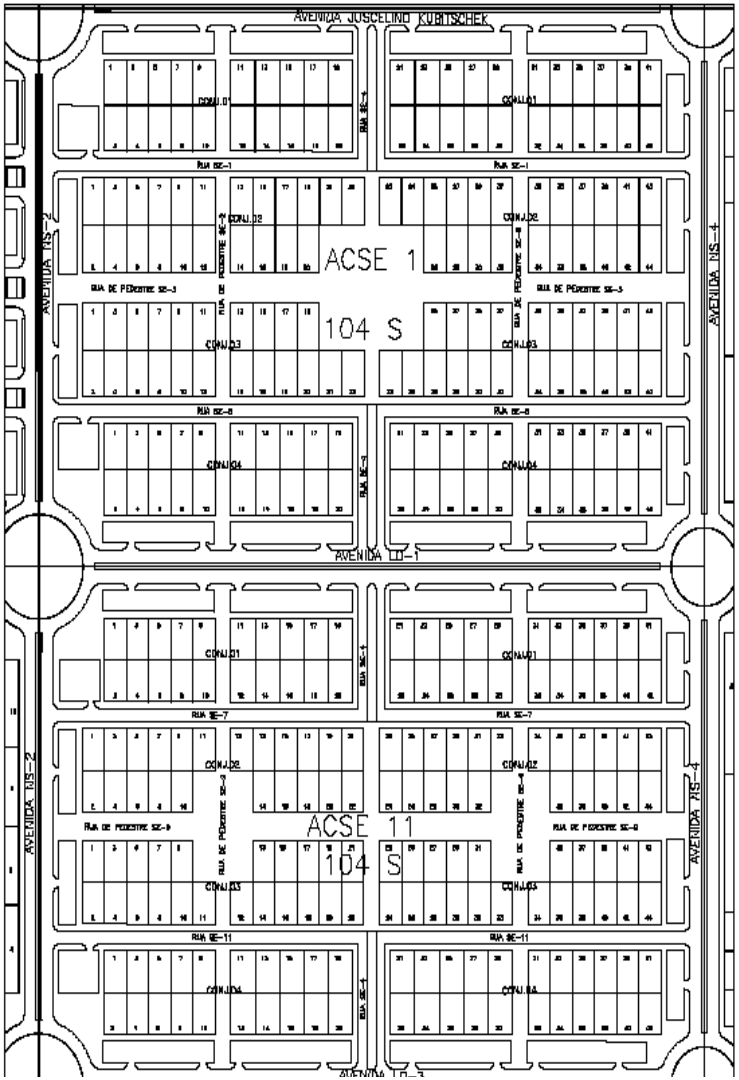


Fig. 19 / Projetos Quadras ACSE 1 e 11



Fig. 20 / Implantação Quadra AC SE 1



Fig. 21 / Implantação Quadra ACSE 11

Quadras ACSO 1 e ACSO 11

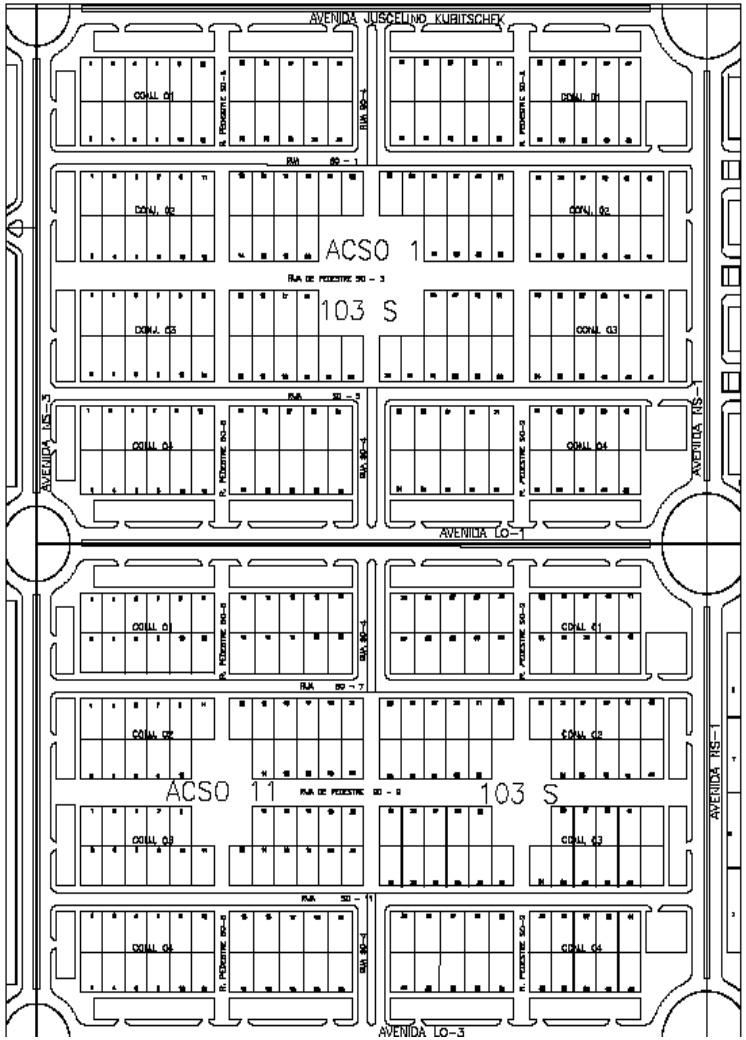


Fig. 22 / Projeto Quadras ACSO 1 e ACSO 11



Fig. 23 / Implantação Quadra ACSO 1



Fig. 24 / Implantação Quadra ACSO 11

DEMAIS QUADRAS DE SERVIÇOS URBANOS

As demais Quadras de Serviços Urbanos, além das centrais, estão localizadas, lado a lado, ao longo da Avenida Teotônio Segurado.

Serão mostradas à seguir algumas delas, em ordem do centro para a periferia, até a de numero 100, também de forma comparativa entre o projeto e sua implantação em 2005.

Quadra ACSU SE 20

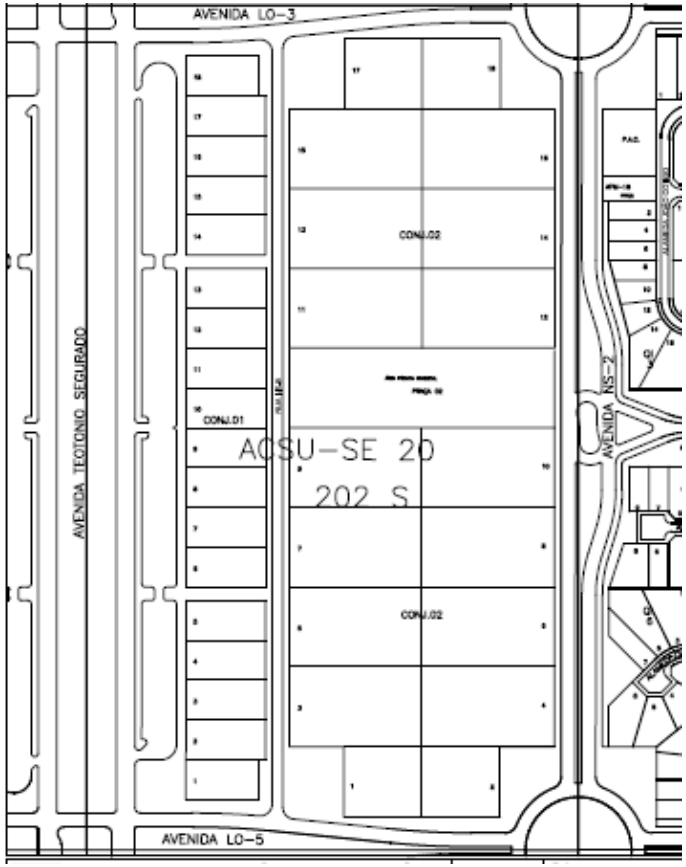




Fig. 25 e 26/ Projeto e Implantação Quadra ACSU SE 20

Quadra ACSUSO 20

Falta PDF



Fig. 27 e 28 / Projeto e Implantação Quadra ACSU SO 20

Quadra ACSUSE 40

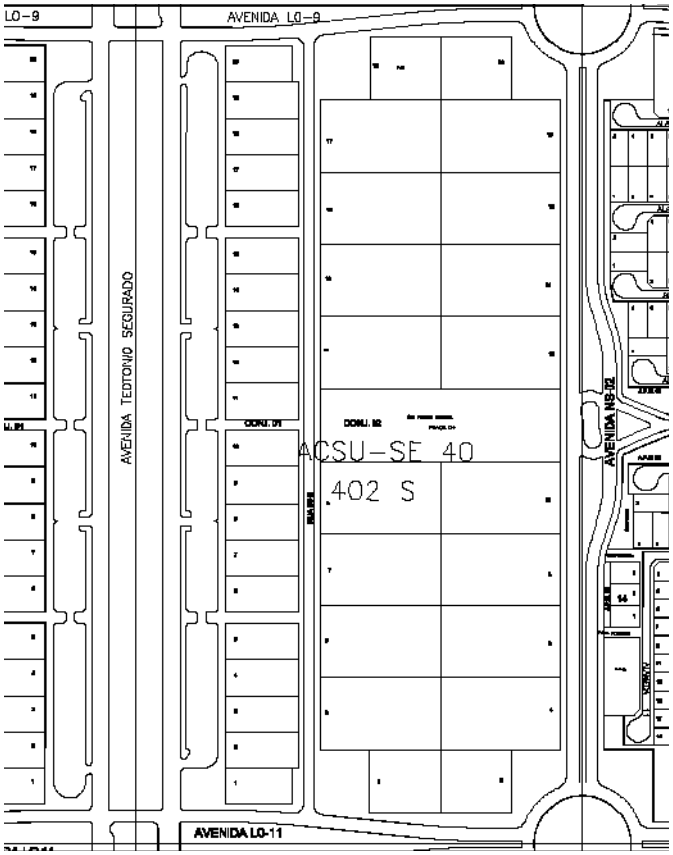




Fig. 29 e 30 / Projeto e Implantação Quadra ACSUSE 40

Quadra ACSUSO 40

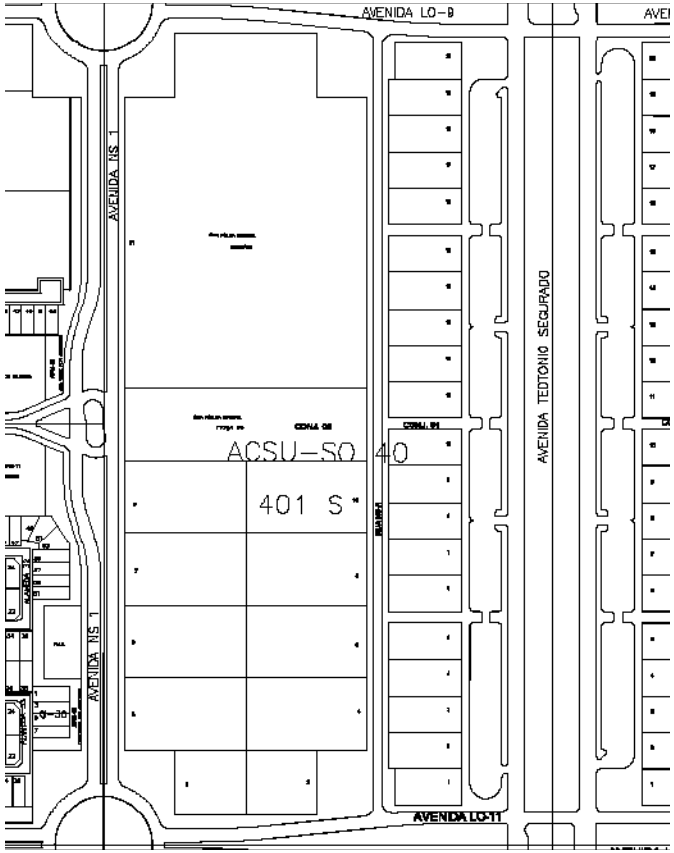




Fig. 31 e 32 / Projeto e Implantação Quadra ACSUSO 40

Quadra AASE 50 *

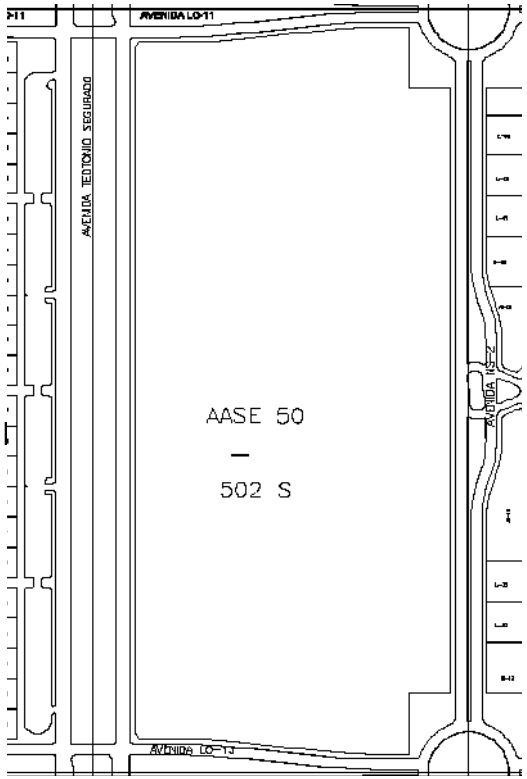




Fig. 33 e 34 / Projeto e Implantação Quadra AASE 50

***ACSU SE 50 não existe; no seu lugar está a AA SE 50 (sede da Prefeitura e do Paço Municipal).**

Quadra ACSU SO 50

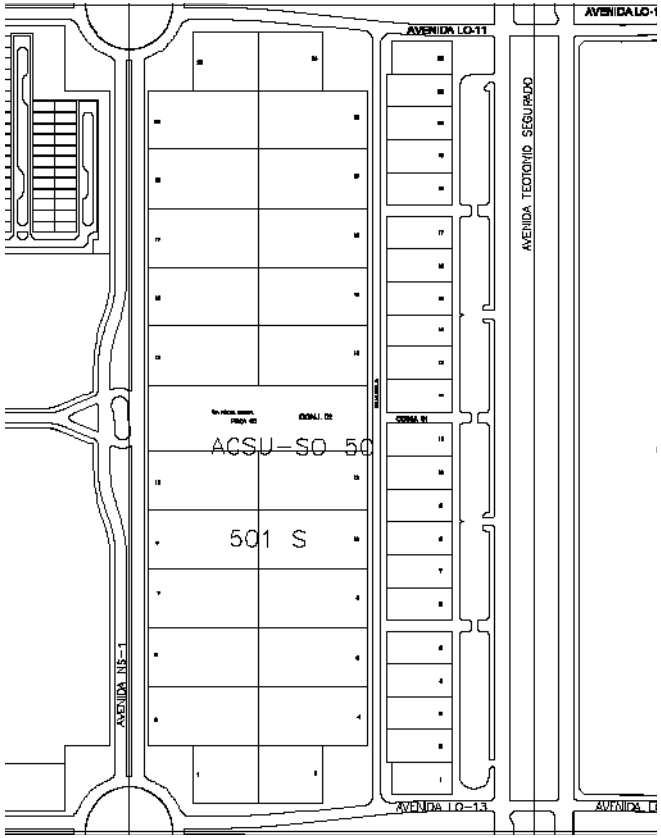




Fig. 35 e 36 / Projeto e Implantação Quadra ACSUSO 50

Quadra ACSUSE 60

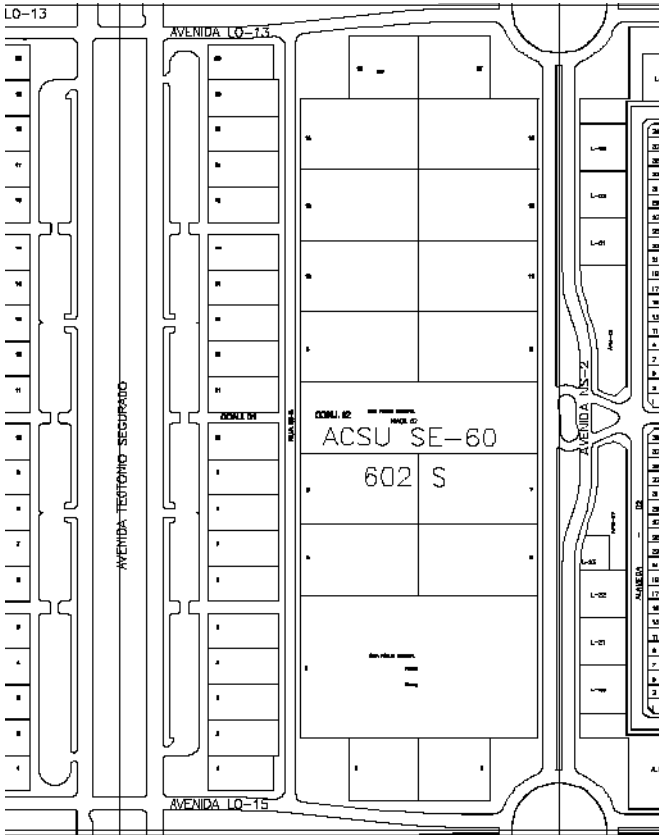




Fig. 37 e 38 .. Projeto e Implantação Quadra ACSUSE 60

Quadra ACSUSO 60

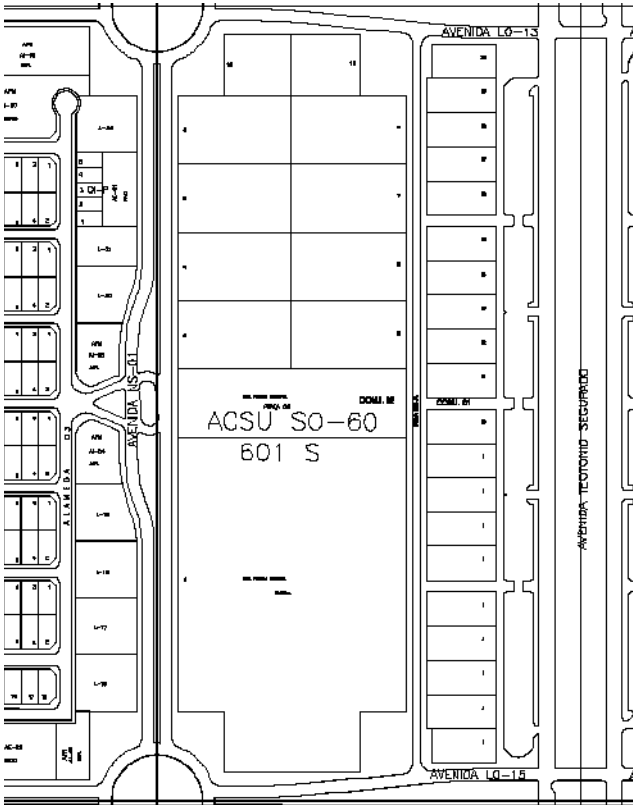




Fig. 39 e 40 Projeto e Implantação Quadra ACSUSO 60

Quadra ACSUSE 70

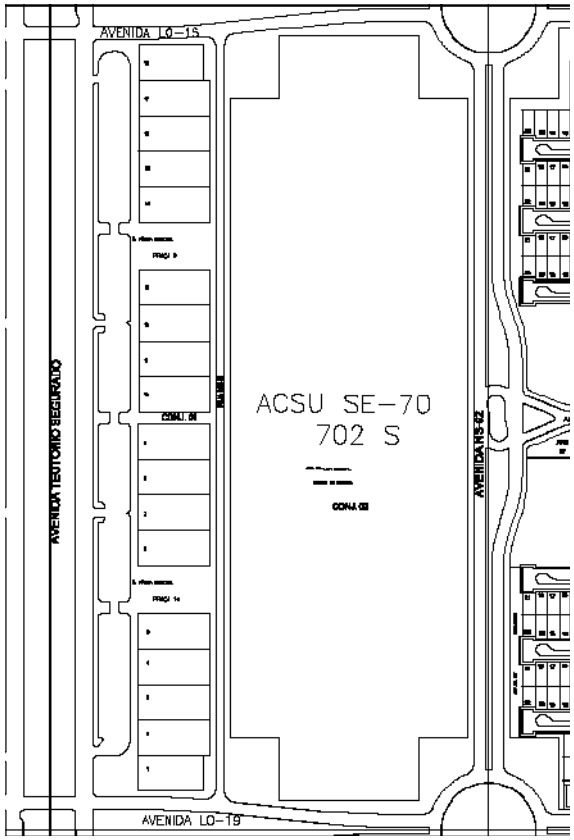




Fig. 41 e 42 / Projeto e Implantação Quadra ACSUSE 70

Quadra ACSU SO 70

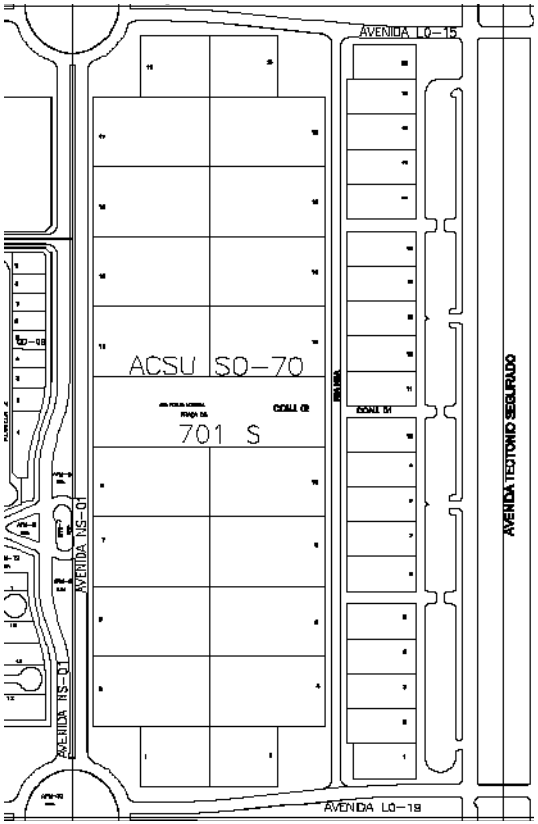




Fig. 43 e 44 / Projeto e Implantação Quadra ACSU SO 70

Quadra ACSU SE 100

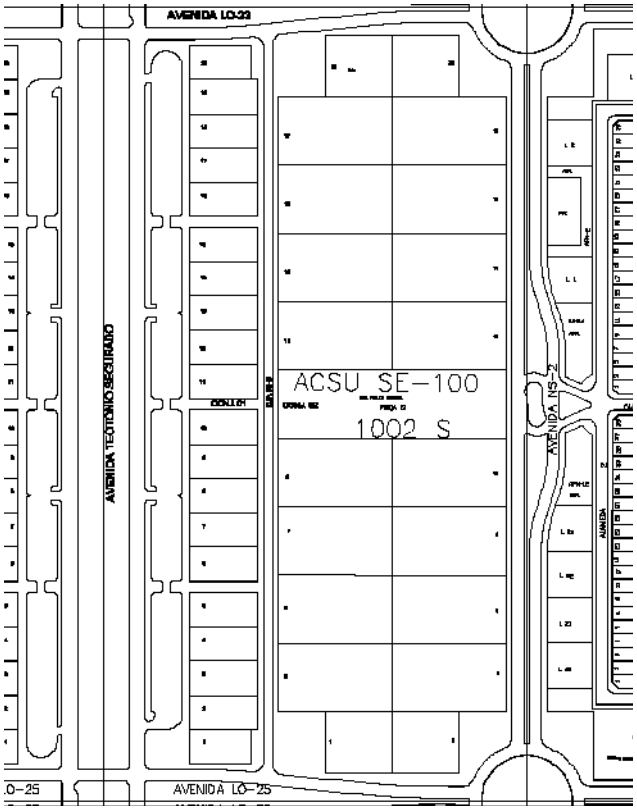




Fig. 45 e 46 / Projeto e Implantação Quadra ACSU SE 100

Quadra ACSUSO 100

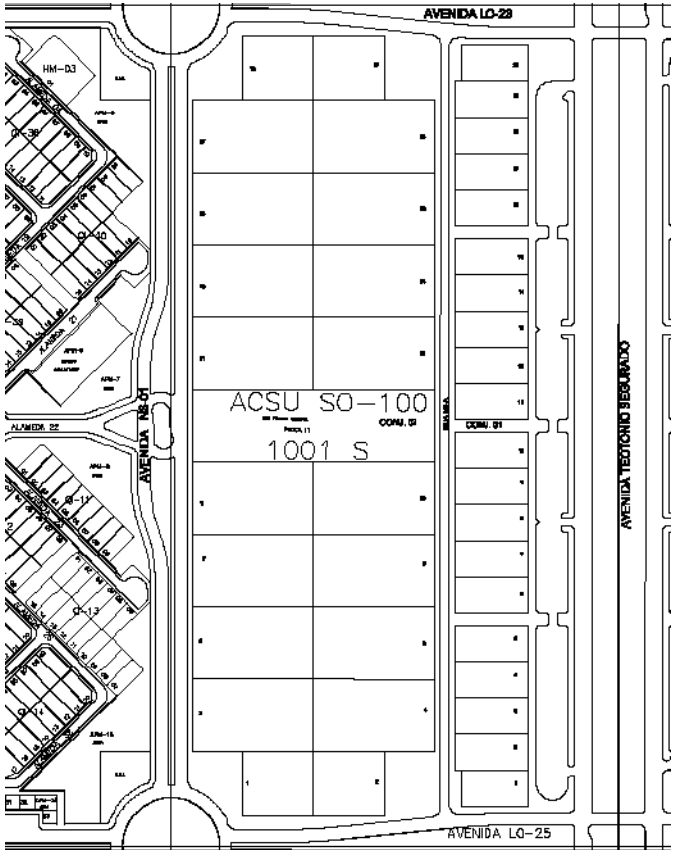




Fig. 47 e 48 / Projeto e Implantação Quadra ACSUSO 100

Quadras Diversas

Diversas Outras Quadras com diferentes finalidades para os Serviços Regionais e Industriais (ASR) e Lazer e Cultura (ALC) também foram projetadas na fase inicial da cidade.

Entre elas podemos citar as regionais ASR NE 25, ASR SE 15, ASR SE 25, ASR SE 65, ASR SE 75 e as de lazer ALC SO 34 e ALC SO 55, mas que não apresentados os referidos projetos.

Quadras Residenciais

Na seqüência à definição dos projetos da área central, das áreas comerciais e de serviços e ao desenvolvimento do plano diretor, foram sendo projetadas as diversas quadras residenciais, por várias equipes de arquitetos, segundo recomendação dos autores do Plano Diretor, que gostariam que a cidade tivesse a contribuição de outros profissionais.

A Urbanização das Quadras Residenciais poderiam gozar de uma certa liberdade de organização física, de desenho, desde que fossem obedecidos determinados parâmetros e regras gerais e específicas determinadas pelo Plano Diretor já descritas.. O objetivo maior era obter um desempenho econômico das áreas, mas sem preocupação com o aproveitamento máximo e sem perder de vista seu caráter socialmente justo e humano.

Nos seus aspectos gerais as urbanizações das quadras residenciais deveriam obedecer às determinações das leis federais vigentes para os loteamentos, como a Lei Lehmann (6.766/79) e Lei 9.785/99, que fixavam as porcentagens mínimas das áreas comuns, destinadas ao sistema viário, às áreas verdes e áreas institucionais, que no total chegavam a 35%, em relação às áreas particulares à serem comercializadas.

Em geral esses percentuais eram assim distribuídos:
- 15 a 20% para o sistema viário;
- 10 a 15% para as áreas verdes;
- 5 a 10% para as áreas institucionais.

Assim a área líquida para aproveitamento dos lotes chegava a 65% da área bruta, já que os 35% eram destinados a aqueles usos obrigatórios.

Igualmente importantes eram os números resultantes das relações entre a área bruta e a área útil comercializável em lotes, bem como do sistema viário e áreas dos equipamentos, que revelassem o bom e eficiente aproveitamento econômico da divisão da quadra.

Repetindo, os parâmetros específicos, fixados pelo Plano Diretor, eram os seguintes: a densidade populacional de 300 habitantes por hectare, através do uso misto de habitações individuais e coletivas; os lotes das habitações individuais foram fixados em 360 m2, (12m x 30m); áreas destinadas aos equipamentos como comércio local, escolas, aos templos e ao lazer; estabelecimento de um arruamento que previsse velocidades baixas e não tivesse ligação direta entre as vias do sistema viário principal.
Já estavam fixados os dois acessos à malha viária principal, bem como a posição do comercio vicinal.

Essas quadras tinham em média uma área de 40 hectares, podendo abrigar em torno de 12.000 habitantes cada.

Passando inicialmente por um Estudo Preliminar da divisão das Quadras, para discussão e aprovação, os desenhos de micro-parcelamento eram desenvolvidos em forma de um Projeto Executivo bastante detalhado.
Nele ficava claramente definido todo o seu sistema viário interno e a localização exata e precisa de todos os lotes e áreas complementares das áreas públicas, verdes, etc. Toda essa divisão da quadra em setores, conjuntos e lotes, devidamente identificados e numerados, visavam a emissão dos documentos de posse emitidos e registrados no Cartório de Registro de Imóveis.

Para esse fim, os desenhos técnicos eram acompanhados pelo Memorial Descritivo bem como os respectivos cálculos analíticos e descrição precisa de cada lote, para efeito do Registro.

As Quadras Residenciais foram projetadas por diversos arquitetos, mas contrariamente às idéias originais do Plano, que previa uma democratização nos seus desenhos, houve uma certa concentração em alguns poucos profissionais.

Pela orientação da cidade feita através dos eixos cardinais, resultando em quadrantes bem definidos, sua leitura e orientação é muito fácil; Dela resulta quadras localizadas em cada quadrantes batizadas de NO, quando está à noroeste, NE quando a Nordeste, SE quando a Sudeste e SO quando a Sudoeste.

Para cada um dos Quadrantes foi adotada uma cor, simbolizando uma característica geográfica local: Amarelo para o Nordeste representando o nascer do sol; Vermelho para o setor Noroeste representando o pôr do sol; Verde para o Sudeste representando suas matas e Azul para o quadrante sudoeste representando as águas do lago.

Vamos apresentar algumas Quadras Residenciais iniciais, em ordem dos ponteiros do relógio, de maneira numérica crescente, iniciando pelas NO e seguidas das NE, SE e SO, com sua localização na cidade, seus devidos autores, datas e um quadro geral de suas áreas.

Nelas são mostrados: o projeto completo da sua divisão em lotes, seu sistema viário interno, a localização e discriminação dos equipamentos públicos, sua situação no Plano Diretor; ao lado mostramos sua implantação real, em fevereiro de 2005, vista de satélite, em imagens fornecidas pela Prefeitura de Palmas em seu site na Internet.

Acrescentamos também o Quadro Geral das áreas específicas de cada uma, mostrando a discriminação e quantificação de todas as Áreas Públicas e Particulares que a compõem.

Chamamos a atenção que não foi possível uma uniformização na apresentação dos dados de cada uma delas, pois a diversidade de profissionais envolvidos na elaboração das mesmas acarretou critérios diferentes na adoção de áreas públicas e privadas, bem com no grau de precisão nos seus dimensionamentos.

Infelizmente não possuímos os memoriais descritivos detalhados de todas as Quadras, motivo pelo qual não os apresentamos nesta exposição.

Apesar disso, considera-se que esta apresentação representa uma mostragem bastante abrangente das Quadras Residenciais da cidade, destinada a registrar seus projetos e intenções iniciais.

Através dela pode-se captar as intenções dos diversos projetistas quanto à ocupação e volumetria previstas, através do lançamento da divisão e distribuição das áreas públicas e particulares propostas.

É possível fazer a leitura das propostas através do seu sistema viário, da posição dos equipamentos públicos e da distribuição dos lotes particulares, uni e multi-familiares.

Tendo em vista a extensão desta apresentação e a importância das Quadras Residenciais, como células bastante significativas do viver na cidade, acredita-se que elas poderiam merecer um outro trabalho desdobrado mais aprofundado e exclusivo.

Quadras Residenciais Noroeste (NO) – Setor Vermelho

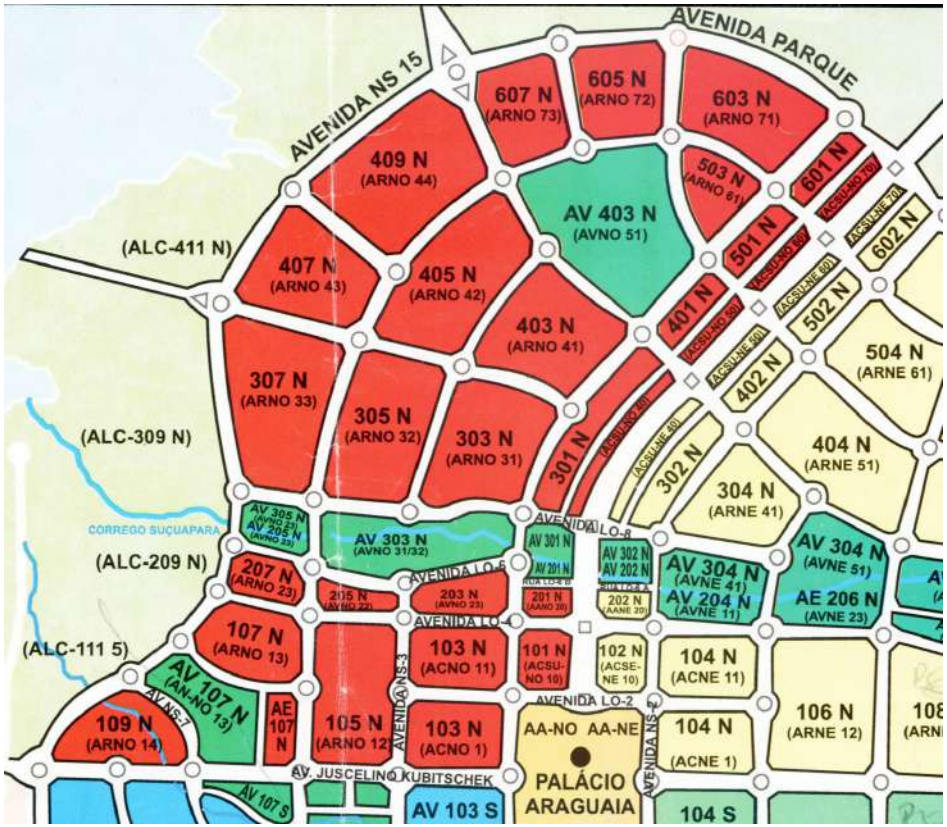


Fig. 49/ Quadras no Quadrante Noroeste



Fig. 50 Setorização geral

Quadra Residencial ARNO 12 / Grupo Quatro, 1990



Fig. 51 / Situação no Plano

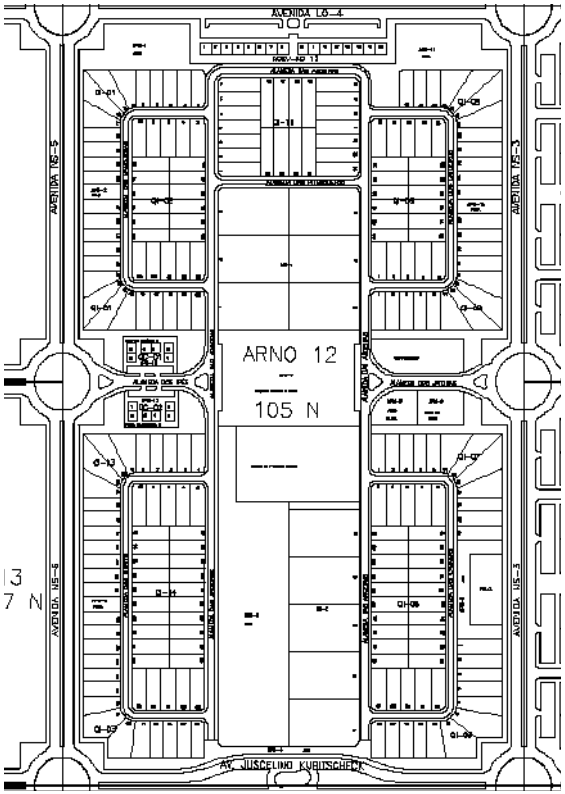




Fig. 52 e 53/ Projeto e Implantação Quadra ARNO 12

Quadra Residencial ARNO 13 / Arnaldo Braga, 1990



Fig.54 / Situação no Plano

Não tem projeto digitalizado PDF



Fig. 55 e 56 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 13

Quadra Residencial ARNO 21 / Edison Antunes, 1990



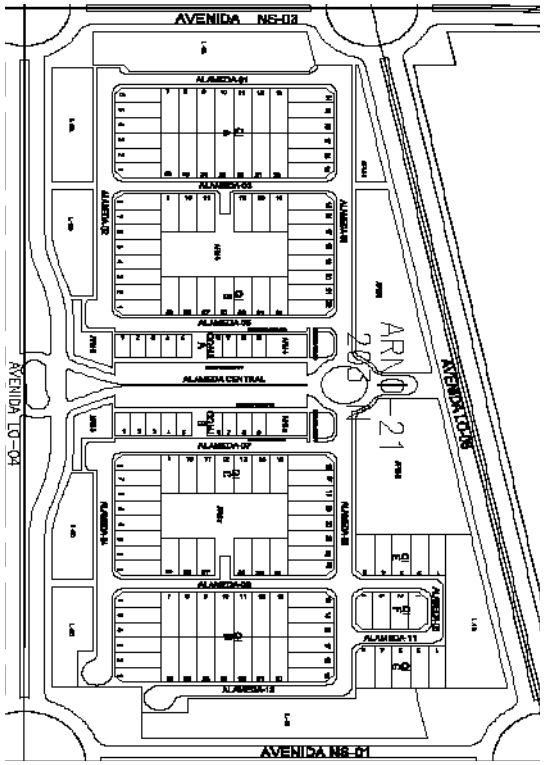




Fig. 57 / Situação no Plano

Fig. 58 e 59 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 21

Quadra Residencial ARNO 22 / Grupo Quatro, 1990

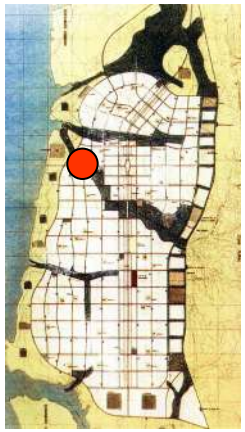


Fig.60 Situação no Plano

Não tem arquivo PDF



Fig. 61 e 62 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 22

Quadra Residencial ARNO 31 / Grupo Quatro, 1991



Fig.66 / Situação no Plano

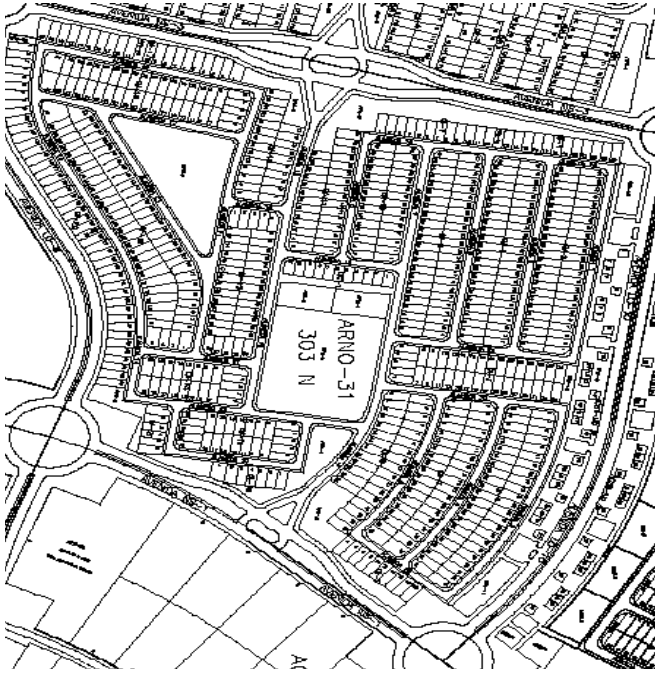




Fig. 67 e 68 /Projeto e Implantação Quadra ARNO 31

Quadra Residencial ARNO 32 / Grupo Quatro, 1991



Fig.69 Situação no Plano





Fig. 70 e 71/ Projeto e Implantação Quadra ARNO 32

Quadra Residencial ARNO 33 / Grupo Quatro, 1991



Fig. 72 / Situação no Plano

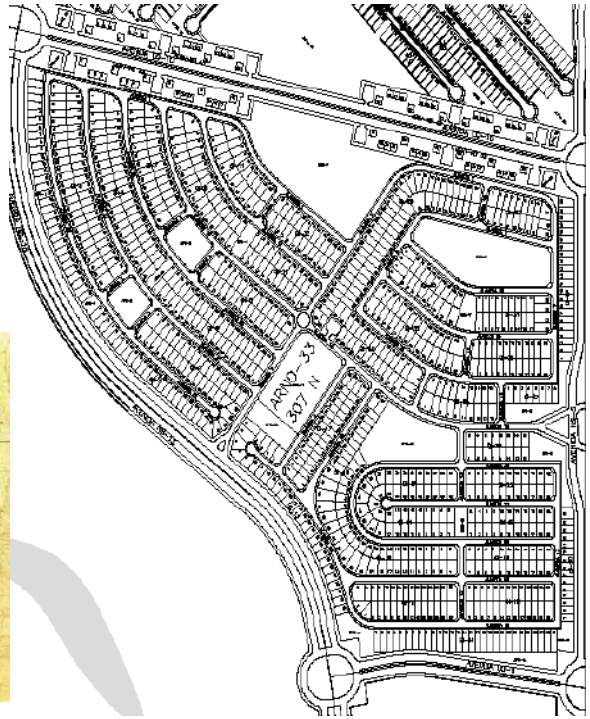




Fig. 73 e 74 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 33

Quadra Residencial ARNO 43 / Grupo Quatro, 1991



Fig.75 / Situação no Plano

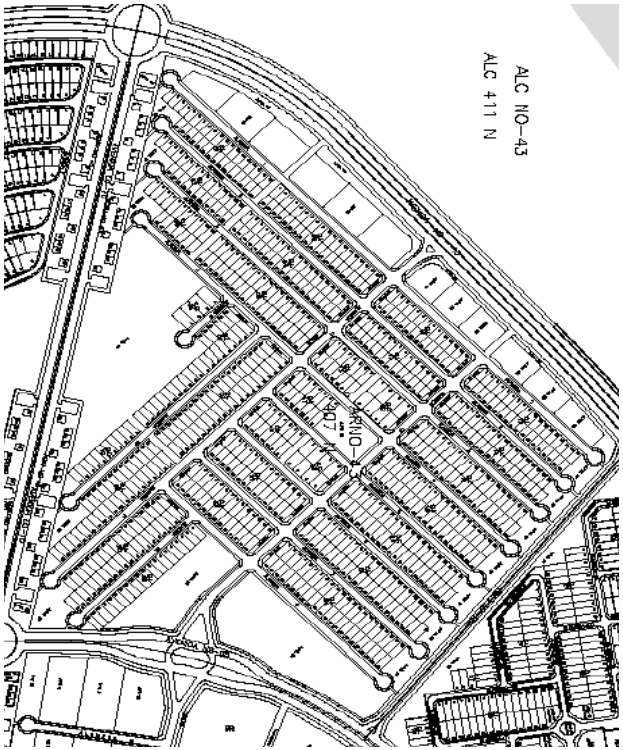




Fig. 76 e 77 /Projeto e Implantação Quadra ARNO 43

Quadra Residencial ARNO 61 / Edison Eloy de Souza, 1993

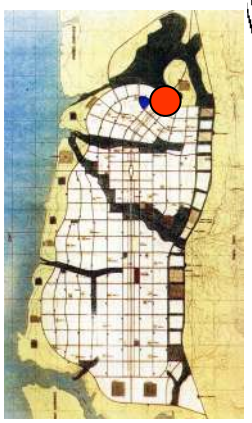


Fig. 78/ Situação no Plano

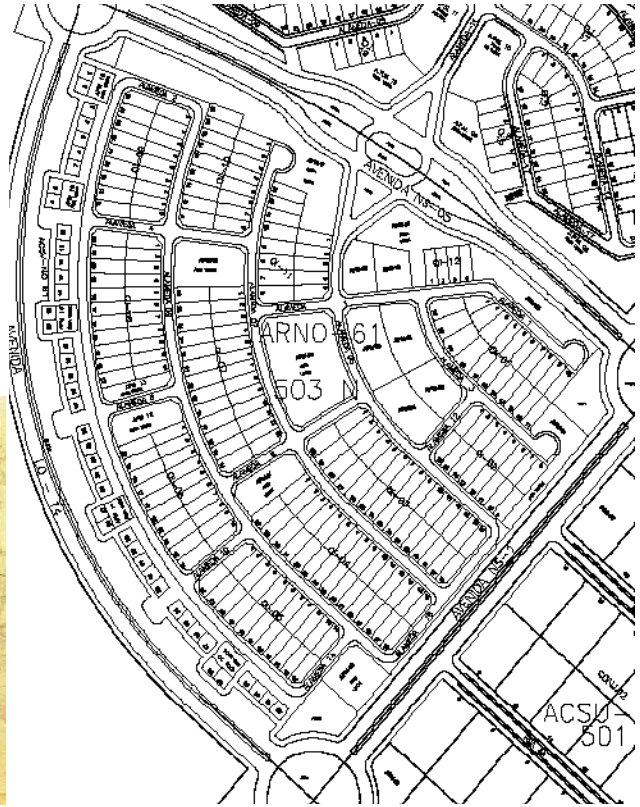




Fig. 79 e 80 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 61

Quadra Residencial ARNO 71 / Edison Eloy de Souza, 1993



Fig .81 / Situação no Plano





Fig. 82 e 83 / Projeto e Implantação Quadra ARNO 71

Quadra Residencial ARNO 72 /Edison Eloy de Souza, 1994

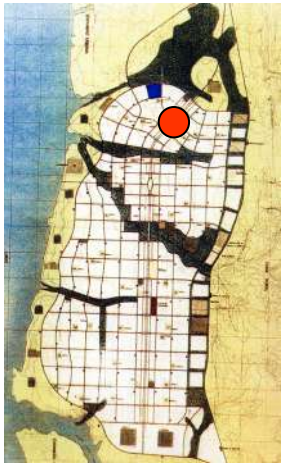


Fig. 84 / Situação no Plano

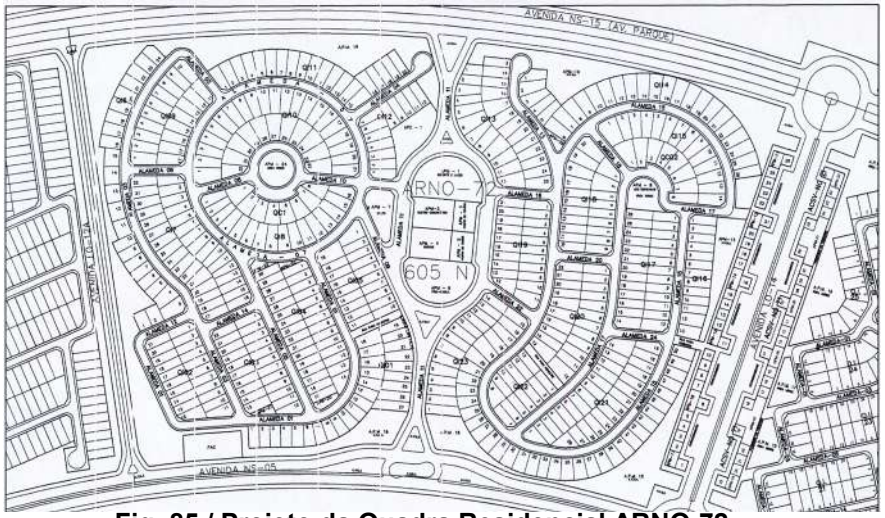


Fig. 85 / Projeto da Quadra Residencial ARNO 72



Fig. 86 / Implantação Quadra Residencial ARNO 72

Quadra Residencial ARNO 73 / Edison Eloy de Souza, 1994

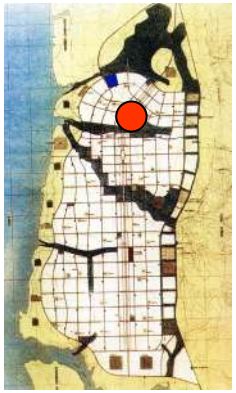


Fig.89 / Situação no Plano

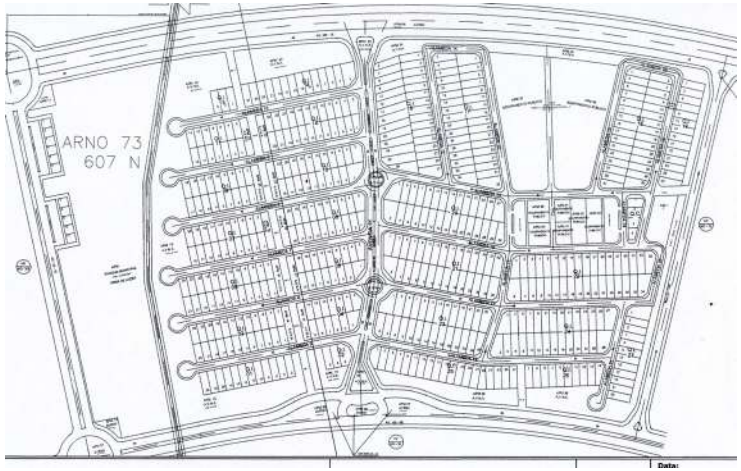


Fig. 87 / Projeto modificado

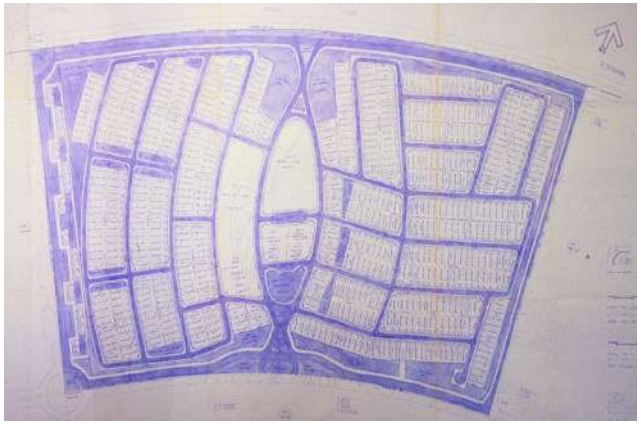


Fig. 90/ Projeto Original



Fig. 88 / Implantação da Quadra Arno 73

Quadras Residenciais Nordeste (NE) / Setor Amarelo



Fig.91 / Quadras no Quadrante Nordeste (NE)



Fig. 92 /Setorização geral

Quadra Residencial ARNE 12 / Ruy Ohtake, 1989

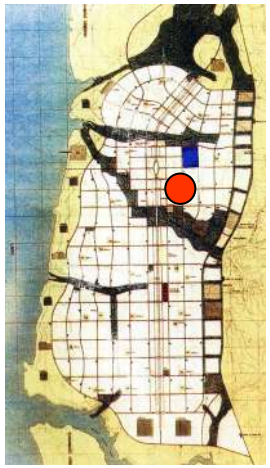


Fig.93 / Situação no Plano

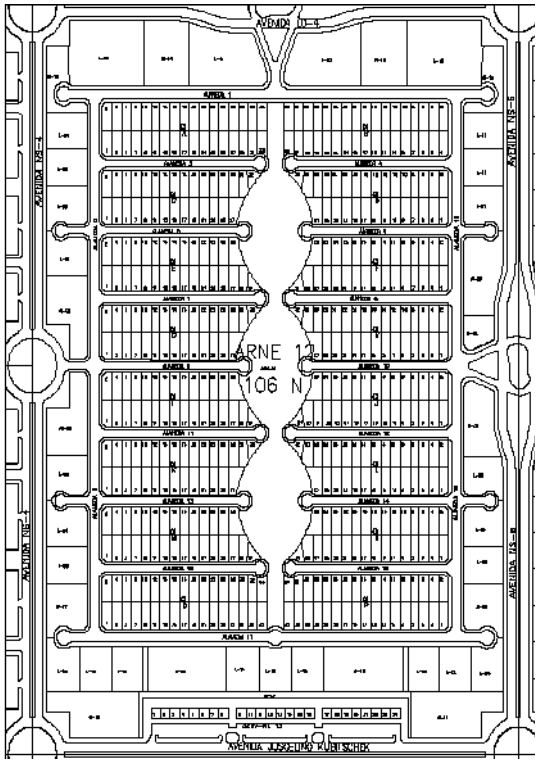




Fig. 94 e 95/ Quadra Residencial ARNE 12 / Projeto e implantação

Quadra Residencial ARNE 13 / Ruy Ohtake, 1989

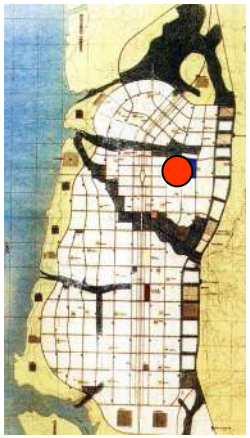
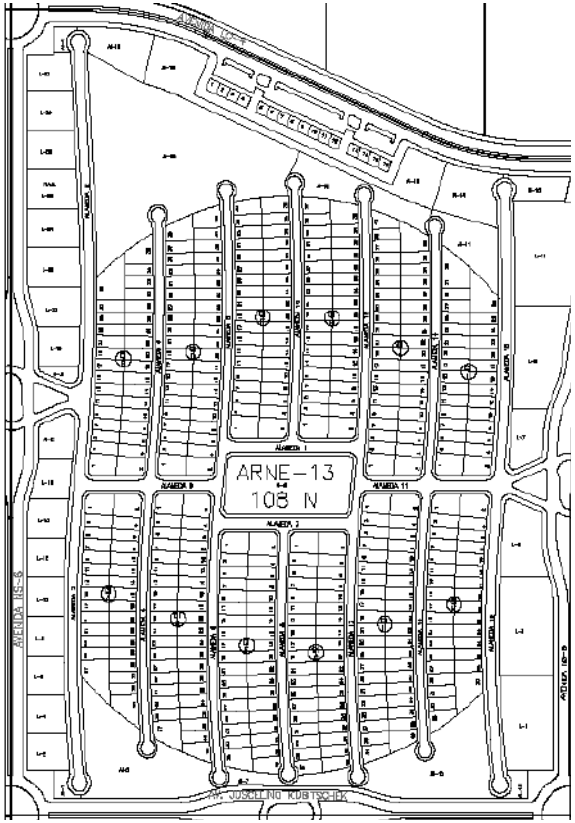


Fig.96 / Situação no Plano





Figuras 97 e 98/ Quadra Residencial ARNE 13 / Projeto e Implantação

Quadra Residencial ARNE 14 / Ruy Ohtake, 1989

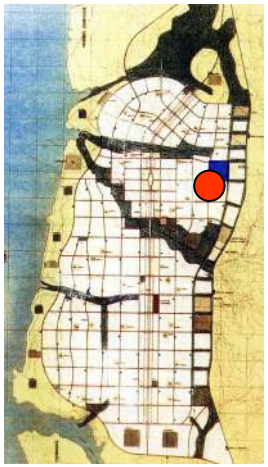


Fig.99 / Situação no Plano

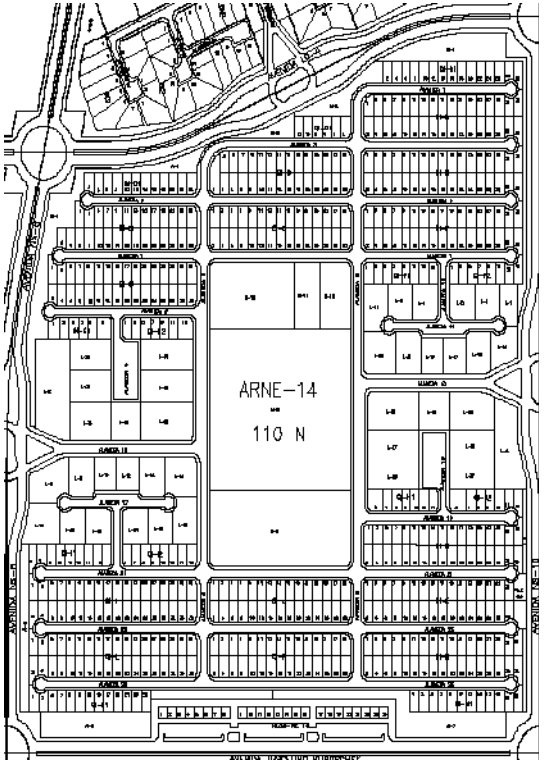


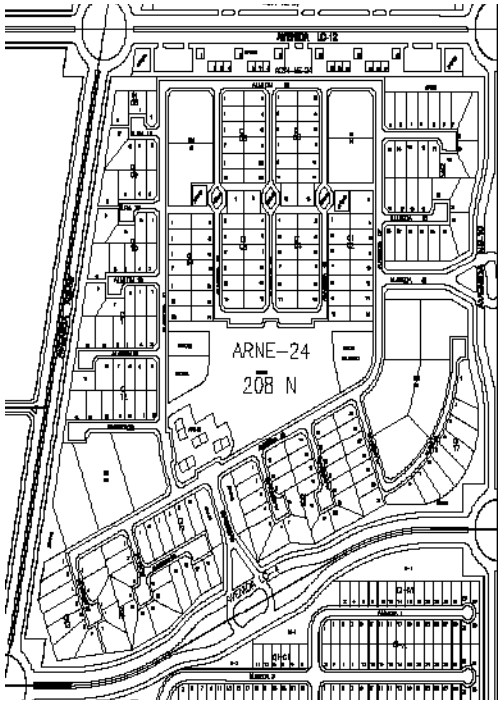


Fig. 100 e 101 /Projeto e Implantação Quadra ARNE 14

Quadra Residencial ARNE 24 / Grupo Quatro, 1990



Fig.102 Situação no Plano





Figs. 103 e 104 / Projeto e Implantação Quadra ARNE 24

Quadras Residenciais no Quadrante Sudeste (SE) / Setor Verde



Fig. 105 / Quadras Residenciais Quadrante Sudeste



Fig.106 / Setorização geral

Quadra Residencial ARSE 12 / Ruy Ohtake, 1989

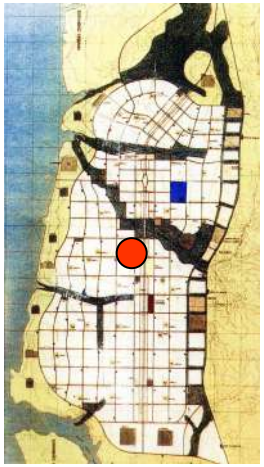
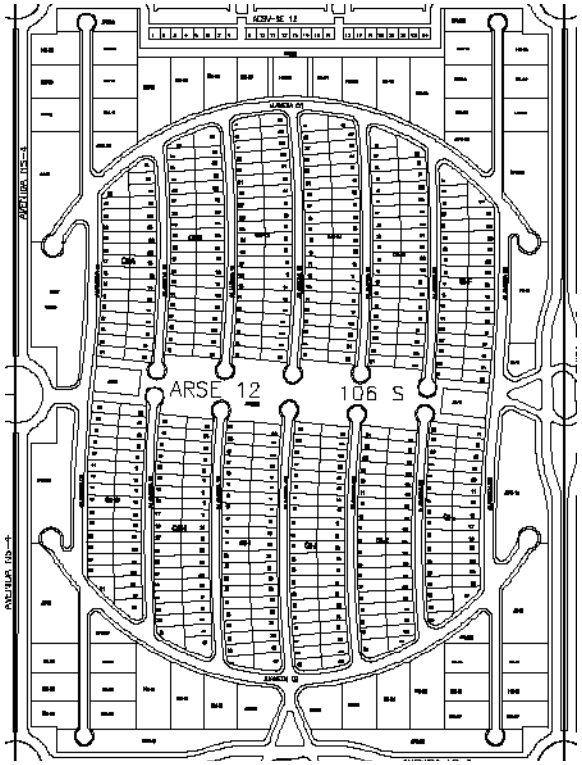


Fig.107 / Situação no Plano



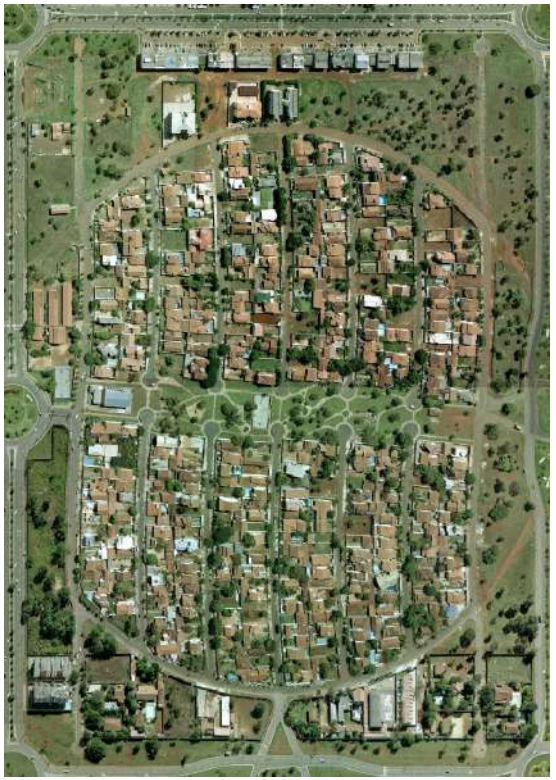
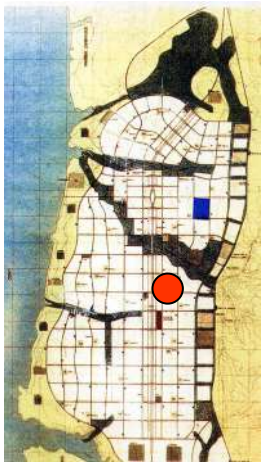


Fig. 108 e 109 / Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSE 12

Quadra Residencial ARSE 13 / Ruy Ohtake, 1989



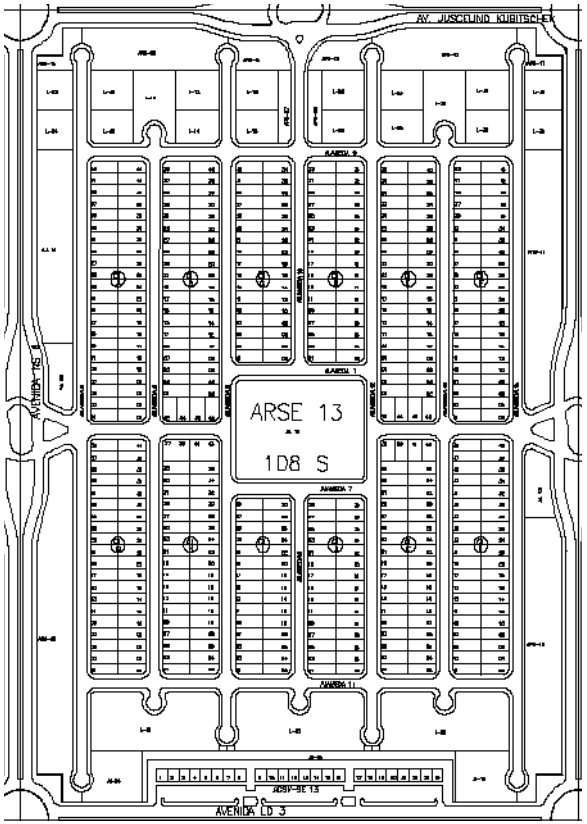




Fig.110 / Situação no Plano

Fig. 111 e 112 / Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSE 13

Quadra Residencial ARSE 14 / Ruy Ohtake, 1989

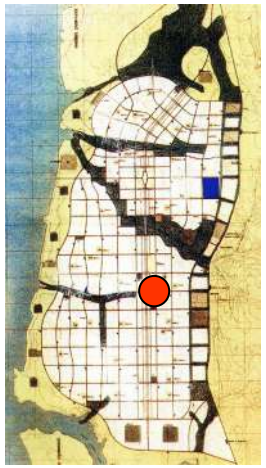


Fig. 113 / Situação no Plano

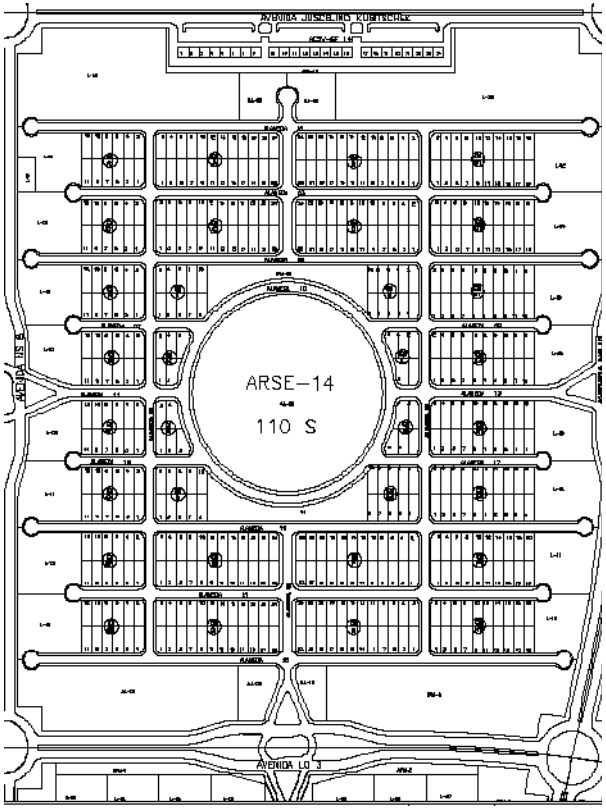


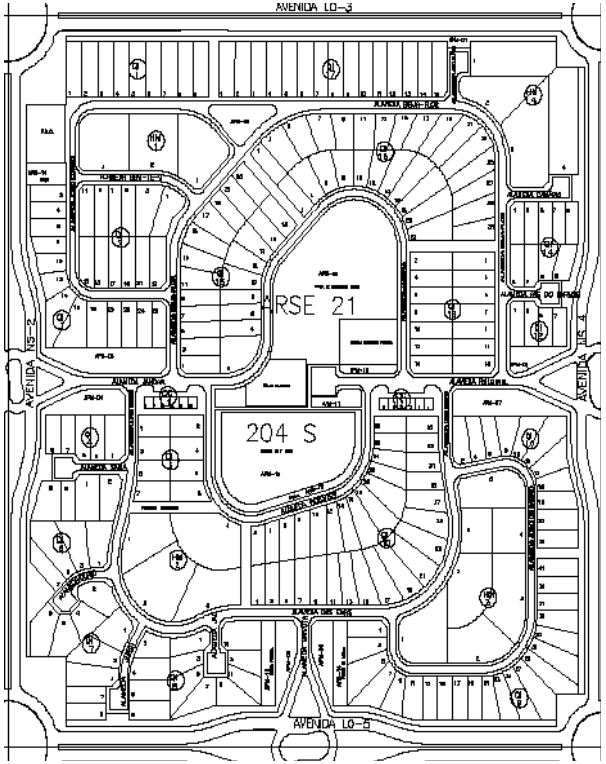


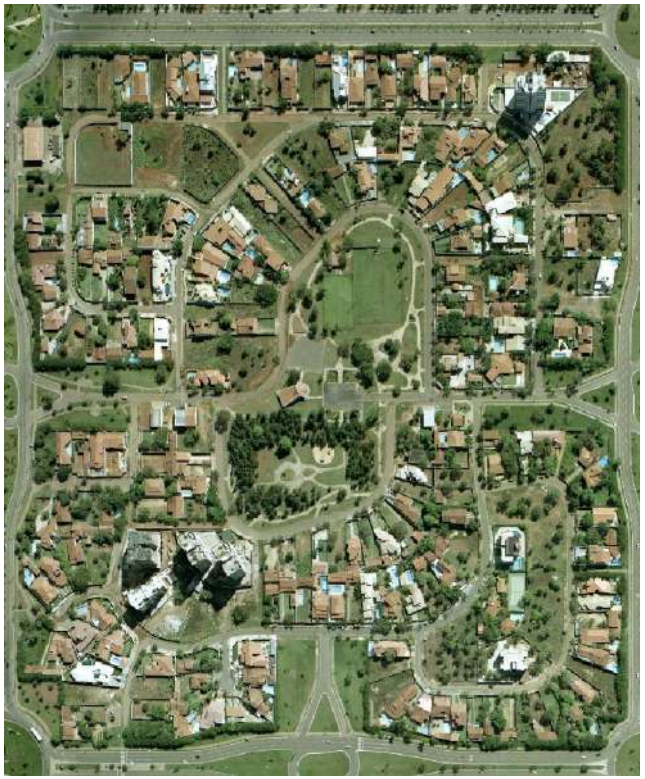
Fig. 114 e 115/ Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSE 14

Quadra Residencial ARSE 21 / Grupo Quatro, 1990



Fig. 116 /Situação no Plano



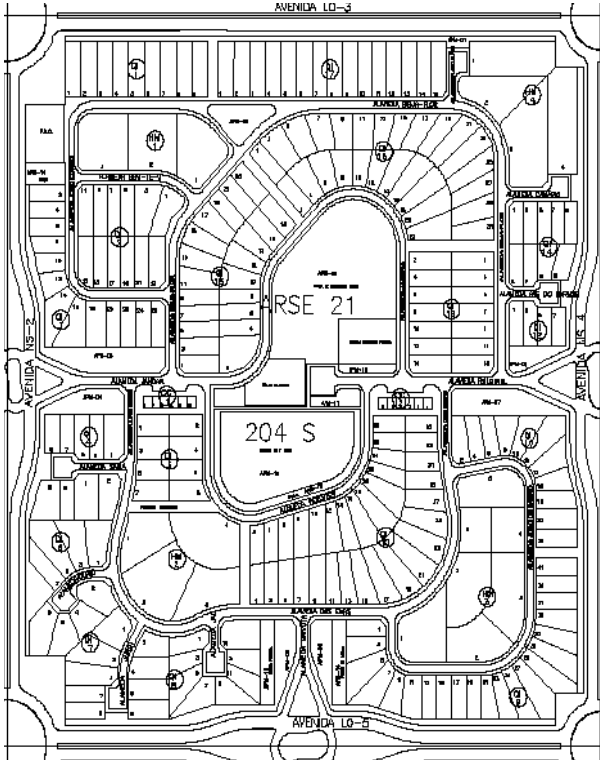


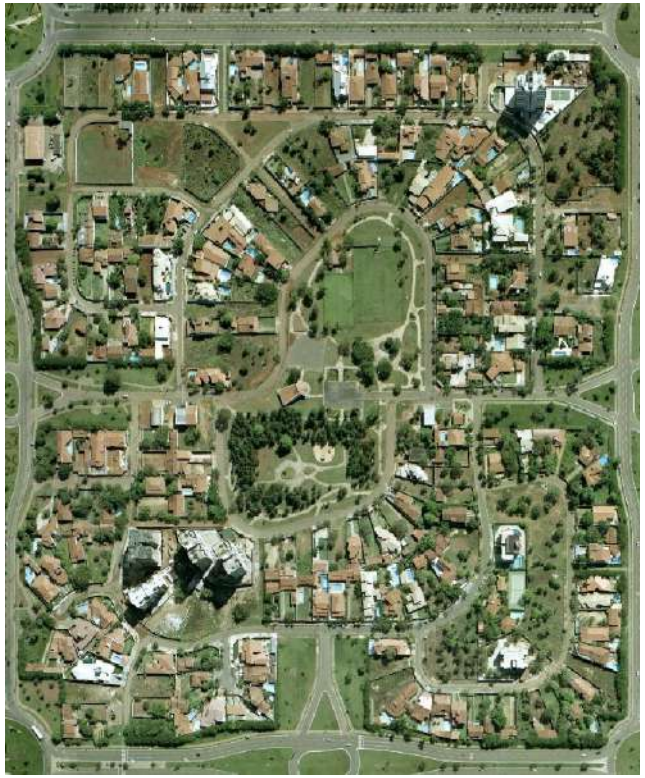
Figs. 117 e 118 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 21

Quadra Residencial ARSE 21 / Grupo Quatro, 1990



Fig. 116 /Situação no Plano





Figs. 117 e 118 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 21

Quadra Residencial ARSE 23 / Ruy Ohtake, 1989

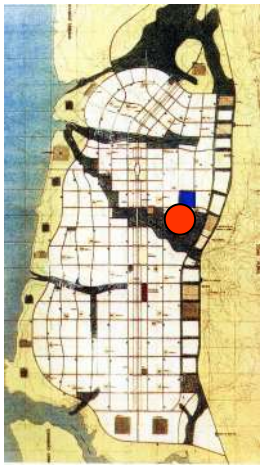


Fig.122 /Situação no Plano

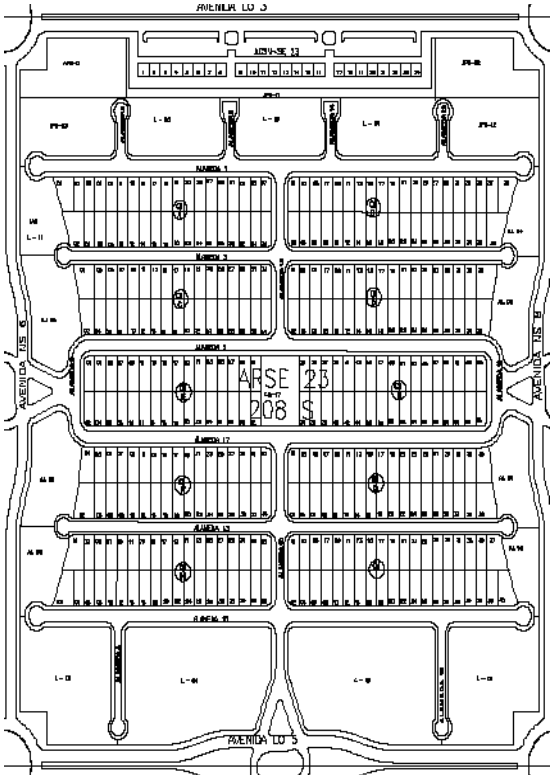




Fig. 123 e 124 / Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSE 23

Quadra Residencial ARSE 62 / Edison Eloy de Souza, Grupo Quatro, 1991

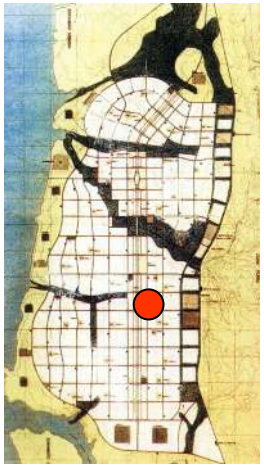
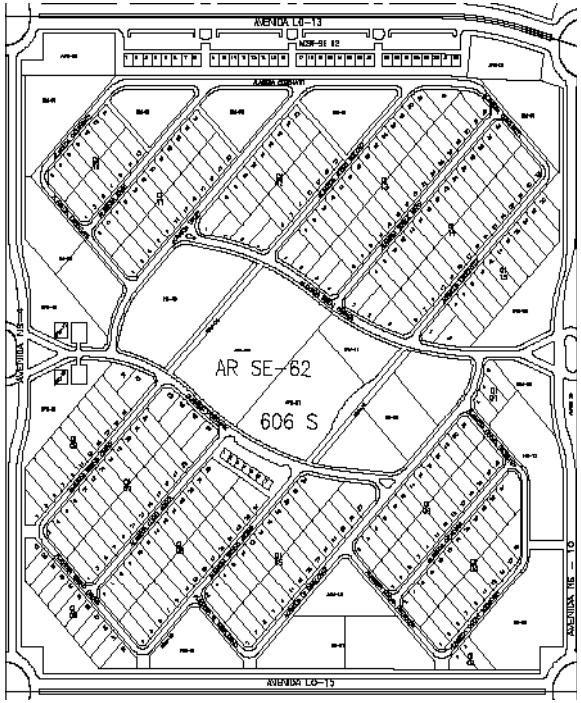


Fig.145 / Situação no Plano





Figs. 146 e 147 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 62

Quadra Residencial ARSE 71 / Maria Luci da Costa / Grupo Quatro, 1990

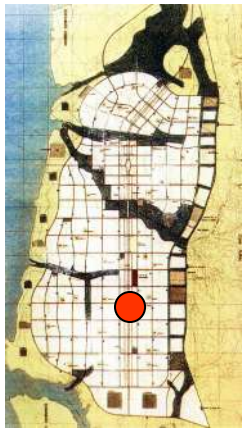
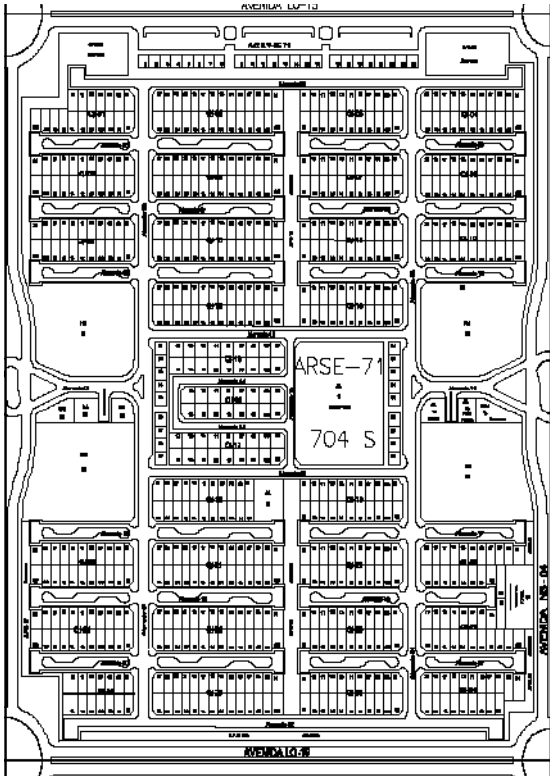


Fig.148 / Situação no Plano



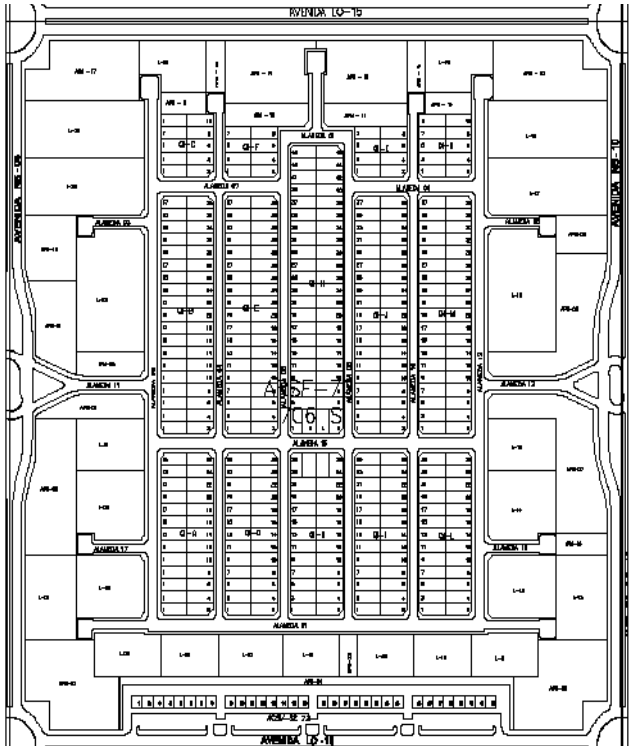


Figs. 149 e 150 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 71

Quadra Residencial ARSE 72 / Basevi, 1990



Fig. 151 / Situação no Plano





Figs. 152 e 153 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 72

Quadra Residencial ARSE 81 / Basevi, 1990

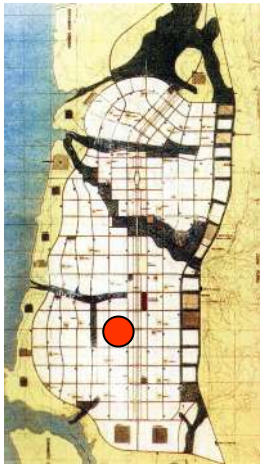
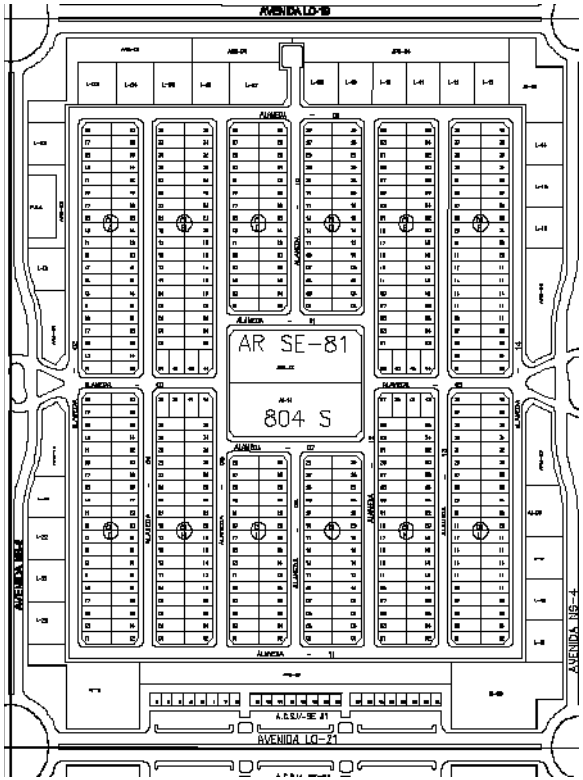


Fig. 154 / Situação no Plano





Figs. 155 e 156 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 81

Quadra Residencial ARSE 82 / GrupoQuatro, 1990

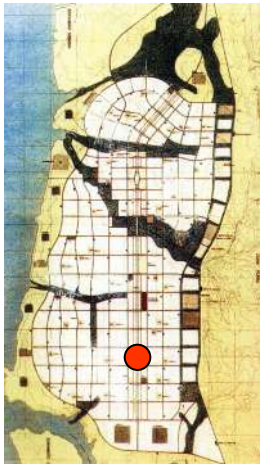
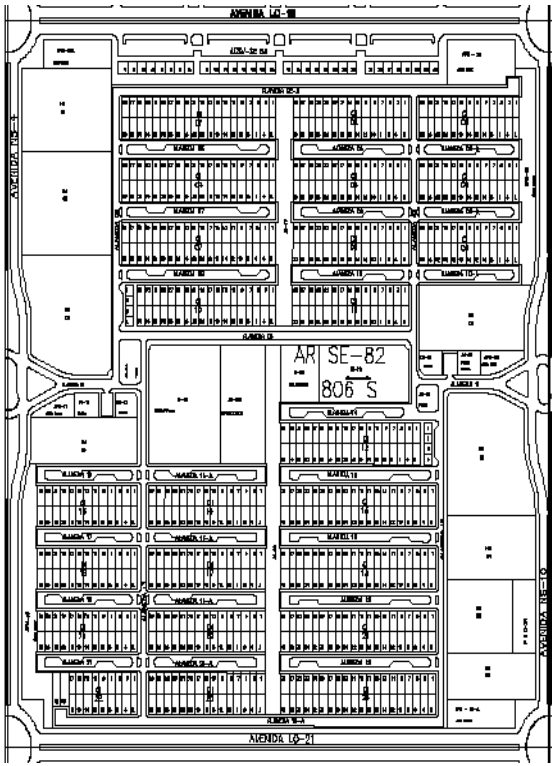


Fig. 157 / Situação no Plano



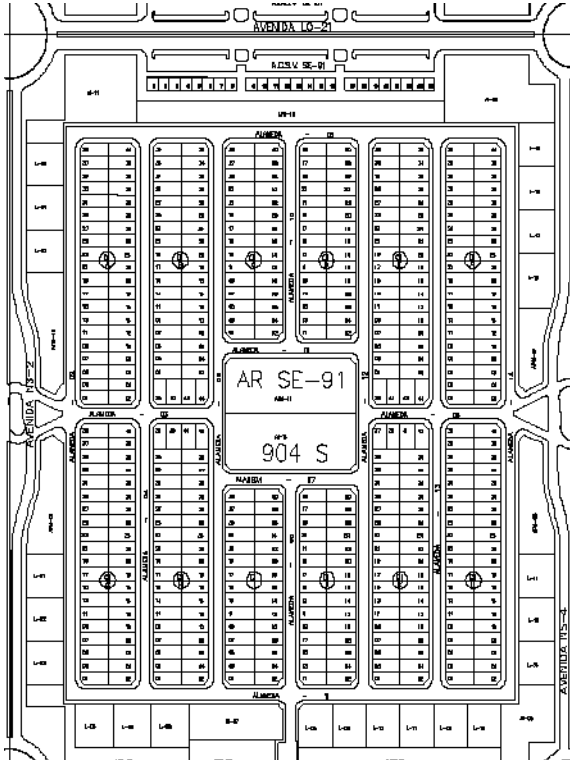


Figs. 158 e 159 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 82

Quadra Residencial ARSE 91 / Basevi, 1990



Fig.160 / Situação no Plano



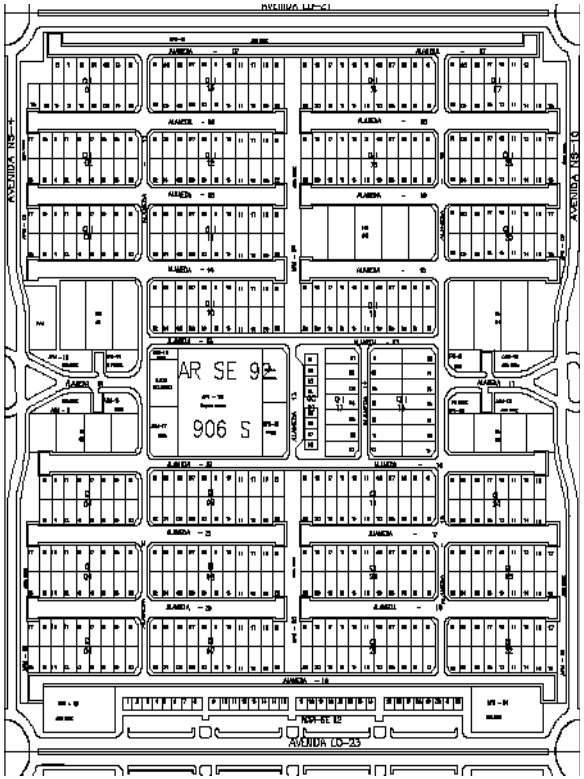


Figs 161 e 162 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 91

Quadra Residencial ARSE 92 / GrupoQuatro, 1990



Fig. 163 / Situação no Plano





Figs. .164 e 165/ Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 92

Quadra Residencial ARSE 101 / Basevi, 1990



Fig. 166 /Situação no Plano

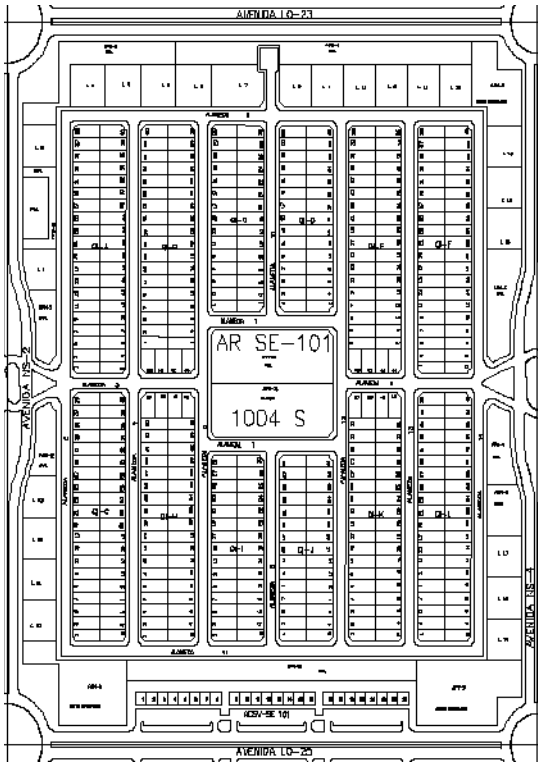


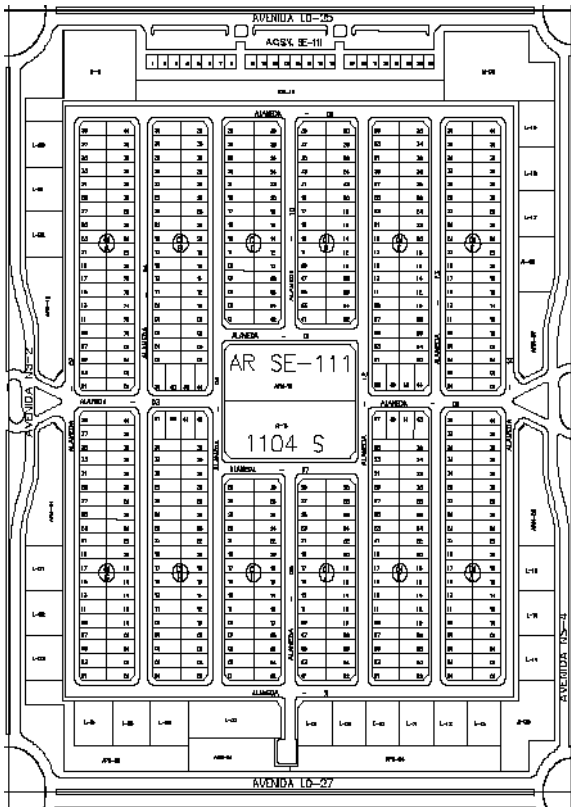


Fig. 167 e 168 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 101

Quadra Residencial ARSE 111 / Basevi, 1990



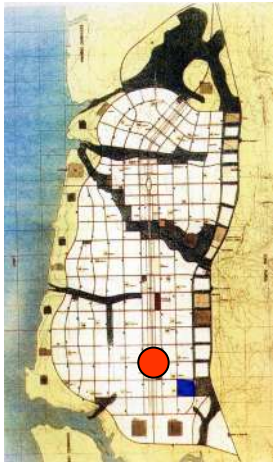
Fig.169 / Situação no Plano





Figs. 170 e 171 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSE 111

Quadra Residencial ARSE 122 / Edison Eloy de Souza, 1992



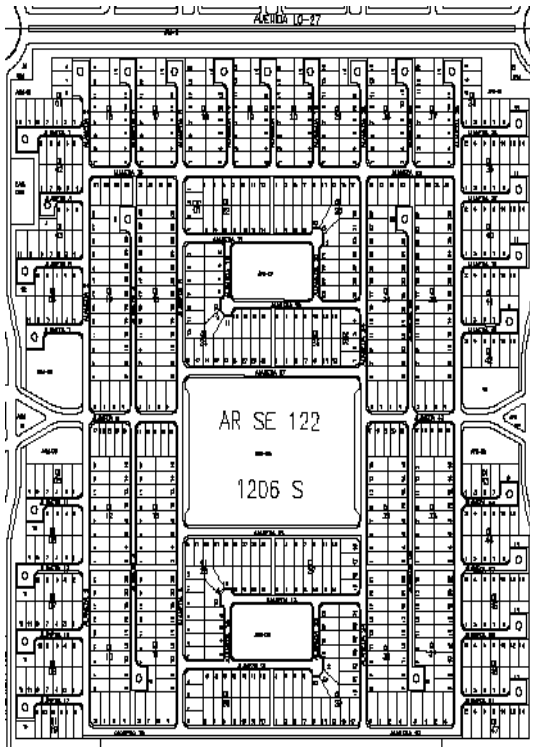




Fig. 172 Situação no Plano **Fig. 173 e 174 / Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSE 122**

Quadras Residenciais Quadrante Sudoeste (SO) / Setor Azul



Fig. 175 / Quadras Residenciais Quadrante Sudoeste



Fig. 176 / Setorização Geral

Quadra Residencial ARSO 61 / Basevi, 1990



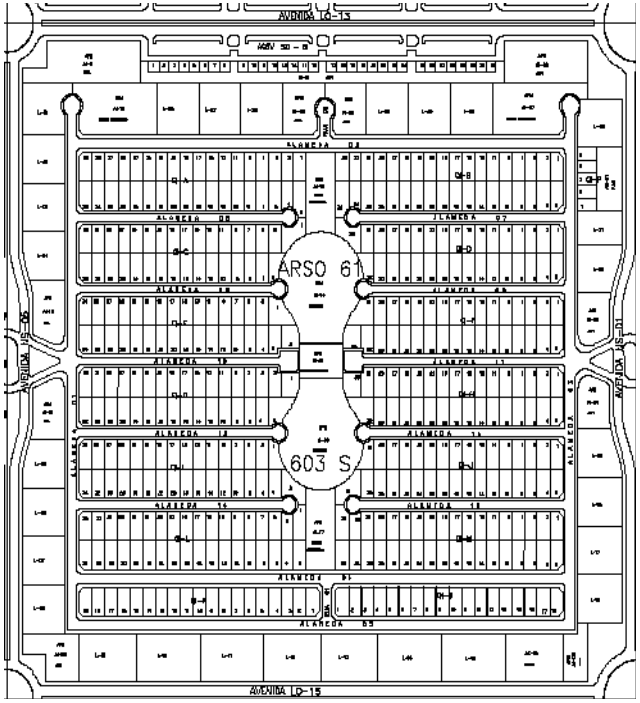




Fig. 177 / Situação no Plano

Figs. 178 e 179 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSO 61

Quadra Residencial ARSO 63 / Edison Eloy de Souza, 1993

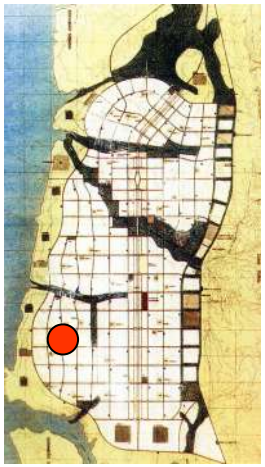
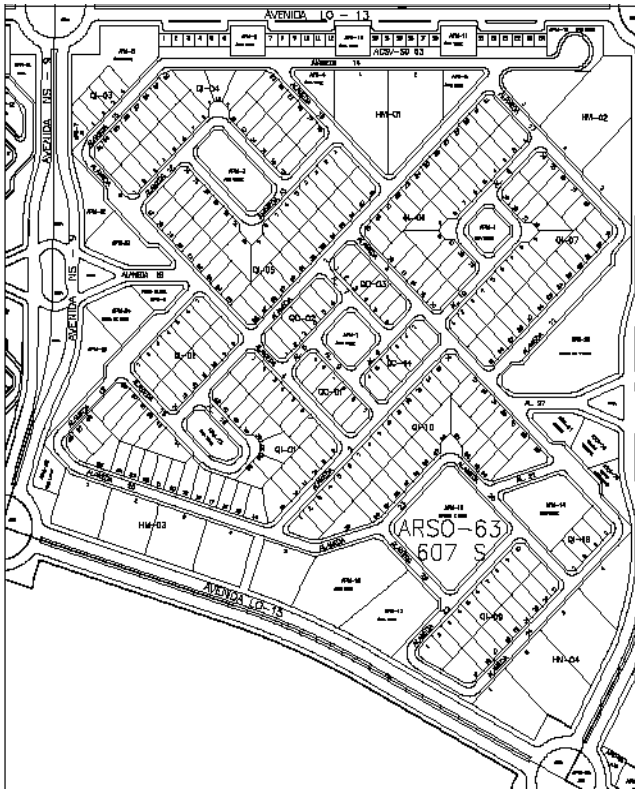


Fig. 183 / Situação no Plano





Figs. 184 e 185 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSO 63

Quadra Residencial ARSO 64 / Edison Eloy de Souza, 1993



Fig. 187 / Projeto da Quadra Residencial ARSO 64

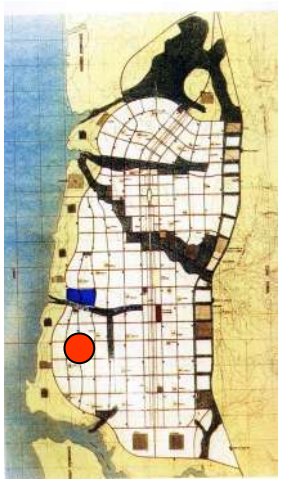


Fig.186 / Situação no Plano



Fig. 188 / Implantação Quadra Residencial ARSO 64

Quadras Residenciais ARSOs 101/102/111/112 / Edison Eloy de Souza - Pedro Lopes Jr, 1994

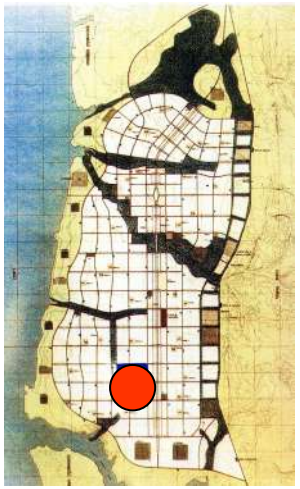


Fig. 189/ Situação no Plano

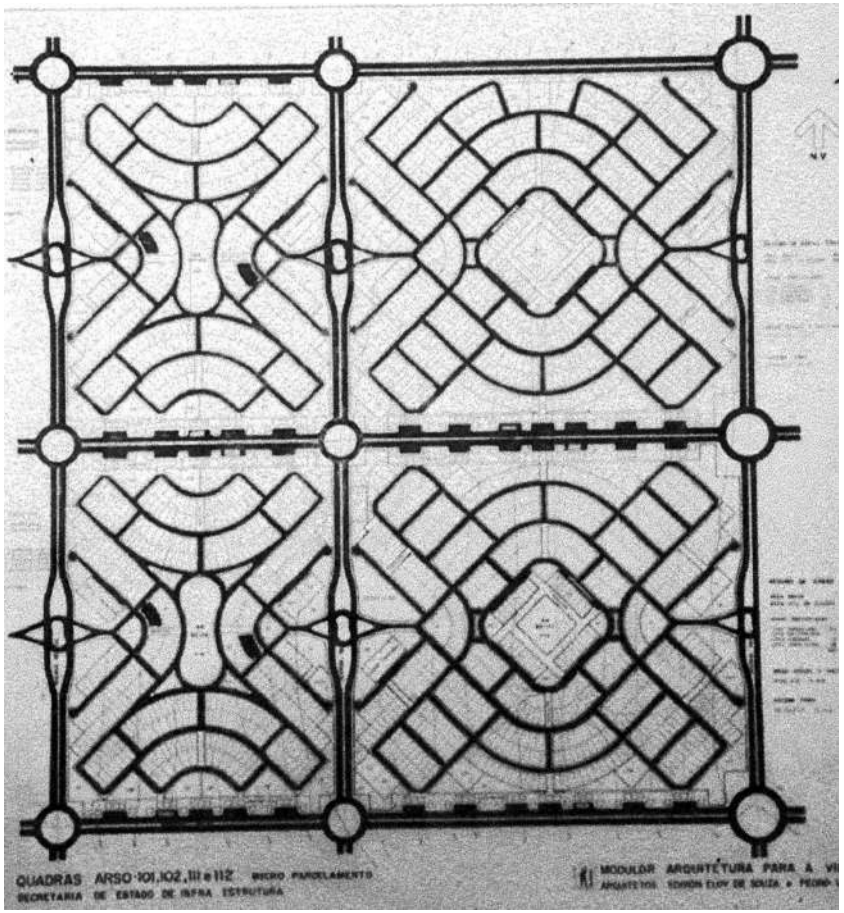


Fig. 190/ Projeto conjunto das Quadras ARSOs 101, 102, 111 e 112

Quadra Residencial ARSO 101 / Edison Eloy de Souza, 1994

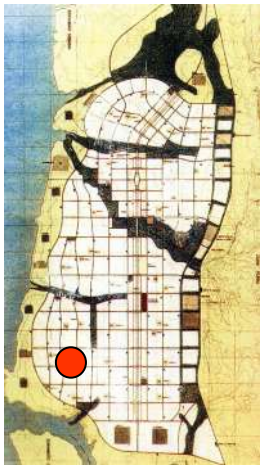


Fig.191 / Situação no Plano

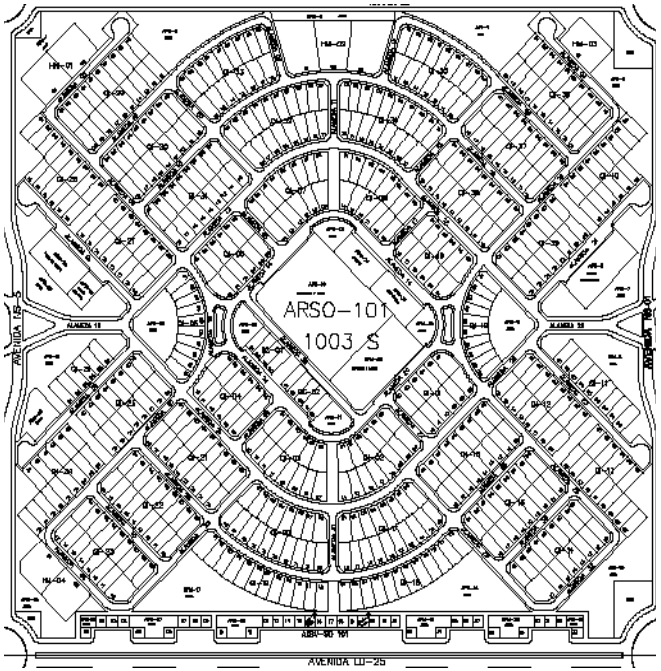




Fig. 192 e 193 / Projeto e Implantação da Quadra Residencial ARSO 101

Quadra Residencial ARSO 102 / Edison Eloy de Souza, 1994

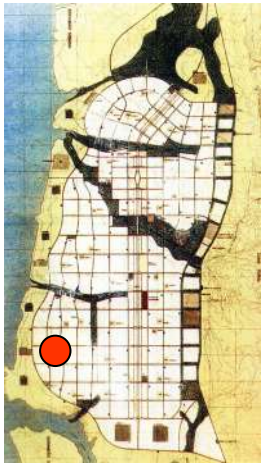


Fig.191 / Situação no Plano

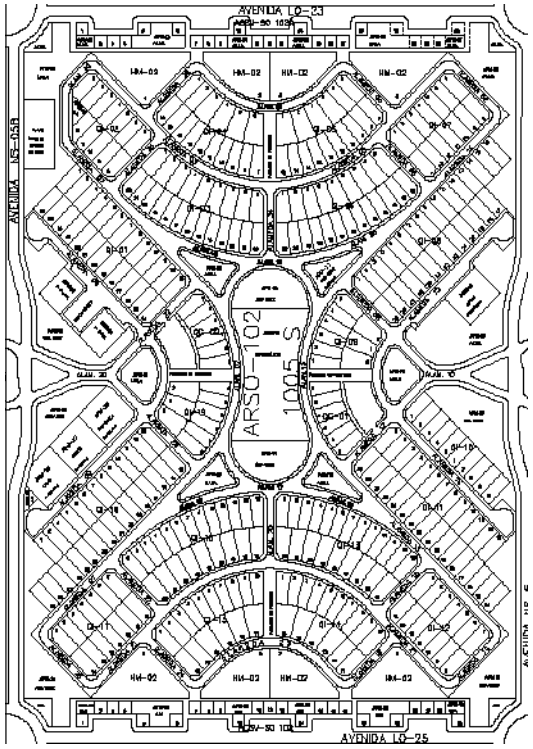




Fig. 195 e 196 / Projeto de loteamento e Implantação da Quadra Residencial ARSO 102

Quadra Residencial ARSO 111 / Edison Eloy de Souza, 1994

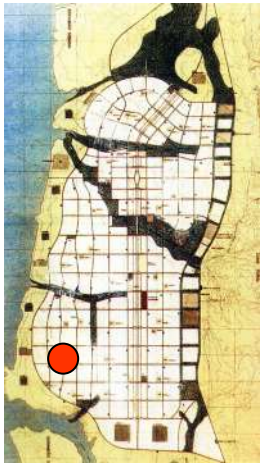


Fig. 197 / Situação no Plano

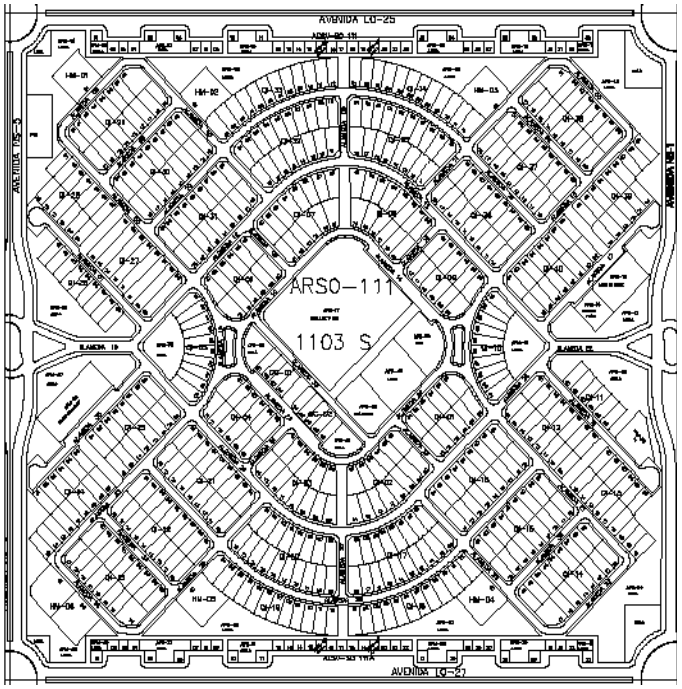




Fig. 198 e 199 / Divisão de Lotes e Implantação da Quadra Residencial ARSO 111

Quadra Residencial ARSO 112 / Edison Eloy de Souza, 1994



Fig. 200 /Situação no Plano

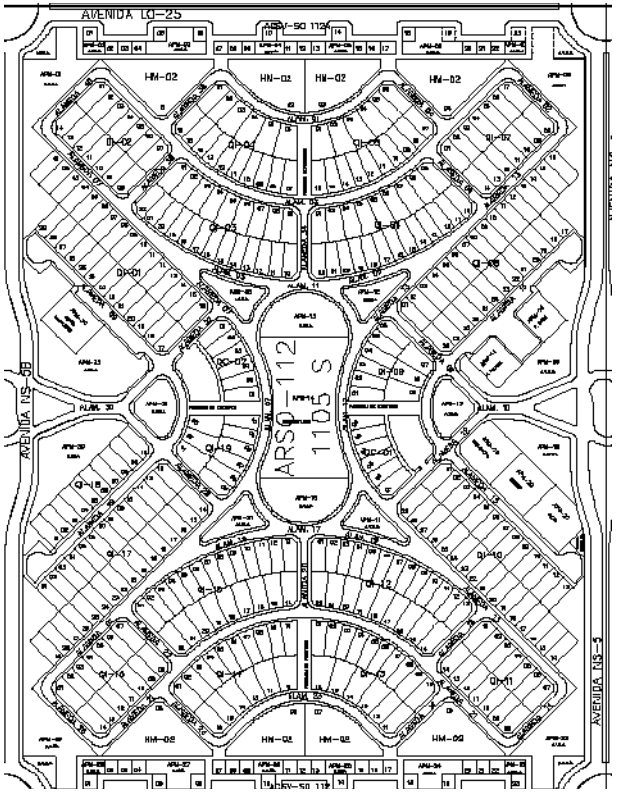


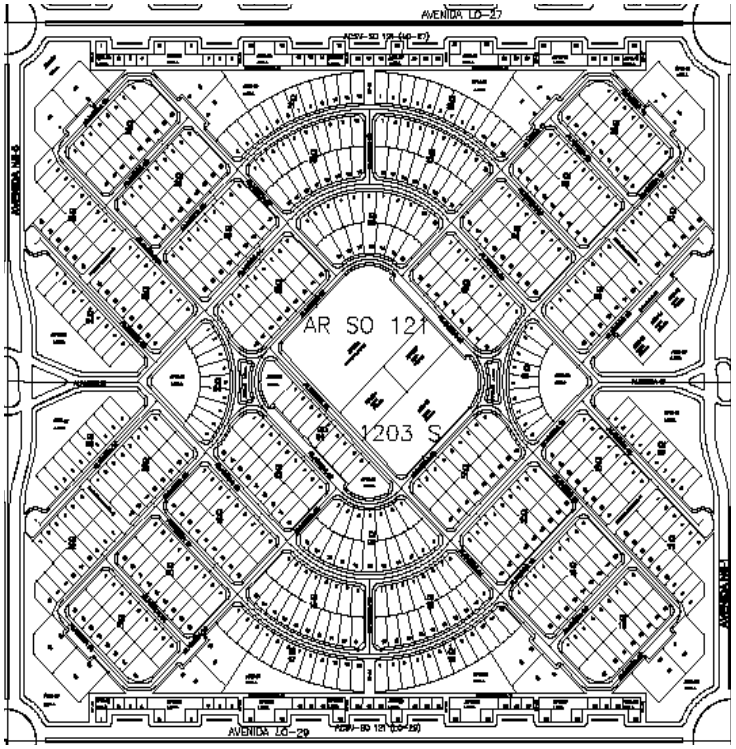


Fig. 201 e 202 / Divisão de Lotes e Implantação da Quadra Residencial ARSO 112

Quadra Residencial ARSO 121 / Pedro Lopes, Jr, 2000



Fig.203 / Situação no Plano



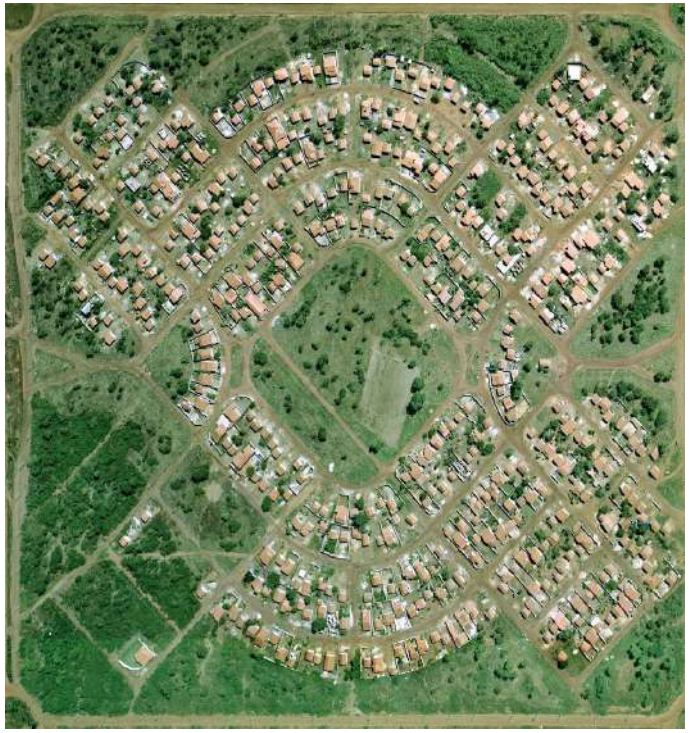


Fig. 204 e 205 / Projeto e Implantação Quadra Residencial ARSO 121

Projetos de Quadras não implantadas

Há quadras projetadas em estoque, que ainda não foram sequer traçadas no local, para a devida implantação; são algumas comerciais, especificamente aquelas ligadas ao novo centro comercial urbano, previsto inicialmente e localizado ao sul da Avenida Teotônio Segurado, nas seis quadras: ACSE-80, ACSE90, ACSO80, AC SO-81, ACSO 90, ACSO91, perfazendo uma área de 191,08 hectares.

Elas foram contratadas pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado e projetadas pelos Arquitetos Edison Eloy de Souza e Pedro Lopes Jr, em 1993.

Para o devido registro, apresentamos o resumo dessa proposta.

Projeto Novo Centro Comercial / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr., 1993

A proposta procurou acompanhar as idéias contidas no traçado da área central comercial, com a divisão em pequenas quadras, constituídas de pequenos lotes comerciais e de serviços, articulados à malha viária da cidade, de modo que todos os lotes tenham acesso viário através da capilaridade do projeto.
Os lotes circundam pequenas praças, delimitadas por caminhos exclusivos para pedestres. Assim, ficam separadas as circulações de pedestres daquelas dos veículos, que possuem estacionamentos próximos a todos os lotes comerciais.

Na evolução da cidade, não sabemos da conveniência ou oportunidade para suas implantações, ou se ainda, elas foram objeto de alguma revisão.

Projeto do Novo Centro Comercial / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr., 1993



Fig. 206 / Perspectiva Novo Centro Comercial

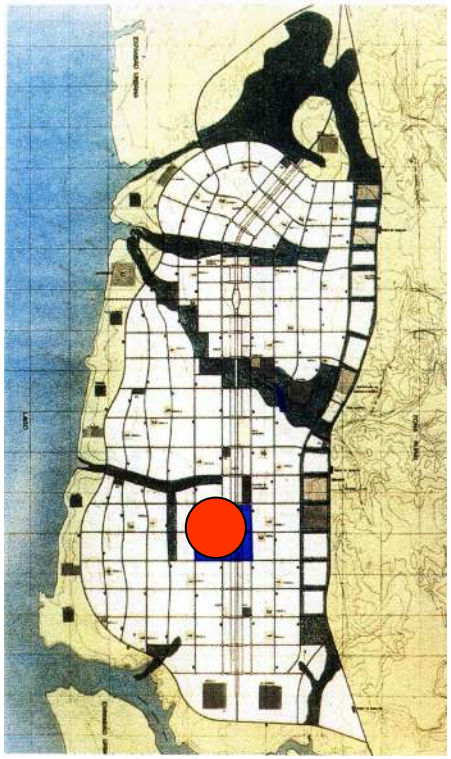
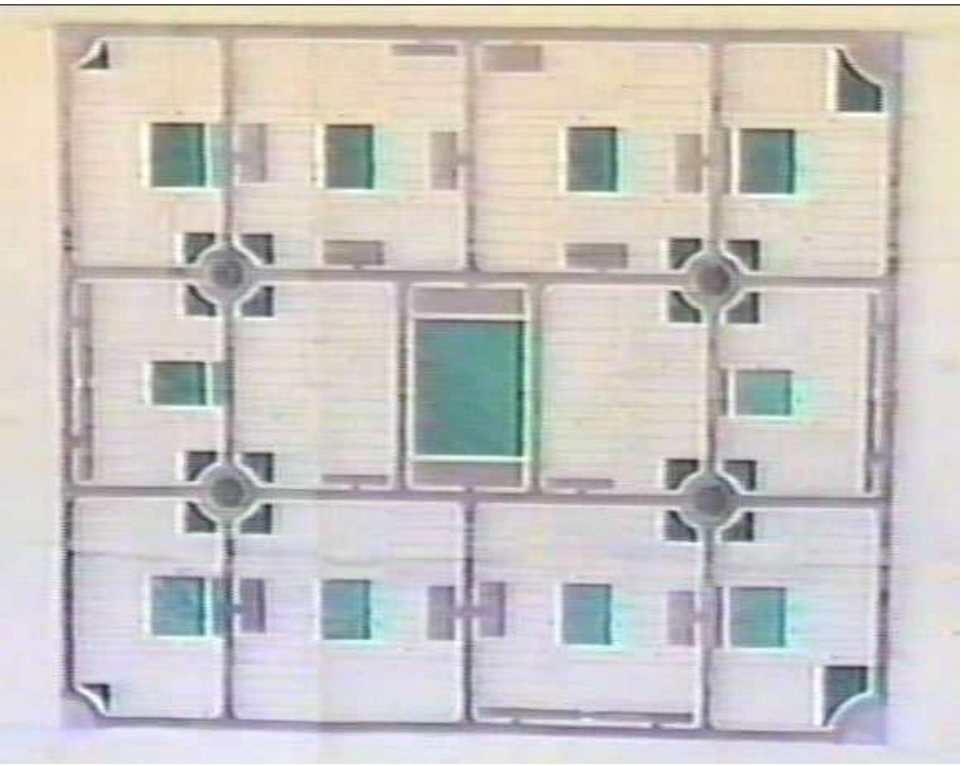


Fig. 207 / Situação do Novo Centro

Projeto Novo Centro Comercial / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr., 1993



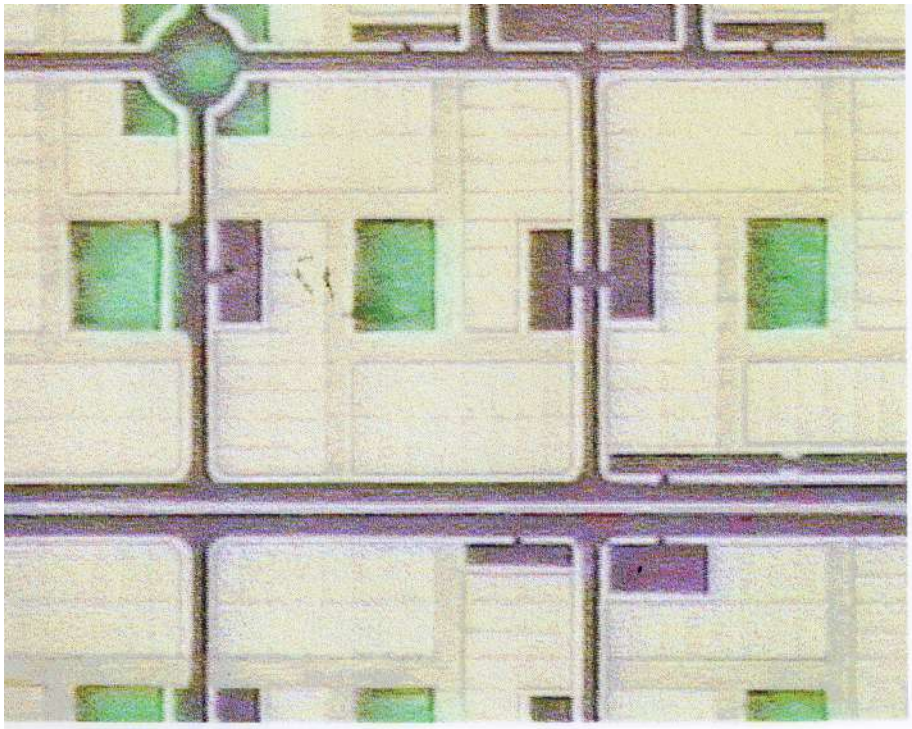


Fig. 208 e 209 / Desenhos das Quadras Comerciais projetadas

PAISAGISMO

A paisagem natural do sítio escolhido para a localização de Palmas é bastante rica e variada em termos dos elementos da flora e da fauna aliados a componentes físicos geográficos que a valorizam e lhe garantem uma condição favorável de meio ambiente.

A presença da Serra do Carmo, de uma grande planície, cortada por riachos limpos e o Rio Tocantins criavam as condições naturais ideais para a implantação do projeto.
Tendo em vista esses importantes fatores é que, sempre esteve presente nas diretrizes do projeto do seu Plano Diretor e na implantação da cidade de Palmas, uma visão holística, ecológica e de sustentabilidade em relação ao meio ambiente.

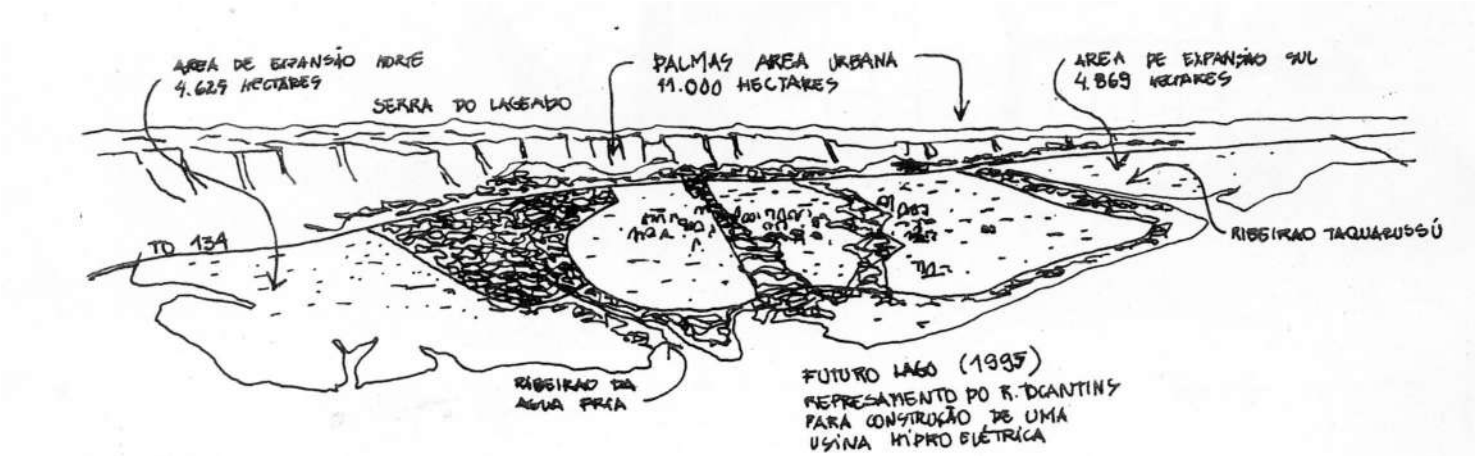


Fig. 210/ Croqui da implantação da cidade

95

A área urbana de Palmas foi desenhada numa grande planície, numa cota média de 230m de altitude, limitada entre Serra do Lajeado (cota variável até 700m) a leste e pelo lago, na cota de 212m resultante do represamento do Rio Tocantins a oeste, para a construção da Usina do Lajeado, realizada e operada pela Investco, empresa holding da Celtins - distribuidora de energia na região.

Esse lago tem enormes dimensões, em torno de 9 quilômetros de largura junto à cidade e um comprimento de 120 quilômetros, do município do Lajeado até Porto Nacional. Essa grande extensão é explicada pela necessidade de um grande volume de água do reservatório para a geração de energia hidrelétrica, numa região relativamente plana, sem desníveis abruptos com cachoeiras, às margens do Rio Tocantins.

Essa grande plataforma de pequena declividade geral era composta de vegetação característica do cerrado brasileiro, isto é com espécies baixas e retorcidas e percorrida por dois cursos d'água: o Ribeirão da Água Fria e o Ribeirão Taguarussu, no sentido da Serra para o Rio.

Esses riachos, com suas respectivas matas ciliares, foram integrados ao desenho da cidade, como área verde de preservação e lazer.

O abastecimento de água da cidade é feito por nascentes na serra, que descem naturalmente por gravidade. Os ventos sopram na direção leste oeste, do rio para a serra e vice-versa.

Assim o paisagismo macro da cidade está constituído pela Serra do Lajeado a leste, pelo imenso lago formado pelo represamento do rio a leste e pelos riachos, com as matas ciliares que a cortam, na transversal e diagonal

Com esse forte e rico requadro paisagístico, a cidade se desenvolve através dos seus grandes eixos norte-sul (Avenida Teotônio Segurado) e leste-oeste (Avenida JK).

A complementaridade desse paisagismo natural é composta pelo projeto do recobrimento vegetal, ao longo de todo o generoso sistema viário, composto pelos dois grandes eixos principais, por suas avenidas e rotatórias, pelas áreas de lazer, nas demais quadras do micro-parcelamento e junto às várias edificações isoladas da cidade.

Pela generosidade das dimensões do projeto urbano, pelo seu caráter aberto, resultaram imensas áreas a serem tratadas paisagisticamente, seja ao longo de todo o sistema viário ou das inúmeras praças previstas, bem como das áreas verdes propriamente ditas, ligadas ao lazer e recreação.

Eixos principais da cidade: Norte-Sul e Leste-Oeste



Fig. 211 / Paisagismo Avenida Teotônio Segurado (norte-Sul)



Fig. 212 / Paisagismo Avenida JK (leste-oeste)

Parque Cesamar

Também em matéria de área verde, relativamente próxima ao centro, previsto pelo plano diretor na região sudeste, foi criado um amplo parque, junto ao córrego Brejo Comprido, denominado Parque Cesamar, com inúmeros equipamentos de lazer e recreação.



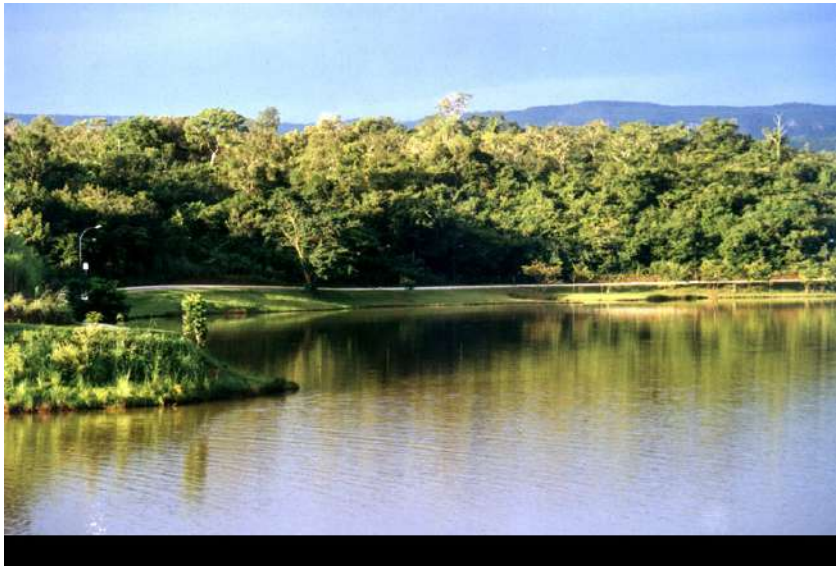


Fig. 213 e 214/ Vistas do Parque Cesamar

Concurso Público de Paisagismo

Em 1992 foi organizado um concurso público nacional para o projeto da arquitetura paisagística do centro de Palmas, patrocinado pelo governo do Estado e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de Brasília.

Foram apresentados mais de 100 (cem) de projetos participantes e a proposta vencedora foi do arquiteto Fernando Acylino do Rio de Janeiro.

Segundo o autor, o projeto abrangia quatro estágios distintos: projeto de humanização dos espaços urbanos públicos, como passeios públicos, praças, espelhos d'água, áreas de lazer passivo e a relocação da rede elétrica aérea; projetos de mobiliário urbano e de luminotécnica dos logradouros; projeto de arborização e de plantação dos canteiros; projeto de duas edificações – relógio de sol e anfiteatro na Praça dos Girassóis.

O projeto premiado elaborou um amplo diagnóstico das condições da situação vegetal da capital, com potencial de aproveitamento das espécies locais, da implantação e ampliação de um horto florestal; Ele foi desenvolvido, ao nível de projeto executivo, durante dois anos pela sua equipe carioca, contando com a participação de uma comissão de arquitetos, agrônomos e técnicos do Estado do Tocantins.

O projeto foi concluido e, por esses estranhos motivos políticos, acabou não sendo implantado. Não sabemos se houve algum aproveitamento das suas idéias.
Parece que não, pois o plantio da maioria dos canteiros do sistema viário e das praças foi executado diretamente por empresa executora de jardinagem, com espécies diversas.

Havia inclusive, em determinadas épocas do ano, o plantio de uma enormidade de mudas de girassóis, nos canteiros centrais das principais avenidas da cidade, que floresciam rapidamente, dando um ar pitoresco e meio caricato à cidade-capital.

Propostas do Concurso de Paisagismo

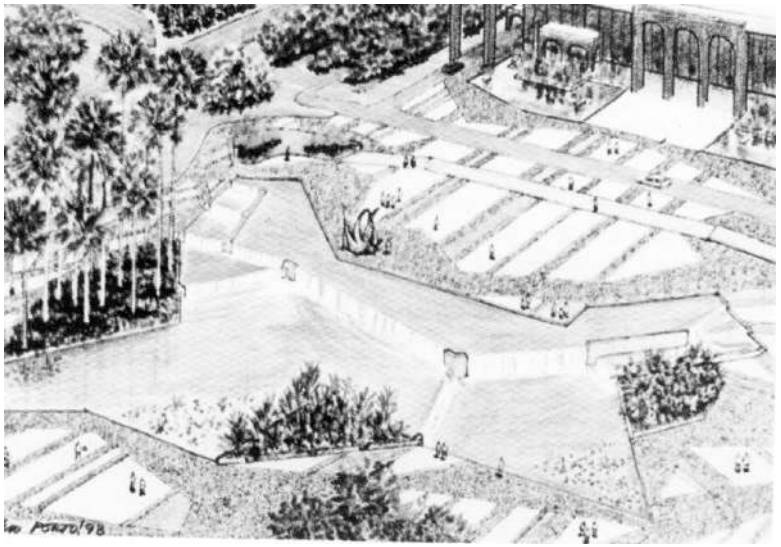


Fig. 215 / Projeto Praça da Cultura



Fig. 216 / Vista geral da proposta paisagística para a área central

O esforço e o custo inicial para se manterem vivas as espécies plantadas, quer fossem os gramados, ou outras arbustivas e de maior porte, foram consideráveis, principalmente na seca, onde caminhões-pipa traziam água do Rio Tocantins para as devidas regas, como podemos ver na ilustração a seguir.



Fig. 217/ Rega dos canteiros na época da seca

Esse esforço do plantio inicial e da sua manutenção, que pode parecer demasiado e postergável, era absolutamente fundamental para atenuar a poeira e calor, melhorando a umidade e o conforto ambiental.

Hoje há um sistema sofisticado de regas, constando de tubulação embutida de água e aspersores distribuídos por todos os canteiros, substituindo aquele sistema artesanal, que inclusive poderia favorecer praticas de superfaturamento.

O Lago / a represa

Capitulo especial deste paisagismo é a enorme faixa, de 24 quilômetros, que vai da avenida parque, no contorno oeste da cidade à linha do lago, na cota 212m., definida pela represa construída.

O lago é o resultado do represamento das águas do Rio Tocantins para a construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado, por uma empresa privada, a Investco, em 2001. A usina recebeu o nome de Luiz Eduardo Magalhães.

Para a urbanização dessa grande área foi instituído o Projeto Orla, através da Lei estadual 1.128 de 1/2/2000 com o objetivo de promover e disciplina a ocupação e o uso do solo às margens do lago, que se estende do município do Lajeado, de Miracema, passando por toda a extensão de Palmas, de Porto Nacional, atingindo a cidade de Ipueiras.

Para tanto foi criada uma empresa de economia mista, numa parceria publico-privada, chamada Orla S.A., com capital do Estado, da Prefeitura e de empresas ligadas à construção civil, como Araguaia, Emsa, Egesa e outras.

A Orla S.A. é responsável pela sua infra-estrutura, operação e comercialização dos lotes, lindeiros ao lago e das quadras próximas, cabendo inclusive a promoção e inclusão de projetos de interesse social.

Como se pode ver nas imagens apresentadas a seguir, a qualidade dos espaços e equipamentos já executados, bem como pela infra-estrutura construída, já se pode prever uma ocupação final com ótimos resultados para a cidade e seus ocupantes.

Nestas áreas limítrofes de Palmas estão incluídas as praias - da Graciosa, do Prata, das Arnos, a Universidade Federal do Tocantins, decks, marinas, quiosques, bares e inúmeras chácaras de recreio e lazer.



Fig. 218/ Praia da Graciosa



Fig. 219 / Vista de chácara particular

Orla do Lago

A ocupação e consolidação desta grande área é um processo lento, mas já se podem observar módulos iniciais implantados, contendo todo o apoio e infra-estrutura de qualidade, necessários para a fruição das atividades de esporte, lazer e recreação previstas pelo plano diretor e no projeto da orla. Há inclusive iniciativas da construção de hotel nessa faixa.



Fig. 220 / Bar e Restaurante



Fig. 221 / Hotel em construção





Fig. 222 e 223 / Marinas na Orla

Travessia do Lago

O acesso a essas áreas públicas está assegurado desde o centro da cidade por vias pavimentadas. Igualmente a travessia do lago, de 7 quilômetros, está formada por aterros próximos às margens e uma ponte de belo desenho e moderna técnica rodoviária, sobre o canal do Rio Tocantins, conforme imagens a seguir.



Fig. 224 / Vista da ponte



Fig. 225/ Construção da ponte



Fig. 226 / Ponte sobre o lago

Comunicação Visual

A orientação visual geral para a circulação emobilidade na cidade foi, de certa forma, facilitada pela sua orientação baseada nos pontos cardeais, tendo como origem o centro, no cruzamento dos dois eixos norte-sul e leste-oeste, resultando quatro quadrantes, facilmente identificáveis: NE, NO, SE e SO.

È o mesmo sistema adotado por cidades como Brasília, Goiânia e outras.

O traçado aberto e plano da cidade, com grandes áreas, requeria uma sinalização diferente das tradicionais placas de ruas que conhecemos, pregadas nos imóveis ou em pequenos postes nos cruzamentos.

Projeto de Sinalização Urbana / Issao Minami e José Arnaldo da Cunha, 1997

O projeto de sinalização urbana desses arquitetos paulistas consistiu em setorizar os quatro quadrantes da cidade com cores vivas: vermelho para NO, laranja para NE, verde para SE e azul para SO.

Segundo os autores, as cores em vermelho e laranja ao norte lembrariam o sol na sua trajetória diurna; o azul seria uma homenagem aos rios existentes e o verde a beleza das suas palmeiras.

A identificação urbana do projeto incorpora os seguintes elementos visuais:

Identificador das avenidas centrais e direcionais para as quadras e vias próximas; identificador de entrada das quadras; sinalizador de logradouros internos (alamedas) das quadras e identificador da unidade urbana final.

A aplicação da sinalização foi realizada através de totens verticais de alumínio, contendo todas as informações necessárias à localização do pedestre ou do veiculo, conforme podemos ver nas ilustrações a seguir.

Sinalização Urbana / Issao Minami e José Arnaldo da Cunha, 1997

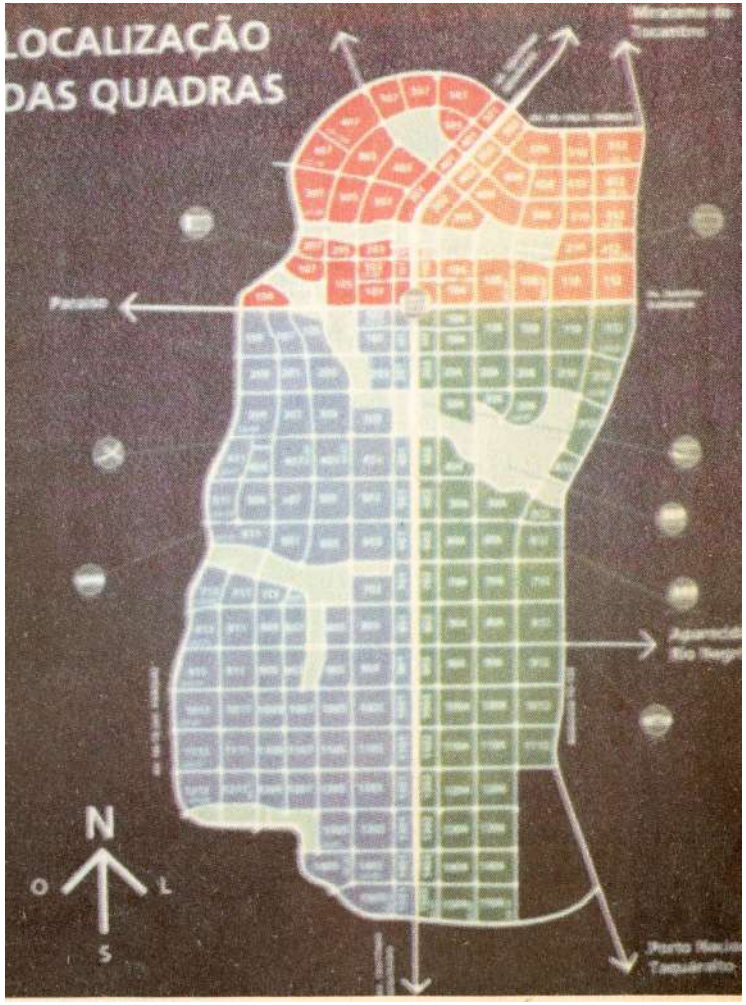


Fig. 227 / Divisão dos quadrantes da cidade

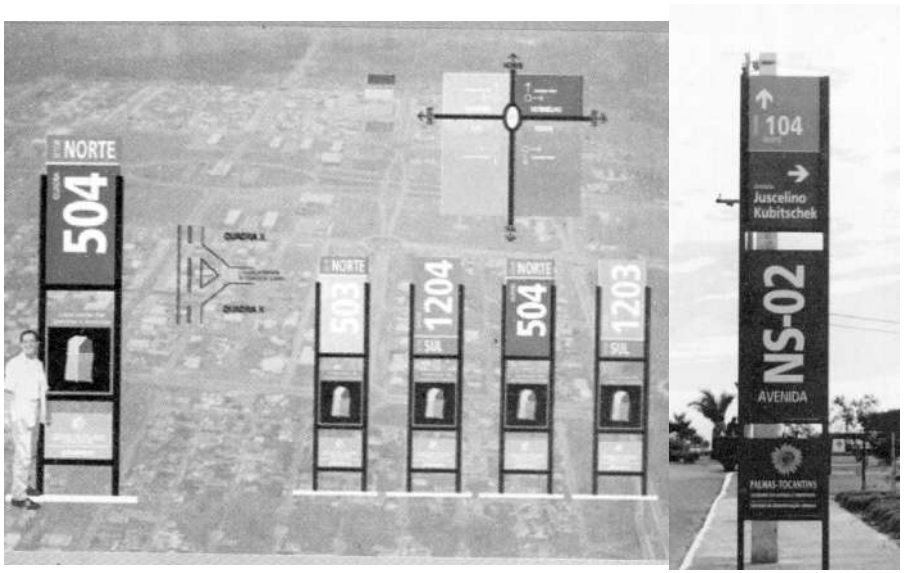


Fig.228 e 229 / Totens de sinalização urbana

Mobiliário Urbano

Com relação ao mobiliário urbano, constituído pelos seus pontos de ônibus, bancas de jornais, quiosques, bancos, luminárias, seus recipientes de lixo, os suportes de suas mensagens publicitárias, etc não se sente ainda a presença de uma linguagem comum entre eles, como se não houvesse uma preocupação de uma linguagem integrada, que pudesse expressar uma identidade visual simbólica da cidade de Palmas.

Como estas peças urbanas se apresentam atualmente esparsas e sem conexão, elas tendem a refletir uma certa diversidade e poluição visual formal, característica de várias outras cidades brasileiras, que apresentam os objetos urbanos com desenhos individualizados de cada fornecedor ou patrocinador, totalmente desvinculados das características culturais da cidade onde estão inseridos.
O interesse nesses casos é somente identificar ou difundir uma marca própria, alheia ao contexto e à cultura local.

A qualidade urbana de uma cidade se mede por vários parâmetros, entre os quais estão os seus monumentos arquitetônicos, sua cultura, sua limpeza geral, sua fluidez viária, sua vegetação entre outros; É nesse contexto que se inscreve o seu mobiliário urbano, através de seus pequenos objetos, que compõem o dia a dia de seus cidadãos e que criam um elo forte sentimental e a cumplicidade do usuário com sua cidade.

Parece que há projetos anteriores elaborados nesse sentido, mas que não foram utilizados.
Uma sugestão interessante seria analisar as propostas existentes e, se for o caso, propor um concurso público específico nesse sentido. Igualmente a ampliação da formação de profissionais na área do design, pelas Universidades, também seria bom e oportuno.

Assim, a cidade poderia ganhar um mobiliário urbano próprio e original que a enriquecesse culturalmente

ARQUITETURA

Introdução

A Arquitetura de Palmas acompanha sua evolução urbana, desde a inauguração em 20 de maio de 1989; primeiro o Cruzeiro foi implantado para marcar o lugar e receber cerimônias religiosas; em seguida as edificações provisórias dos alojamentos dos seus construtores e funcionários; o “Palacinho” provisório para os despachos governamentais; a seguir as primeiras construções de madeira para os diversos órgãos públicos; as habitações padronizadas para as autoridades, na chamada “Vila dos Deputados”; um pequeno e precário comercio, bares e restaurantes improvisados, um banco funcionando num trailer e um escritório de recepção aos visitantes.

Tudo meio tosco e improvisado, resultado das mínimas condições de infra-estrutura. Claro que essas edificações provisórias não tinham maiores pretensões arquitetônicas, já que refletiam o caráter urgente e emergencial da implantação da cidade; era, na verdade, um grande canteiro de obras.

O apoio maior para essas operações e construções iniciais era feito através das cidades de Porto Nacional e Miracema, distantes aproximadamente 60km de Palmas, em direções opostas.

Nesses duros tempos iniciais tudo era vencido graças ao espírito pioneiro, muita garra e uma grande solidariedade. O lazer era preenchido com as festas noturnas e aos banhos de fim de semana no Rio Tocantins, eventos regados a muita cerveja, apesar da lei seca determinada pelo governador.

Todas essas edificações provisórias eram levantadas simultaneamente às construções definitivas da infra-estrutura da cidade, do sistema viário, as aberturas das quadras, os primeiros edifícios institucionais, como o Palácio Araguaia, as Secretarias de Estado, a Prefeitura, em meio a muita poeira, calor tropical e chuvas constantes.

À medida que os edifícios institucionais foram avançando, começaram a aparecer outras edificações privadas com caráter mais definitivo, ligadas ao comercio, ao ensino, ao culto, etc;

Surgiram então pequenos mercados, lojas de materiais de construções, farmácias, bares e restaurantes, melhores residências, escolas, banco, cartório, etc.

Esta apresentação da Arquitetura de Palmas destina-se a mostrar alguns dos projetos e construções mais significativos e representativos da cidade de Palmas, desde o seu início até agora, em 2007, quando completa seus 18 anos de vida.

São edifícios principalmente institucionais e públicos de maior presença física na cidade.

Claro que esta seleção não esgota todos os seus exemplares arquitetônicos, com outras funções como residenciais, comerciais e etc, mas visa divulgar a arquitetura ali realizada, por seus vários profissionais, de forma representativa e abrangente.

As fichas técnicas e os créditos de cada edifício encontram-se reunidas nos anexos finais deste trabalho.

Linguagem Arquitetônica

Percebe-se, claramente, no inicio da produção arquitetônica da cidade a busca por uma linguagem arquitetônica uniforme traduzida por volumes sombreados e obtida pelo uso do tijolo cerâmico e do concreto aparentes.

Dessa composição de materiais singelos surgiram originais imagens arquitetônicas obtidas por belas proporções, apresentadas nos edifícios representativos dos três poderes do Estado, reunidos na Praça dos Girassóis: o Palácio Araguaia sede do executivo, a Assembléia legislativa e o Palácio da justiça.

Todos eles têm a dignidade de palácios e a devida e necessária escala monumental, para simbolizar os três poderes democráticos constituídos do Estado..

A cor marrom-avermelhada predominante nesses edifícios faz claramente uma correspondência com a tonalidade da terra e do cascalho, predominante no cerrado da região.

Essa aparência também é mais duradoura e econômica, pois diminui a manutenção dos mesmos com pinturas freqüentes.

Outros edifícios institucionais iniciais como as Secretarias de Estado, a sede da Prefeitura, a Delegacia Fiscal, todos projetados pela equipe do GrupoQuatro, responsável pelo planejamento urbano da cidade, também adotaram esta mesma linguagem. Linguagem e projetos resultados de um interessante processo coletivo do grupo na criação e detalhamento.

Igualmente se nota uma grande preocupação com a proteção dos edifícios, com relação ao meio ambiente, no que se refere aos rigores climáticos, de verões secos e invernos chuvosos, longos e fortes. Proteções obtidas com recursos construtivos como beirais, pérgolas e quebra-sois que garantem o conforto dos ambientes e também contribuem para a expressão volumétrica dos edifícios. Essa atitude reflete uma preocupação ecológica, também bastante presente no projeto geral do plano diretor da cidade.

Na Arquitetura de Palmas não se nota a influencia de lideranças fortes, que pudessem apontar um caminho, como em outros centros; São Paulo teve Vilanova Artigas, Rino Levi, tem Paulo Mendes da Rocha; Rio de Janeiro teve Lucio Costa, Eduardo Reidy, os irmãos Roberto; Brasília tem Oscar Niemeyer, João Filgueiras Lima (Lelé); Manaus Severiano Mario Porto; assim como vários nomes importantes e influentes em outras capitais brasileiras..

Mesmo assim, no início, alguns profissionais, arquitetos mais experientes, de outros Estados procuraram interpretar os dados e os programas funcionais, bem como respeitando as condições e características locais, propuseram uma arquitetura simples e despojada, mas sempre acurada e correta, com raízes eminentemente brasileiras.

.

A Arquitetura de Palmas começou do zero sem a influencia direta dessas lideranças; Assim ela pode ser mais livre, independente e descompromissada na busca de um caminho próprio, original.

Claro que nessa trajetória algumas experiências podem não ser bem sucedidas, quando procuram aplicar linguagens exógenas, inadequadas ao meio ambiente, à nossa cultura e a tecnologia.

À medida que a cidade vai crescendo novas linguagens vão sendo introduzidas por outros arquitetos, refletindo novas visões, contribuindo assim para uma diversificação maior na volumetria e espacialidade da cidade, possivelmente encontrando uma nova identidade, com qualidade e autenticidade.

Projetos e Obras

A apresentação dos projetos e obras, relacionados a seguir, foi desenvolvida em ordem cronológica de realização dos projetos de construção.
Nela são mostrados alguns elementos de cada obra, como fotos e desenhos, suficientes para sua compreensão.

Primeiramente estão os edifícios institucionais dos poderes constituídos, em seguida os demais edifícios públicos e finalmente os edifícios particulares.

A escolha procurou apresentar o tipo de arquitetura realizada em Palmas, desde o seu início até os dias de hoje, sem discriminações ou preferências, visando unicamente uma visão panorâmica e abrangente da produção arquitetônica da cidade.

Evidentemente a seleção não é completa, pois faltam exemplares com as funções residenciais, comerciais e outras dignas de registro.

Se mais obras não estão presentes, é por falta de espaço nesta primeira edição e também por desconhecimento nosso ou ainda por falta de material arquitetônico sobre tudo o que é produzido na cidade.

Gostaríamos de reparar essa eventual falta, com a colaboração dos interessados, nas próximas edições.

Relação dos Projetos e Obras

Edifícios Institucionais

- Palácio Araguaia / GrupoQuatro, 1990
- Assembléia Legislativa / GrupoQuatro, 1990
- Tribunal de Justiça / GrupoQuatro, 1990
- Secretarias de Estado / GrupoQuatro, 1990
- Prefeitura de Palmas / GrupoQuatro, 1990

Edifícios Públicos

- Escola Pública ARSE 14 / Edison Eloy de Souza, 1991
- Escola Pública ARNE 13 / Edison Eloy de Souza, 1991.
-Escola Municipal Padrão / Manoel Balbino C.Filho, 1993 (?)
- Escola Municipal J.Aureny / Manoel Balbino C. Filho, 1993 ?
- Centro Integrado de Ensino (Ciac) / João Filgueiras Lima, 1990.
- Tribunal de Contas da União /....
- Hospital Geral de Palmas / Jarbas Karman, 1997.
- Terminal Rodoviário / Edison Eloy de Souza, GrupoQuatro. 1993.
- Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes, Jr, 1993
-Ginásio de Esportes Ayrton Senna, Taquaralto / GrupoQuatro, 1995
- Delegacia Fiscal e Tributária / GrupoQuatro, 1996
- Espaço Cultural / Paulo Henrique Paranhos, 1996
- Edifício da Receita Federal / Sergio Teperman, 1998
- Tribunal de Contas do Estado / GrupoQuatro, 1999
- Terminal Aeroviário / Sergio Jardim, Infraero, 2001
- Memorial Coluna Prestes / Oscar Niemeyer, 2001

- Tribunal Regional Eleitoral / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 2003
- Escola Pública de Taquaralto / Newton Massafumi, Tânia Parma, 2003
- Secretaria de Meio Ambiente e Tecnologia / Laudelino A.Resende, 2003
- Central dos Correios / Tadeu Batista, 2003
- Parque do Povo / Paulo Henrique Paranhos,...
- Ordem dos Advogados do Brasil / Manoel Balbino C. Neto,...

Edifícios Particulares

- Faculdade Católica do Tocantins /Manoel Balbino C. Neto, 2005

Outros projetos e Obras

- Universidade Federal do Tocantins / Construtora Andrade Gutierrez, 1990
- Edifício Encanel / ... , ...
- Espaço Médico Empresarial / ... ,...
- Chupim da Cidadania / Abel Paiva, 2001
- Sebrae / Luiz Hildebrando Paz e Borba, 1993
- Senac / Carlos Augusto Ferreira, 2001
- Fórum de Palmas / Rui Neto, 2003
- Ministério Público Estadual / Joseiza Furtado, 2005
- Sesc/Fecomércio – Riknelson Pereira da Luz,

Projetos não executados

- Museu do Tocantins, 1989.

-Catedral Católica/ Grupo Quatro 1989

- Catedral 2 / Paulo Henrique Paranhos, 2001

- Paço Municipal / Grupo Quatro, 1989

- Secretaria Municipal / Paulo Henrique Paranhos, 2002

- Prefeitura Nova / Paulo Henrique Paranhos. 2003

- Sede Conselho Regional Medicina / Paulo Henrique Paranhos, 2005

EDIFICIOS INSTITUCIONAIS

Palácio Araguaia / Grupo Quatro, 1990



Fig. 1 / Vista geral externa



Fig. 2 Vista parcial externa



Fig. 3 / Jardim interno



Fig. 4 / Arcos da fachada

Palácio Araguaia

Sede do executivo estadual o Palácio Araguaia está localizado na Praça dos Girassóis, centro físico administrativo e comercial da cidade, no cruzamento das Avenidas Teotônio Segurado (eixo norte-sul) e Avenida Juscelino Kubitschek (eixo leste-oeste).

Seu caráter visual é marcado pelos majestosos arcos de cerâmica de proporções variadas que apóiam um generoso beiral que circunda, protege e sombreia toda a caixa de vidro interior. Esses arcos procuram fazer uma referência às construções coloniais de Porto Nacional, particularmente a Catedral N.S. das Mercês e o antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus da ordem dos padres dominicanos.

O Palácio possui quatro pavimentos e um subsolo para atender as funções políticas e administrativas inerentes ao poder executivo do Estado. Sua área útil é de 14.000 metros quadrados.

O edifício do Palácio e o seu entorno sofreram várias interferências físicas posteriores indevidas, desde a eliminação da sua praça original elíptica, a adição de duas portarias na praça, um monumento à Lua, bem como na cobertura do edifício e na aplicação de painéis nas vigas do seu coroamento, e outros adereços que comprometem suas formas originais.

Assembléia Legislativa / GrupoQuatro, 1990





Fig. 1 e 2 / Vistas externas





Fig. 3 e 4 / Vistas internas



Fig. 5 / Plenário

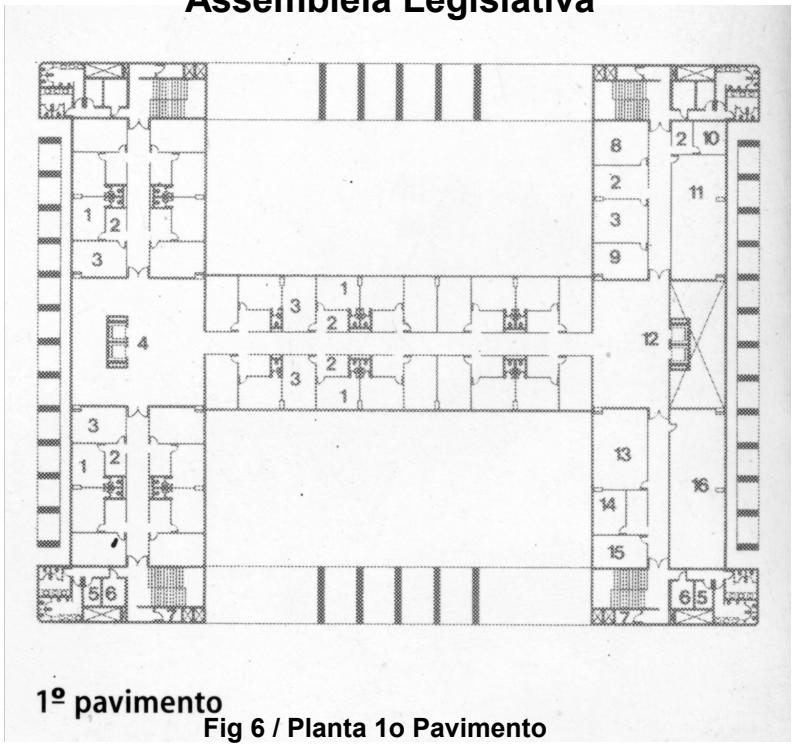


Fig 6 / Planta 1o Pavimento

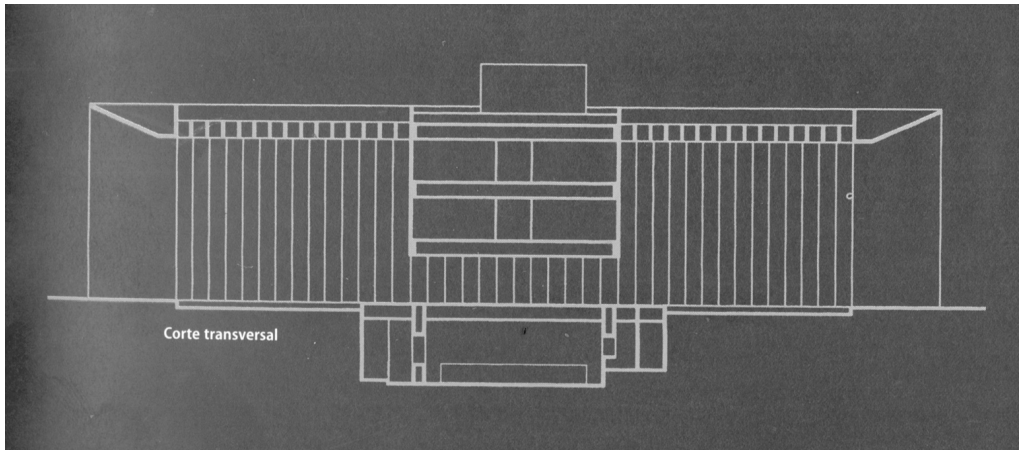


Fig. 7 / Corte transversal esquemático

Assembleia Legislativa

Este edifício sede do legislativo estadual, localizado na Praça dos Girassóis compartilha a linguagem dos edifícios dos demais poderes; Possui uma imagem singela, austera tendo o tijolo aparente como forma de expressão. Porém, sua escala monumental, dá-lhe um caráter palaciano que dignifica a função da casa da elaboração das leis do Estado.

O principio de proteção ambiental, como dos demais, é de criar um sombreamento, através de expressivos quebra-sóis verticais, complementados por pérgulas e abas, destinados a amenizar os rigores do clima, diretamente sobre as áreas de trabalho e circulação. Assim, os dois pátios internos fazem a transição do exterior para o interior, de forma suave e sombreada.

Três pavimentos administrativos superiores em plantas que formam um “H” com os vazios dos pátios e um sub-solo destinado ao plenário resolvem o programa arquitetônico do edifício.

Tribunal de Justiça / GrupoQuatro, 1990



Fig. 1 / Vista externa



Fig. 2 / Vista geral externa



Fig. 3 / Vista externa



Fig. 4 / Vista interna



Fig. 5 / Vista externa

Tribunal de Justiça

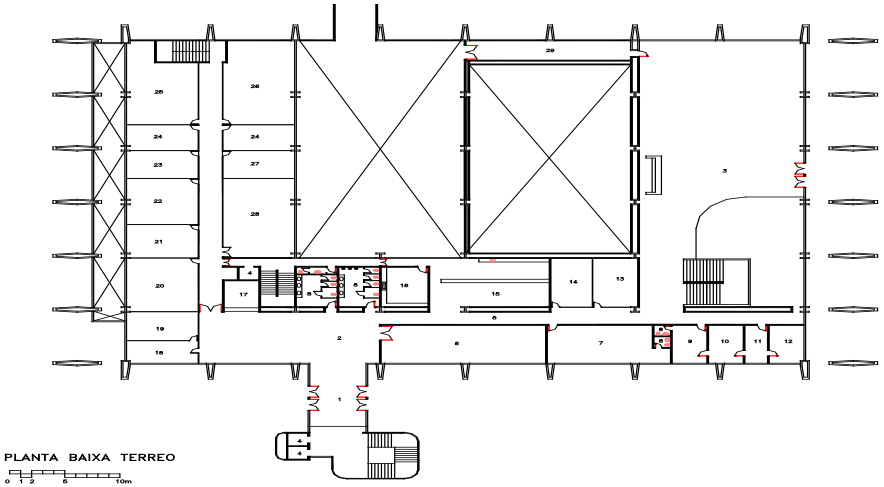


Fig. 6 / Planta Pav. térreo

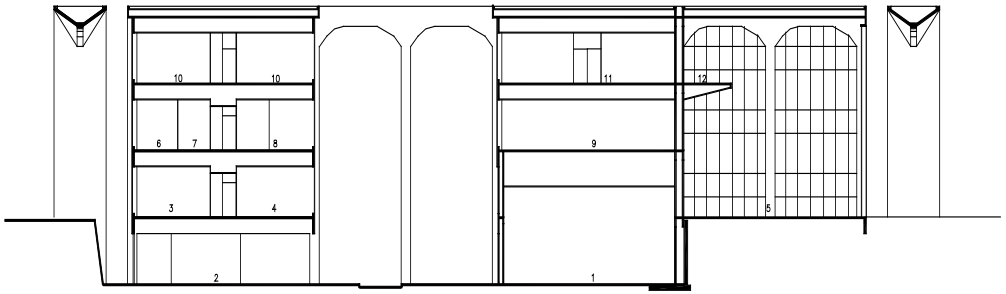


Fig. 7 / Corte transversal

Tribunal de Justiça

Sede do poder judiciário do Estado, localizada na Praça dos Girassóis, também guarda a mesma linguagem e partido dos outros poderes. Tijolo aparente, sombreamento da caixa de vidro interior, com grandes quebra-sóis verticais, que emprestam característica ao edifício. A volumetria prismática é quebrada pelo bloco externo saliente da circulação vertical.

Sua escala monumental enfatiza a importância do caráter do poder judiciário do Estado.

Três pavimentos dos serviços administrativos do Tribunal, entremeados de generosos pátios internos de iluminação e ventilação, resolvem o programa arquitetônico do edifício.

Secretarias de Estado / GrupoQuatro, 1990





Fig. 1 e 2 / Vistas externas no final construção





Fig. 3 e 4 / Vistas externas 2006

Secretarias de Estado / GrupoQuatro, 1990

Projeto padrão destinado a alojar cada uma das 16 Secretarias de Estado, previstas no seu conjunto. Inicialmente foram construídas somente as duas Secretarias da Infra Estrutura e da Fazenda, mostradas nas imagens.

Elas estão localizadas na área central, na Avenida Teotônio Segurado, próximas ao Palácio do Governo estadual.

Sua linguagem arquitetônica é simples, obtida através de tijolos e concreto aparentes, em meio a amplos jardins e estacionamentos próprios.

Uma volumetria baixa e horizontal, resolvendo o programa arquitetônico em dois pavimentos, sendo o térreo recuado, garantindo uma leveza e a impressão de “soltura” do solo.

Prefeitura Municipal / GrupoQuatro, 1990





Fig. 1 e 2 / Vistas externas



Fig. 3 / Marquise no acesso



Fig. 4 /Vista interna brise

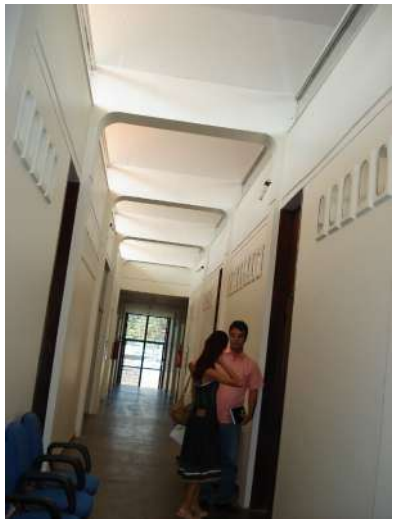


Fig. 5 / Vista interna

Prefeitura Municipal / GrupoQuatro, 1990

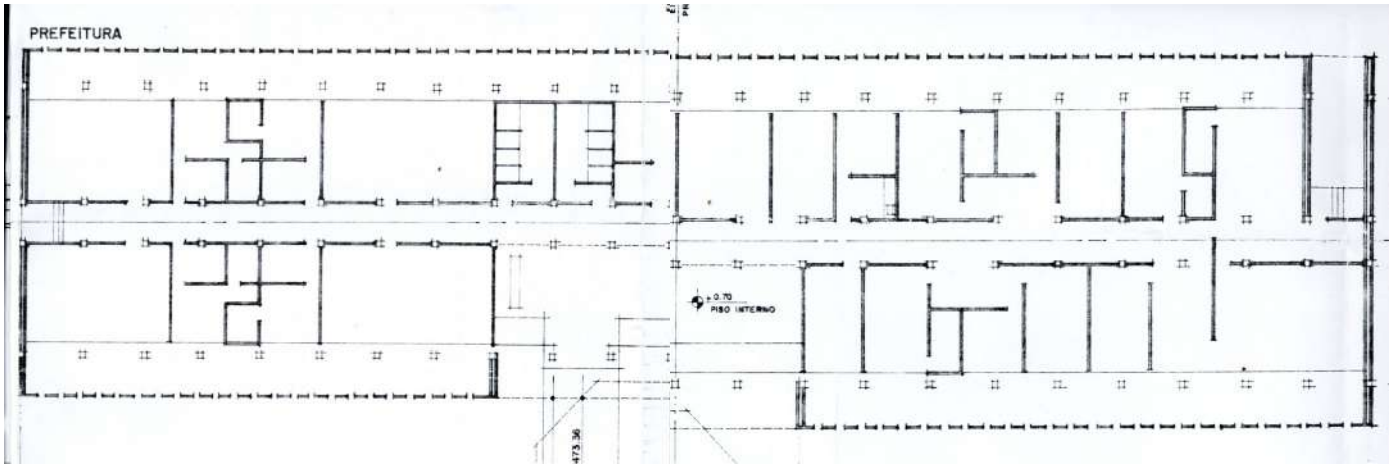


Fig. 6 / Planta



Fig. 7 / Elevação lateral

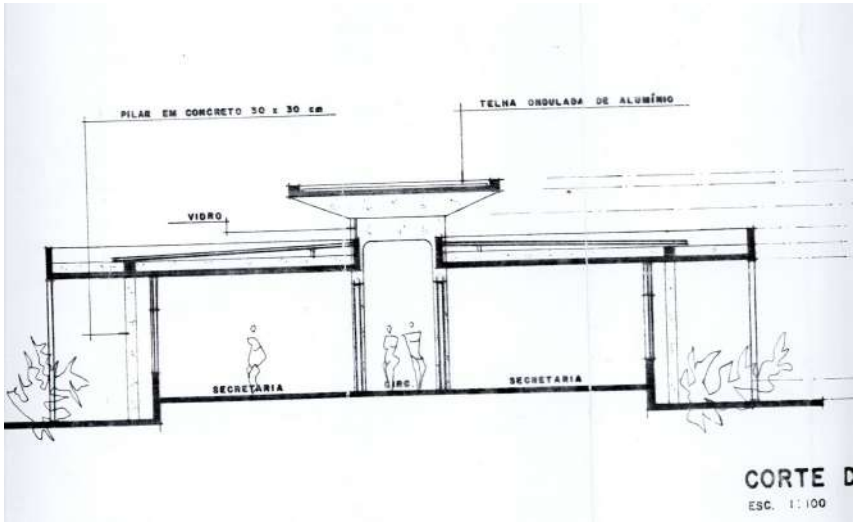


Fig. 8 / Corte transversal

Prefeitura Municipal / Grupo Quatro, 1990

Sede do Executivo Municipal está localizada na Quadra AA SE 50. em área institucional, junto a Avenida Teotônio Segurado.

O edifício está resolvido em um pavimento, sua linguagem e o partido são semelhantes aos primeiros prédios dos palácios, obtidos com tijolo e concreto aparentes, buscando o sombreamento das áreas internas. Um grande guarda-sol de concreto marca a entrada e previa a articulação com os demais edifícios do paço municipal.

Este edifício fazia parte do conjunto do Paço Municipal de Palmas, compreendendo também a Câmara dos vereadores e o Fórum da cidade, como podemos observar no desenho abaixo; eles estariam todos próximos e articulados, juntamente com os edifícios das secretarias municipais. Esses projetos, apesar de elaborados, não foram construídos nesses lugares previstos inicialmente.

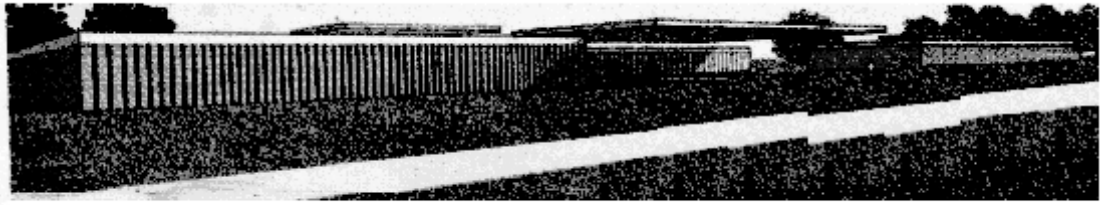


Fig. 9 / Perspectiva do Paço Municipal completo

EDIFICIOS PÚBLICOS

Escola Pública de Ensino Fundamental ARSE 14 / Edison Eloy de Souza, 1990





Fig. 1 e 2 / Vistas externas



Fig. 3 / Galpão de recreação



Fig. 4 / Vista externa

Escola Pública de Ensino Fundamental ARSE 14 / Edison Eloy de Souza, 1990

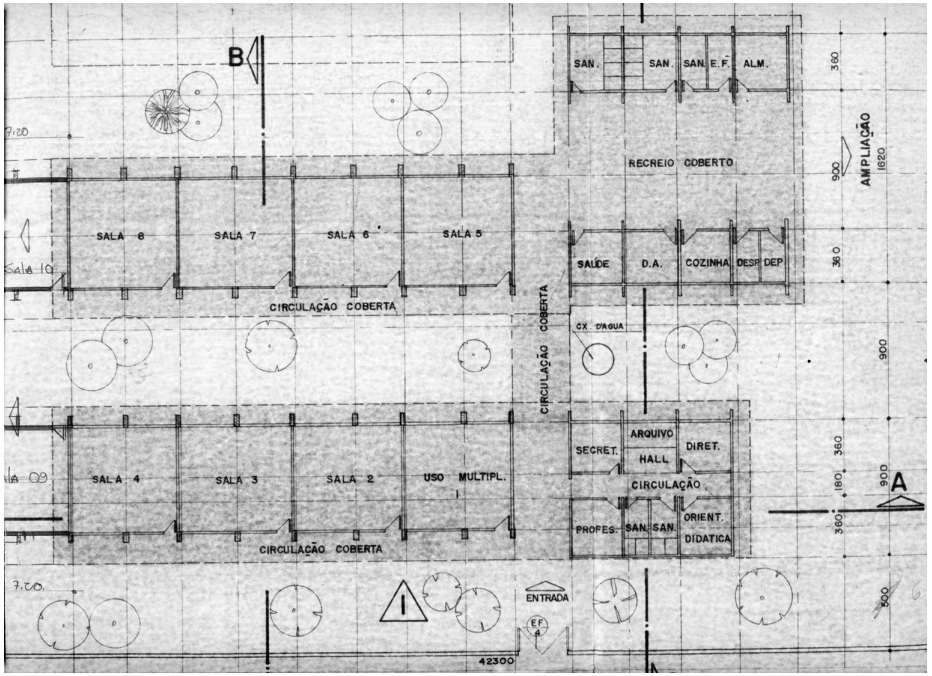


Fig. 5 – Implantação

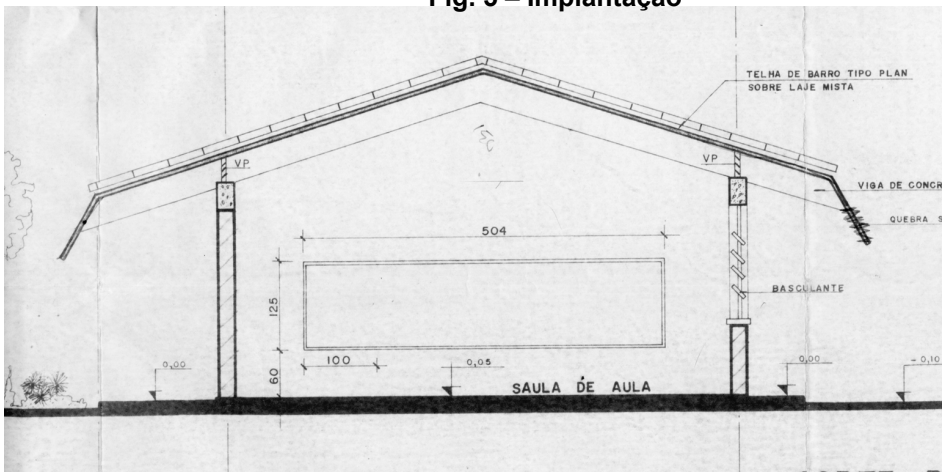


Fig. 6 / Corte transversal S.Aul61

Escola Pública de Ensino Fundamental ARSE 14 / Edison Eloy de Souza, 1990

Esta Escola foi projetada bem no início da cidade quando não havia nem programa pedagógico, nem dimensionamento de clientela a ser atendida, claramente definida.
Serviu de referencia, uma espécie de projeto piloto, para as demais escolas construídas nesse início da cidade; Sua configuração, módulos e arranjo foi baseado na experiência do autor com inúmeros projetos realizados para a FDE – Fundação de Desenvolvimento da Educação, órgão público, responsável pelas construções escolares no Estado de S.Paulo.

Escola pública de ensino fundamental com 10 salas de aulas iniciais, administração, pátio de recreação, e quadra de esportes, com 1.333,28 m2 de área coberta.
Uma circulação central coberta articula os blocos pedagógicos, administrativo, de apoios e do galpão coberto do recreio.

A grande preocupação foi de proteger os ambientes com proteções de beirais e quebra-sóis de concreto armado. O forro inclinado e a ventilação cruzada nas salas de aula buscam um melhor conforto para esses ambientes.Utilização de linguagem simples e econômica com tijolos aparentes, concretos e telhas de barro.

Escola Pública de Ensino Fundamental ARNE 13 / Edison Eloy de Souza, 1990





Fig. 1 e 2 / Vistas externas





Fig. 3 e 4 / Vistas do pátio interno

Escola Pública de Ensino Fundamental ARNE 13 / Edison Eloy de Souza, 1990

Edifício escolar construído antes do início das habitações na quadra, sem programa pedagógico e dimensionamento da clientela bem definidos.

Escola de ensino fundamental, composta de conjunto pedagógico com 6 salas de aula, administração, apoios e áreas de convívio, resolvidos em torno de um pátio interno descoberto de recreação. Área construída de 1.100 m2.

Utilização de proteção dos ambientes com beirais, quebra-sois e muita ventilação cruzada, através de elementos vazados de concreto desenhados especialmente e fabricados no canteiro de obras.

Escola Municipal Padrão / Manoel Balbino C. Neto,...



Fig.1 / Maquete do conjunto



Fig. 2 / Bloco sala de aulas / Acesso

Escola Municipal Taquaralto / Manoel Balbino C. Neto,...



Fig. 1 / Vista interna



Fig. 2 / Vista externa



Fig. 3 / Construção Quadra Coberta



Fig. 4/ Vista Blocos salas de aula

Escola Municipal / Manoel Balbino C. Neto,...

Escola de Ensino Fundamental com programa pedagógico composto de salas da aula, conjunto de vivência com pátio coberto, administração e serviços.

Trata-se de projeto padrão para ser implantado em vários lugares do município.

O sistema construtivo é composto de peças pré-moldadas de concreto leve com desenho original para a cobertura apoiados sobre estrutura aparente e paredes de alvenaria aparente.

O pátio coberto destaca-se no conjunto pela sua estrutura metálica colorida em arcos.

Centro Integrado de Ensino (Ciac) Taquaralto / João Filgueiras Limas, 1990





Figs. 1 e 2 / Vistas externas

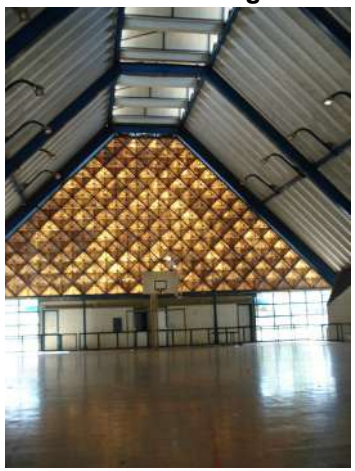


Fig. 3 / Vista da Quadra Esportiva



Fig. 4 / Detalhes de ventilação da Quadra

Centro Integrado de Ensino (Ciac) Taquaralto / João Filgueiras Limas, 1990

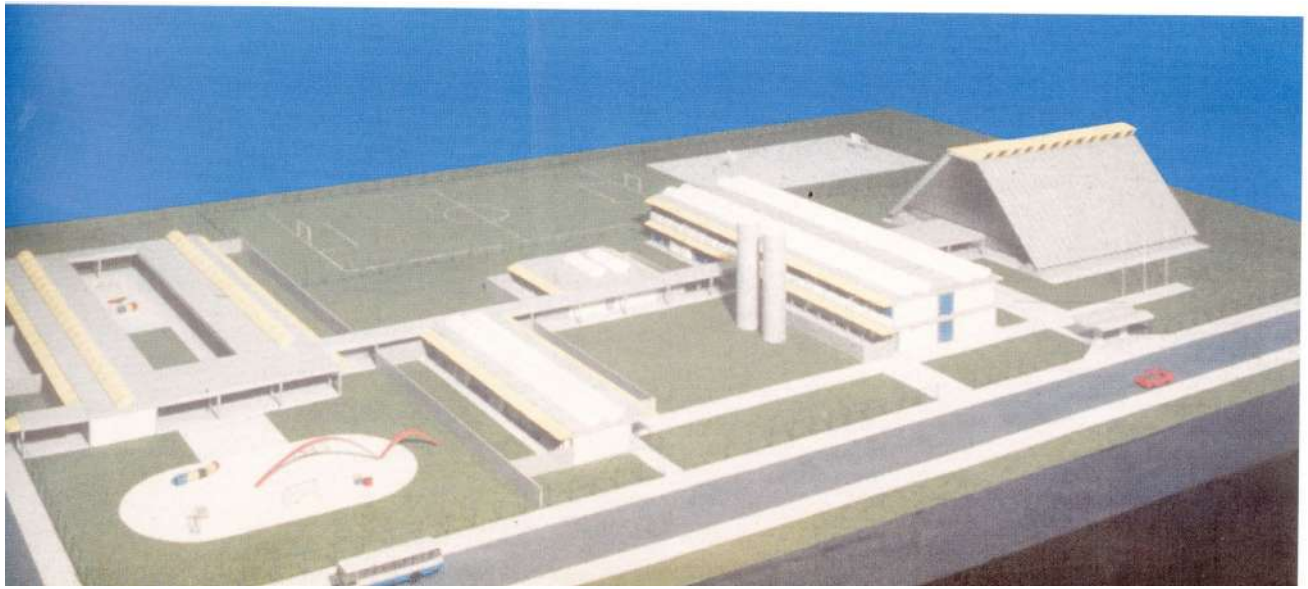


Fig. 5 / Maquete do conjunto

Os CIACS foram o prosseguimento de Projeto educacional padrão em escala nacional, do programa dos CIEPS implantados pelo governador Brizola no Rio de Janeiro sob o comando de Darci Ribeiro.

O trabalho do arquiteto Lelé e equipe foi a realização de protótipos pré-fabricados em argamassa armada em fábricas de componentes destinados a 5.000 escolas pelo Brasil, dentro de um extenso e complexo programa educacional de período integral de ensino.

O CIAC de Palmas foi implantado em terreno de topografia bastante acidentado na região do Taquaralto, diferente da proposta original.

Tribunal de Contas da União / .....





Figs. 1 e 2 / Vistas externas

Hospital Geral de Palmas / Jarbas Karman, 1997





Figs. 1 e 2 /Vistas externas





Fig. 3 e 4 / Vistas externas

Hospital Geral de Palmas / Jarbas Karman, 1997

O Hospital Geral de Palmas possui 200 leitos, 6 salas cirúrgicas, UTI com capacidade para 18 leitos e 25 especialidades médicas, Pronto Socorro, Centro Cirúrgico e Unidades de internação e realiza procedimentos de média e alta complexidade.

A área construída na 1a. etapa é de 11.000 metros quadrados num plano diretor previsto de 20.000 m2.

Terminal Rodoviário / Edison Eloy de Souza – Grupo Quatro, 1993





Fig. 1 e 2 / Vistas gerais do Terminal

Terminal Rodoviário / Edison Eloy de Souza – GrupoQuatro, 1993



Fig. 3 / Vista parcial



Fig. 4 / Vista interna



Fig. 5 / Baia de ônibus

Terminal Rodoviário / Edison Eloy de Souza – GrupoQuatro, 1993



Fig. 6 / Vista da obra





Fig. 7 e 8 / Detalhes construtivos

Terminal Rodoviário / Edison Eloy de Souza – GrupoQuatro, 1993

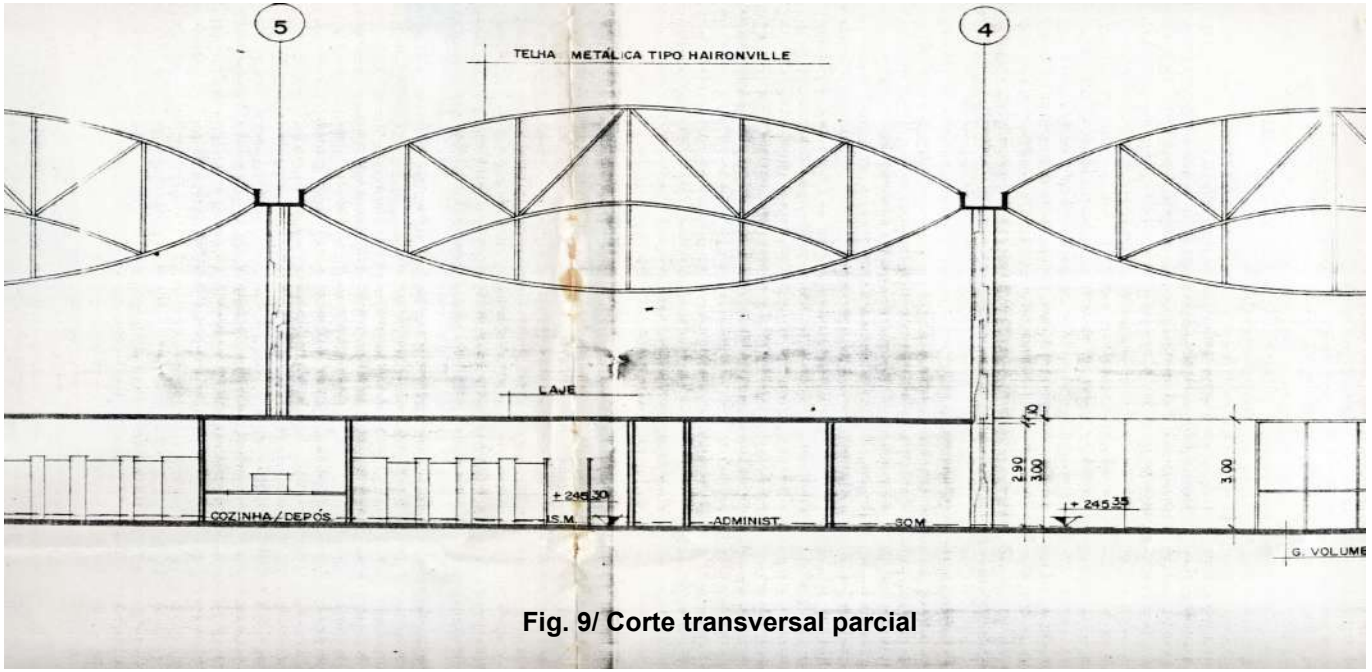


Fig. 9/ Corte transversal parcial

Terminal Rodoviário urbano e interurbano da cidade, inaugurado em 2001, inicialmente previsto para outro local. Está localizado na Avenida LO-27 junto à Rodovia TO 050, na Quadra ASR-SE 125. Tratam-se dos primeiros seis módulos de 15m x 60m num total coberto de 5.400 metros quadrados com 12 plataformas de embarque e desembarque, capacidade para 7 mil passageiros-dia, 20 guichês e estacionamento para 100 veículos.

Possui um sistema construtivo modulado, previsto para ampliações, quando o número de partidas se justificar. Está implantado em área generosa de 54.254,00 m2 para responder a essa futura necessidade.

Sua cobertura metálica tem a forma sequencial de seis elipses, que lhe emprestam a identidade formal, apoiadas nos pilares modulados de concreto. A estrutura metálica dessa cobertura vence trinta metros de vão livre na parte central e 15m de balanços laterais.

Pequenos volumes prismáticos internos de tijolo aparente com laje de forro colocados estrategicamente entre as áreas de embarque e desembarque laterais completam o programa de necessidades, com bilheterias, sanitários, comércio, guarda volumes, posto policial, etc.

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza – Pedro Lopes Jr., 1993



Fig. 1 / Maquete do conjunto



Fig. 2 / Vista aérea da Implantação



Fig. 3 / Vista blocos pedagógicos



Fig. 4 / Vista auditório

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, 1993



Fig. 5 / Vista geral externa

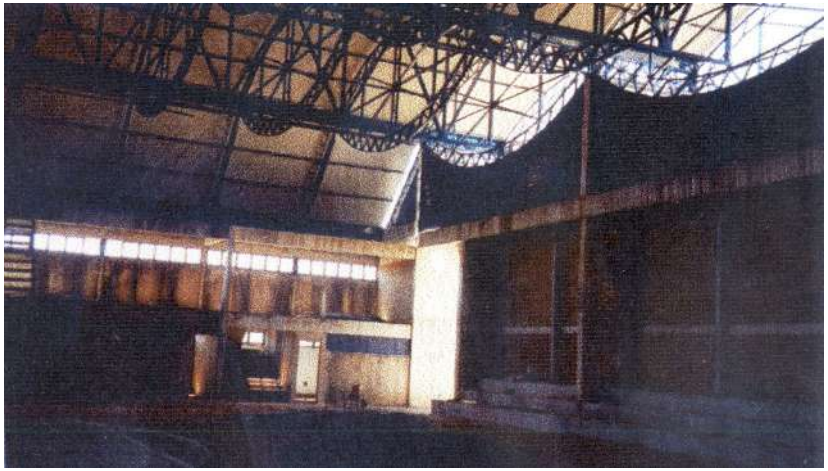


Fig. 6 / Vista interna Quadra esportes



Fig. 7 / Vista externa da cantina



Fig. 8 /Vista pergolado interno

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

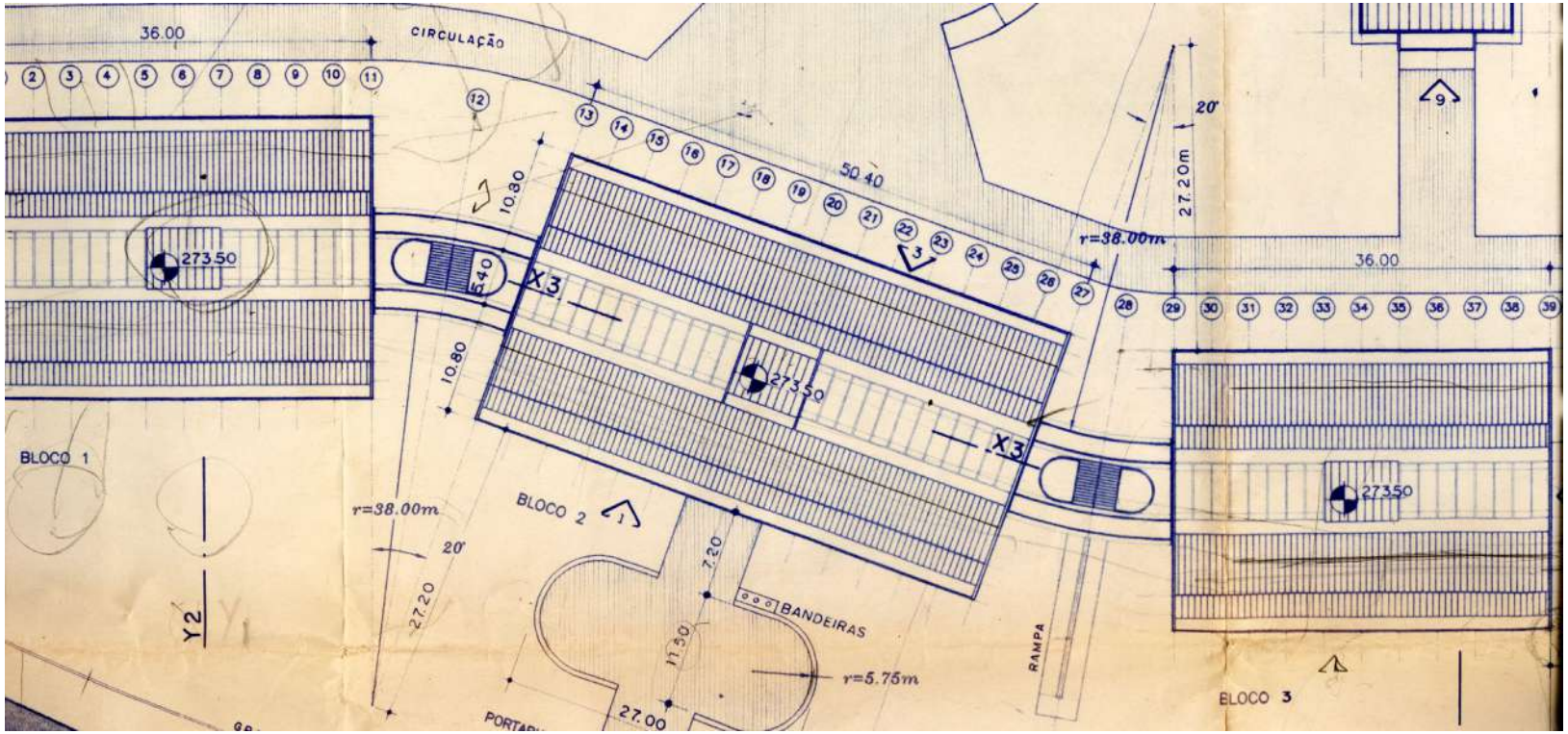


Fig. 9 / Implantação dos 3 Blocos pedagógicos

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza – Pedro Lopes Jr., 1993

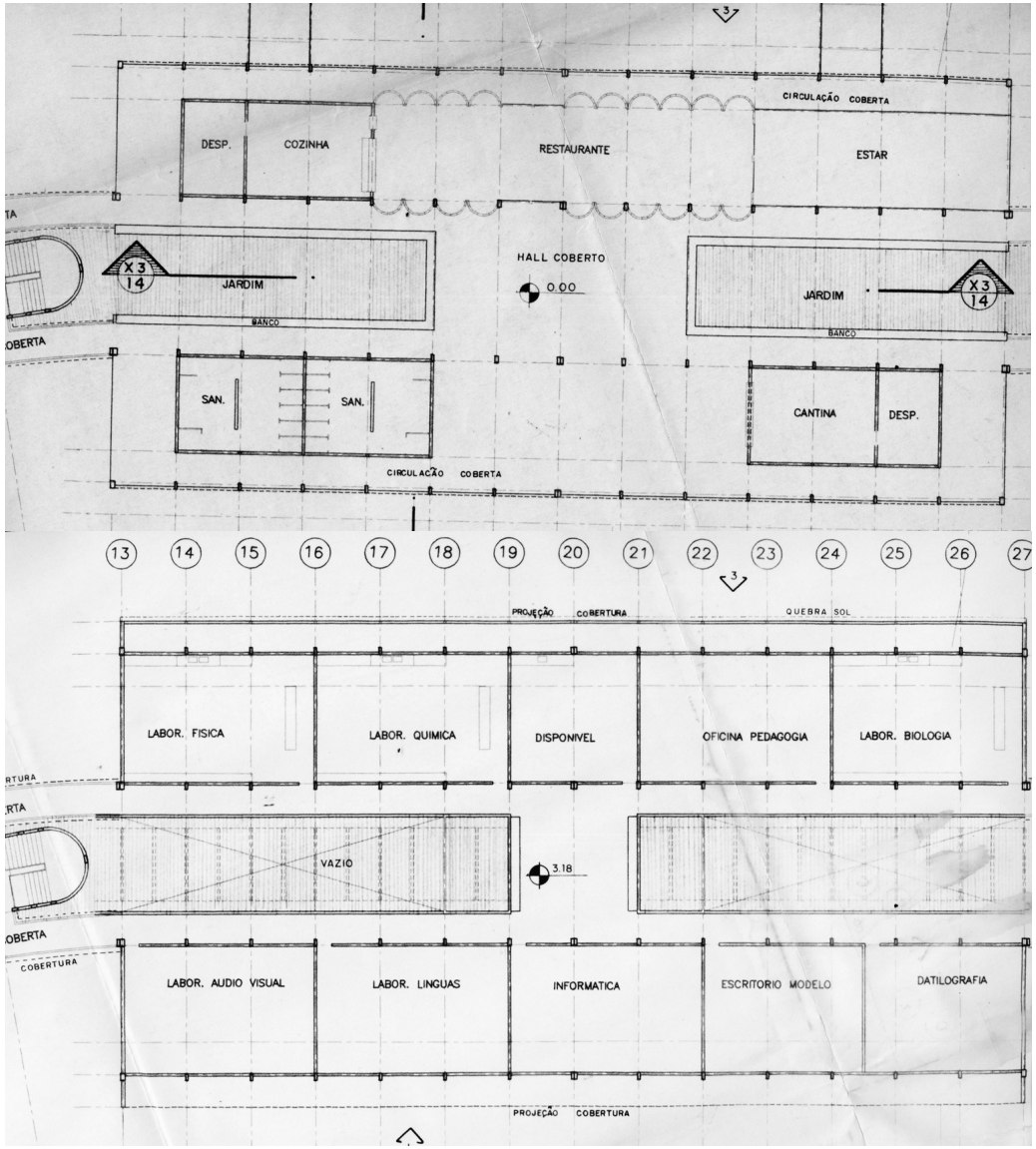


Fig.10 e 11/ Bloco 2 / Plantas térreo e superior

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

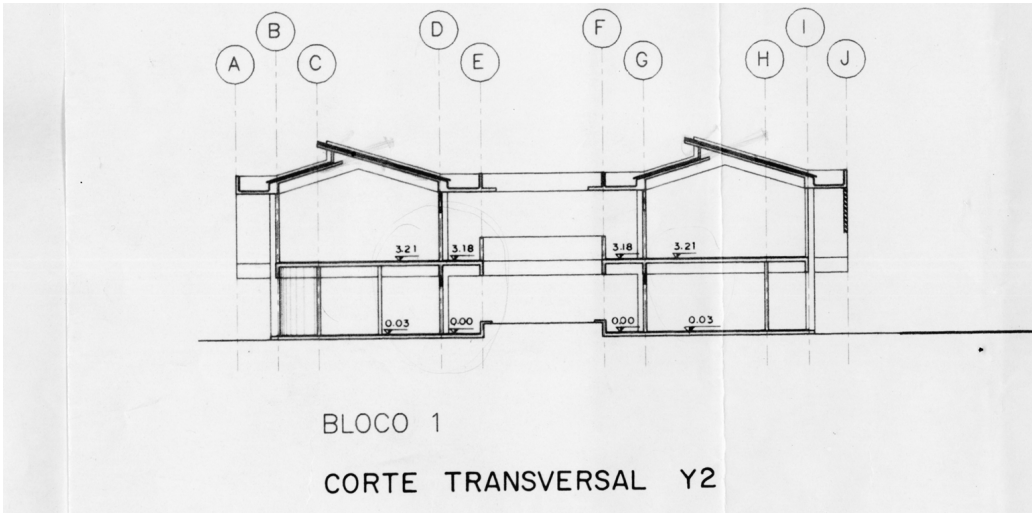


Fig. 12 / Corte transversal Blocos pedagógicos

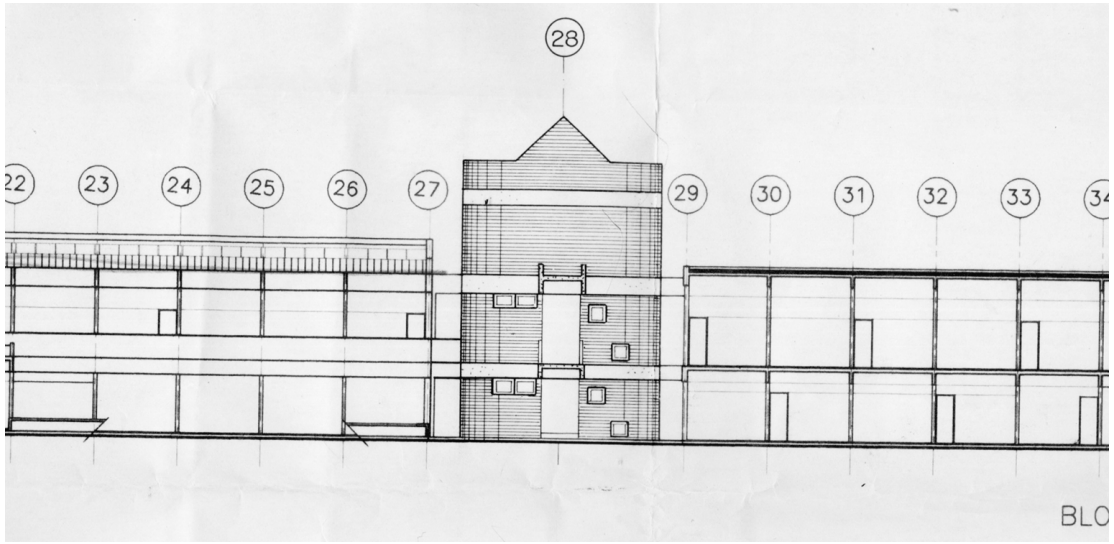


Fig. 13 / Corte longitudinal - Blocos pedagógico

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

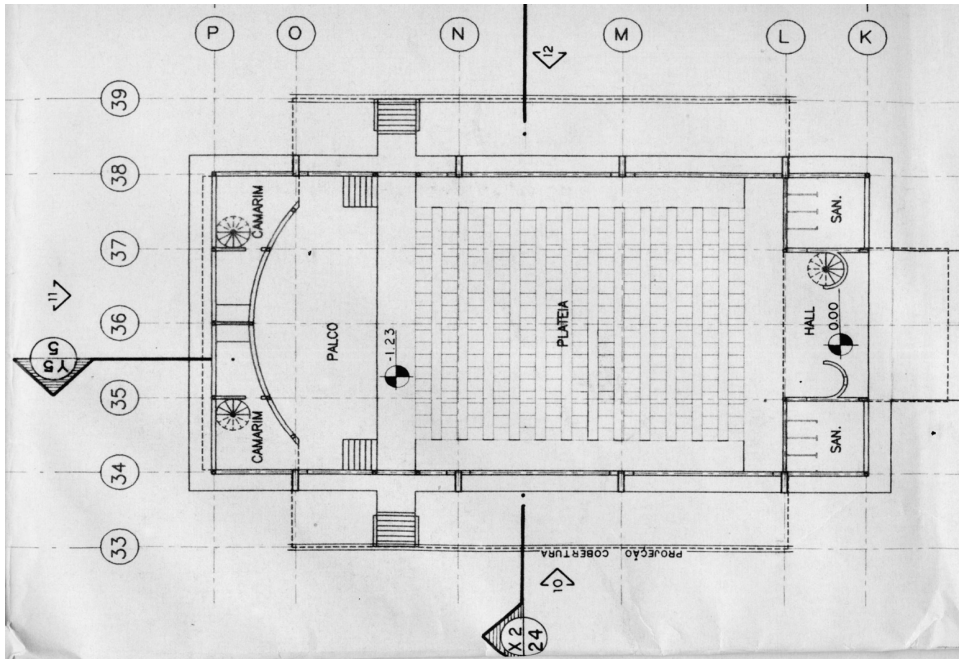


Fig. 14 / Planta Auditório

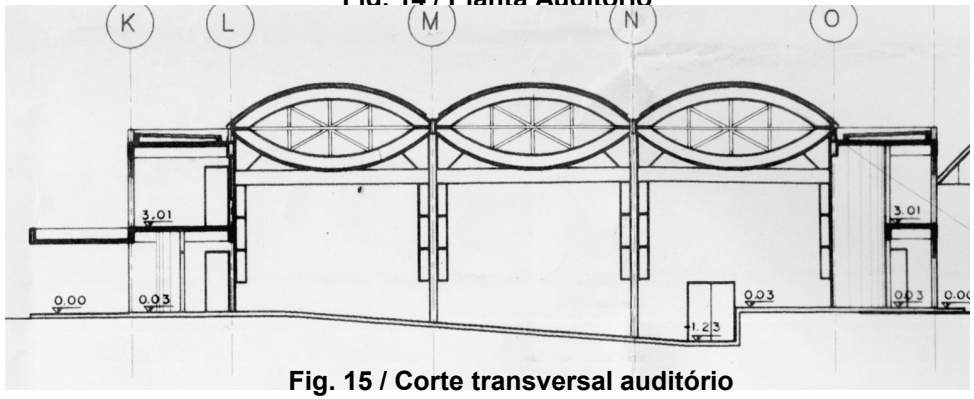


Fig. 15 / Corte transversal auditório

Centro de Ensino Médio / Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

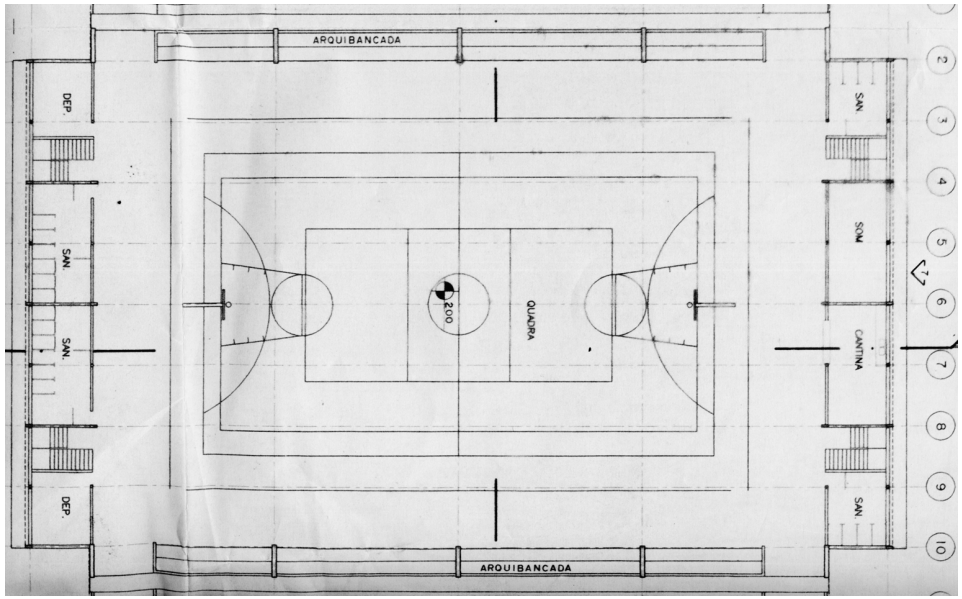


Fig. 16 / Planta ginásio de esportes

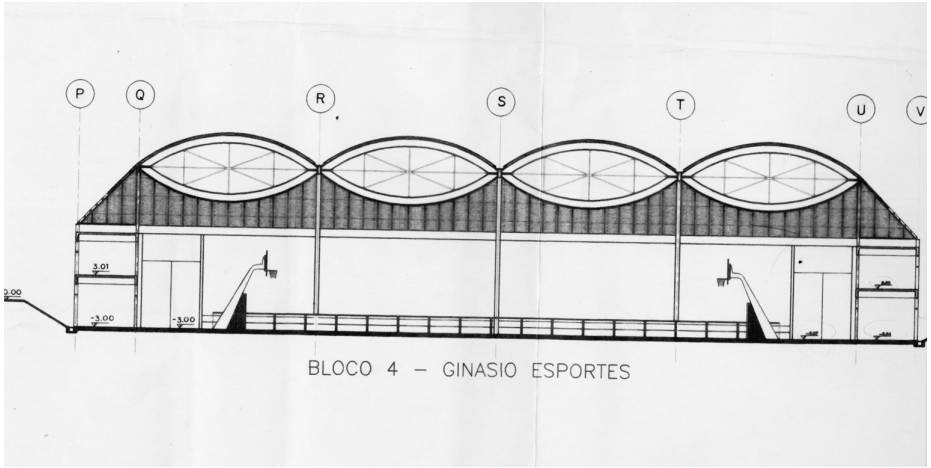


Fig. 17 / Corte transversal ginásio de esportes

Centro de Ensino Médio de Palmas (CEM) Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

Estabelecimento público de ensino médio com 20 salas de aula, ampla área de convívio, administrativa, com infraestrutura completa contando com auditório, quadra de esportes coberta e piscina. Está localizada na AENE 23, junto à Avenida LO-4.

Três blocos pedagógicos paralelos, rotulados por outros menores, que reúnem as escadas e sanitários, se desenvolvem longitudinalmente, articulados por um grande pergolado que sombreia o longo e sinuoso jardim central. O auditório e a quadra de esportes têm uma linguagem diferenciada, obtida pelas estruturas metálicas, em formas elípticas, como asas de avião.

O conjunto pedagógico foi resolvido em 2 pavimentos. Nos pavimentos superiores divididos pelos 3 blocos estão as 20 salas de aula, os laboratórios e os sanitários nas rótulas das escadas, com caixas d'água superiores.

No pavimento térreo está a parte administrativa, no bloco central, com a diretoria, coordenação pedagógica, secretaria, almoxarifado, depósitos.
Nos demais estão os conjuntos de vivência, com os pátios, cobertos e descobertos de recreação, com acesso direto da rua e ligações com a praça circular e os demais blocos da quadra coberta e teatro.

O acesso à escola se dá pelo centro do bloco do meio, levando diretamente ao pátio dos alunos e a secretaria. Outro acesso de serviço se faz pela rua lateral direita. Nesses dois acessos previstos no projeto original estão as guaritas, com cobertura alta e ventilada para evitar calor excessivo. Hoje há um outro acesso pelo campo de futebol, que dá direto à piscina.

Esses blocos pedagógicos foram resolvidos com estrutura de concreto armado, para os pilares, vigas e lajes, modulados em 7.20m de distancia, que definem as salas de aula.
Junto ao acesso principal e colocada externamente, há uma rampa para os portadores de necessidades especiais atingirem o pavimento superior; cuidado que se teve no desenvolvimento de toda a escola.

Centro de Ensino Médio de Palmas (CEM) Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr, 1993

Os forros das salas de aula são compostos por lajes inclinadas, onde se apóiam diretamente a cobertura de telhas de barro, que formam um shed de iluminação e ventilação superiores, para garantir uma ventilação cruzada e um melhor conforto para os ambientes de aprendizagem.

A proteção de luz e calor dos ambientes também se dá em outros importantes detalhes como: Os quebra-sois verticais das fachadas, o pergolado central que sombreia e refresca o jardim interno e os ambientes internos.
A linguagem arquitetônica desses blocos pedagógicos é simples, obtida com o concreto e tijolos cerâmicos aparentes, com imagem de baixos custos e manutenção.

A busca por espaços diferenciados se deu pela implantação sinuosa dos blocos pedagógicos, articulados pelas “rótulas” das escadas, possibilitadas pela generosidade do lote.

Os blocos do Auditório e Quadra de Esportes coberta têm uma linguagem diferente dos blocos pedagógicos. Como eles precisam de vãos livres maiores que as salas de aula, foram resolvidos, com pilares de concreto aparente, mas com cobertura e estruturas metálicas. Buscou-se nas formas curvas elípticas, além de um desenho leve e original, um desempenho estrutural comparável às asas de um avião. Os fechamentos laterais procuram garantir essa impressão visual.

Grandes aberturas de ventilação aparente procuram garantir o conforto ambiental interno.

Um campo de futebol, situado numa cota mais baixa que os demais blocos, formando arquibancadas naturais, completava a parte esportiva no inicio do projeto.
Posteriormente foi construída a piscina.

Ginásio de Esportes Ayrton Senna, Taquaralto / GrupoQuatro, 1995

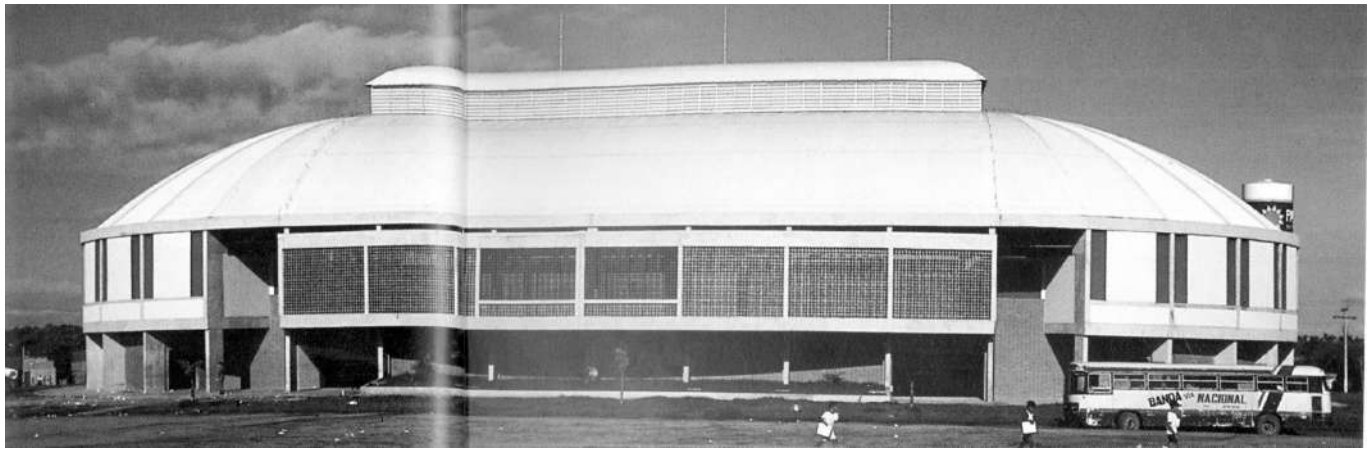


Fig. 1 / Vista externa final construção



Fig. 2 / Vista atual

Ginásio de Esportes Ayrton Senna, Taquaralto / GrupoQuatro, 1995

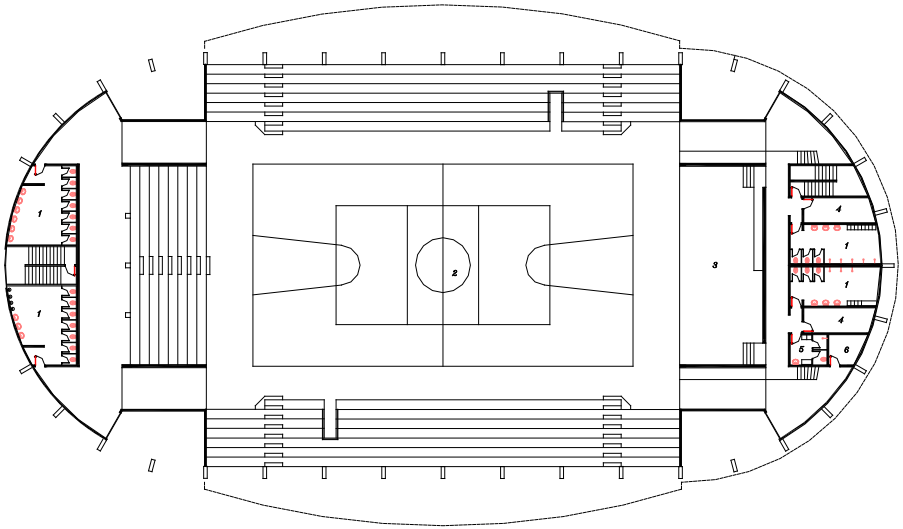


Fig. 3 / Planta

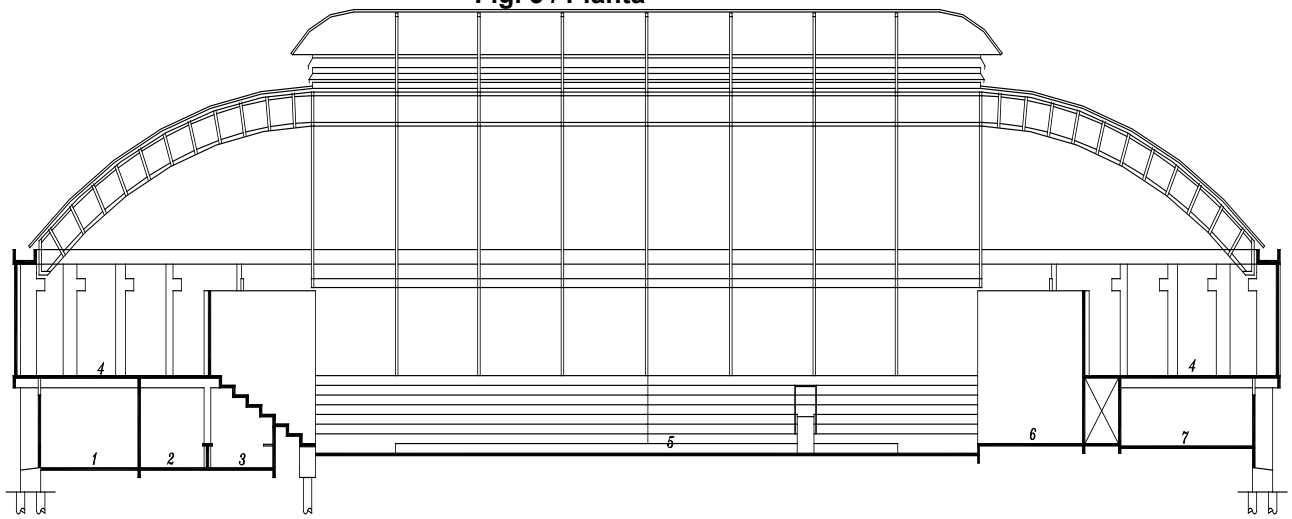


Fig. 4 / Corte longitudinal

Ginásio de Esportes Ayrton Senna, Taquaralto / GrupoQuatro, 1995

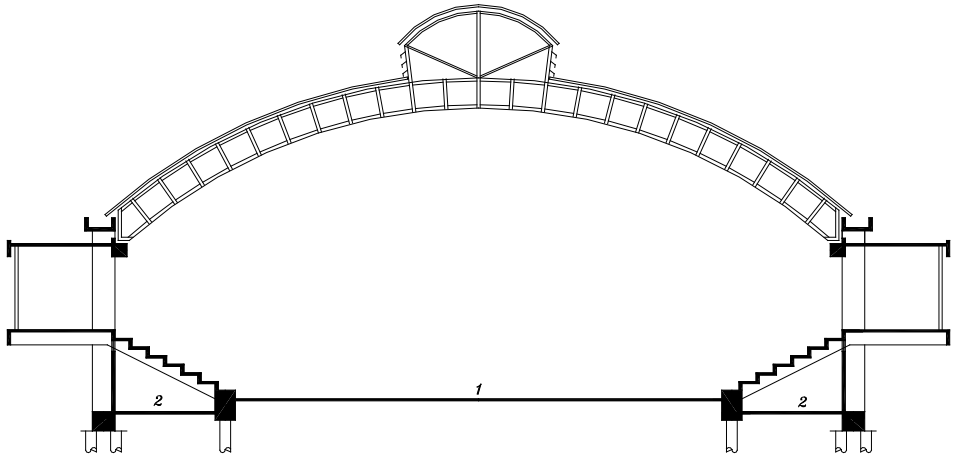


Fig. 5 / Corte transversal

Este Ginásio de esportes e eventos, tem capacidade para 1.600 lugares, está localizado em Taquaralto, distrito periférico de Palmas. Sua estrutura de concreto aparente foi composta por apoios modulares em forma elíptica, contraventados por um anel superior, sobre o qual se apóiam arcos treliçados metálicos que sustentam a cobertura.

Nota-se um cuidadoso tratamento plástico dos painéis de elementos vazados das fachadas; eles garantem a entrada da ventilação natural cruzada, que, num efeito chaminé, sai pelo lanternim superior, existente em toda extensão da cobertura.

Como se pode ver na fig. 2, alguns desses discretos painéis de vedação do início foram cobertos por pinturas alusivas ao pavilhão nacional brasileiro.

Delegacia Fiscal e Tributária / GrupoQuatro, 1996



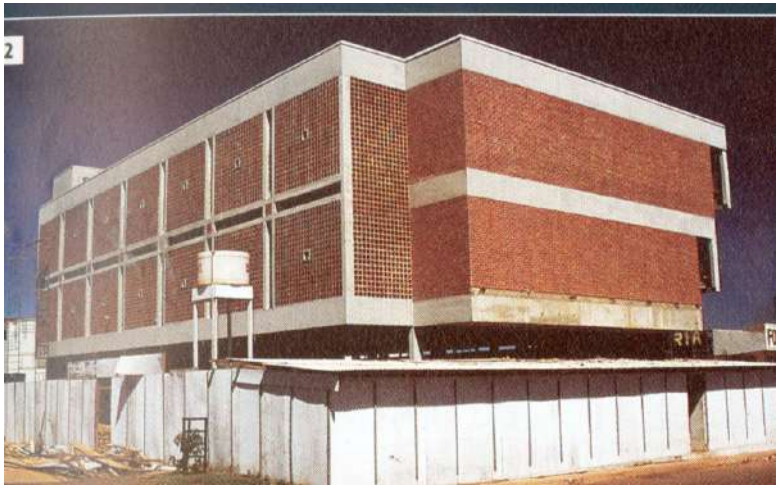


Fig. 1 e 2 / Vistas externas

Delegacia Fiscal e Tributária / GrupoQuatro, 1996

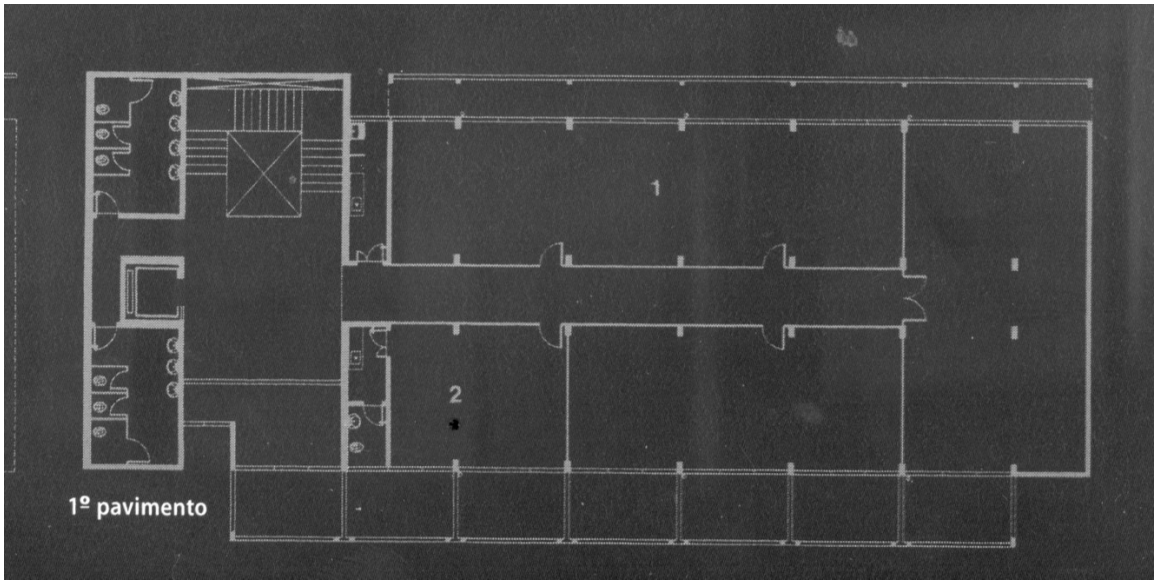


Fig. 3 / Planta 1º pavimento

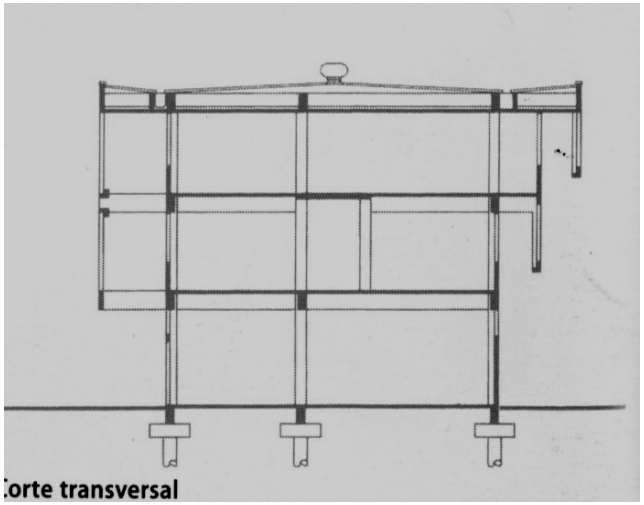


Fig. 4 / Corte transversal

Delegacia Fiscal e Tributária / GrupoQuatro, 1996

Este edifício destinado às tarefas da fiscalização tributária do Estado está situado junto ao centro comercial da cidade. Sua volumetria é singela e se constitui de um bloco único, recortado de dois pavimentos elevados do solo.

A linguagem expressa pelo tijolo e concreto aparentes dá as características do edifício na paisagem urbana; Nele, o tijolo é trabalhado plasticamente, na obtenção de grandes painéis de elementos vazados, que contribuem para atenuar a incidência solar direta sobre os ambientes.

Este mesmo projeto foi utilizado para a sede da Naturatins, órgão governamental para o meio ambiente, em outro local da cidade, como vemos abaixo.



Fig. 5 / Sede da Naturatins

Espaço Cultural / Paulo Henrique Paranhos, 1996



Fig. 1 / Vista da avenida Teotônio Segurado

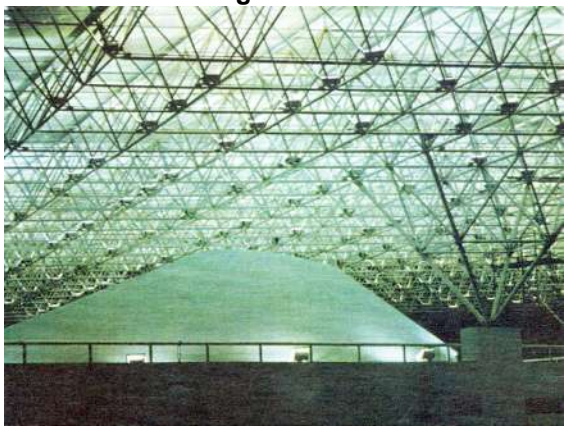


Fig.2 / Vista interna

Espaço Cultural / Paulo Henrique Paranhos, 1996

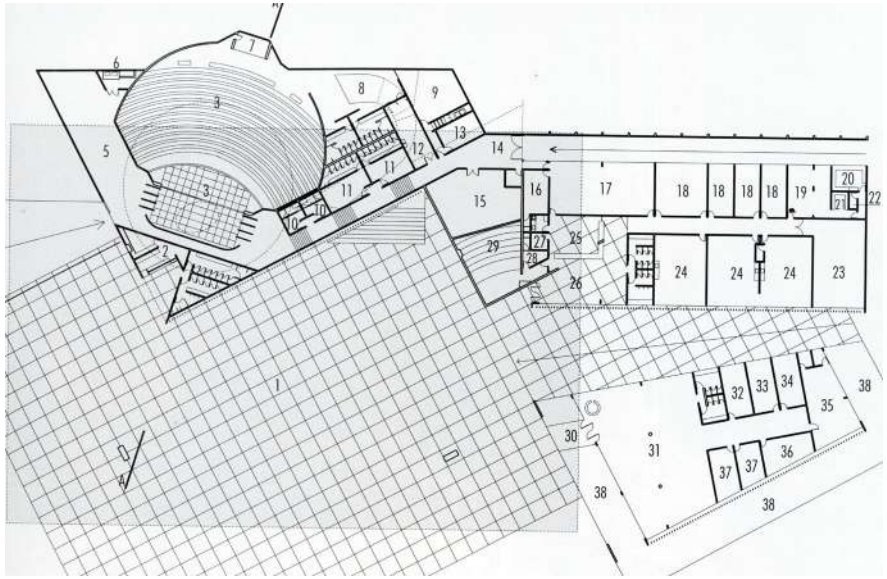


Fig. 3 / Planta

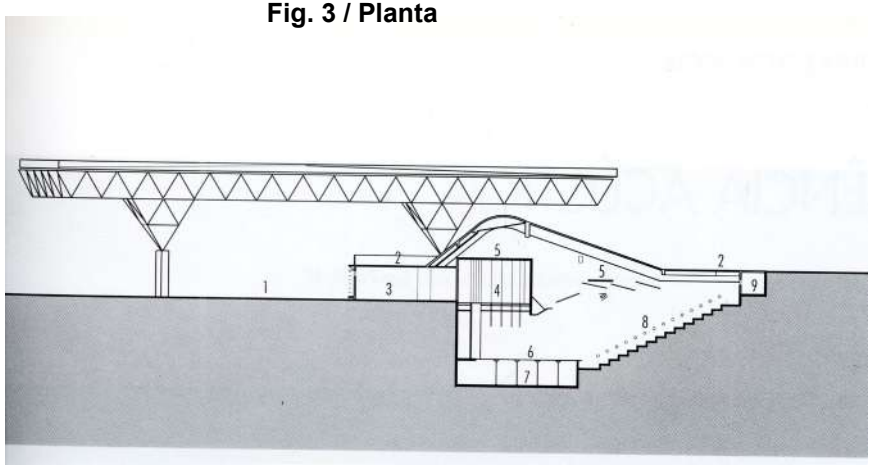


Fig. 4 / Corte transversal

Espaço Cultural / Paulo Henrique Paranhos, 1996

Localizado no inicio da Avenida Teotônio Segurado, na área central da cidade, este Espaço Cultural reúne um teatro para 510 pessoas, biblioteca, salas de uso múltiplo, apoios e um amplo espaço coberto e aberto para diversos tipos de eventos culturais.

A expressão do conjunto é dada pela grande estrutura espacial de alumínio, coberta por telhas térmicas, que transmite uma visão de grande leveza e transparência ao edifício. A auditório é enterrado, graças à criação de um relevo artificial, em forma de tronco de cone, que aflora no pavimento térreo.

Os outros aspectos do programa são resolvidos em blocos independentes, mas articulados à grande praça de eventos.

Delegacia da Receita Federal / Sérgio Teperman, 1998



Fig. 1 / Vista geral externa



Fig.2 / Vista externa pelo Bloco circulação



Fig. 3 / Pormenor Quebra-sol superior

Delegacia da Receita Federal / Sérgio Teperman, 1998

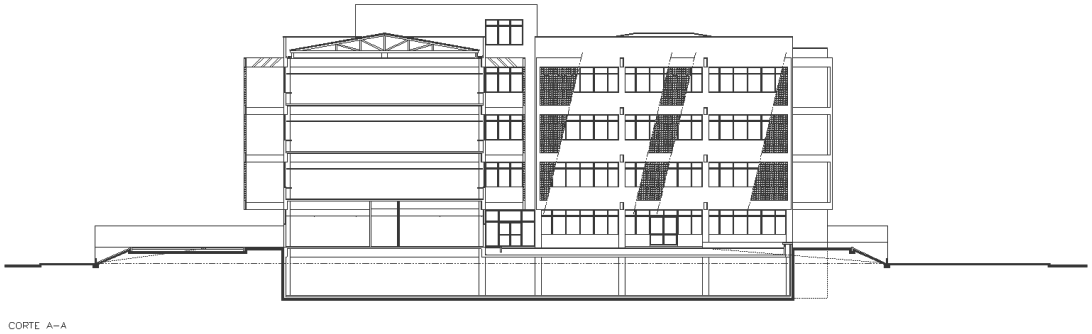


Fig. 4 / Corte Transversal

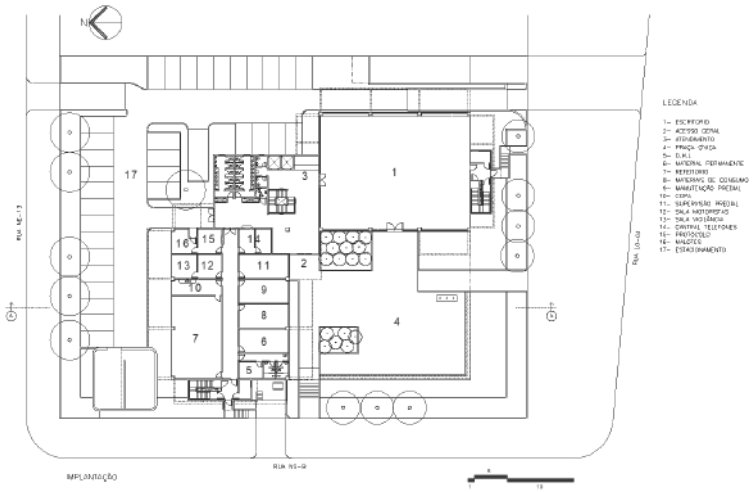


Fig. 5 / Implantação

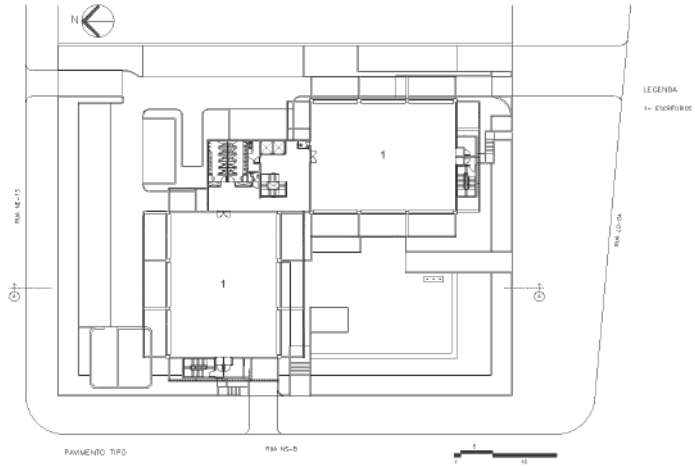


Fig. 6 / Pavimento Tipo

Delegacia da Receita Federal / Sérgio Teperman, 1998

A volumetria do conjunto é composta por dois blocos de três pavimentos cada, com duas alas ortogonais constituindo os pavimentos-tipo de trabalho da Delegacia; eles são articulados por outro bloco central, que reúne a circulação e os serviços de apoio.

O processo construtivo e os materiais de acabamento foram os tradicionais e usuais no mercado, visando atenuar as dificuldades de transporte, em face da distância de Palmas aos centros fornecedores.

Do ponto de vista ambiental, tendo em vista as altas temperaturas na região, o projeto considerou uma envoltória de elementos vazados de cerâmica, com razoável distância das paredes e esquadrias externas da edificação; na parte superior conforme, vemos na figura 3, há um quebra-sol para contribuir com o sombreamento e a ventilação externa dos ambientes de trabalho. Esse tratamento reduz a luminosidade e a energia gasta com ar condicionado.

Os elementos vazados possuem a cor natural de cerâmica-argila, identificando-se com o colorido da terra da região, evitando também constantes pinturas de manutenção.

Tribunal de Contas do Estado /GrupoQuatro, 1999



Fig. 1 / Vista externa



Fig. 2 / Vista externa



Fig. 3 / Obras 1997

Tribunal de Contas do Estado /GrupoQuatro, 1999

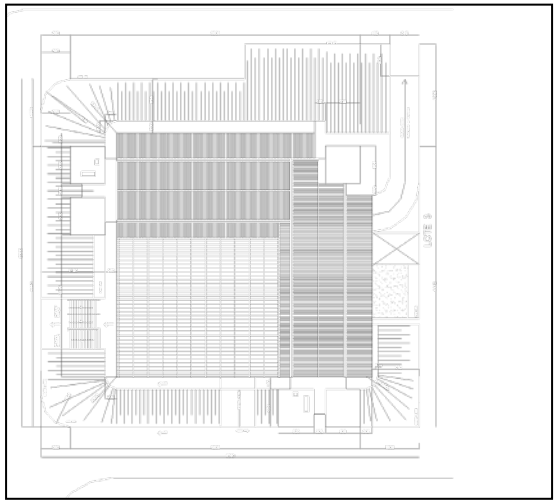


Fig. 4 / Implantação

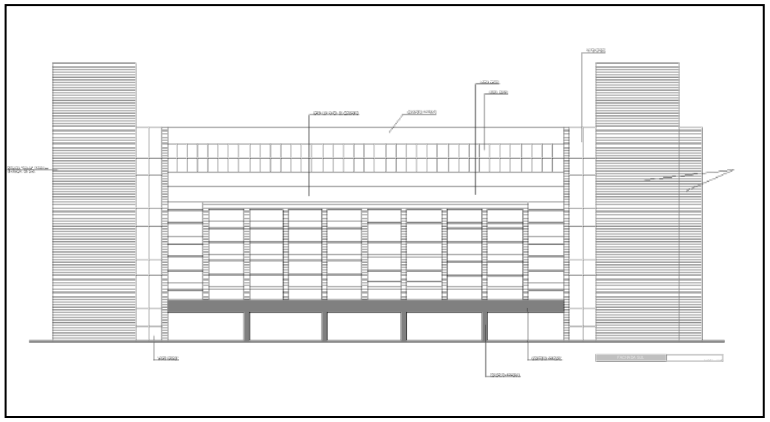


Fig. 5 / Elevação

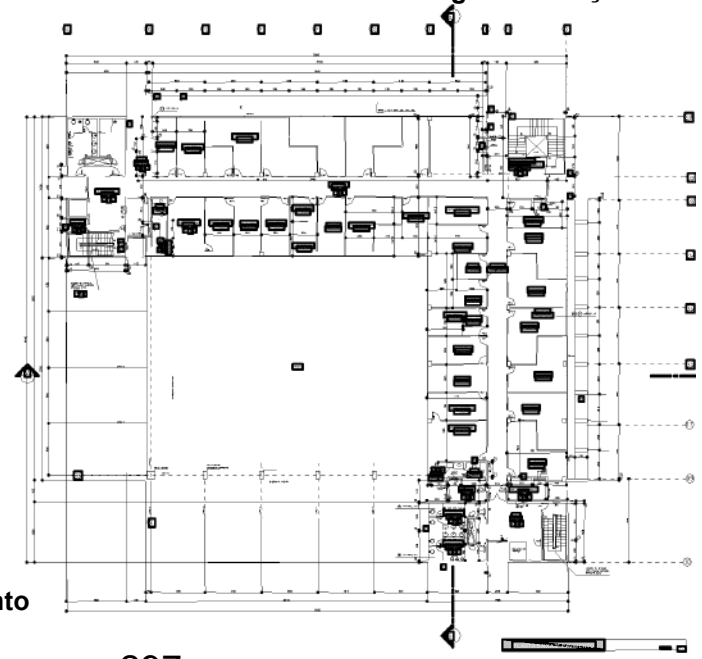


Fig. 6 / Planta 1º pavimento

Tribunal de Contas do Estado /GrupoQuatro, 1999

Edifício destinado ao Tribunal de Contas do Estado expresso por blocos volumétricos bem definidos e proporcionados, revestidos por tijolos ou elementos vazados de cerâmica aparentes. Ele tem quatro pavimentos tipo e um subsolo, perfazendo uma área construída 7.892 m2.

Nota-se o extremo cuidado em proteger as áreas de trabalho com elementos vazados e quebra-sois, dependendo da orientação solar da fachada exposta.

Os blocos salientes reúnem as circulações verticais e unidades de apoio dos andares.

Terminal Aeroviário / Infraero, Sergio Jardim, 2001



Fig. 1 / Vista do Terminal



Fig. 2 / Vista da pista

Terminal Aeroviário / Sergio Jardim, Infraero,, 2001



Fig. 3 / Acesso ao Terminal



Fig. 4 / Vista Aérea



Fig. 5 / Vista interna



Fig. 6 / Vista interna

Terminal Aeroviário / Infraero, Sergio Jardim, 2001

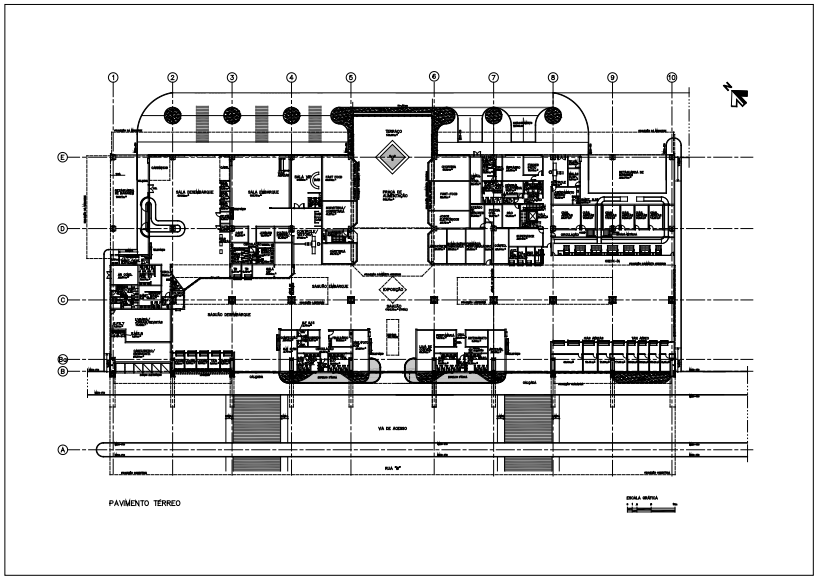


Fig. 7 / Planta pavimento Térreo

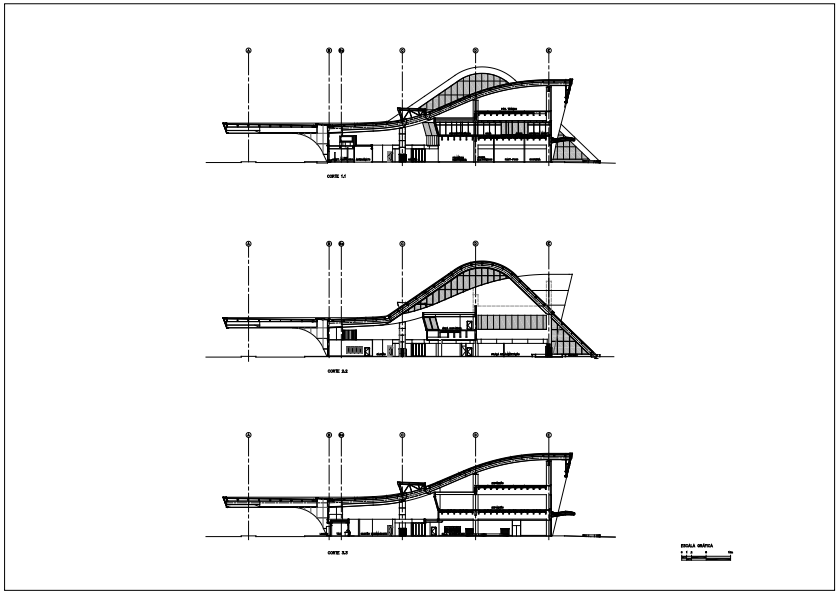


Fig. 8 / Cortes

Terminal Aeroviário / Infraero, Sergio Jardim, 2001



Fig. 9 / Corte transversal

O terminal de passageiros tem uma área construída total de 12.331 metros quadrados e capacidade inicial para atender 370 mil passageiros por ano. É considerado um dos aeroportos mais modernos do país.
Está dotado de praça de alimentação, espaço cultural, lojas comerciais, terraço panorâmico, elevadores e climatização do ambiente, traduzindo um novo conceito preconizado pela Infraero.

Tem completa infra-estrutura de operação e segurança, com torre de controle, Central de Utilidades, Seção Contra Incêndio, abastecimento de combustíveis de aeronaves, Área de cargas, estação de tratamento de efluentes, estacionamento para 307 autos de usuários e funcionários e ligação com a cidade através de 4 km até a Avenida Teotônio Segurado.

A pista de pouso de 2.500 metros x 45 metros pode receber aeronaves do porte de um Boeing 767. Possui 4 hangares na fase inicial.
A área de implantação do Aeroporto é de 23.740.000,00 m2, uma das maiores do país para esse tipo de equipamento urbano, junto ao Lago que costeia a cidade de Palmas, pelo seu lado oeste.

Memorial Coluna Prestes / Oscar Niemeyer, 2001





Fig. 1 e 2 / Vistas externas



Fig. 3 / Vista interna



Fig. 4 / Esculturas dos 18 do Forte3

Memorial Coluna Prestes / Oscar Niemeyer, 2001

Homenagem a Luiz Carlos Prestes pela passagem da histórica coluna pelo Estado do Tocantins, este pequeno edifício de 570 m2 está localizado na Praça dos Girassóis, junto ao Palácio Araguaia. As formas plásticas foram obtidas por abóbadas de concreto, características da arquitetura de Oscar Niemeyer e são complementadas por ornamentos nas fachadas que lembram a folha de uma palmeira.

Segundo a Fundação Oscar Niemeyer este projeto foi feito originalmente para a Barra de Tijuca, no Rio de Janeiro em 1992. Como não foi executado lá, sofreu modificações e foi adaptado, pelo autor, para o Tocantins em 1996. Este projeto não fazia parte dos edifícios previstos na urbanização inicial da Praça dos Girassóis.

No seu interior estão 300 peças originais da passagem da coluna Prestes pelo Estado, entre 1920 e 1930, um auditório de 99 lugares e salas para pesquisas.

Nos jardins fronteiros ao edifício, e em nível mais baixo há uma plataforma-monumento com a escultura de Luiz Carlos Prestes, de autoria de Mauricio Bentes e dos 18 tenentes chamados os “18 do Forte” de Copacabana, sacrificados durante levante militar.

Tribunal Regional Eleitoral / Edison Eloy de Souza - Pedro Lopes Jr., 2003

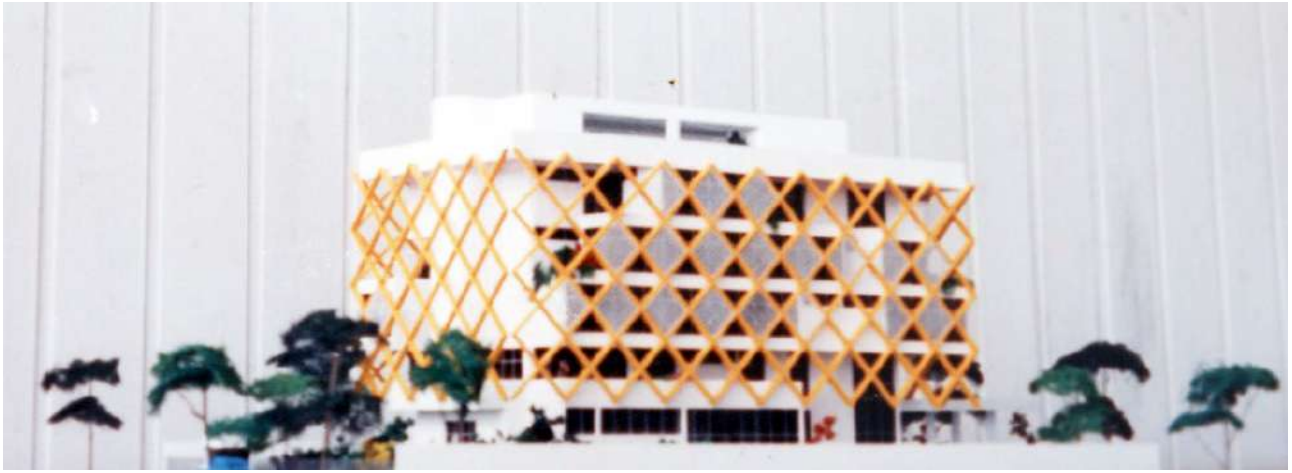


Fig. 1 / Maquete





Fig. 2 e 3 / Vistas externas

Tribunal Regional Eleitoral / Edison Eloy de Souza - Pedro Lopes Jr., 2003



Fig. 4 / Construção



Fig. 5 / Pérgula superior





Fig. 6 e 7 / Marquise da entrada

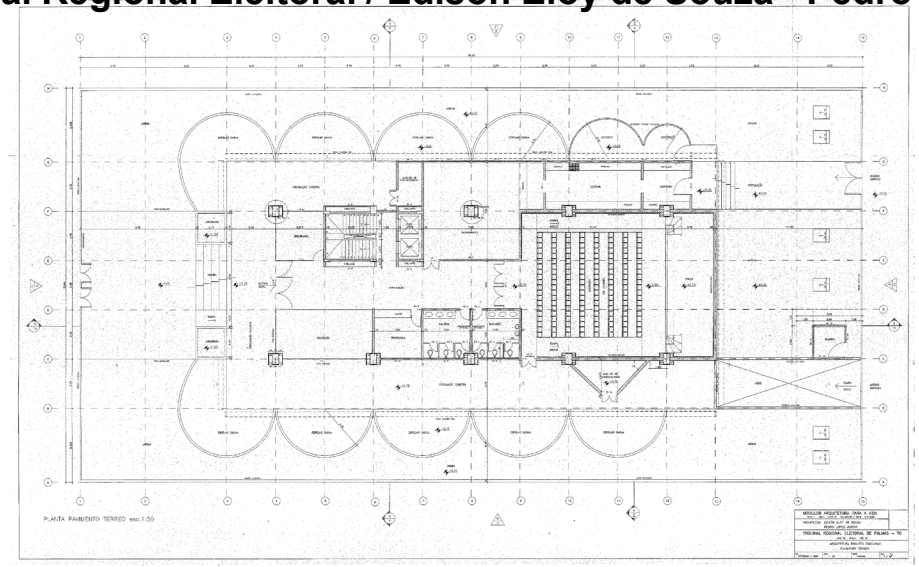


Fig. 8 / Planta pavimento térreo

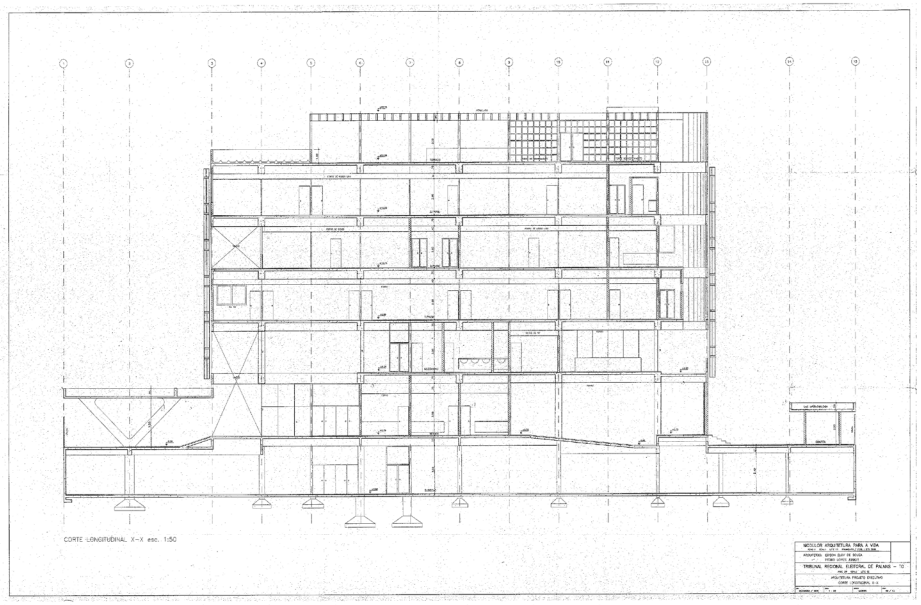


Fig. 10 / Corte longitudinal

Tribunal Regional Eleitoral / Edison Eloy de Souza - Pedro Lopes Jr., 2003

Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral está localizado em quadra central e possui 2.500 m2 de construção, 4 pavimentos-tipo, um mezanino e sub solo, atendendo um programa funcional amplo e complexo, diferenciado em todos os andares.

O volume é resultado do aproveitamento máximo do lote, para cumprir o programa de necessidades.

O projeto previu cuidados especiais de proteção ambiental, traduzidos por vazios-jardins nos andares-tipo, um terraço superior pergolado com desenhos originais e o envolvimento de todo o volume geométrico com uma grelha metálica colorida, que funciona como quebra-sol e lhe dá identidade visual na paisagem.

Estrutura de concreto, independente das vedações, modulado em duplo balanço, instalações prediais através de “shafts” visitáveis em todos os pavimentos e provido de sistema de ar condicionado central. Destaque visual e estrutural para a marquise de entrada com pilares em forma de “V”, que nascem do subsolo da garagem.

A execução deste edifício sofreu várias interrupções, com troca de empreiteiro e interferências posteriores indevidas de projeto, em várias partes do edifício modificando seu aspecto, sua cor e o preenchimento de áreas internas, inclusive do pergolado do terraço, destinadas à ventilação natural do edifício. Nesse sentido, houve alteração nas dimensões e no material do quebra-sol envoltório, peça fundamental na proteção e linguagem do edifício.

Escola Pública Jardim Aureny III / Newton Massafumi, Tânia Regina Parma, 2003





Fig. 1 e 2 / Vistas externas





Fig. 3 e 4 / Vistas internas

Escola Pública Jardim Aureny III / Newton Massafumi, Tânia Regina Parma, 2003

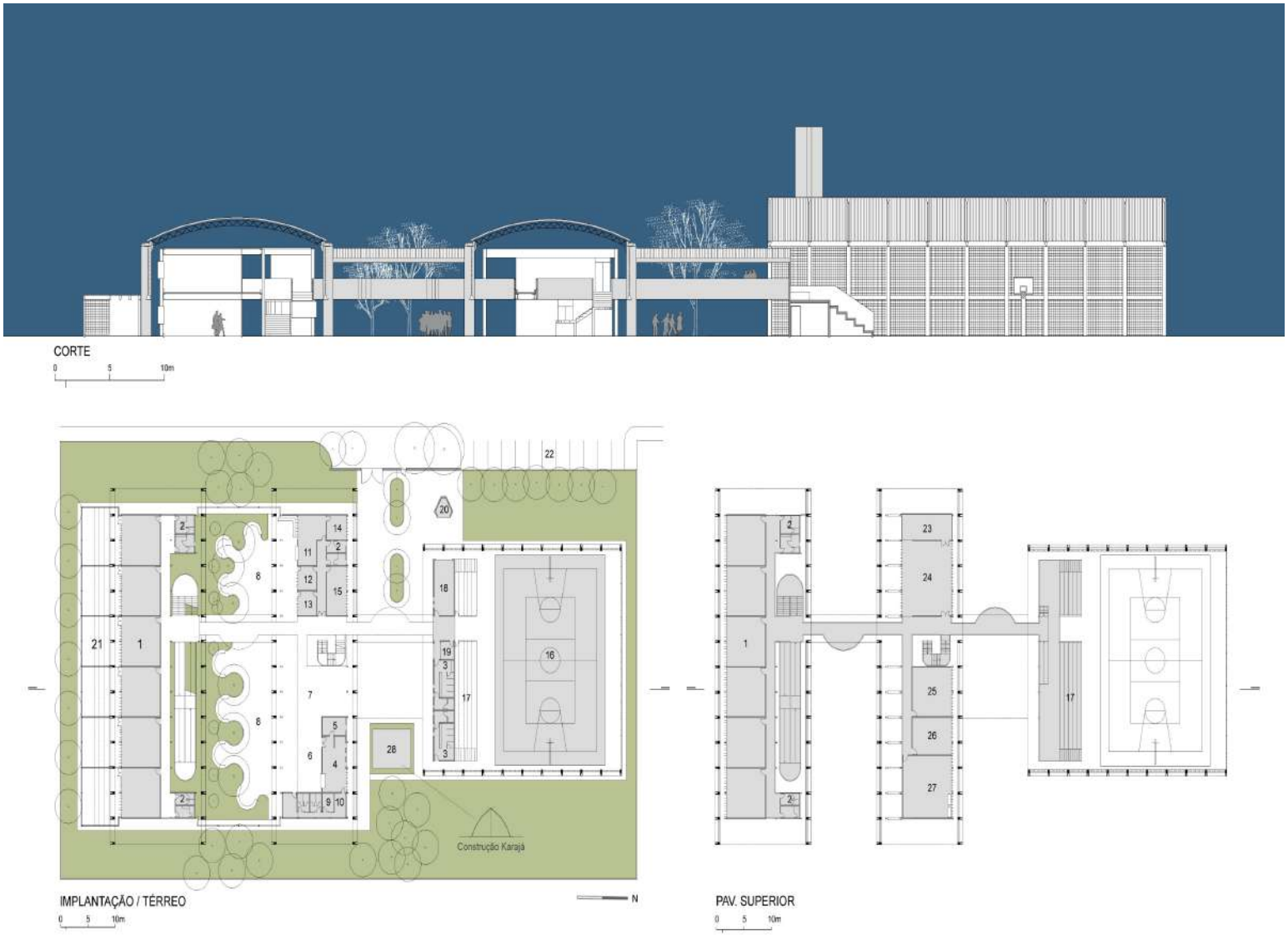


Fig. 5 / Desenhos: Plantas e elevações

Escola Pública Jardim Aureny III / Newton Massafumi, Tânia Regina Parma, 2003

Esta escola de ensino fundamental, patrocinada pelo convenio do Fundescola do Ministério da Educação e Cultura com o Estado, está localizada no Jardim Aureny III, distrito periférico de Palmas.

O conjunto escolar de 12 salas de aula, administração, conjunto de vivência está resolvido em dois blocos interligados, com dois pavimentos, compostos por dois corpos independentes; um externo envoltório e outro interno que abriga os ambientes propriamente ditos.

A solução em dois corpos distintos, separados por espaços livres, bem como o farto uso de elementos vazados nos ambientes procuraram resolver as questões ambientais locais de muito calor e chuvas tropicais.
Cada qual exerce funções distintas: O elemento externo tem a finalidade de proteção às intempéries, criando condições de amortecimento dos impactos causados pelas chuvas, ventos e insolação. Ele cria um sombreamento e de resfriamento do ar para os ambientes internos. O corpo central, assim protegido e tratado de forma independente, pode ser mais leve materialmente e com condições ambientais mais favoráveis.

A estrutura da parte exterior é pré-moldada em concreto armado e suporta uma cobertura formada por treliças metálicas curvas e telhas calandradas, termo-acústicas, com miolo de poliuretano; A estrutura dos corpos internos é feita em aço.
Num terceiro corpo independente uma quadra de esportes coberta complementa o programa arquitetônico.

Secretaria do Meio Ambiente e Tecnologia / Laudelino A. Resende, 2003



Fig. 1 / Vista geral externa



Fig. 2 / Vista externa parcial



Fig. 3 / Vista interna 2



Fig. 4 /Vista gabinete de trabalho

Secretaria do Meio Ambiente e Tecnologia / Laudelino A. Resende, 2003

Projeto elaborado para abrigar os órgãos estaduais de meio ambiente do Estado, primeiro a Amatur – Agência de Meio Ambiente e Turismo, hoje Secretaria de Meio Ambiente e Tecnologia.

Localizado dentro de um parque, sua linguagem procura refletir a idéia da preservação do meio ambiente, utilizando tecnologia de madeira natural reciclada, na estrutura e revestimentos, com muita força e personalidade. Outros materiais naturais são também empregados, como telhas cerâmicas. O vidro e o plástico garantem a luminosidade e a transparência, integrando interior e exterior.

Projeto premiado em eficiência de energia elétrica, de edifícios públicos, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e pela Eletrobrás.

Central dos Correios / Tadeu Baptista, Juliana Penha Mesquita, 2004



Fig. 1 / Vista geral externa

Central dos Correios / Tadeu Baptista, Juliana Penha Mesquita, 2004





Fig. 2 e 3 / Vistas externas

Central dos Correios / Tadeu Baptista, Juliana Penha Mesquita, 2004



Fig. 4 / Perspectiva



Fig. 5 / Vista aérea

Central dos Correios / Tadeu Baptista,Julian Penha Mesquita, 2004

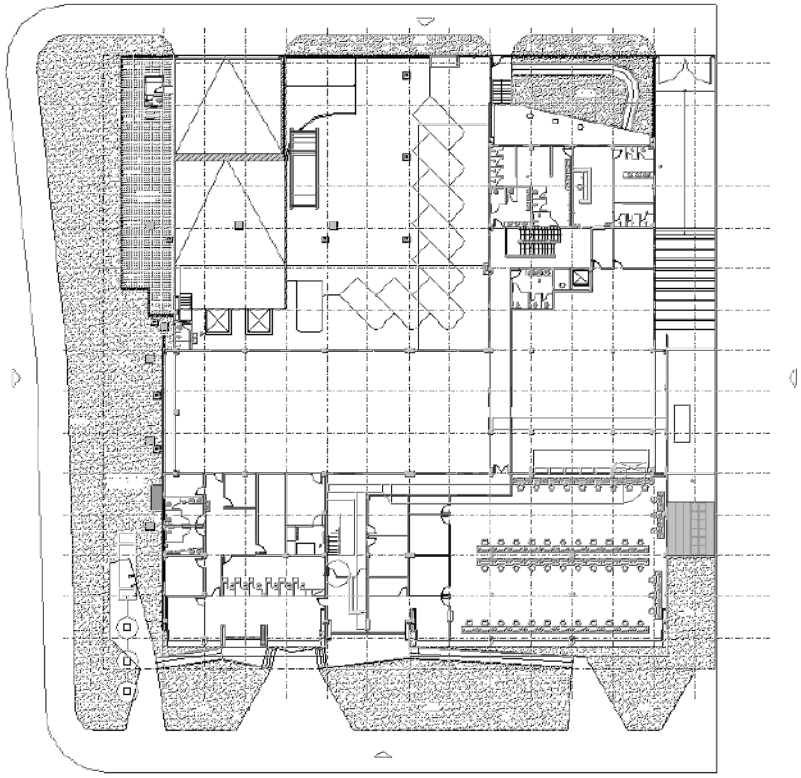


Fig. 6 / Planta Térreo

Edifício sede dos Correios de Palmas (CTCE) localizado na Avenida Teotônio Segurado, centro, com 4.361,46,73 m2. de área construída num terreno de 3.600,00 m2.

A construção feita em 2005 tem 3 pavimentos, sendo um térreo, outro superior e um sub-solo.

A volumetria é resultado da utilização de uma linguagem livre com grandes arcos e cobertura metálicos, muita transparência e revestido com materiais contemporâneos.

Central dos Correios / Tadeu Baptista, Juliana Penha Mesquita, 2004

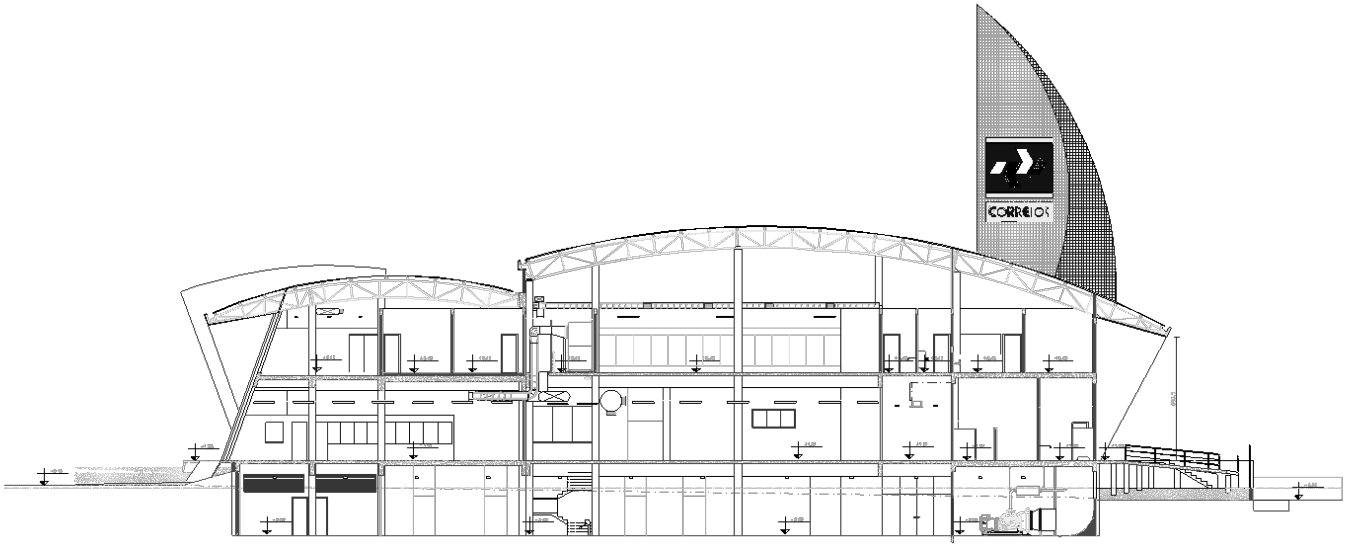


Fig. 7/ Corte transversal

Parque do Povo / Paulo Henrique Paranhos,....



Fig. 1 Vista externa



Fig. 2 / Vista interna





Figs. 3 e 4 / Vista internas

Parque do Povo / Paulo Henrique Paranhos, ...





Figs. 5 e 6 / Vista externas da estrutura metálica



Fig. 7 / Vista estrutura



Fig. 8 / Vista do auditório





Figs. 1 e 2 / Vistas externas



Fig. 3 / Vista do Acesso



Fig. 4 / Pergolado interno

EDIFICIOS PARTICULARES

Faculdade Católica do Tocantins (Facto) / Manoel Balbino de Carvalho Neto, 2005





Fig. 1 e 2 / Vistas aéreas





Fig. 3 e 4 / Vistas externas

Faculdade Católica do Tocantins / Manoel Balbino de Carvalho Neto, 2005





Fig. 5 e 6 Vista posteriores



Fig. 7 / Blocos do acesso



Fig. 8 / Circulação interna

Faculdade Católica do Tocantins / Manoel Balbino de Carvalho Neto, 2005

Edifício de 150 metros de comprimento, implantado no sentido norte-sul, paralelo à Avenida Teotônio Segurado, com 4 pisos de salas de aula e complementos de apoios necessários ao funcionamento da unidade educacional. À esquerda do pórtico de acesso está um bloco mais baixo com a biblioteca no térreo e a capela no superior. Outro bloco posterior colocado em diagonal reúne e a circulação vertical do edifício.

A estrutura do edifício é toda metálica, com lajes feitas no processo “steel deck” que dispensa escoramentos e agiliza a construção.

As salas de aula estão orientadas para o nascente, circulações protegidas para o poente e demais ambientes com ar condicionado.

Faculdade Católica do Tocantins / Manoel Balbino de Carvalho Neto, 2005

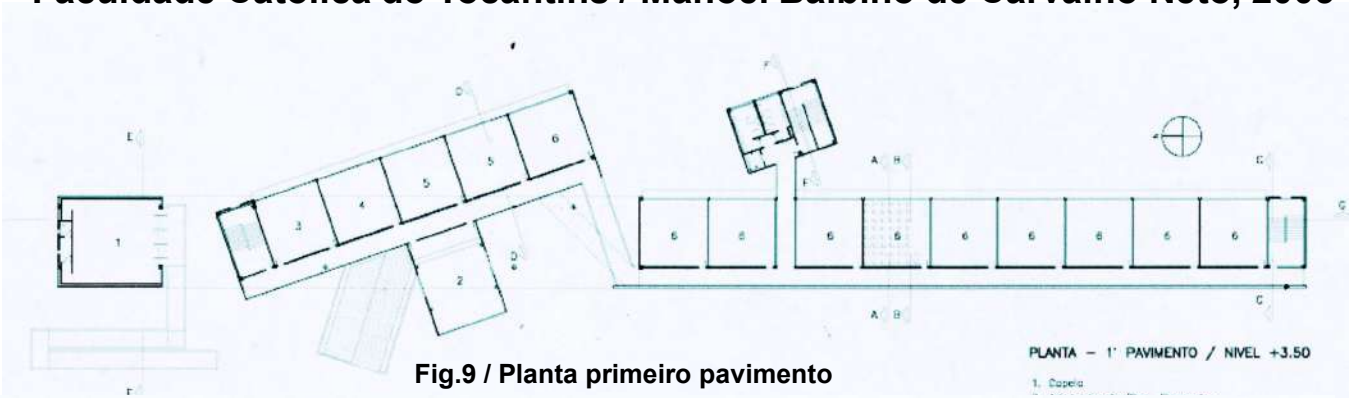


Fig.9 / Planta primeiro pavimento

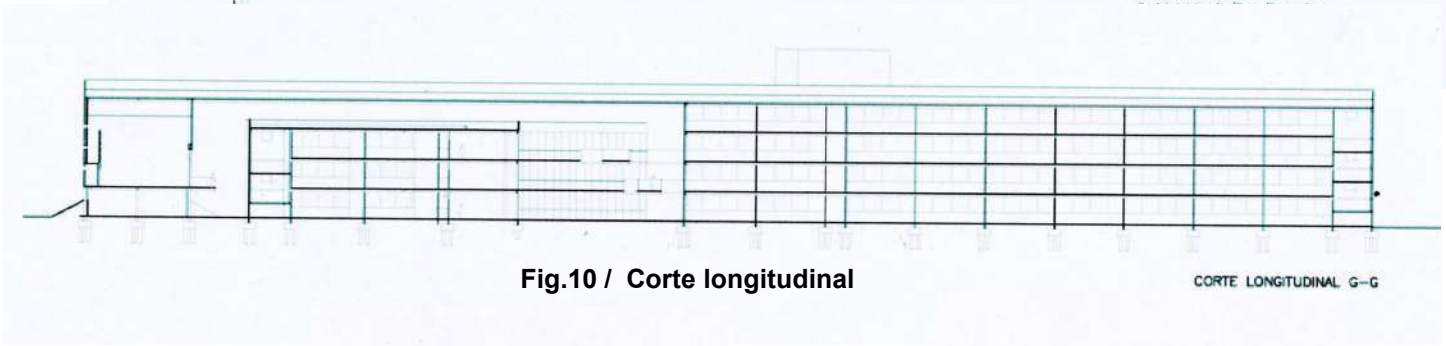
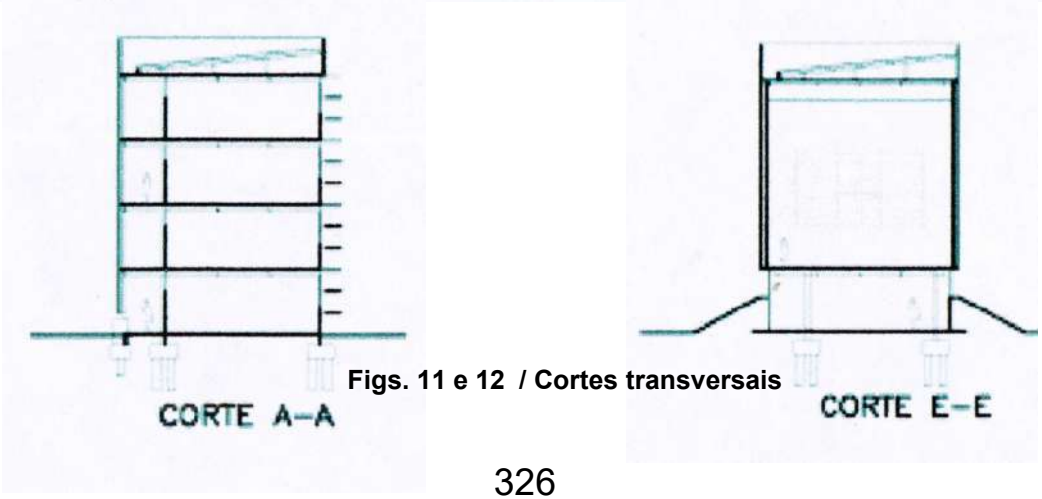


Fig.10 / Corte longitudinal



Figs. 11 e 12 / Cortes transversais

Outros Projetos

Outros edifícios diversos, institucionais, públicos e particulares, com características formais diferenciadas, que têm presença importante na cidade também são apresentados à seguir, de forma mais sucinta.

Universidade Federal do Tocantins, Construtora Andrade Gutierrez 1993





Fig. 1 e 2 / Vistas externas





Fig. 3 e 4 / Vistas internas

Edifício Encanel /.... 2007



Fig. 1 Vista geral

Espaço Médico Empresarial (?) / Mônica Avelino, Karina Lopes e Marcelo Samara, 2004



Fig. 1 / Vista externa

Shopping da Cidadania / Abel Paiva, 2001



Fig. 1 / Vista externa

Sebrae / Luis Hildebrando Paz e Borba, 1993



Fig. 1 / Vista externa

Fórum de Palmas / Rui Neto, 2003



Fig. 1 / Vista externa geral

Ministério Público Estadual / Joseisa Furtado, 2005



Fig. 1 / Vista Geral externa

Federação do Comercio / Riknelson Plus, 2005



Fig. 1 / Vista externa

PROJETOS NÃO EXECUTADOS

Outros projetos foram estudados e apresentados para os órgãos públicos do Estado e da cidade, desde a sua fundação; Alguns foram elaborados criativamente na forma de Estudo Preliminar; mas outros chegaram a ser contratados e desenvolvidos como projetos executivos para construção.

Apesar de sua qualidade e importância para a cidade, eles foram abandonados, substituídos e não construídos, sem qualquer justificativa convincente.

Comumente essas desistências sempre revelam um certo prejuízo para a cidade, em termos físicos e financeiros.

A seguir apresentamos alguns deles, para conhecimento geral.

Museu do Tocantins / Grupo Quatro: Ernani Vilela e Maria Luci Costa, 1989.

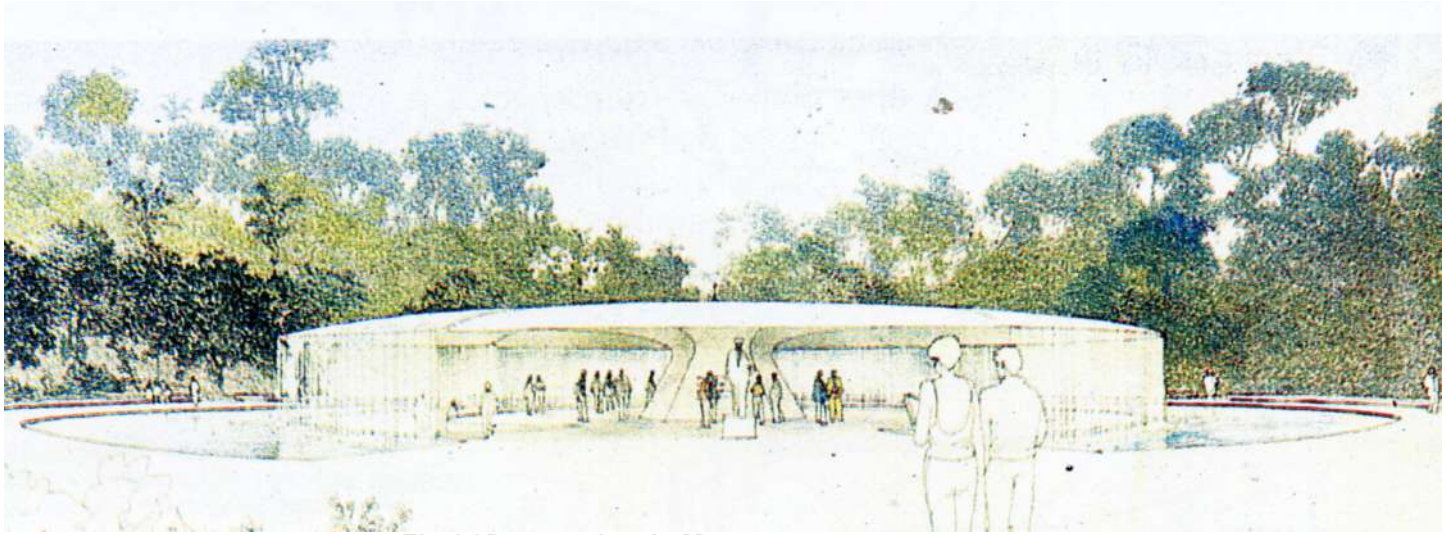


Fig.1 / Perspectiva do Museu

Projeto de beleza escultural, concebido com de grande arrocho estrutural, por Mario Franco, estaria situado na Praça dos Girassóis, para preservar o acervo da história do novo estado do Tocantins.

Catedral Católica / Grupo Quatro, 1989



Fig. 1 / maquete eletrônica

Este projeto está sendo construído na Praça dos Girassóis.

Catedral 2 / Paulo Henrique Paranhos, 2001



Fig. 1 / Vista externa da maquete eletrônica

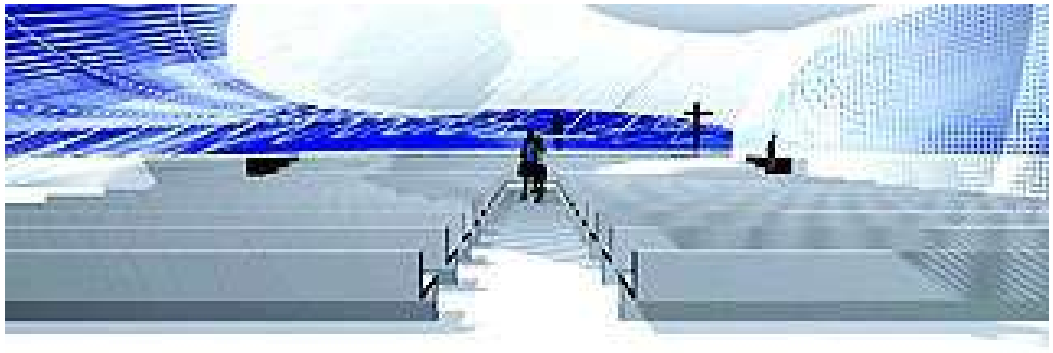


Fig. 2 / Vista interna

Projeto vencedor em concurso fechado realizado em 2001 e premiado em 3o lugar na Bienal Internacional de Arquitetura.

Pelo júri do concurso " o desenho de um só gesto da catedral encerra acertadamente algumas das principais questões que se colocam em projetos de espaços de culto: espaço de recolhimento, congregação, a escala do homem que se torna pequeno, e o potencial simbólico da luz natural que entra pela única fonte de luz superior".

Paço Municipal / Grupo Quatro- Manoel Balbino, 1989

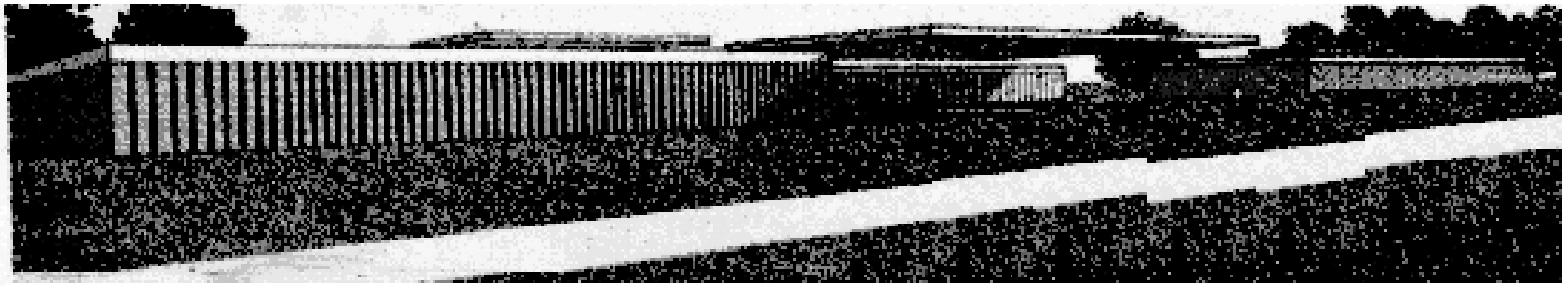


Fig. 1 / Perspectiva do Conjunto

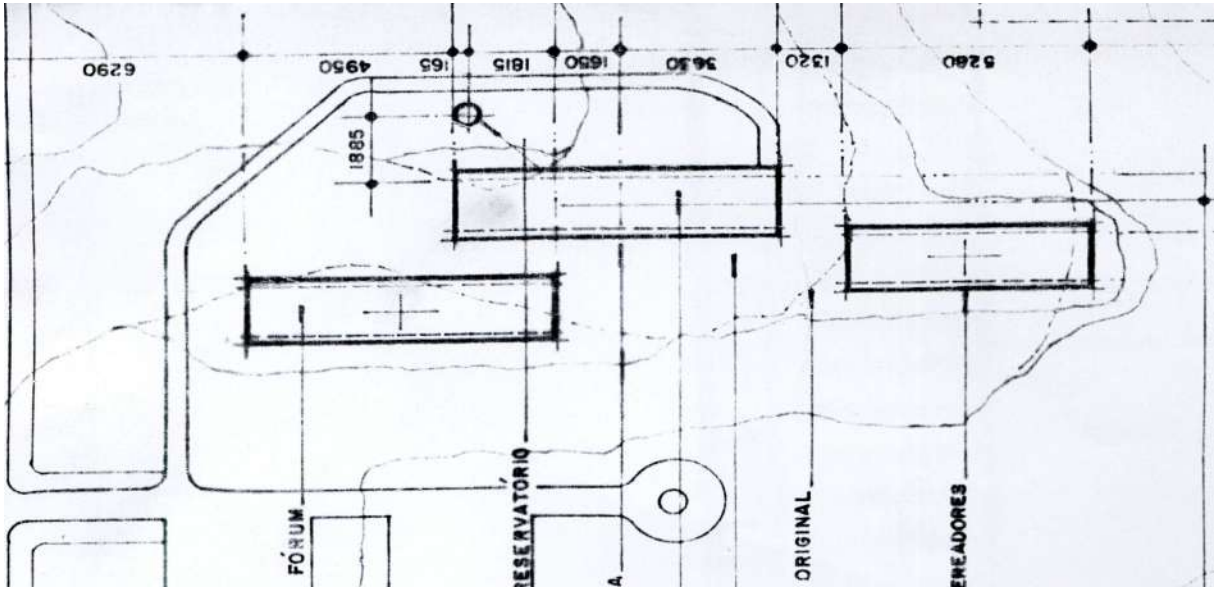


Fig. 2/ Implantação conjunta do Paço Municipal

Paço Municipal, Grupo Quatro: Manoel Balbino, 1989

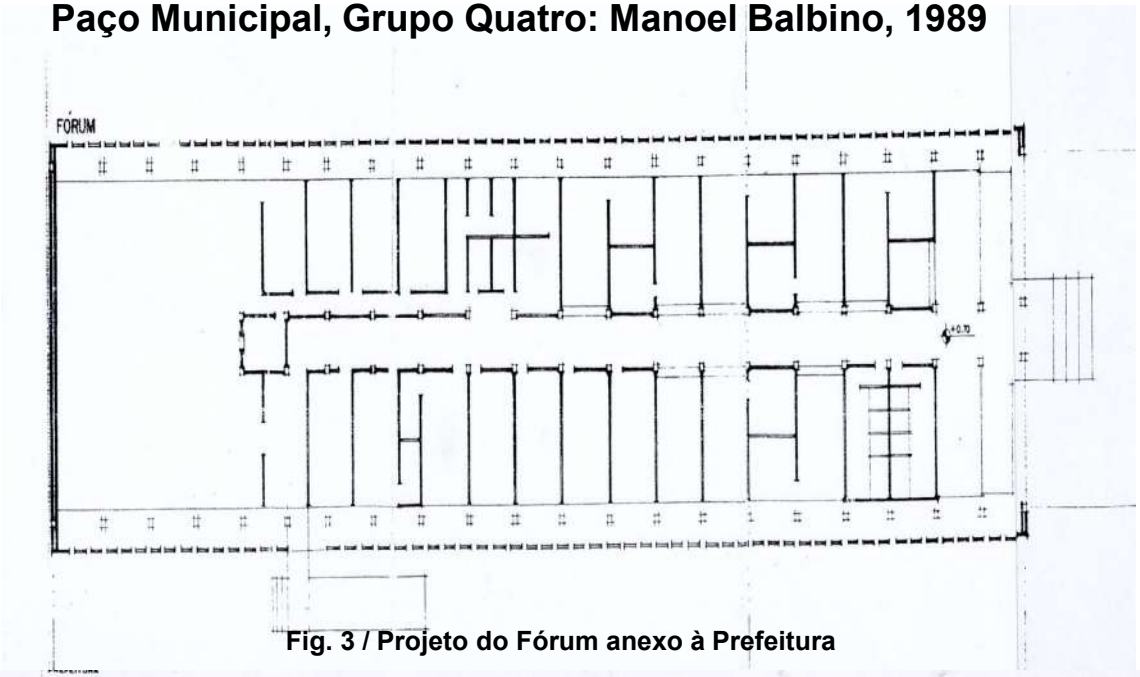


Fig. 3 / Projeto do Fórum anexo à Prefeitura

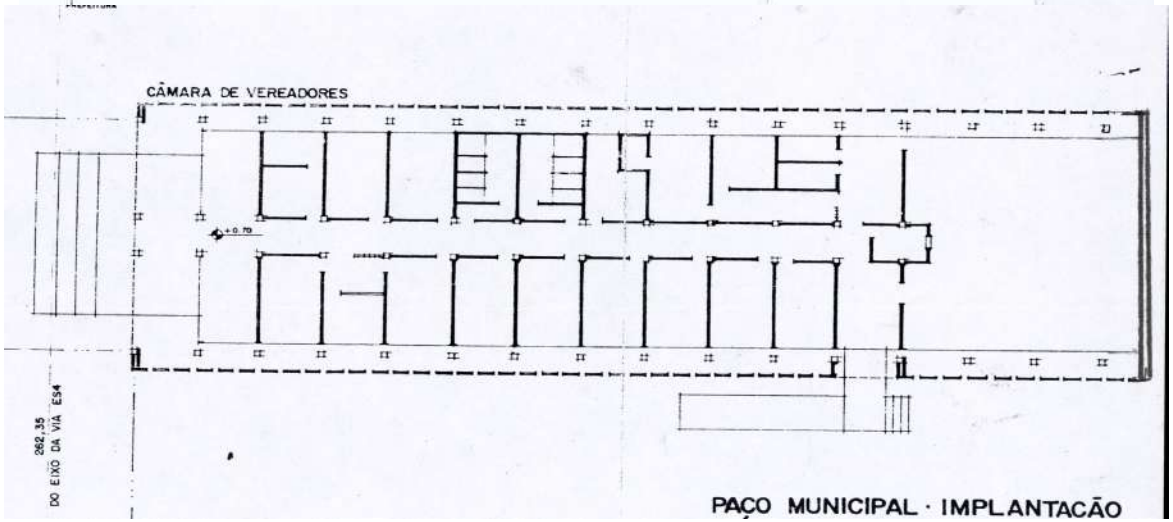


Fig. 4 / Projeto da Câmara dos Vereadores anexo à Prefeitura

Paço Municipal, Grupo Quatro: Manoel Balbino, 1989

Projeto do Paço Municipal completo que englobava a sede da Prefeitura construída, mais a Câmara dos Vereadores e o Fórum da cidade, articulados por generosa praça central, sombreada por dois “cogumelos” de concreto aparente.

Igualmente foram reservadas as áreas e feitas as locações das várias secretarias municipais, todas próximas aos edifícios daqueles poderes municipais.

Esses edifícios, da Câmara dos Vereadores e do Fórum da cidade foram construídos em outros locais diferentes da cidade, em desrespeito ao projeto original, acarretando prejuízo físico, financeiro e da eficiência propiciada pela proximidade entre eles.

Secretaria Municipal / Paulo Henrique Paranhos, 2002

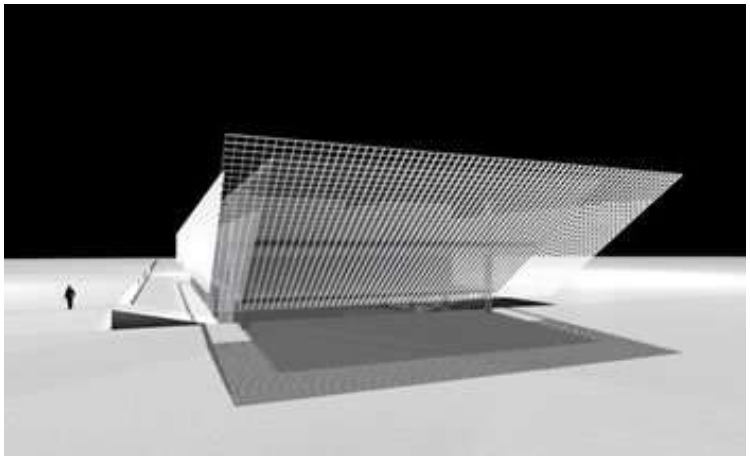


Fig. 1 / Perspectiva eletrõnica

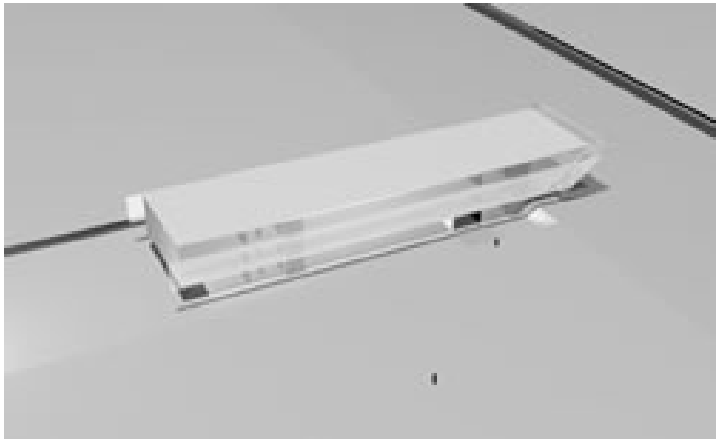


Fig. 2 / Perspectiva eletrônica

Nova Sede da Prefeitura Municipal / Paulo Henrique Paranhos, 2002

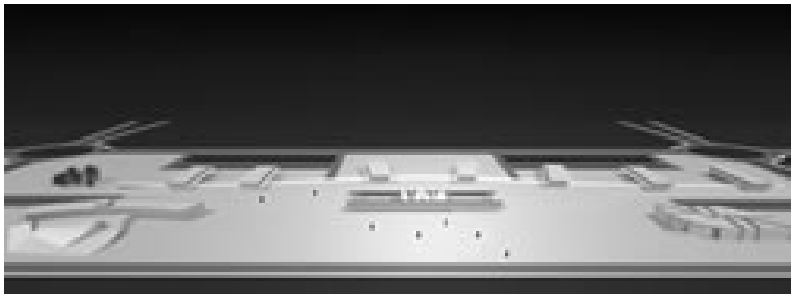


Fig. 1 Maquete situação

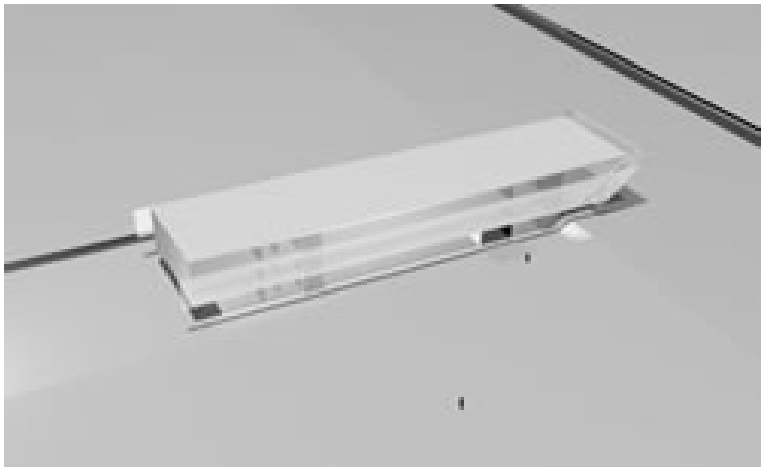


Fig. 2 / Vista aérea maquete eletrônica

Conselho Regional de Medicina / Paulo Henrique Paranhos, 2005

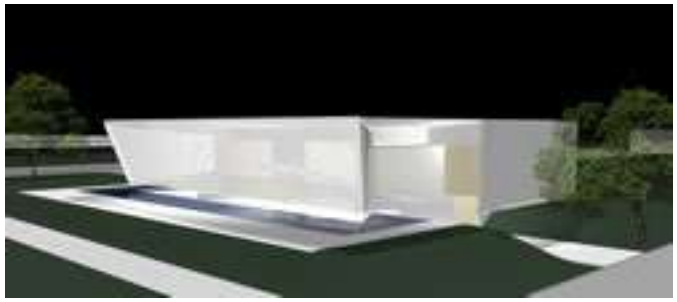


Fig. 1 / Vista maquete eletrônica



Fig. 2 / vista maquete eletrônica

CONCLUSÕES / Considerações finais

Neste final de narrativa, à guisa de conclusões, gostaria de esboçar algumas considerações e reflexões finais, imbuído unicamente do espírito de colaborar na discussão dos problemas urbanos de Palmas, visando seu desenvolvimento cada vez melhor.

Mesmo vivendo à distância acompanhamos com vivo interesse pessoal e profissional o que se passa nessa cidade, que ajudamos a iniciar, com muito empenho e paixão.

Sabemos que o planejamento urbano é um processo dinâmico pela sua própria natureza; não basta ter um bom plano diretor; ele precisa ser implantado e acompanhado permanentemente para que, mantendo suas diretrizes, possa sofrer os ajustes necessários no caminho.

Acreditamos que a Prefeitura e os órgãos do Estado ligados ao planejamento urbano da cidade contam hoje com as estruturas necessárias e equipes de profissionais dedicados e competentes para conduzir esse processo;

Sem sectarismos, de forma aberta e democrática, consciente das limitações pessoais humanas e de que o poder é sempre transitório e a cidade é permanente.

È preciso fazer um esforço para que as estruturas ligadas ao planejamento da cidade tenham um grau de independência política, para ter continuidade em suas diretrizes, sofrendo a menor influência dos partidos e dos calendários eleitorais. Não é possível que há cada quatro anos, na mudança do governo, se comece tudo de novo, ignorando o que foi feito para os interesses da cidade e de seus cidadãos
.
Para aqueles que acreditam que isso é utopia, é só ver os resultados alcançados pela cidade de Curitiba, onde o IPUCC, Instituto de Planejamento Urbano da Cidade de Curitiba vem fazendo um trabalho permanente extraordinário e consistente, com essa independência, transpassando os mandatos dos prefeitos.

O Instituto de Planejamento Urbano de Palmas (IPUP) foi criado, mas não temos conhecimento da sua estruturação e continuidade, para cuidar dessas importantes tarefas.

Oxalá não tenha sido extinto. Diferentemente das estruturas da administração direta, como as secretarias, que estão sempre cuidando do dia a dia, apagando incêndios, os institutos pensam a médio e longo prazo, formulando políticas e modelos, aplicando estratégias visando resultados consistentes e duradouros.

Outra prática interessante nesse sentido está no planejamento de algumas cidades americanas, como Boston, por exemplo, onde quem planeja é um Conselho da Cidade e quem as implementa é um Gerente Administrativo, desvinculado da representação política, com metas de desempenho e eficiência de resultados, que podem ou não garantir sua permanência no cargo.

Conhecer essas experiências é importante fonte para a discussão e solução dos problemas apontados.

Confessamos que sentimos muita dificuldade em reunir o material para a elaboração desse trabalho. As fontes de pesquisa são ou estão dispersas, muitos documentos da fase inicial estão extraviados ou perdidos.

Sabemos das dificuldades iniciais de implantação da cidade de Palmas; mas nada justifica a perda da memória histórica de um lugar, da cultura de um povo. È preciso criar condições, mecanismos e infra-estrutura, num órgão específico, para resgatar e conservar a memória de Palmas.
Desenhos, planos e projetos precisam ser conservados em lugar específico,com a digitalização de seus arquivos para o livre acesso e consulta dos interessados.

Isso poderia estar num Museu da Cidade, na Universidade, ou num Instituto público.

Há informações que todo o material produzido pelo Grupo Quatro para o plano diretor da cidade e seus primeiros edifícios foi doado ao recém criado Instituto de Planejamento Urbano de Palmas, ligado à Prefeitura. Não conseguimos encontrar esse material, o que revela nossas dificuldades e preocupações.

Tais fatos e circunstâncias não justificam possíveis erros ou omissões deste trabalho que nos responsabilizamos integralmente. Novas edições revistas ou talvez outros trabalhos, de outros colegas, possam corrigir estas faltas.

Por fim uma mensagem de otimismo, apesar de todos os problemas apontados.

A cidade de Palmas já possui, diferentemente do seu início, todas as condições estruturais para responder aos desafios urbanos presentes e alavancar um futuro com ótima qualidade de vida e satisfação para seus habitantes; estou otimista que os desafios serão vencidos.

Arquiteto Edison Eloy de Souza
Agosto de 2007

ANEXOS

Equipe Técnica Responsável pelo Plano Diretor de Palmas.

Uma grande equipe multidisciplinar, de profissionais e empresas, foi a responsável pela elaboração do Plano Diretor de Palmas, em 1989, assim discriminada:

Planejamento urbano e coordenação do projeto: Grupo-Quatro
Luis Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Neto
Grupo inicial para definição da área:
Cartografia e foto interpretação: Arsenio Muratori, Geólogo UFP; Hidrologia: Marcio Junqueira, Eng.Civil-Sanitarista USP; Climatologia: Luiz Carlos Chichierchio;Adalberto Antunes Nata; Aptidaão agrícola: Marcio Cunha Borges.
Equipe básica do projeto:
Ernani Vilela, Manoel Balbino de Carvalho Neto, Maria Luci da Costa – arquitetos seniores.
Amélia L.R.de Sousa, Jaime Borges, Maria Ester de Souza, Roberto Lecombe, Tânia C.Martins Gomes – arquitetos juniores
Geórgia Vand-de-Wiel, Juan Carlos Franchelich, Mônica Tormin Crosara, Thirza Pacheco Di Moura – estagiários de arquitetura.
Marcos Ferreira Pinto – estagiário de engenharia
Edna Gomes, Adriana Galvão – redação e edição

Consultorias

Economia Urbana: Juan Mascaró
Clima e ambiente: Lúcia Mascaró
Geologia e Geomorfologia: Arsênio Moratori
Hidrogeologia: Marcio Junqueira de Oliveira
Desenho e representação: Fernando Simon
Comunicação Visual e apresentação
Coordenação: Michel Todel Gorski
Perspectivas: Valandro Keating e Yoshida
Desenhos, croquis: Carmen Lydia Rocha
Maquetes; Ademir Fogaça
Edição de texto: Marcelo Leoni, AG3, Zoom Photocenter, Lélia Maria Chacon
Projetos complementares
Locação da cidade: Bazevi Engenharia e Topografia
Cartografia: Esteio Aerolevantamento
Energia Elétrica e Iluminação Pública: Hot Line
Relatório Ambiental e equipamentos: Ruy Ohtake
Sistema viário e saneamento: Sondotécnica
Anel viário: Ona engenharia
Telefonia: Telegoiás
Cálculos analíticos: Emap

Fichas técnicas dos projetos de Urbanismo

Quadras da Área Central:
Institucionais, Comerciais e de Serviços Urbanos: Grupo Quatro

Quadras Residenciais

-Quadras ARSE 21,41,62,71,82,92, ARNO 12, 22,31,32,33,43, ARNE 24.
-Projeto de Urbanismo: Grupo Quatro

-Quadras ARNO 61 / ARNO 71 / ARNO 72 / ARNO 73, ARSO 62 / ARSO 63 / ARSO 64 / ARSO 101 / ARSO 102 / ARSO 111 / ARSO 112 / ARSE 122.
Área total: 590.20 ha
Projeto de Urbanismo: Edison Eloy de Souza, Pedro Lopes Jr.
Cálculos analíticos: Walter Borges, Engenheiro Delano, Pedro Lopes, Elizeu Pereira

- Quadras ARNE 12, ARNE 13, ARSE 12, ARSE 13, ARSE 14, ARSE 22, ARSE 23, ARSE 32 E ARSE 33.
Área total: 348.00 ha
Projetos de Urbanismo: Ruy Ohtake, Nelson Trezza, Alberto Silva Telles;
Topografia: Equitel Terraplenagem; Drenagem / pavimentação: Sondotécnica; Gerenciamento: Enger.

-Quadras ARSE 51,61, 72,81,91,101,111,ARSO 61.
-Projeto de Urbanismo: Basevi Construções e Topografia.

-Quadras ARNO 13,23 – Projeto Urbanismo: Arnaldo Mascarenhas Braga

-Quadra ARNO 21 – Figueiredo & Antunes

- Quadras ARSE 33,52, Maria Luci da Costa

Fichas técnicas dos Projetos de Arquitetura

Edifícios Institucionais

Palácio Araguaia
Data projeto: 1990; Área construída:14.000m2 ...Arquitetura: Ernani Vilela, Maria Luci da Costa;
Estrutura: ...Instalações prediais: ...Construção: Warre Engenharia

Assembléia Legislativa
Data projeto: 1990; construção 1995. Área construída 12.630 m2
Arquitetura: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira; colaboradores: Manoel Balbino de Carvalho Neto, Maria Esther Souza, Roberto Lecomte, Thirza Pacheco, Mônica Tormin Crosara.
Estrutura: Limírio Galvão; Elétrica: Ernesto Talone; Hidráulica: Luciana Rios Auad; Ar condicionado: Joule engenharia; Luminotécnica,acústica: Roberto Thompson; Construção: Emsa; José Almeida Lourenço.

Tribunal de Justiça
Data projeto: 1990; Área construída: 9.498,50 m2
Arquitetura: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Walfredo Antunes, Manoel Balbino de Carvalho Neto;
Estrutura: Limirio Galvão; Instalações prediais: Luciana Reis; Construção:...

Secretarias de Estado
Data: 1990. Área construída: 2.953,70 m2
Arquitetura: Ernani Vilela, Maria Luci da Costa; Estrutura: Limirio Galvão
Instalações prediais:..... Construção:

Prefeitura de Palmas
Datas: projeto 1989; construção 1990.
Área construída: 1.372,28 m2; Arquitetura: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Walfredo Antunes de Oliveira Filho, Manoel Balbino de Carvalho Neto; Estrutura: Limirio Galvão; Instalações Prediais: ...

Edifícios Públicos

Escola Pública ARSE 14
Data; 1991; área construída: 1.800 m2
Arquitetura: Edison Eloy de Souza; Estrutura.....;Instalações.... ;Construção...

Escola Pública ARNE 13
Data do Projeto: 1991; Área construída 1.1.00 m2.
Arquitetura Edison Eloy de Souza: Estrutura...; Construção....

Escola Municipal Padrão / Manoel Balbino C. Neto,...

Centro Integrado de Ensino (Ciac) Taquaralto / João Filgueiras Limas, 1990

Tribunal de Contas da União / .....

Hospital Geral de Palmas / Jarbas Karman, 1997

Terminal Rodoviário
Datas: projeto 1993: obra: 2001; Área construída: 5.400 m2
Arquitetura: Edison Eloy de Souza / Grupo Quatro; Estruturas: concreto:....; metálica.....
Instalações:..... Construção:...

Centro de Ensino Médio
Data projeto: 1993; conclusão obra: 1995 Área construída: 5.060,00 m2
Arquitetura: Edison Eloy de Souza / Pedro Lopes Jr. Estrutura: Roberto K.Nakasone; Instalações prediais: Aurélio Sandoval.

Ginásio de Esportes Airton Senna
Data projeto: 1993; obra: 1995 Área construída: 3.702 m2
Arquitetura: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Walfredo Antunes, Manoel Balbino de Carvalho Neto
Estrutura de concreto: Limirio Galvão; Metálica: Paulo Sérgio Ribeiro;Construção: Conterpav

Delegacia Fiscal e Tributária
Data do projeto: 1995; construção 1996 Área construída: 1441 m2
Arquitetura: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Walfredo Antunes, Manoel Babino.
Estrutura: Limírio Galvão; Elétrica: Ernesto Talone; Hidráulica: José Júlio Guimarães;
Ar condicionado: Joule Engenharia; Construção: Ecen Engenharia: Amadeu Pires Jr.

Espaço Cultural
Datas: projeto 1994, construção 1996, Área construída: 6.308 m2
Arquitetura: Paulo Henrique Paranhos; Estrutura metálica: Alusud; Iluminação e acústica: Roberto Thompson; Construção: Ecen Engenharia.

Delegacia da Receita Federal
Data projeto: 1998; Área construída: 6.866,79 m2
Arquitetura: Sergio Teperman; Estrutura: Paulo Sayeg; Instalações Elétricas e Hidráulicas: Antonio Cláudio Muylaert; Ar Condicionado: Suegi Myasaki; Construção: Toctao Engenharia.

Tribunal de Contas do Estado, 1995
Arquitetura: GrupoQuatro;

Terminal Aeroviário
Datas: Projeto 1999/2000; Conclusão da obra: 2001; Área construída: 12.330 m2. Projetos: Planorcom, Arquitetos Sergio Jardim, Bernardete Andrekowisk,Antonio Luiz Barbosa, Sergio Luiz de Araújo,Jurema Rosário e Francisco Martins; Estrutura: Carlos Augusto Costa (concreto) e Jubal Joel dos Santos (metálica); Elétrica: Ricardo Cunha; Hidráulica: Vanessa Alvarenga; Sistemas: Sergio Friggi;Ar Condicionado: Stefano de Mattia; Paisagismo: Eduardo Barra; Construção: Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez

Memorial Coluna Prestes
Data projeto: 1992; Conclusão da Obra: 2001; Área construída 570,40 m2. Arquitetura: Oscar Niemeyer; Estrutura, Instalações prediais e Projetos Especiais: Fernando Rocha Souza; Esculturas: Mauricio Bentes.

Tribunal Regional Eleitoral
Data projeto: 1993: Construção: 2003? Área construída: 2.500 m2
Arquitetura: Edison Eloy de Souza e Pedro Lopes, Jr; Estrutura: Roberto Koiti Kakasone; Instalações elétricas: Plaesa; hidráulicas: Consprenc; Ar Condicionado: Planenrack; Construção: Ecen Engenharia.

Escola Pública Jardim Aureny III
Data: projeto 2000; Conclusão obra 2003; Área construída: 2.200 m2
Arquitetura: Newton Massafumi Yamato e Tânia Regina Parma; Estrutura metálica: Yopanan C. Rebello; Concreto: Nelson Yokoi; Instalações prediais: Sandretec; Comunicação Visual: Tânia Regina Parma; Construção: Construtora Centro Minas; Fornecedores: Usiminas; Gerdau; Placo.

Secretaria Est. de Meio Ambiente, 2003
Arquitetura: Laudelino A.Resende

Central dos Correios, 2003
Arquitetura Tadeu Baptista; Estrutura:Ademar T. Hirata; Inst.Eletr.Dulcirene M.A.Oliveira Hidrosanitário: Gerson A.L.Lopes Arantes. Construção: Milenio Engenharia.

Parque do Povo
Arquitetura: Paulo Henrique Paranhos

Ordem dos Advogados do Brasil / Manoel Balbino C.Neto,...

Edifícios Particulares

Faculdade Católica do Tocantins - FACTO
Arquitetura: Manoel Balbino Carvalho Neto, Jalma Lamounier, Mônica Torminn, estagiária:Monise Campos; Estrutura Metálica: Codeme Engenharia; Instalações Elétricas: Dalmir Fábio; Hidro-sanitárias: Rosane Helean; Área construída: 6.089,00m2: Conclusão da Obra: 2005; Construtora: Arcel Engenharia

Outros Projetos

Universidade Federal do Tocantins, Construtora Andrade Gutierrez,1993

Edifício Encanel /

Espaço Médico Empresarial / Mônica Avelino, 2004

Shopping da Cidadania, Abel Paiva, 2001

Sebrae, 1993
Arquitetura: Luiz Hildebrando Paz e Borba

Senac, 2001
Arquitetura: Carlos Augusto Ferreira

Fórum de Palmas, 2003
Arquitetura: Ruy Furtado

Ministério Público Estadual, 2005
Arquitetura: Joseiza Furtado

Fecomercio/Sesc – Serviço Social do Comércio
Arquitetura: Riknelson Pereira da Luz;

Projetos Não Executados

Museu do Tocantins, 1989
Arquitetura: GrupoQuatro:Ernani Vilela e Maria Luci Costa

Catedral Católica / GrupoQuatro, 1989

Catedral 2 / Paulo Henrique Paranhos, 2001

Paço Municipal,1989
Arquitetura: GrupoQuatro: Manoel Balbino C.Neto

Secretaria Municipal / Paulo Henrique Paranhos, 2002

Nova Sede Prefeitura Municipal / Paulo Henrique Paranhos, 2002

Conselho Regional de Medicina, Paulo Henrique Paranhos, 2005

Datas e Eventos e Significativos na história de Palmas

-21 de fevereiro de 1987 – Criação do Comitê Pró-criação do Estado do Tocantins.

-05 de outubro de 1988 – Criação oficial do Estado do Tocantins, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

-02 de janeiro de 1989 – Escolha da localização do Canela para sediar a capital do estado do Tocantins, no 1º governo Siqueira Campos.

-- 28 de janeiro de 1989 – Definição do local para implantação de Palmas
-.
-18 de maio de 1989 – O Cruzeiro foi erguido em frente ao Palácio Araguaia
-.
- 20 de maio de 1989 – Lançamento da pedra fundamental de Palmas, com a celebração da primeira missa na Praça dos Girassóis, data em que se comemora o aniversário da cidade.

-1º de junho de 1989 / Implantação da 1ª. Legislatura da Câmara Municipal.

-29 de Dezembro de 1989 / Promulgação pelo então prefeito de Taquarussu, Fenelon Barbosa, da lei de transferência da sede do Município de Taquarussu do Porto para Palmas.

-1º de Janeiro de 1990 / Instalação de Palmas, com a transferência dos Governos Estadual e Municipal de Miracema para a nova capital.

-28 de julho de 1992 – Tombamento do Palacinho, prédio que abrigou a sede provisória do Governo do Estado, enquanto durou a construção do Palácio Araguaia.

-1º de janeiro de 1993 / Posse de Eduardo Siqueira Campos, 1º prefeito eleito de Palmas.

- 1º de janeiro de 1997 / Posse de Odir Rocha, 2º prefeito de Palmas.

Legislação da Cidade de Palmas

Geral

- Lei 070 de 26/7/1989 Cria o Município de Palmas.
- Lei Orgânica do Município: modificada por várias emendas em 30/11/94 e 11/4/2002.
-Lei 006 de 23/1/1989 dispõe sobre a criação da Codetins (Cia. De Desenvolvimento do Estado do Tocantins).
-Lei 029 de 21/4/1989 Autoriza a criação da Fundação Natureza do Tocantins (Naturatins) e do Conselho do Meio Ambiente do Tocantins (Comatins).
-Lei 858 de 26/7/96 Cria o Instituo Natureza do Tocantins e extingue a Fundação Natureza do Tocantins.
-- Lei 895 de 28/2/97 extingue a Codetins.
-- Lei 1.128 de 1/2/2000 instititui o Projeto Orla.

Legislação do Estado do Tocantins

- Constituição do Estado: Lei de 5/10/1989 com emendas modificativas até 2005.

Planejamento Urbano e de Edificações

-Lei 14 dispõe sobre a política urbana do Município.
-Lei 31/89 Institui o Código Municipal de Obras
-Lei 45/90 Altera a Lei 31/89 do Código Municipal de Obras.
- Lei 371/92 – Estabelece o Código de Posturas do Município.
- Lei 386/93 – Dispõe sobre a divisão da área urbana em zonas de uso
- Lei 468/94 – Aprova o Plano Diretor PDUP, que dispõe sobre a divisão do solo do Município para fins urbanos.
- Lei 58/2002 – Institui o Macro-zoneamento Territorial do Município
- Lei 067/03 Altera o Macro-zoneamento Territorial do Município.
- Projeto de Lei no 14 – Dispõe sobre a nova política Urbana do Município.
- Várias outras Leis complementares e Decretos alteram dispositivos e regulamentam essas leis principais sobre o Uso do Solo e as edificações da cidade.
.

Autoridades Constituídas do Estado do Tocantins

Governadores do Estado (1989/2011)

- 1/1/1989 - 15/3/1991 – José Wilson Siqueira Campos
- 15/3/1991 -1/1/ 1995 – Moisés Nogueira Avelino
- 1/1/1995 - 4/4/1998 – José Wilson Siqueira Campos
-4/4/1998 – 1/1/1999 - Raimundo (Boi) Nonato Pires dos Santos
- 1/1/1999 – 1/1/2003 – José Wilson Siqueira Campos
- 1/1/2003 – 1/1/2007 - Marcelo de Carvalho Miranda
- 1/1/2007 - 1/1/2011 – Marcelo de Carvalho Miranda

Assembléia Legislativa (1989/2010)

-Primeira legislatura – 1989 / 1991 – Pres. Raimundo (Boi) Nonato Pires Santos
- Segunda legislatura – 1992 / 1995 – Pres. Luiz Tolentino
- Terceira legislatura - 1996 / 2000
1997 a 1998 – Pres. Raimundo Moreira
1999 a 2000 – Pres. Marcelo Miranda
- Quarta legislatura - 2001 / 2006
2001 a 2002 – Pres. Marcelo Miranda
2003 a 2004 – Pres. Vicentinho Alves
2005 a 2006 – Pres. César Haum
- Quinta legislatura – 2007 / 2010
2007 - - Pres. Carlos Henrique Gaguim

Texto escrito pelo autor a respeito de sua ida, em 1989, de S.Paulo à Palmas, publicado no numero 146 da Revista Projeto em 1992.

“Do asfalto paulistano à poeira de Palmas”

Agoniado pela ociosidade profissional, sangue aventureiro, consciente do compromisso social da formação, experiente e inconformado com o estrangulamento de São Paulo, vim bater em Palmas.

Convidado para trabalhar em Palmas, tornei-me arquiteto associado do escritório goiano GrupoQuatro, autor do plano diretor da nova capital; não participei da sua elaboração, mas acompanho sua implantação desde o início, nos finais de 1989. Literalmente tudo por fazer: implantar uma nova capital num cerrado virgem. Uma experiência profissional única

Trinta anos depois de Brasília, Palmas vem sendo construída dentro de outra realidade nacional, mas ainda assim um fenômeno urbano muito rico.

Furto de decisão política ela se insere numa região extremamente pobre, como um vigoroso pólo de desenvolvimento regional.

Aqui se atua na verdadeira realidade brasileira, mais perto do Quarto mundo, onde as necessidades humanas primárias estão para serem atendidas e se sente todo o potencial do território, em contraponto ao estrangulamento e decadência da qualidade de vida da maioria das metrópoles nacionais.

Vivo aqui intensamente a ambigüidade característica da profissão entre o sonho e a realidade, entre a utopia e a verdade. Um projeto bonito para uma amarga realidade.

Exercito o sonho, o ideal ao criar projetos de escolas, praças, capela, cemitério, rodoviária, residências, edifícios comerciais, etc.; ao acompanhar a implantação do plano diretor nos seus múltiplos aspectos; ao participar da montagem do IAB local e da Universidade. A prática profissional é a luta polivalente, característica: projetar, desenhar, ir à obra, freqüentar reuniões técnicas, políticas (a maioria inócuas), fazer propostas, fazer lobby, faturar, ficar no corredor para receber, agüentar o corporativismo, etc.

Palmas, cidade planejada, implantação deturpada. Dois anos de vida, cerca de 50.000 habitantes, já com uma cidade-satélite, mas de grande efervescência humana.

Alguns edifícios públicos definitivos, outros provisórios, seis agências bancárias, oito hotéis, restaurantes, bares, inúmeros depósitos de materiais de construções, dois vôos diários para S.Paulo, invasões de barracos de madeira e lona preta, ruas de terra, infra-estrutura precária e insuficiente.

Praticamente todos os materiais vindos de fora, pela Belém-Brasília. Parcos recursos oficiais e particulares; mas a cidade se implantando teimosamente, às vezes de forma precária e improvisada, com a crise econômica agora batendo aqui, mas acontecendo.

Este é o verdadeiro milagre brasileiro.

Pioneiros de todos os cantos do país, em geral capital e tecnologia do sul e m~]ao de obra do norte com uma garra extraordinária, em busca de novas oportunidades. O pioneiro é solidário, fraterno, forte e carente.

O lado frustrante é o componente político. A cultura política brasileiro que só pensa em chegar ao poder e se locupletar com ele, tratado como um fim em si. Estado novo, cidade nova, ideal sem vícios, sem dívidas, nem funcionalismo, imenso território com riquezas naturais, tudo para dar certo. Mas o velho ranço da má política, caracterizada pelo despreparo, xenofobia, clientelismo, centralização e compromissos, se incumbem de conspurcar o processo. A ideologia foi pro saco faz tempo.

O prejuízo social acarretado por essa prática política fica muito visível num lugar como esse e neste estágio de implantação.

O prejuízo social acarretado por essa prática política fica muito visível num lugar como esse e neste estágio de implantação.

Palmas serve de exemplo. Em que pese todo o planejamento e plano diretor, hoje a cidade padece de gestão única, dividida que está entre o Estado e a Prefeitura – divisão de recurso, que é o que conta. Mecanismo de controle e fiscalização do uso do solo ainda não estão implantados, há invasões de áreas urbanas e de expansão, crescimento desordenado e espontâneo, infra-estrutura precária, insuficiente.

O Estado se transformando num grande loteador e não regulador do uso da terra, etc.

Sabemos que o buraco é mais em cima, é federal. O Estado tem mais problemas que recursos, o que não é novidade no quadro brasileiro. Mas a ineficiência na administração desses recursos e a corrupção são lastimáveis. Não há um plano nacional de desenvolvimento: para a ocupação do território, para a produção da alimentação, a eliminação das disparidades regionais, o transporte, a educação, a saúde, a habitação, etc.

Realmente nesse ritmo chegaremos rapidamente ao Quarto Mundo.

Entretanto, acreditamos que essa perspectiva geral desoladora e desanimadora não pode invalidar nosso esforço, nossa participação, que ao buscar minimizar os perversos efeitos sociais procura contribuir para a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade e de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações

-**Costa**, **Lucio.** Sobre Arquitetura. Alberto Xavier. Ceua, Porto Alegre 1962.

- Estudo de Localização da nova capital do Estado do Tocantins, Goiânia, 1989.

- **Fix, Mariana.** São Paulo cidade global. Boitempo; S.Paulo, 2007.

- Governo Siqueira Campos Diagnóstico Sócio-Econômico-Administrativo do Estado do Tocantins, 1989-1990

- Jornal da Usp – especial Urbanismo, 9/11/97

- Kran. Falda Sandreanny e Frederico Poley Ferreira. Qualidade de Vida na Cidade de Palmas To: Uma análise através dos indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Fundação João Pinheiro, BH,2007.

- Lira, Elizeu Ribeiro. A Gênese de Palmas – Tocantins. Dissertação de Mestrado, Unesp. Pres.Prudente, 1995.

-Novos espaços urbanos e velhas desigualdades: artigo do Prof. UFT Frederico Poley Martins Ferreira, pág.200-220

-**Paz. Luis Hildebrando Ferreira .** Palácio Araguaia.Trabalho Mestrado UNB, 2007.

- Palmas Minha Cidade. Seminários do Jornal do Tocantins, 2007.

- Plano estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins - 1993

- Plano Diretor de Palmas – Grupo Quatro – 1989

- Prefeitura do Município de Palmas: Plano Diretor participativo – projeto de lei de revisão – 2006

-Revista Projeto no 146 – 1992

- Revista Espaço e Debates no 37.

-Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional:

-Santos, **Milton.** A Urbanização Brasileira. S.Paulo: Hucitec, 1993.

-**Silva**, **Luis Octávio da**. Território Urbano, participação e gestão: História, nova conjuntura, desafios e alternativas. Artigo na pa. 127 da revista Integração de USJT.

-Silva, **Ernesto**. História de Brasília. Editora de Brasília, s/d.

Souza, Edison Eloy. Artigo sobre a Arquitetura de Palmas na Revista A.U. da Editora Pini. nO 159 jun 07.

- **Souza, Edison Eloy.**Artigo no Boletim Consulte do Sinaenco. No 61, Abril 07

-Tocantins – folder da Secretaria de Economia / 1990.

- Tocantins – 4 anos depois/ 91 a 94 – Governo Moisés Avelino

- Projeto Urbe – Diagnóstico Palmas Sul / Sebrae, 2006.

Sites na Internet

- http://200.193.192.114/SEDUH/sigpalmas/
- www.palmas.to.gov.br
- www.al.to.gov.br
- pt.wikipedia.org/wiki/Palmas
- www.to.gov.br
- www.cmpalmas.to.gov.br
- www.campusvirtual.br/cidadedoconhecimento palmas/info_palmas.php
- www.correiodotocantins.com
- clebertoledo.com.br
- www.saneatins.com.br/meioambiente
- www.infraero.gov.br.
- www.portonacional.to.gov.br
- www.ogirassol.com.br
- www.planejamento.gov.br
- www.paulohenriqueparanhos.com/
- www.educarede.org.br
- www.grupoaraguaia.com.br
- www.projetoorlapalmas.com.br
- www.gruporede.com.br
- www.tce.to.gov.br
- www.vitruvius.com.br/arquitextos 065
- www.bhservico.com.br
- www.naturatins.to.gov.br/

CREDITOS DAS FOTOS e FIGURAS

PLANEJAMENTO URBANO

-Fig. 1 e 2 - pt.wikipedia.org/wiki/Palmas
-Fig.3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,68 Desenhos GrupoQuatro
-Fig. 13 – Jornal Estado S.Paulo
-Fig.,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,27,28,29, 40,41,42,43,44,45,46,48,49,50,51,52,53,56,57,58,59, 60,61,62,63,64,65,66,67,69,70,71,72,74,75,76,77,89, 90,91,92,93, 95, 108,109,110,111, – Fotos Edison Eloy de Souza
-Fig. 20,36,60,61,67 folder Gov. Estado To
-Fig.18,25,26,27,35,36,37,38,81www.portonacional.to.gov.br
-Fig 39,40 – fontes diversas
-Fig. 28,29,3, 32,33,34 Fotos Francisco Ubirajara
-Fig. 29,30 – Camila Camana,site Porto Nacional
-Fig. 32,48,49,77,114,115 - www.palmas.to.gov.br
-Fig. 73 – Revista Projeto 146
-Fig. 94 / Site Ceulp Ulbra
-Fig,78,79,80 www.saneatins.com.br/meioambiente
-Fig.81,82,87,88,89,90,91,92,93,96,97,98,99, 100,104,105,106,107 Fotos Investco
-Fig.,83,84,85,86,87,88,105,106,107 Folder GrupoQuatro / Desenhos Valandro Keating
-Fig. 94,95 -www.correiodotocantins.com
-Fig.,112, 113,116,117-site Prefeitura de Palmas

URBANISMO

-Fig.1,49,50,91,92,105,106,175,176, – Enac Editores
-Fig.2,3,11,12,24,28,32,36,40,44,52,61,86 GrupoQuatro
-Fig.,4,5,6,7,8,9,10,13,14,15,16,17,18,19,20,21, 22,23,25,26,29,30,31,32,33,34,36,37,38,39, 41,42,45,46,47,48,52,53,55,56,58,59,61,64,65, 67,68,69,70,71,73,74,76,77,69,80,82,83,85,86, 87,88,94,95,97,98,100,101,103,104,108,109, 111,112,114,115,117,118,120,121,123,124,126,127,128,130,131,134,135,137,138,140,141,143,144,146,147,149,150,152,153,155,156,158,159,161,162,164,165,167,168,170,171,173,174,178,179,181,182,184,185,187,188,192,193,195,196,198,199201,202,204,205– Fotos aéreas de Fev. 2005, extraidas do site da Prefeitura de Palmas / sigmapas
-Fig. 78,79 Livro de Obras Ruy Ohtake
-Fig. 82,206 – Valandro Keating
-Fig,27,30,31,34,35,39,43,51,80,81,84,85,90, 190,208,209, Desenhos e Fotos Eliseu Oliveira

-Fig.51,54,57,60,63, 66,69,72,75,78,81,84, 89,93,96,99,102,107,110,113,116,119,122,125,129,132,133,136,139,142,145,148,151,154,157,160,163,166,169,172,177,180,183,186,189,191,194,197,200,203,207,210, Desenho GrupoQuatro
-Fig. 43,87,88,89,90,94,211,212,213,214, 218 www.palmas.to.gov.br
-Fig. 215,216,217 Folder Tocantins/Seinf pag.28
-Fig. 95,96,97,102,219,220,22,224,226 Fotos Edison Eloy de Souza
-Fig.222,223,225 Fotos Invescto
-Fig. 227,228,229 Issao Minami

ARQUITETURA

-Palácio Araguaia: Fig. 1,2,3,4 – Edison Eloy de Souza
-Assembléia Legislativa: Fig. 1,2,3,4 – Edison Eloy de Souza; fig. 5 site Assembléia Legislativa; Fig. 6,7 GrupoQuatro.
-Tribunal de Justiça: Fig. 1,2,3,4,5 – Edison Eloy de Souza; Fig. 6 e 7 GrupoQuatro
-Secretarias de Estado: Fig. 1,2,3,4 - Edison Eloy de Souza
-Prefeitura Municipal: Fig. 1, 2,3,4,5; Edison Eloy de Souza
Fig.6,7,8,9 GrupoQuatro.
-Escola Pública ARSE 14: Fig. 1,2,3,4 – Edison Eloy de Souza; Fig. 5 e 6 GrupoQuatro
-Escola Pública ARNE 13: Fig. 1,2,3,4 – Edison Eloy de Souza.
-Escola Municipal Padrão: Fig. 1 e 2 Manoel Balbino C.Neto.
-Ciac: Fig. 1,2,3,4 Edison Eloy de Souza; fig. 5 livro João Filgueiras Lima, Editorial Blau pag. 187.
Terminal Contas da União Fig. 1 e 2 Edison Eloy de Souza.
- Hospital Geral de Palmas fig. 1,2,3,4, Edison Eloy de Souza.
-Terminal Rodoviário: Fig. 1,2,3,4,5,6,7,8 – Edison Eloy de Souza; Fig. 9 GrupoQuatro
-Centro de Ensino Médio: Fig. 1,2,3,4,5,6,7,8 – Edison Eloy de Souza; Fig. 9,10,11,12,13,14,15,16,17 Modulor
-Ginásio de Esportes Ayrton Senna/ Fig.1,3,4 – Revista Projeto 199, pág. 50.51; Fig. 2 Site Palmas
-Delegacia Fiscal e Tributária: Fig.1 e 2 – Ronald Mitt; Fig. 3 e 4 GrupoQuatro; Fig. 5 Edison Eloy de Souza
-Espaço Cultural: Fig. 1,2,3,4 / Revista Finestra 17, pág.91-93
-Delegacia da Receita Federal – Fig. 1 – Francisco O.Amaral; Fig. 2,3,4,5,6 Sergio Teperman
.

-Tribunal de Contas do Estado: Fig. 1,2 – Francisco O.Amaral, Fig. 3 – Site do TCE; Fig. 4,5,6, GrupoQuatro
-Terminal Aeroviário: Fig. 1 – Francisco O. Amaral; Fig.3,4 – Site Infraero; Fig. 2,5,6,7,8: Sergio Jardim-Planorcom.
-Memorial Coluna Prestes; Fig. 1,2 – Edison Eloy de Souza; Fig. 3 e 4 – site gov.estado
-Tribunal Regional Eleitoral Fig. 1,2,3,4,5,6,7 Edison Eloy de Souza; Fig. 8 e 9 Modulor.
-Escola Publica de Taquaralto: Fig. 1,2,3 – Leonardo Marques; Fig. 4 Edison Eloy de Souza, Fig. 5 Newton Massafumi.
-Secretaria do Meio Ambiente Fig. 1,2,3,4 Laudelino Resende
-Central dos Correios: Fig. 1 – Francisco O.Amaral; Fig. 2,3,4,5,6,7 Engenharia Correios, ,Goiânia.
– Ronald Mitt; Fig. 2 – site da PUC.
-Parque do Povo – Fig. 1,2,3,4,5,6,7,8, Edison Eloy de Souza.
-- Sede OAB – fig. 1,2,3,4 Edison Eloy de Souza
-Pontifícia Universidade Católica: Fig. 1,3,4, – Ronald Mitt; Fig. 2 – site da PUC; Fig. 5,6,7,8, Edison Eloy de Souza; Fig. 9,10,11,12 Balbino C.Neto

Outros Projetos

-Universidade Federal do Tocantins Fig. 1,2,3,4 Edison Eloy de Souza.
Edificio Encanel: Fig. 1 Edison Eloy de Souza
-Espaço Médico: Fig. 1 Edison Eloy de Souza
-Shopping da Cidadania Fig. 1 Site Palmas
--Sebrae Fig.1 Site Sebrae
-Senac Fig.1 Edison Eloy de Souza; Fig. 2 Site Senac
-Fórum de Palmas: Fig. 1 – Francisco O.Amaral
-Ministério Público Estadual: Fig. 1 – Francisco O.Amaral;
-Sesc Serviço Social do Comercio: Fig. 1 Francisco O.Amaral

Projetos Não Executados

-Museu do Tocantins Fig. 1 GrupoQuatro
-Catedral 1 Fig. 1 GrupoQuatro
-Catedral 2 / Fig. 1 e 2 Paulo Henrique Paranhos
-Paço Municipal Fig. 1,2,3,4 GrupoQuatro
-Secretaria Municipal Fig. 1 e 2 Paulo Henrique Paranhos
-Prefeitura Municipal Fig 1 e 2 Paulo Henrique Paranhos
-Conselho Regional de Medicina Paulo Henrique Paranhos

MINI CURRICULUM / EDISON ELOY DE SOUZA



O autor em homenagem prestada pelos 15 anos do IAB-TO, Dez 2006

Vive e trabalha em S.Paulo onde se formou arquiteto e urbanista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de S.Paulo em 1965.

Teve atuação na política profissional como presidente do Sindicato dos Arquitetos de S.Paulo de 1983-1986, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil /S.Paulo 1976/1977 e conselheiro do CREA/SP de 1978/79.

É Professor da Universidade S.Judas Tadeu, com a titulação de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Participou do nascimento e implantação de Palmas de 1989 a 1997, onde desenvolveu as seguintes atividades e projetos:

1989-1992 – Gerente associado do Grupo-Quatro, autor do plano diretor de Palmas, onde desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Fiscalização da implantação do plano diretor e dos primeiros projetos dos edifícios públicos institucionais.
- Projetos das primeiras escolas públicas de ensino fundamental.

. Projeto do Terminal Rodoviário.

- Projeto de residências e edifícios comerciais
- 1993-1997 – Sócio-diretor da Modulor – Arquitetura para a Vida, com o arquiteto Pedro Lopes Jr.
- Projeto do Centro de Ensino Médio de Palmas
- Projetos de 12 Quadras Residenciais, no seu micro-parcelamento.
- Projeto do Tribunal Regional Eleitoral.
- Projeto de várias residências e edifícios comerciais.

1991 – Fundador do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Tocantins.

1995 – Professor de Planejamento Urbano e Ambiental da Unitins.

1989-1997 – Palestrante e expositor de vários eventos técnicos e culturais.

Entrevistas e artigos nos órgãos de imprensa locais.

Outros Projetos no Tocantins

1990 – Projeto de Reurbanização e equipamentos urbanos da Praça do Centenário em Porto Nacional

1993 – Centro de Ensino Médio de Araguaina

INDICE

No Pág.

-Capa – Mapa aéreo da cidade

01. Pagina de rosto com titulo
02. Prólogo
03. Dedicatória
04.Agradecimentos
05.Apresentação
06. Prefácio
07.Sumário
08. Introdução
09. Planejamento Urbano
10.Urbanismo
11.Arquitetura
12.Conclusões / Cons. complementares
13.Anexos
14.Referencias bibliográficas
15.Credito das Fotos e figuras
16. Mini Currículo Eloy
17. Índice

- Contracapa – desenho plano diretor

Total páginas